



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Súmula da Reunião Ordinária n. 575 da Câmara Especializada de Agronomia - CEA do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Mato Grosso do Sul, realizada em 13 de novembro de 2025.

1 Às 13h48min (treze horas e quarenta e oito minutos) de treze de novembro de dois mil e vinte e cinco,
2 na Sede do Crea-MS, na Rua Sebastião Taveira, 268, nesta cidade de Campo Grande, Estado de Mato
3 Grosso do Sul, reuniu-se a Câmara Especializada de Agronomia - CEA, em sua quingentésima
4 septuagésima quinta (575ª) Reunião Ordinária, sob a Coordenação da Conselheiro(a) Eng. Agr.
5 Daniele Coelho Marques. **1) Verificação de Quórum.** Presentes os(as) Senhores(as) Conselheiros(as)
6 Regionais: Antonio Luiz Viegas Neto; Bruno Cezar Alvaro Pontim; Daniele Coelho Marques, Fernando
7 Vinicius Bressan; Gileno Brito de Azevedo; Jackeline Matos do Nascimento; Jorge Wilson Cortez; Jose
8 Antonio Maior Bono; Laércio Alves de Carvalho; Maycon Macedo Braga e Rodrigo Elias de Oliveira.
9 Registrada ainda a presença do Conselheiro Suplente Leandro Fabricio Martins Alessio. **2) Leitura,**
10 **Discussão e Aprovação da Súmula anterior. 2.1)** Súmula da Reunião Ordinária n. 574 - CEA de
11 16/10/2025 - id. 1015172. A Câmara Especializada de Agronomia do Conselho Regional de Engenharia
12 e Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o expediente acima, a CEA
13 **DECIDIU** por aprovar a Súmula da Reunião Ordinária n. 574 - CEA de 16/10/2025 - id. 1015172.
14 Coordenou a votação o(a) Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho Marques. Votaram favoravelmente
15 os senhores(as) conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno Cezar Alvaro Pontim,
16 Antonio Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio Alves De Carvalho,
17 Jose Antonio Maior Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo e Rodrigo Elias De
18 Oliveira. Não participou da votação os senhores(as) conselheiros(as): Leandro Fabricio Martins Alessio
19 e Felipe Das Neves Monteiro. **3) Leitura de Extrato de Correspondências Recebidas e Enviadas.**
20 **3.1)** Protocolo n. P2025-061807-3 - Interessado: Crea-MS - Assunto: Apontamentos Auditoria Confea.
21 Não houve destaque. **4) Comunicados. 4.1)** Justificativas de ausência: Eliane Carlos de Oliveira,
22 Felipe das Neves Monteiro, Orildes Amaral Martins Júnior e seu Suplente Armando Araujo Neto e
23 Paulo Eduardo Teodoro. **5) Ordem do Dia. 5.1) Pedido de Vista.** Não houve. **5.2) Aprovados Ad**
24 **Referendum pelo Coordenador. 5.2.1)** Processo n. F2025/060089-1 Interessado: MAGNO DIEGO
25 BALBUENA DE LIMA. A Câmara Especializada de Agronomia do Conselho Regional de Engenharia e
26 Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o processo nº F2025/060089-
27 1, do Profissional MAGNO DIEGO BALBUENA DE LIMA, que requer a baixa da ART n.
28 1320220104901. Analisado o processo e considerando que, ao término da atividade técnica
29 desenvolvida obriga à baixa da ART de execução de obra, prestação de serviço ou desempenho de
30 cargo ou função, devendo ser baixada em função da rescisão contratual, nos termos dos artigos 14, 15,
31 16 e 17 da Resolução nº: 1.137/2023 do CONFEA. Considerando que foram cumpridas as exigências
32 legais, a CEA **DECIDIU** por homologar o Ad Referendum da Coordenadora, sendo pelo Deferimento da
33 Baixa da ART n. 1320220104901. Coordenou a votação o(a) Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA ESTADO DE MATO
GROSSO DO SUL

Marques. Votaram favoravelmente os senhores(as) conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno Cezar Alvaro Pontim, Antonio Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio Alves De Carvalho, Jose Antonio Maior Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo Elias De Oliveira e Leandro Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os senhores(as) conselheiros(as): Felipe Das Neves Monteiro. **5.2.2) Aprovados por ad referendum.**

5.2.2.1) Deferido(s). 5.2.2.1.1) Alteração Contratual. 5.2.2.1.1.1) Processo n. J2025/053108-3 Interessado: SESP SERVIÇOS ESPECIALIZADOS. A Câmara Especializada de Agronomia do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o processo nº J2025/053108-3, da Empresa Interessada SESP SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA, que requer alteração do seu registro de pessoa jurídica neste Conselho, por que, houve a Alteração e Consolidação do Contrato Social, realizada em 26 de outubro de 2023. Analisado o processo, constatou-se que foram realizadas as alterações, conforme consta nas cláusulas abaixo relacionadas: 1. Cláusula 1ª – Razão social: SESP SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA; 2. Cláusula 1ª – Endereço da Sede: Rua Otávio Sigefredo Roriz, nº 1051, Jardim Cangalha, CEP: 79604-080, em Três Lagoas-MS; 3. Cláusula 3ª-Objetivo social: conforme a descrição na Cláusula 3ª da Alteração e Consolidação do Contrato Social, realizada em 26 de outubro de 2023; 4. Cláusula 4ª - O capital social é de R\$ 1.681.722,00 (um milhão, seiscentos e oitenta e um mil, setecentos e vinte e dois reais) e 5. Cláusula 7ª - A administração da sociedade caberá a sócia Maria Sueli Gerônimo. Estando em ordem a documentação, a CEA **DECIDIU** por homologar o Ad Referendum da Coordenadora, sendo de parecer favorável ao deferimento do pedido de alteração contratual efetivada pela Empresa Interessada em epígrafe, neste Conselho, para desenvolvimento de atividades na área de Agronomia, com restrição nas áreas de Instalação e manutenção elétrica em Média e Alta Tensão; Montagem e instalação de sistemas e equipamentos de iluminação e sinalização em vias públicas, portos e aeroportos; Reparação e manutenção de computadores e de equipamentos periféricos. Coordenou a votação o(a) Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho Marques. Votaram favoravelmente os senhores(as) conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno Cezar Alvaro Pontim, Antonio Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio Alves De Carvalho, Jose Antonio Maior Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo Elias De Oliveira e Leandro Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os senhores(as) conselheiros(as): Felipe Das Neves Monteiro. **5.2.2.1.1.2) Processo n. J2025/055366-4** Interessado: STATUS. A Câmara Especializada de Agronomia do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o processo nº J2025/055366-4, da Empresa Interessada STATUS-ADMINISTRAÇÃO E TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA, que requer alteração do seu registro de pessoa jurídica neste Conselho, por que, houve a Alteração e Consolidação do Contrato Social, realizada em 24 de setembro de 2025. Analisado o processo, constatou-se que foram realizadas as alterações, conforme consta nas cláusulas abaixo relacionadas: 1. Cláusula 1ª – Razão social: STATUS – ADMINISTRAÇÃO E TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA; 2. Cláusula 1ª –



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA ESTADO DE MATO
GROSSO DO SUL

Endereço da Sede: Rua Alaor Alves Moreira, nº 3980, Jardim Brandini em Aparecida do Taboado-MS, CEP 79570-000; 3. Cláusula 2ª-Objetivo social: Obras de terraplanagem, preparação de canteiro e limpeza de terreno, limpeza, manutenção e conservação predial, industrial e urbana, limpeza e esvaziamento de fossas sépticas, sumidouros, poços de esgoto, caixas de esgoto, galerias de águas pluviais e tubulações, jardinagem, paisagismo, roçada manual e mecanizada, obras de alvenaria, obras de construção e recuperação de pontes, viadutos e passarelas, mata burros e demais obras especiais, pintura de edifícios, obras de acabamento, instalação e manutenção elétrica, sinalização em vias públicas e rodovias, serviços de recepção, portaria, carpintaria, serviços de preparação e expedição de documentos, materiais e serviços de apoio administrativo. e locação de veículos leves e pesados com ou sem condutor, elaboração de projetos e serviços de engenharia, locação de mão de obra temporária. 1. Cláusula 4ª - O capital social é de R\$ 1.000.000,00 (um milhão); 2. Cláusula 7ª - A administração da sociedade será exercida pelo sócio único Jeruza Aparecida Garcia Azambuja Macedo. Estando em ordem a documentação, a CEA **DECIDIU** por homologar o Ad Referendum da Coordenadora, sendo de parecer favorável ao deferimento do pedido de alteração contratual efetivada pela Empresa Interessada em epígrafe, neste Conselho, para desenvolvimento de atividades na área de Agronomia, com restrição na área de Engenharia Elétrica em Média e Alta Tensão. Coordenou a votação o(a) Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho Marques. Votaram favoravelmente os senhores(as) conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno Cezar Alvaro Pontim, Antonio Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio Alves De Carvalho, Jose Antonio Maior Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo Elias De Oliveira e Leandro Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os senhores(as) conselheiros(as): Felipe Das Neves Monteiro. **5.2.2.1.1.3)** Processo n. J2025/057044-5 Interessado: EXTREMA. A Câmara Especializada de Agronomia do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o processo nº J2025/057044-5, da empresa interessada Extrema Prestadora de Serviços Ltda, que requer a este conselho, a alteração do seu registro de pessoa jurídica, apresentando a alteração e consolidação do seu Contrato Social. Analisado o presente processo, constatou-se que foram realizadas as seguintes alterações: 1) Razão Social: Extrema Prestadora de Serviços Ltda, conforme Cláusula Primeira da alteração e consolidação do Contrato Social; 2) Endereço da Sede: Avenida Orlando Mascarenhas Pereira, nº 1.910, Jardim Brandini, CEP 79.570-000 em Aparecida do Taboado - MS, conforme Cláusula Primeira da alteração e consolidação do Contrato Social; 3) Objetivo Social: Conforme a descrição constante na Cláusula Primeira da alteração e consolidação do Contrato Social; 4) Capital Social: R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), conforme Cláusula Quarta da alteração e consolidação do Contrato Social; 5) A Administração da Sociedade, cabe a Sócia Edna Solidade Martins do Amarante, conforme Cláusula Quinta da alteração e consolidação do Contrato Social; Considerando que, a empresa interessada, possui perante este Conselho, Responsáveis Técnicos que possuem atribuições profissionais específicas, condizentes com o objetivo social da empresa, nos termos do artigo 18º da Resolução nº: 1.121, de 13 de dezembro de



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA ESTADO DE MATO
GROSSO DO SUL

2019 do Confea. Estando em ordem a documentação apresentada, a CEA **DECIDIU** por homologar o Ad Referendum da Coordenadora, sendo pelo deferimento do pedido de alteração do seu registro de pessoa jurídica a Extrema Prestadora de Serviços Ltda, conforme a alteração e consolidação do seu Contrato Social, para desenvolvimento de atividades na área da Engenharia Civil, Agronomia e de Segurança do Trabalho, com restrições as seguinte atividades: Preparação e manutenção de computadores, máquinas, aparelhos elétricos e equipamentos de comunicação; jardinagem; paisagismo. Coordenou a votação o(a) Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho Marques. Votaram favoravelmente os senhores(as) conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno Cezar Alvaro Pontim, Antonio Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio Alves De Carvalho, Jose Antonio Maior Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo Elias De Oliveira e Leandro Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os senhores(as) conselheiros(as): Felipe Das Neves Monteiro. **5.2.2.1.1.4)** Processo n. J2025/057193-0 Interessado: GONÇALVES E CORREIA. A Câmara Especializada de Agronomia do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o processo nº J2025/057193-0, da empresa interessada Gonçalves e Correia, que requer a este conselho, a alteração do seu registro de pessoa jurídica, apresentando a alteração e consolidação do seu Contrato Social. Analisado o presente processo, constatou-se que foram realizadas as seguintes alterações: 1) Razão Social: Zion Prime Obras e Pavimentação Ltda, conforme Cláusula Primeira da alteração e consolidação do Contrato Social; 2) Endereço da Sede: Avenida Marechal Deodoro, nº 4.856, Vila São Jorge da Lagoa, Quadra 03, Lote 03, CEP 79.095-000 em Campo Grande - MS, conforme Cláusula Segunda da alteração e consolidação do Contrato Social; 3) Objetivo Social: Conforme a descrição constante na Cláusula Quarta da alteração e consolidação do Contrato Social; 4) Capital Social: R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), conforme Cláusula Quinta da alteração e consolidação do Contrato Social; 5) A Administração da Sociedade, cabe ao Sócio Cleiton Nonato Correia, conforme Cláusula Sexta da alteração e consolidação do Contrato Social; Considerando que, a empresa interessada, possui perante este Conselho, Responsáveis Técnicos que possuem atribuições profissionais específicas, condizentes com o objetivo social da empresa, nos termos do artigo 18º da Resolução nº: 1.121, de 13 de dezembro de 2019 do Confea. Estando em ordem a documentação apresentada, a CEA **DECIDIU** por homologar o Ad Referendum da Coordenadora, sendo pelo deferimento do pedido de alteração do seu registro de pessoa jurídica a Gonçalves e Correias, conforme a alteração e consolidação do seu Contrato Social, para desenvolvimento de atividades nas áreas da Engenharia Civil, Elétrica e Agronomia. Coordenou a votação o(a) Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho Marques. Votaram favoravelmente os senhores(as) conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno Cezar Alvaro Pontim, Antonio Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio Alves De Carvalho, Jose Antonio Maior Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo Elias De Oliveira e Leandro Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os senhores(as) conselheiros(as): Felipe Das Neves Monteiro. **5.2.2.1.1.5)** Processo n. J2025/057199-9



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA ESTADO DE MATO
GROSSO DO SUL

Interessado: CONSTRUTORA JLC LTDA. A Câmara Especializada de Agronomia do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o processo nº J2025/057199-9, da Empresa Interessada, que requer alteração do seu registro de pessoa jurídica neste Conselho, por que, houve a Alteração e Consolidação do Contrato Social, realizada em 27 de junho de 2.025. Analisado o processo, constatou-se que foram realizadas as alterações, conforme consta nas cláusulas abaixo relacionadas: 1. Cláusula 1ª – Razão social: CONSTRUTORA JLC LTDA; 2. Cláusula 1ª - Endereço da Sede: Rua Luiz Coutinho de Alencar, nº 232, Jardim Auxiliadora, CEP: 79051- 690 em Campo Grande-MS; 3. Cláusula 3ª-Objetivo social: conforme a descrição constante na Cláusula 2ª da Alteração e Consolidação do Contrato Social, realizada em 27 de junho de 2.025; 4. Cláusula 4ª - O capital social é de R\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais); 5. Cláusula 5ª - A sociedade é administrada pelo sócio, JORGE LOPES CÁCERES. Estando em ordem a documentação, a CEA **DECIDIU** por homologar o Ad Referendum da Coordenadora, sendo de parecer favorável ao deferimento do pedido de alteração contratual efetivada pela Empresa Interessada em epígrafe, neste Conselho, para desenvolvimento de atividades na área de Agronomia, com restrição nas áreas de Engenharia Mecânica e elaboração de georreferenciamento. Coordenou a votação o(a) Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho Marques. Votaram favoravelmente os senhores(as) conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno Cezar Alvaro Pontim, Antonio Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio Alves De Carvalho, Jose Antonio Maior Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo Elias De Oliveira e Leandro Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os senhores(as) conselheiros(as): Felipe Das Neves Monteiro. **5.2.2.1.1.6**) Processo n. J2025/058175-7 Interessado: GLOBAL DRONES. A Câmara Especializada de Agronomia do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o processo nº J2025/058175-7, da Empresa Interessada GLOBAL DRONES LTDA, que requer alteração do seu registro de pessoa jurídica neste Conselho, por que, houve a 8ª Alteração e Consolidação do Contrato Social, realizada em 23 de junho de 2025. Analisado o processo, constatou-se que foram realizadas as alterações, conforme consta nas cláusulas abaixo relacionadas: 1. Cláusula 1ª – Razão social: GLOBAL DRONES LTDA; 2. Cláusula 2ª – Endereço da Sede: Rodovia José Carlos Daux n. 600, EP12, 12B, João Paulo, Florianópolis, SC, CEP 88.030-902; 3. Cláusula 4ª - Objetivo social: conforme a descrição na Cláusula 4ª da 8ª Alteração e Consolidação do Contrato Social, realizada em 23 de junho de 2025(anexo dos autos); 4. Cláusula 6ª - O capital social é de R\$ 2.803.575,00 (dois milhões, oitocentos e três mil e quinhentos e setenta e cinco reais); 5. Cláusula 8ª – A administração da sociedade cabe isoladamente aos sócios Jose Luiz Bordignon e/ou Newton Antunes Torres. Estando em ordem a documentação, a CEA **DECIDIU** por homologar o Ad Referendum da Coordenadora, sendo de parecer favorável ao deferimento do pedido de alteração contratual efetivada pela Empresa Interessada em epígrafe, neste Conselho, para desenvolvimento de atividades na área de Agronomia, com restrição nas áreas de Engenharia Elétrica, Engenharia Eletrônica, Engenharia Mecânica e Engenharia Aeronáutica. Coordenou a votação o(a)



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA ESTADO DE MATO
GROSSO DO SUL

Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho Marques. Votaram favoravelmente os senhores(as) conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno Cezar Alvaro Pontim, Antonio Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio Alves De Carvalho, Jose Antonio Maior Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo Elias De Oliveira e Leandro Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os senhores(as) conselheiros(as): Felipe Das Neves Monteiro. **5.2.2.1.1.7)** Processo n. J2025/058260-5 Interessado: AGRO BANK. A Câmara Especializada de Agronomia do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o processo nº J2025/058260-5, da Empresa Interessada ASSUNPCAO & MEDEIROS LTDA com nome fantasia ESCALA PROJETOS RURAIS, que requer alteração do seu registro de pessoa jurídica neste Conselho, por que, houve a 3ª Alteração e Consolidação do Contrato Social, realizada em 16 de agosto de 2024. Analisado o processo, constatou-se que foram realizadas as alterações, conforme consta nas cláusulas abaixo relacionadas: 1, Cláusula 2ª, Parágrafo Primeiro – Razão social: SILVA & ASSUMPÇÃO LTDA; 2. Cláusula 2ª, Parágrafo Segundo – Endereço da Sede: Avenida Nelci Gonçalves de Simas, nº 675, Sala B, Centro, Naviraí-MS, CEP: 79.950-000; 3. Cláusula 3ª-Parágrafo Primeiro – Objetivo social: Serviços de agronomia e de consultoria às atividades agrícolas e pecuárias; Serviços de engenharia ambiental, atividades veterinárias; 4. Cláusula 3ª - Parágrafo Segundo - O capital social é de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais); 5. Cláusula 4ª – Parágrafo Único – A administração da sociedade é exercida pela sócia ADRIANA JOÃO DE ASSUNPÇÃO SILVA. Estando em ordem a documentação, a CEA **DECIDIU** por homologar o Ad Referendum da Coordenadora, sendo de parecer favorável ao deferimento do pedido de alteração contratual efetivada pela Empresa Interessada em epígrafe, neste Conselho, para desenvolvimento de atividades na área de Engenharia Florestal, com restrição às atividades pecuárias. Coordenou a votação o(a) Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho Marques. Votaram favoravelmente os senhores(as) conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno Cezar Alvaro Pontim, Antonio Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio Alves De Carvalho, Jose Antonio Maior Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo Elias De Oliveira e Leandro Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os senhores(as) conselheiros(as): Felipe Das Neves Monteiro. **5.2.2.1.1.8)** Processo n. J2025/058546-9 Interessado: SOL AMBIENTAL. A Câmara Especializada de Agronomia do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o processo nº J2025/058546-9, da empresa SOL BRASIL SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA, que encaminhou alteração contratual para análise e parecer. Cláusula Primeira: O capital social é elevado para R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais). Cláusula 2ª: Tendo em vista o aumento ocorrido, o capital social, representado por R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais), dividido em 4.000.000 (quatro milhões) de cotas, equivalentes a R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalmente integralizado em moeda corrente nacional, fica assim distribuído entre os sócios: a) Humberto Belmonte de Barros Godoy 1.000.000 cotas – R\$ 1.000.000,00 b) Rodrigo Belmonte de Barros Godoy 1.000.000 cotas – R\$ 1.000.000,00 c) Ibraim



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA ESTADO DE MATO
GROSSO DO SUL

Godoy da Silva Neto 2.000.000 cotas. TOTAIS - R\$ 4.000.000,00. Cláusula Quarta: Altera-se o objeto social que passa a ser: (Sistema de Transporte e Trânsito) Estudos, projetos, implantação, montagem, operação e gestão de sistema de sinalização viária, pesquisas origem destino, volume de tráfego, emissão de poluentes e quaisquer serviços pertinentes a transporte rodoviário e trânsito, Limpeza predial e demais bens imóveis, bem como asseio e conservação, jardinagem, desinsetização, desratização e descupinização com fornecimento de materiais. (Construção Civil) Projetos e execução da construção civil, terraplanagem e serviços complementares, recuperação de vias públicas, saneamento urbano e rural, e topografia (Limpeza Pública) Varrição manual e mecanizada, Capinação, Roçada, Raspagem, Pintura de Meio Fio, Limpeza de canais, vias urbanas, fossas sépticas e galerias pluviais, Serviços de Coleta, Transporte Rodoviário e Disposição Final de Resíduos Sólidos Domiciliar, Urbano, Hospitalar e Industrial. (Sistemas de Água e Esgoto) Projeto, implantação, operação, ampliação, manutenção, tratamento e gestão no todo ou em qualquer de suas partes componentes de sistema público e privado de águas, efluentes industriais e domésticos de qualquer espécie. (Meio Ambiente) Serviços de elaboração de Plano Municipal de Saneamento Básico PMSB, Serviços de elaboração de Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos PGRS, Serviços de elaboração de Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviço de Saúde PGRSS, Serviços de elaboração de Plano de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos PGIRS, Consultoria, Perícia, Auditoria e Gestão Ambiental, Elaboração de Projeto e Execução de Plano de Recuperação de Áreas Degradadas PRAD, Elaboração de Licenciamento Ambiental, Elaboração de Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental EIA RIMA, Elaboração de Estudo Ambiental Preliminar EAP, Elaboração de Projeto Básico Ambiental PBA, Elaboração de Plano de Controle Ambiental PCA, Elaboração de Relatório Ambiental Simplificado RAS, Educação Ambiental, Elaboração de Plano de Auto monitoramento PAM, Gestão de Aterro Sanitário, Usina de Triagem de Resíduos Sólidos (Rejeito e Reciclável), Preparação de Resíduos Sólidos Urbanos e Perigosos para Fins Energéticos. (Monitoramento Ambiental) Medição de emissões atmosféricas, ruídos, solo e água. (Educação ambiental) Desenvolvimento de programa de fomento à educação e saúde, nas operações de coleta e disposição de resíduos. (Segurança do Trabalho) Elaboração de projeto e implementação de segurança do trabalho. (Manufatura Reversa) Serviços de Coleta, Desmontagem, Compactação e Destinação Final de Materiais e Equipamentos Eletroeletrônicos, Locação de máquinas e equipamentos diversos, locação de banheiro químico, locação de veículos, como: trator, esteira, caminhão, Produção de programas customizáveis. (Comércio) Compra e venda de resíduos recicláveis, e o comércio atacadista de resíduos de sucatas metálicas. (Gestão Integrada de Resíduos Sólidos) Coleta, transporte, transbordo, triagem, reaproveitamento, tratamento e destinação final de resíduos sólidos urbanos, industriais, comerciais, de saúde, da construção civil, perigosos e não perigosos, implantação, operação e manutenção de usinas de triagem, centrais de valorização de recicláveis, unidades de compostagem e plantas de produção de CDR (Combustível Derivado de Resíduos), Prestação de serviços de limpeza urbana, varrição, roçada, capina, poda de árvores, limpeza de córregos, pintura de meio-fio, lavagem de vias, limpeza de bueiros



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA ESTADO DE MATO
GROSSO DO SUL

e bocas de lobo, e demais serviços correlatos. (Atividades de Transporte Rodoviário de Cargas) com ou sem a utilização de veículos próprios, inclusive o transporte de: Resíduos sólidos, produtos industrializados, matérias-primas, equipamentos, máquinas, alimentos e demais bens lícitos, transporte em regime de fretamento contínuo, eventual ou por demanda. (Consultoria e Treinamento Técnico Especializado) , incluindo: Consultoria ambiental, sanitária, de segurança do trabalho, licenciamento ambiental e assessoria técnica a órgãos públicos e privados, planejamento, implantação e gestão de sistemas de coleta seletiva, logística reversa e educação ambiental, realização de treinamentos, cursos, palestras, workshops e programas de capacitação técnica. (Indústria e Comercialização de Produtos Sustentáveis) Fabricação, beneficiamento, transformação e venda de produtos reciclados, reaproveitados ou sustentáveis oriundos de resíduos sólidos, Desenvolvimento e comercialização de soluções tecnológicas e equipamentos para gestão de resíduos. (Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação) Pesquisa e desenvolvimento de novas tecnologias para triagem, automação, inteligência artificial e robótica aplicada à gestão de resíduos e sustentabilidade, Criação de softwares, aplicativos, plataformas e sistemas de gestão ambiental. (Implantação e Gestão de Cooperativas e Projetos Associativos) Suporte técnico, operacional, jurídico e administrativo a cooperativas, associações, consórcios públicos e privados relacionados à cadeia de resíduos. (Comércio Atacadista e Varejista de Materiais e Equipamentos) Venda de produtos e equipamentos relacionados à sustentabilidade, meio ambiente, limpeza, segurança, jardinagem, logística e construção. (Locação de Estruturas e Equipamentos Ambientais) Locação de contêineres, caçambas, galpões, estruturas móveis ou fixas para triagem, armazenamento ou transbordo de resíduos, inclusive unidades móveis. (Projetos e Certificações Ambientais) Elaboração e execução de projetos para captação de recursos, regularização ambiental, planos de gerenciamento de resíduos e certificações ESG, ODS, carbono neutro, entre outros. (Produção e Comercialização de Créditos Ambientais) Desenvolvimento de projetos de compensação ambiental, créditos de carbono, crédito de oxigênio, e ativos ambientais correlatos. (Atividades de Comunicação e Educação Ambiental) Produção de conteúdo educativo, campanhas ambientais, ações de conscientização e marketing voltadas à sustentabilidade. (Franquias, Representações e Licenciamento de Modelos de Negócio) Desenvolvimento e concessão de franquias ou licenças de operação de sistemas, marcas, métodos e processos sustentáveis próprios. Estando em conformidade com a Resolução n. 1.121/19 do Confea, a CEA **DECIDIU** por homologar o Ad Referendum da Coordenadora, sendo de parecer favorável as alterações contratuais ocorridas. Coordenou a votação o(a) Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho Marques. Votaram favoravelmente os senhores(as) conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno Cezar Alvaro Pontim, Antonio Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio Alves De Carvalho, Jose Antonio Maior Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo Elias De Oliveira e Leandro Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os senhores(as) conselheiros(as): Felipe Das Neves Monteiro. **5.2.2.1.2) Baixa de ART. 5.2.2.1.2.1)** Processo n. F2022/074919-6 Interessado: PEDRO JOSÉ DE SOUZA COMPARIN. A Câmara Especializada de



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA ESTADO DE MATO
GROSSO DO SUL

Agronomia do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o processo nº F2022/074919-6, do Profissional Interessado PEDRO JOSÉ DE SOUZA COMPARIN, que solicitou a BAIXA das ARTs nºs 1320210103477 e 1320210103479, perante os arquivos deste conselho. Analisado o processo constatou-se que as referidas ARTs não atende o disposto na Decisão n. 969/2013 da Câmara Especializada de Agronomia - CEA deste Conselho. “Considerado o cadastramento e registro de 01 (uma) Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, de forma individualizada, por contrato de prestação de serviços técnicos nas culturas anuais e por CPF (Cadastro de Pessoa Física) ou CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica), desde que as áreas rurais, contíguas ou não, objeto do contrato estejam localizadas no mesmo município e comarca”. Foi solicitado diligência para o profissional substituir as referidas ARTs e registrar nova ART conforme a decisão da CEA; Considerando que a diligência não foi cuprida; Considerando que o profissional esteve no atendimento do CREA MS e foi orientado, conforme segue: “Bom dia, ontem fui a sede do CREA-MS em Campo Grande e fui atendido pela servidora Eliene, esta me orientou a enviar esta mensagem requerindo o cancelamento/indeferimento do protocolo F2022/074919-6, pois das 3 ART's nele listadas, 2 já foram baixadas regularmente. E eu preciso baixar a ART 1320210103491 que ainda permanece ativa mas o serviço já foi finalizado”. Considerando que o profissional cumpriu o que a diligência inicial solicitava, a CEA **DECIDIU** por homologar o Ad Referendum da Coordenadora, sendo de parecer favorável pela baixa da ART n. 1320210103491, do profissional Engenheiro Agrônomo Pedro José Souza Comparin, nos termos da Resolução n. 1.137/2023, do Confea. Coordenou a votação o(a) Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho Marques. Votaram favoravelmente os senhores(as) conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno Cezar Alvaro Pontim, Antonio Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio Alves De Carvalho, Jose Antonio Maior Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo Elias De Oliveira e Leandro Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os senhores(as) conselheiros(as): Felipe Das Neves Monteiro. **5.2.2.1.2.2)** Processo n. F2025/058448-9 Interessado: JANE ANDREON VENTORIM. A Câmara Especializada de Agronomia do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o processo nº F2025/058448-9, da Profissional JANE ANDREON VENTORIM, que requer a baixa das ART's: 1320220143366, 1320230068492, 1320230106824, 1320230106877, 1320230146320, 1320230146322 e 1320230146325. Analisado o processo e considerando que, ao término da atividade técnica desenvolvida obriga à baixa da ART de execução de obra, prestação de serviço ou desempenho de cargo ou função, devendo ser baixada em função da rescisão contratual, nos termos dos artigos 14, 15, 16 e 17 da Resolução nº: 1.137/2023 do CONFEA; Considerando que foram cumpridas as exigências legais, a CEA **DECIDIU** por homologar o Ad Referendum da Coordenadora, sendo pelo Deferimento da Baixa das ART's: 1320220143366, 1320230068492, 1320230106824, 1320230106877, 1320230146320, 1320230146322 e 1320230146325. Coordenou a votação o(a) Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho Marques. Votaram favoravelmente os senhores(as)



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA ESTADO DE MATO
GROSSO DO SUL

conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno Cezar Alvaro Pontim, Antonio Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio Alves De Carvalho, Jose Antonio Maior Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo Elias De Oliveira e Leandro Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os senhores(as) conselheiros(as): Felipe Das Neves Monteiro. **5.2.2.1.2.3)** Processo n. F2025/057772-5 Interessado: WILLIAN AUGUSTO MARTINELLI. A Câmara Especializada de Agronomia do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o processo nº F2025/057772-5, do Profissional WILLIAN AUGUSTO MARTINELLI, que requer a baixa das ART's: 1320230017120, 1320240050386, 1320240050390 e 1320250058129. Analisado o processo e considerando que, ao término da atividade técnica desenvolvida obriga à baixa da ART de execução de obra, prestação de serviço ou desempenho de cargo ou função, devendo ser baixada em função da rescisão contratual, nos termos dos artigos 14, 15, 16 e 17 da Resolução nº: 1.137/2023 do CONFEA; Considerando que foram cumpridas as exigências legais, a CEA **DECIDIU** por homologar o Ad Referendum da Coordenadora, sendo pelo Deferimento da Baixa das ART's: 1320230017120, 1320240050386, 1320240050390 e 1320250058129. Coordenou a votação o(a) Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho Marques. Votaram favoravelmente os senhores(as) conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno Cezar Alvaro Pontim, Antonio Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio Alves De Carvalho, Jose Antonio Maior Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo Elias De Oliveira e Leandro Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os senhores(as) conselheiros(as): Felipe Das Neves Monteiro. **5.2.2.1.2.4)** Processo n. F2025/057529-3 Interessado: MARIA GABRIELA SPINDOLA FRANCISCO. A Câmara Especializada de Agronomia do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o processo nº F2025/057529-3, da Profissional MARIA GABRIELA SPINDOLA FRANCISCO, que requer a baixa das ART's: 1320180039793, 1320180054549, 1320190052710, 1320180064558, 1320180090444 e 1320180037226. Analisado o processo e considerando que, ao término da atividade técnica desenvolvida obriga à baixa da ART de execução de obra, prestação de serviço ou desempenho de cargo ou função, devendo ser baixada em função da rescisão contratual, nos termos dos artigos 14, 15, 16 e 17 da Resolução nº: 1.137/2023 do CONFEA; Considerando que foram cumpridas as exigências legais, a CEA **DECIDIU** por homologar o Ad Referendum da Coordenadora, sendo pelo Deferimento da Baixa das ART's: 1320180039793, 1320180054549, 1320190052710, 1320180064558, 1320180090444 e 1320180037226. Coordenou a votação o(a) Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho Marques. Votaram favoravelmente os senhores(as) conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno Cezar Alvaro Pontim, Antonio Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio Alves De Carvalho, Jose Antonio Maior Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo Elias De Oliveira e Leandro Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os senhores(as) conselheiros(as): Felipe Das Neves Monteiro. **5.2.2.1.2.5)** Processo n. F2025/058153-6 Interessado: HELIO BALAN. A Câmara Especializada de Agronomia do



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA ESTADO DE MATO
GROSSO DO SUL

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o processo nº F2025/058153-6, do Profissional HELIO BALAN, que requer a baixa da ART n. 1320170025560. Analisado o processo e considerando que, ao término da atividade técnica desenvolvida obriga à baixa da ART de execução de obra, prestação de serviço ou desempenho de cargo ou função, devendo ser baixada em função da rescisão contratual, nos termos dos artigos 14, 15, 16 e 17 da Resolução nº: 1.137/2023 do CONFEA; Considerando que foram cumpridas as exigências legais, a CEA **DECIDIU** por homologar o Ad Referendum da Coordenadora, sendo pelo Deferimento da Baixa da ART n. 1320170025560. Coordenou a votação o(a) Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho Marques. Votaram favoravelmente os senhores(as) conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno Cezar Alvaro Pontim, Antonio Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio Alves De Carvalho, Jose Antonio Maior Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo Elias De Oliveira e Leandro Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os senhores(as) conselheiros(as): Felipe Das Neves Monteiro. **5.2.2.1.2.6)** Processo n. F2025/051196-1 Interessado: EDVALDO JUNIO PIRES NOVAIS. A Câmara Especializada de Agronomia do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o processo nº F2025/051196-1, do Profissional EDVALDO JUNIO PIRES NOVAIS, que requer a baixa das ART's: 1320250022410 e 1320250079607. Analisado o processo e considerando que, ao término da atividade técnica desenvolvida obriga à baixa da ART de execução de obra, prestação de serviço ou desempenho de cargo ou função, devendo ser baixada em função da rescisão contratual, nos termos dos artigos 14, 15, 16 e 17 da Resolução nº: 1.137/2023 do CONFEA; Considerando que foram cumpridas as exigências legais, a CEA **DECIDIU** por homologar o Ad Referendum da Coordenadora, sendo pelo Deferimento da Baixa das ART's: 1320250022410 e 1320250079607. Coordenou a votação o(a) Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho Marques. Votaram favoravelmente os senhores(as) conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno Cezar Alvaro Pontim, Antonio Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio Alves De Carvalho, Jose Antonio Maior Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo Elias De Oliveira e Leandro Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os senhores(as) conselheiros(as): Felipe Das Neves Monteiro. **5.2.2.1.2.7)** Processo n. F2025/054865-2 Interessado: Karina Figueiredo Nogueira. A Câmara Especializada de Agronomia do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o processo nº F2025/054865-2, da Profissional KARINA FIGUEIREDO NOGUEIRA, que requer a baixa da ART': 1320240012474. Analisado o processo e considerando que, ao término da atividade técnica desenvolvida obriga à baixa da ART de execução de obra, prestação de serviço ou desempenho de cargo ou função, devendo ser baixada em função da rescisão contratual, nos termos dos artigos 14, 15, 16 e 17 da Resolução nº: 1.137/2023 do CONFEA; Considerando que foram cumpridas as exigências legais, a CEA **DECIDIU** por homologar o Ad Referendum da Coordenadora, sendo pelo Deferimento da Baixa da ART': 1320240012474. Coordenou a votação o(a) Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho Marques. Votaram favoravelmente



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA ESTADO DE MATO
GROSSO DO SUL

os senhores(as) conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno Cezar Alvaro Pontim, Antonio Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio Alves De Carvalho, Jose Antonio Maior Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo Elias De Oliveira e Leandro Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os senhores(as) conselheiros(as): Felipe Das Neves Monteiro. **5.2.2.1.2.8)** Processo n. F2025/054870-9 Interessado: HENRIQUE FIGUEIREDO DOBASHI. A Câmara Especializada de Agronomia do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o processo nº F2025/054870-9, do Profissional HENRIQUE FIGUEIREDO DOBASHI, que requer a baixa da ART: 1320250069172. Analisado o processo e considerando que, ao término da atividade técnica desenvolvida obriga à baixa da ART de execução de obra, prestação de serviço ou desempenho de cargo ou função, devendo ser baixada em função da rescisão contratual, nos termos dos artigos 14, 15, 16 e 17 da Resolução nº: 1.137/2023 do CONFEA; Considerando que foram cumpridas as exigências legais, a CEA **DECIDIU** por homologar o Ad Referendum da Coordenadora, sendo pelo Deferimento da Baixa da ART n. 1320250069172. Coordenou a votação o(a) Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho Marques. Votaram favoravelmente os senhores(as) conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno Cezar Alvaro Pontim, Antonio Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio Alves De Carvalho, Jose Antonio Maior Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo Elias De Oliveira e Leandro Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os senhores(as) conselheiros(as): Felipe Das Neves Monteiro. **5.2.2.1.2.9)** Processo n. F2025/055225-0 Interessado: GRACINDO CARDOSO SANTOS JUNIOR. A Câmara Especializada de Agronomia do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o processo nº F2025/055225-0, do Profissional GRACINDO CARDOSO SANTOS JUNIOR, que requer a baixa das ART's: 1320220052074 e 1320210129613. Analisado o processo e considerando que, ao término da atividade técnica desenvolvida obriga à baixa da ART de execução de obra, prestação de serviço ou desempenho de cargo ou função, devendo ser baixada em função da rescisão contratual, nos termos dos artigos 14, 15, 16 e 17 da Resolução nº: 1.137/2023 do CONFEA; Considerando que foram cumpridas as exigências legais, a CEA **DECIDIU** por homologar o Ad Referendum da Coordenadora, sendo pelo Deferimento da Baixa das ART's: 1320220052074 e 1320210129613. Coordenou a votação o(a) Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho Marques. Votaram favoravelmente os senhores(as) conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno Cezar Alvaro Pontim, Antonio Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio Alves De Carvalho, Jose Antonio Maior Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo Elias De Oliveira e Leandro Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os senhores(as) conselheiros(as): Felipe Das Neves Monteiro. **5.2.2.1.2.10)** Processo n. F2025/055243-9 Interessado: GRACINDO CARDOSO SANTOS JUNIOR. A Câmara Especializada de Agronomia do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o processo nº F2025/055243-9, do Profissional GRACINDO CARDOSO SANTOS JUNIOR,



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA ESTADO DE MATO
GROSSO DO SUL

que requer a baixa da ART':1320210003199. Analisado o processo e considerando que, ao término da atividade técnica desenvolvida obriga à baixa da ART de execução de obra, prestação de serviço ou desempenho de cargo ou função, devendo ser baixada em função da rescisão contratual, nos termos dos artigos 14, 15, 16 e 17 da Resolução nº: 1.137/2023 do CONFEA; Considerando que foram cumpridas as exigências legais, a CEA **DECIDIU** por homologar o Ad Referendum da Coordenadora, sendo pelo Deferimento da Baixa das ART's: da ART':1320210003199. Coordenou a votação o(a) Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho Marques. Votaram favoravelmente os senhores(as) conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno Cezar Alvaro Pontim, Antonio Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio Alves De Carvalho, Jose Antonio Maior Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo Elias De Oliveira e Leandro Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os senhores(as) conselheiros(as): Felipe Das Neves Monteiro. **5.2.2.1.2.11)** Processo n. F2025/055393-1 Interessado: ANA PAULA BARRETO SILVA. A Câmara Especializada de Agronomia do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o processo nº F2025/055393-1, do Profissional ANA PAULA BARRETO SILVA, que requer a baixa da ART': 1320250014532. Analisado o processo e considerando que, ao término da atividade técnica desenvolvida obriga à baixa da ART de execução de obra, prestação de serviço ou desempenho de cargo ou função, devendo ser baixada em função da rescisão contratual, nos termos dos artigos 14, 15, 16 e 17 da Resolução nº: 1.137/2023 do CONFEA; Considerando que foram cumpridas as exigências legais, a CEA **DECIDIU** por homologar o Ad Referendum da Coordenadora, sendo pelo Deferimento da Baixa da ART': 1320250014532. Coordenou a votação o(a) Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho Marques. Votaram favoravelmente os senhores(as) conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno Cezar Alvaro Pontim, Antonio Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio Alves De Carvalho, Jose Antonio Maior Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo Elias De Oliveira e Leandro Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os senhores(as) conselheiros(as): Felipe Das Neves Monteiro. **5.2.2.1.2.12)** Processo n. F2025/055413-0 Interessado: GRACINDO CARDOSO SANTOS JUNIOR. A Câmara Especializada de Agronomia do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o processo nº F2025/055413-0, do Profissional GRACINDO CARDOSO SANTOS JUNIOR, que requer a baixa da ART':1320220067782. Analisado o presente processo e considerando que, ao término da atividade técnica desenvolvida obriga à baixa da ART de execução de obra, prestação de serviço ou desempenho de cargo ou função, devendo ser baixada em função da rescisão contratual, nos termos dos artigos 14, 15, 16 e 17 da Resolução nº: 1.137/2023 do CONFEA; Considerando que foram cumpridas as exigências legais, a CEA **DECIDIU** por homologar o Ad Referendum da Coordenadora, sendo pelo Deferimento da Baixa das ART's: da ART':1320220067782. Coordenou a votação o(a) Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho Marques. Votaram favoravelmente os senhores(as) conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno Cezar Alvaro Pontim, Antonio Luiz Viegas



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA ESTADO DE MATO
GROSSO DO SUL

Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio Alves De Carvalho, Jose Antonio Maior Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo Elias De Oliveira e Leandro Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os senhores(as) conselheiros(as): Felipe Das Neves Monteiro. **5.2.2.1.2.13)** Processo n. F2025/055679-5 Interessado: Karina Figueiredo Nogueira. A Câmara Especializada de Agronomia do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o processo nº F2025/055679-5, do Profissional KARINA FIGUEIREDO NOGUEIRA, que requer a baixa da ART': 1320240126464. Analisado o processo e considerando que, ao término da atividade técnica desenvolvida obriga à baixa da ART de execução de obra, prestação de serviço ou desempenho de cargo ou função, devendo ser baixada em função da rescisão contratual, nos termos dos artigos 14, 15, 16 e 17 da Resolução nº: 1.137/2023 do CONFEA; Considerando que foram cumpridas as exigências legais, a CEA **DECIDIU** por homologar o Ad Referendum da Coordenadora, sendo pelo Deferimento da Baixa da ART': 1320240126464. Coordenou a votação o(a) Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho Marques. Votaram favoravelmente os senhores(as) conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno Cezar Alvaro Pontim, Antonio Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio Alves De Carvalho, Jose Antonio Maior Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo Elias De Oliveira e Leandro Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os senhores(as) conselheiros(as): Felipe Das Neves Monteiro. **5.2.2.1.2.14)** Processo n. F2025/056063-6 Interessado: Karina Figueiredo Nogueira. A Câmara Especializada de Agronomia do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o processo nº F2025/056063-6, do Profissional KARINA FIGUEIREDO NOGUEIRA, que requer a baixa da ART': 1320240133123. Analisado o processo e considerando que, ao término da atividade técnica desenvolvida obriga à baixa da ART de execução de obra, prestação de serviço ou desempenho de cargo ou função, devendo ser baixada em função da rescisão contratual, nos termos dos artigos 14, 15, 16 e 17 da Resolução nº: 1.137/2023 do CONFEA; Considerando que foram cumpridas as exigências legais, a CEA **DECIDIU** por homologar o Ad Referendum da Coordenadora, sendo pelo Deferimento da Baixa da ART': 1320240133123. Coordenou a votação o(a) Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho Marques. Votaram favoravelmente os senhores(as) conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno Cezar Alvaro Pontim, Antonio Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio Alves De Carvalho, Jose Antonio Maior Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo Elias De Oliveira e Leandro Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os senhores(as) conselheiros(as): Felipe Das Neves Monteiro. **5.2.2.1.2.15)** Processo n. F2025/055736-8 Interessado: CARINA CRISTINA SATO SILVA. A Câmara Especializada de Agronomia do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o processo nº F2025/055736-8, da Profissional CARINA CRISTINA SATO SILVA, que requer a baixa da ART': 11595394. Analisado o processo e considerando que, ao término da atividade técnica desenvolvida obriga à baixa da ART de execução de obra, prestação de serviço ou desempenho de



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA ESTADO DE MATO
GROSSO DO SUL

cargo ou função, devendo ser baixada em função da rescisão contratual, nos termos dos artigos 14, 15, 16 e 17 da Resolução nº: 1.137/2023 do CONFEA; Considerando que foram cumpridas as exigências legais, a CEA **DECIDIU** por homologar o Ad Referendum da Coordenadora, sendo pelo Deferimento da Baixa da ART': 11595394. Coordenou a votação o(a) Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho Marques. Votaram favoravelmente os senhores(as) conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno Cezar Alvaro Pontim, Antonio Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio Alves De Carvalho, Jose Antonio Maior Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo Elias De Oliveira e Leandro Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os senhores(as) conselheiros(as): Felipe Das Neves Monteiro. **5.2.2.1.2.16)** Processo n. F2025/055737-6 Interessado: CARINA CRISTINA SATO SILVA. A Câmara Especializada de Agronomia do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o processo nº F2025/055737-6, da Profissional CARINA CRISTINA SATO SILVA, que requer a baixa da ART':11601369. Analisado o processo e considerando que, ao término da atividade técnica desenvolvida obriga à baixa da ART de execução de obra, prestação de serviço ou desempenho de cargo ou função, devendo ser baixada em função da rescisão contratual, nos termos dos artigos 14, 15, 16 e 17 da Resolução nº: 1.137/2023 do CONFEA; Considerando que foram cumpridas as exigências legais, a CEA **DECIDIU** por homologar o Ad Referendum da Coordenadora, sendo pelo Deferimento da Baixa da ART': 11601369. Coordenou a votação o(a) Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho Marques. Votaram favoravelmente os senhores(as) conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno Cezar Alvaro Pontim, Antonio Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio Alves De Carvalho, Jose Antonio Maior Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo Elias De Oliveira e Leandro Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os senhores(as) conselheiros(as): Felipe Das Neves Monteiro. **5.2.2.1.2.17)** Processo n. F2025/055771-6 Interessado: JULIANO LOPES. A Câmara Especializada de Agronomia do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o processo nº F2025/055771-6, do Profissional JULIANO LOPES, que requer a baixa da ART:: 1320250060989. Analisado o processo e considerando que, ao término da atividade técnica desenvolvida obriga à baixa da ART de execução de obra, prestação de serviço ou desempenho de cargo ou função, devendo ser baixada em função da rescisão contratual, nos termos dos artigos 14, 15, 16 e 17 da Resolução nº: 1.137/2023 do CONFEA; Considerando que foram cumpridas as exigências legais, a CEA **DECIDIU** por homologar o Ad Referendum da Coordenadora, sendo pelo Deferimento da Baixa da ART:: 1320250060989. Coordenou a votação o(a) Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho Marques. Votaram favoravelmente os senhores(as) conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno Cezar Alvaro Pontim, Antonio Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio Alves De Carvalho, Jose Antonio Maior Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo Elias De Oliveira e Leandro Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os senhores(as) conselheiros(as): Felipe Das Neves Monteiro. **5.2.2.1.2.18)** Processo n. F2025/055958-1



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA ESTADO DE MATO
GROSSO DO SUL

Interessado: MARIO KAI. A Câmara Especializada de Agronomia do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o processo nº F2025/055958-1, do Profissional MARIO KAI, que requer a baixa da ART':1320180116570. Analisado o processo e considerando que, ao término da atividade técnica desenvolvida obriga à baixa da ART de execução de obra, prestação de serviço ou desempenho de cargo ou função, devendo ser baixada em função da rescisão contratual, nos termos dos artigos 14, 15, 16 e 17 da Resolução nº: 1.137/2023 do CONFEA; Considerando que foram cumpridas as exigências legais, a CEA **DECIDIU** por homologar o Ad Referendum da Coordenadora, sendo pelo Deferimento da Baixa da ART':1320180116570. Coordenou a votação o(a) Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho Marques. Votaram favoravelmente os senhores(as) conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno Cezar Alvaro Pontim, Antonio Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio Alves De Carvalho, Jose Antonio Maior Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo Elias De Oliveira e Leandro Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os senhores(as) conselheiros(as): Felipe Das Neves Monteiro. **5.2.2.1.2.19)** Processo n. F2025/055961-1 Interessado: MARIO KAI. A Câmara Especializada de Agronomia do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o processo nº F2025/055961-1, do Profissional MARIO KAI, que requer a baixa da ART':1320180116587. Analisado o presente processo e considerando que, ao término da atividade técnica desenvolvida obriga à baixa da ART de execução de obra, prestação de serviço ou desempenho de cargo ou função, devendo ser baixada em função da rescisão contratual, nos termos dos artigos 14, 15, 16 e 17 da Resolução nº: 1.137/2023 do CONFEA; Considerando que foram cumpridas as exigências legais, a CEA **DECIDIU** por homologar o Ad Referendum da Coordenadora, sendo pelo Deferimento da Baixa da ART':1320180116587. Coordenou a votação o(a) Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho Marques. Votaram favoravelmente os senhores(as) conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno Cezar Alvaro Pontim, Antonio Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio Alves De Carvalho, Jose Antonio Maior Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo Elias De Oliveira e Leandro Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os senhores(as) conselheiros(as): Felipe Das Neves Monteiro. **5.2.2.1.2.20)** Processo n. F2025/055968-9 Interessado: MARIO KAI. A Câmara Especializada de Agronomia do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o processo nº F2025/055968-9, do Profissional MARIO KAI, que requer a baixa da ART':1320180116815. Analisado o processo e considerando que, ao término da atividade técnica desenvolvida obriga à baixa da ART de execução de obra, prestação de serviço ou desempenho de cargo ou função, devendo ser baixada em função da rescisão contratual, nos termos dos artigos 14, 15, 16 e 17 da Resolução nº: 1.137/2023 do CONFEA; Considerando que foram cumpridas as exigências legais, a CEA **DECIDIU** por homologar o Ad Referendum da Coordenadora, sendo pelo Deferimento da ART':1320180116815. Coordenou a votação o(a) Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho Marques. Votaram favoravelmente os senhores(as) conselheiros(as): Jackeline Matos



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA ESTADO DE MATO
GROSSO DO SUL

Do Nascimento, Bruno Cezar Alvaro Pontim, Antonio Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio Alves De Carvalho, Jose Antonio Maior Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo Elias De Oliveira e Leandro Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os senhores(as) conselheiros(as): Felipe Das Neves Monteiro. **5.2.2.1.2.21)** Processo n. F2025/055970-0 Interessado: MARIO KAI. A Câmara Especializada de Agronomia do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o processo nº F2025/055970-0, do Profissional MARIO KAI, que requer a baixa da ART':1320180116879. Analisado o processo e considerando que, ao término da atividade técnica desenvolvida obriga à baixa da ART de execução de obra, prestação de serviço ou desempenho de cargo ou função, devendo ser baixada em função da rescisão contratual, nos termos dos artigos 14, 15, 16 e 17 da Resolução nº: 1.137/2023 do CONFEA; Considerando que foram cumpridas as exigências legais, a CEA **DECIDIU** por homologar o Ad Referendum da Coordenadora, sendo pelo Deferimento da ART':1320180116879. Coordenou a votação o(a) Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho Marques. Votaram favoravelmente os senhores(as) conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno Cezar Alvaro Pontim, Antonio Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio Alves De Carvalho, Jose Antonio Maior Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo Elias De Oliveira e Leandro Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os senhores(as) conselheiros(as): Felipe Das Neves Monteiro. **5.2.2.1.2.22)** Processo n. F2025/055975-1 Interessado: MARIO KAI. A Câmara Especializada de Agronomia do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o processo nº F2025/055975-1, do Profissional MARIO KAI, que requer a baixa da ART':1320180116906. Analisado o processo e considerando que, ao término da atividade técnica desenvolvida obriga à baixa da ART de execução de obra, prestação de serviço ou desempenho de cargo ou função, devendo ser baixada em função da rescisão contratual, nos termos dos artigos 14, 15, 16 e 17 da Resolução nº: 1.137/2023 do CONFEA; Considerando que foram cumpridas as exigências legais, a CEA **DECIDIU** por homologar o Ad Referendum da Coordenadora, sendo pelo Deferimento da ART':1320180116906. Coordenou a votação o(a) Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho Marques. Votaram favoravelmente os senhores(as) conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno Cezar Alvaro Pontim, Antonio Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio Alves De Carvalho, Jose Antonio Maior Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo Elias De Oliveira e Leandro Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os senhores(as) conselheiros(as): Felipe Das Neves Monteiro. **5.2.2.1.2.23)** Processo n. F2025/055978-6 Interessado: MARIO KAI. A Câmara Especializada de Agronomia do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o processo nº F2025/055978-6, do Profissional MARIO KAI, que requer a baixa da ART':1320180116947. Analisado o processo e considerando que, ao término da atividade técnica desenvolvida obriga à baixa da ART de execução de obra, prestação de serviço ou desempenho de cargo ou função, devendo ser baixada em função da rescisão contratual, nos termos



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA ESTADO DE MATO
GROSSO DO SUL

dos artigos 14, 15, 16 e 17 da Resolução nº: 1.137/2023 do CONFEA; Considerando que foram cumpridas as exigências legais, a CEA **DECIDIU** por homologar o Ad Referendum da Coordenadora, sendo pelo Deferimento da ART':1320180116947. Coordenou a votação o(a) Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho Marques. Votaram favoravelmente os senhores(as) conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno Cezar Alvaro Pontim, Antonio Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio Alves De Carvalho, Jose Antonio Maior Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo Elias De Oliveira e Leandro Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os senhores(as) conselheiros(as): Felipe Das Neves Monteiro. **5.2.2.1.2.24)** Processo n. F2025/055980-8 Interessado: MARIO KAI. A Câmara Especializada de Agronomia do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o processo nº F2025/055980-8, do Profissional MARIO KAI, que requer a baixa da ART':1320180120186. Analisado o processo e considerando que, ao término da atividade técnica desenvolvida obriga à baixa da ART de execução de obra, prestação de serviço ou desempenho de cargo ou função, devendo ser baixada em função da rescisão contratual, nos termos dos artigos 14, 15, 16 e 17 da Resolução nº: 1.137/2023 do CONFEA; Considerando que foram cumpridas as exigências legais, a CEA **DECIDIU** por homologar o Ad Referendum da Coordenadora, sendo pelo Deferimento da ART':1320180116947. Coordenou a votação o(a) Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho Marques. Votaram favoravelmente os senhores(as) conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno Cezar Alvaro Pontim, Antonio Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio Alves De Carvalho, Jose Antonio Maior Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo Elias De Oliveira e Leandro Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os senhores(as) conselheiros(as): Felipe Das Neves Monteiro. **5.2.2.1.2.25)** Processo n. F2025/056446-1 Interessado: Rodolfo Luis Bigaram Thomazelli. A Câmara Especializada de Agronomia do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o processo nº F2025/056446-1, do Profissional RODOLFO LUIS BIGARAM THOMAZELL, que requer a baixa da ART': 1320250041133. Analisado o processo e considerando que, ao término da atividade técnica desenvolvida obriga à baixa da ART de execução de obra, prestação de serviço ou desempenho de cargo ou função, devendo ser baixada em função da rescisão contratual, nos termos dos artigos 14, 15, 16 e 17 da Resolução nº: 1.137/2023 do CONFEA; Considerando que foram cumpridas as exigências legais, a CEA **DECIDIU** por homologar o Ad Referendum da Coordenadora, sendo pelo Deferimento da Baixa da ART': 1320250041133. Coordenou a votação o(a) Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho Marques. Votaram favoravelmente os senhores(as) conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno Cezar Alvaro Pontim, Antonio Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio Alves De Carvalho, Jose Antonio Maior Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo Elias De Oliveira e Leandro Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os senhores(as) conselheiros(as): Felipe Das Neves Monteiro. **5.2.2.1.2.26)** Processo n. F2025/056061-0 Interessado: GRACINDO CARDOSO SANTOS JUNIOR. A Câmara Especializada de Agronomia do



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA ESTADO DE MATO
GROSSO DO SUL

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o processo nº F2025/056061-0, do Profissional GRACINDO CARDOSO SANTOS JUNIOR, que requer a baixa da ART': 1320240160926. Analisado o processo e considerando que, ao término da atividade técnica desenvolvida obriga à baixa da ART de execução de obra, prestação de serviço ou desempenho de cargo ou função, devendo ser baixada em função da rescisão contratual, nos termos dos artigos 14, 15, 16 e 17 da Resolução nº: 1.137/2023 do CONFEA; Considerando que foram cumpridas as exigências legais, a CEA **DECIDIU** por homologar o Ad Referendum da Coordenadora, sendo pelo Deferimento da ART': 1320240160926. Coordenou a votação o(a) Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho Marques. Votaram favoravelmente os senhores(as) conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno Cezar Alvaro Pontim, Antonio Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio Alves De Carvalho, Jose Antonio Maior Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo Elias De Oliveira e Leandro Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os senhores(as) conselheiros(as): Felipe Das Neves Monteiro. **5.2.2.1.2.27)** Processo n. F2025/056073-3 Interessado: GABRIEL BERSANI GRILLI. A Câmara Especializada de Agronomia do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o processo nº F2025/056073-3, do Profissional GABRIEL BERSANI GRILLI, que requer a baixa da ART': 1320240150354. Analisado o processo e considerando que, ao término da atividade técnica desenvolvida obriga à baixa da ART de execução de obra, prestação de serviço ou desempenho de cargo ou função, devendo ser baixada em função da rescisão contratual, nos termos dos artigos 14, 15, 16 e 17 da Resolução nº: 1.137/2023 do CONFEA; Considerando que foram cumpridas as exigências legais, a CEA **DECIDIU** por homologar o Ad Referendum da Coordenadora, sendo pelo Deferimento da Baixa da ART': 1320240150354. Coordenou a votação o(a) Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho Marques. Votaram favoravelmente os senhores(as) conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno Cezar Alvaro Pontim, Antonio Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio Alves De Carvalho, Jose Antonio Maior Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo Elias De Oliveira e Leandro Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os senhores(as) conselheiros(as): Felipe Das Neves Monteiro. **5.2.2.1.2.28)** Processo n. F2025/056077-6 Interessado: THAMIRES ESQUIVEL CARVALHO MORENO. A Câmara Especializada de Agronomia do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o processo nº F2025/056077-6, da Profissional THAMIRES ESQUIVEL CARVALHO MORENO, que requer a baixa da ART':1320250124547. Analisado o processo e considerando que, ao término da atividade técnica desenvolvida obriga à baixa da ART de execução de obra, prestação de serviço ou desempenho de cargo ou função, devendo ser baixada em função da rescisão contratual, nos termos dos artigos 14, 15, 16 e 17 da Resolução nº: 1.137/2023 do CONFEA; Considerando que foram cumpridas as exigências legais, a CEA **DECIDIU** por homologar o Ad Referendum da Coordenadora, sendo pelo Deferimento da baixa da ART':1320250124547. Coordenou a votação o(a) Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA ESTADO DE MATO
GROSSO DO SUL

Marques. Votaram favoravelmente os senhores(as) conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno Cezar Alvaro Pontim, Antonio Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio Alves De Carvalho, Jose Antonio Maior Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo Elias De Oliveira e Leandro Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os senhores(as) conselheiros(as): Felipe Das Neves Monteiro. **5.2.2.1.2.29)** Processo n. F2025/058563-9 Interessado: THAMIRES ESQUIVEL CARVALHO MORENO. A Câmara Especializada de Agronomia do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o processo nº F2025/058563-9, da Profissional THAMIRES ESQUIVEL CARVALHO MORENO, que requer a baixa da ART': 1320250133705. Analisado o processo e considerando que, ao término da atividade técnica desenvolvida obriga à baixa da ART de execução de obra, prestação de serviço ou desempenho de cargo ou função, devendo ser baixada em função da rescisão contratual, nos termos dos artigos 14, 15, 16 e 17 da Resolução nº: 1.137/2023 do CONFEA; Considerando que foram cumpridas as exigências legais, a CEA **DECIDIU** por homologar o Ad Referendum da Coordenadora, sendo pelo Deferimento da Baixa da ART': 1320250133705. Coordenou a votação o(a) Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho Marques. Votaram favoravelmente os senhores(as) conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno Cezar Alvaro Pontim, Antonio Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio Alves De Carvalho, Jose Antonio Maior Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo Elias De Oliveira e Leandro Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os senhores(as) conselheiros(as): Felipe Das Neves Monteiro. **5.2.2.1.2.30)** Processo n. F2025/056123-3 Interessado: MARIO KAI. A Câmara Especializada de Agronomia do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o processo nº F2025/056123-3, do Profissional MARIO KAI, que requer a baixa da ART'1320180116547. Analisado o processo e considerando que, ao término da atividade técnica desenvolvida obriga à baixa da ART de execução de obra, prestação de serviço ou desempenho de cargo ou função, devendo ser baixada em função da rescisão contratual, nos termos dos artigos 14, 15, 16 e 17 da Resolução nº: 1.137/2023 do CONFEA; Considerando que foram cumpridas as exigências legais, a CEA **DECIDIU** por homologar o Ad Referendum da Coordenadora, sendo pelo Deferimento da ART':1320180116547. Coordenou a votação o(a) Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho Marques. Votaram favoravelmente os senhores(as) conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno Cezar Alvaro Pontim, Antonio Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio Alves De Carvalho, Jose Antonio Maior Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo Elias De Oliveira e Leandro Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os senhores(as) conselheiros(as): Felipe Das Neves Monteiro. **5.2.2.1.2.31)** Processo n. F2025/056126-8 Interessado: MARIO KAI. A Câmara Especializada de Agronomia do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o processo nº F2025/056126-8, do Profissional MARIO KAI, que requer a baixa da ART'1320180116399. Analisado o processo e considerando que, ao término da atividade técnica desenvolvida obriga à baixa



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA ESTADO DE MATO
GROSSO DO SUL

da ART de execução de obra, prestação de serviço ou desempenho de cargo ou função, devendo ser baixada em função da rescisão contratual, nos termos dos artigos 14, 15, 16 e 17 da Resolução nº: 1.137/2023 do CONFEA; Considerando que foram cumpridas as exigências legais, a CEA **DECIDIU** por homologar o Ad Referendum da Coordenadora, sendo pelo Deferimento da ART::1320180116399. Coordenou a votação o(a) Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho Marques. Votaram favoravelmente os senhores(as) conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno Cezar Alvaro Pontim, Antonio Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio Alves De Carvalho, Jose Antonio Maior Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo Elias De Oliveira e Leandro Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os senhores(as) conselheiros(as): Felipe Das Neves Monteiro. **5.2.2.1.2.32)** Processo n. F2025/056128-4 Interessado: MARIO KAI. A Câmara Especializada de Agronomia do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o processo nº F2025/056128-4, do Profissional MARIO KAI, que requer a baixa da ART'1320180116414. Analisado o processo e considerando que, ao término da atividade técnica desenvolvida obriga à baixa da ART de execução de obra, prestação de serviço ou desempenho de cargo ou função, devendo ser baixada em função da rescisão contratual, nos termos dos artigos 14, 15, 16 e 17 da Resolução nº: 1.137/2023 do CONFEA; Considerando que foram cumpridas as exigências legais, a CEA **DECIDIU** por homologar o Ad Referendum da Coordenadora, sendo pelo Deferimento da ART::1320180116414. Coordenou a votação o(a) Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho Marques. Votaram favoravelmente os senhores(as) conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno Cezar Alvaro Pontim, Antonio Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio Alves De Carvalho, Jose Antonio Maior Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo Elias De Oliveira e Leandro Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os senhores(as) conselheiros(as): Felipe Das Neves Monteiro. **5.2.2.1.2.33)** Processo n. F2025/056129-2 Interessado: MARIO KAI. A Câmara Especializada de Agronomia do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o processo nº F2025/056129-2, do Profissional MARIO KAI, que requer a baixa da ART'1320180116389. Analisado o processo e considerando que, ao término da atividade técnica desenvolvida obriga à baixa da ART de execução de obra, prestação de serviço ou desempenho de cargo ou função, devendo ser baixada em função da rescisão contratual, nos termos dos artigos 14, 15, 16 e 17 da Resolução nº: 1.137/2023 do CONFEA; Considerando que foram cumpridas as exigências legais, a CEA **DECIDIU** por homologar o Ad Referendum da Coordenadora, sendo pelo Deferimento da ART::1320180116389. Coordenou a votação o(a) Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho Marques. Votaram favoravelmente os senhores(as) conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno Cezar Alvaro Pontim, Antonio Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio Alves De Carvalho, Jose Antonio Maior Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo Elias De Oliveira e Leandro Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os senhores(as) conselheiros(as): Felipe Das Neves Monteiro. **5.2.2.1.2.34)** Processo n.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA ESTADO DE MATO
GROSSO DO SUL

F2025/056131-4 Interessado: MARIO KAI. A Câmara Especializada de Agronomia do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o processo nº F2025/056131-4, do Profissional MARIO KAI, que requer a baixa da ART'1320180116377. Analisado o processo e considerando que, ao término da atividade técnica desenvolvida obriga à baixa da ART de execução de obra, prestação de serviço ou desempenho de cargo ou função, devendo ser baixada em função da rescisão contratual, nos termos dos artigos 14, 15, 16 e 17 da Resolução nº: 1.137/2023 do CONFEA; Considerando que foram cumpridas as exigências legais, a CEA **DECIDIU** por homologar o Ad Referendum da Coordenadora, sendo pelo Deferimento da ART':1320180116377. Coordenou a votação o(a) Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho Marques. Votaram favoravelmente os senhores(as) conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno Cezar Alvaro Pontim, Antonio Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio Alves De Carvalho, Jose Antonio Maior Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo Elias De Oliveira e Leandro Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os senhores(as) conselheiros(as): Felipe Das Neves Monteiro. **5.2.2.1.2.35)** Processo n. F2025/056136-5 Interessado: MARIO KAI. A Câmara Especializada de Agronomia do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o processo nº F2025/056136-5, do Profissional MARIO KAI, que requer a baixa da ART'1320180116372. Analisado o processo e considerando que, ao término da atividade técnica desenvolvida obriga à baixa da ART de execução de obra, prestação de serviço ou desempenho de cargo ou função, devendo ser baixada em função da rescisão contratual, nos termos dos artigos 14, 15, 16 e 17 da Resolução nº: 1.137/2023 do CONFEA; Considerando que foram cumpridas as exigências legais, a CEA **DECIDIU** por homologar o Ad Referendum da Coordenadora, sendo pelo Deferimento da ART':1320180116372. Coordenou a votação o(a) Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho Marques. Votaram favoravelmente os senhores(as) conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno Cezar Alvaro Pontim, Antonio Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio Alves De Carvalho, Jose Antonio Maior Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo Elias De Oliveira e Leandro Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os senhores(as) conselheiros(as): Felipe Das Neves Monteiro. **5.2.2.1.2.36)** Processo n. F2025/056141-1 Interessado: MARIO KAI. A Câmara Especializada de Agronomia do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o processo nº F2025/056141-1, do Profissional MARIO KAI, que requer a baixa da ART'1320180116479. Analisado o processo e considerando que, ao término da atividade técnica desenvolvida obriga à baixa da ART de execução de obra, prestação de serviço ou desempenho de cargo ou função, devendo ser baixada em função da rescisão contratual, nos termos dos artigos 14, 15, 16 e 17 da Resolução nº: 1.137/2023 do CONFEA; Considerando que foram cumpridas as exigências legais, a CEA **DECIDIU** por homologar o Ad Referendum da Coordenadora, sendo pelo Deferimento da ART n. 1320180116479. Coordenou a votação o(a) Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho Marques. Votaram favoravelmente os senhores(as) conselheiros(as): Jackeline



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA ESTADO DE MATO
GROSSO DO SUL

Matos Do Nascimento, Bruno Cezar Alvaro Pontim, Antonio Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio Alves De Carvalho, Jose Antonio Maior Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo Elias De Oliveira e Leandro Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os senhores(as) conselheiros(as): Felipe Das Neves Monteiro. **5.2.2.1.2.37)** Processo n. F2025/056203-5 Interessado: GRACINDO CARDOSO SANTOS JUNIOR. A Câmara Especializada de Agronomia do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o processo nº F2025/056203-5, do Profissional GRACINDO CARDOSO SANTOS JUNIOR, que requer a baixa da ART': 1320240102046. Analisado o processo e considerando que, ao término da atividade técnica desenvolvida obriga à baixa da ART de execução de obra, prestação de serviço ou desempenho de cargo ou função, devendo ser baixada em função da rescisão contratual, nos termos dos artigos 14, 15, 16 e 17 da Resolução nº: 1.137/2023 do CONFEA; Considerando que foram cumpridas as exigências legais, a CEA **DECIDIU** por homologar o Ad Referendum da Coordenadora, sendo pelo Deferimento da ART': 1320240102046. Coordenou a votação o(a) Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho Marques. Votaram favoravelmente os senhores(as) conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno Cezar Alvaro Pontim, Antonio Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio Alves De Carvalho, Jose Antonio Maior Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo Elias De Oliveira e Leandro Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os senhores(as) conselheiros(as): Felipe Das Neves Monteiro. **5.2.2.1.2.38)** Processo n. F2025/056284-1 Interessado: MARIO KAI. A Câmara Especializada de Agronomia do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o processo nº F2025/056284-1, do Profissional MARIO KAI, que requer a baixa da ART'1320190003037. Analisado o processo e considerando que, ao término da atividade técnica desenvolvida obriga à baixa da ART de execução de obra, prestação de serviço ou desempenho de cargo ou função, devendo ser baixada em função da rescisão contratual, nos termos dos artigos 14, 15, 16 e 17 da Resolução nº: 1.137/2023 do CONFEA; Considerando que foram cumpridas as exigências legais, a CEA **DECIDIU** por homologar o Ad Referendum da Coordenadora, sendo pelo Deferimento da ART':1320190003037. Coordenou a votação o(a) Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho Marques. Votaram favoravelmente os senhores(as) conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno Cezar Alvaro Pontim, Antonio Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio Alves De Carvalho, Jose Antonio Maior Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo Elias De Oliveira e Leandro Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os senhores(as) conselheiros(as): Felipe Das Neves Monteiro. **5.2.2.1.2.39)** Processo n. F2025/056285-0 Interessado: MARIO KAI. A Câmara Especializada de Agronomia do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o processo nº F2025/056285-0, do Profissional MARIO KAI, que requer a baixa da ART'1320190003051. Analisado o presente processo e considerando que, ao término da atividade técnica desenvolvida obriga à baixa da ART de execução de obra, prestação de serviço ou desempenho de cargo ou função,



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA ESTADO DE MATO
GROSSO DO SUL

devendo ser baixada em função da rescisão contratual, nos termos dos artigos 14, 15, 16 e 17 da Resolução nº: 1.137/2023 do CONFEA; Considerando que foram cumpridas as exigências legais, a CEA **DECIDIU** por homologar o Ad Referendum da Coordenadora, sendo pelo Deferimento da ART n. 1320190003051. Coordenou a votação o(a) Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho Marques. Votaram favoravelmente os senhores(as) conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno Cezar Alvaro Pontim, Antonio Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio Alves De Carvalho, Jose Antonio Maior Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo Elias De Oliveira e Leandro Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os senhores(as) conselheiros(as): Felipe Das Neves Monteiro. **5.2.2.1.2.40)** Processo n. F2025/056286-8 Interessado: MARIO KAI. A Câmara Especializada de Agronomia do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o processo nº F2025/056286-8, do Profissional MARIO KA, que requer a baixa da ART': 1320180116465. Analisado o processo e considerando que, ao término da atividade técnica desenvolvida obriga à baixa da ART de execução de obra, prestação de serviço ou desempenho de cargo ou função, devendo ser baixada em função da rescisão contratual, nos termos dos artigos 14, 15, 16 e 17 da Resolução nº: 1.137/2023 do CONFEA; Considerando que foram cumpridas as exigências legais, a CEA **DECIDIU** por homologar o Ad Referendum da Coordenadora, sendo pelo Deferimento da Baixa da ART': 1320180116465. Coordenou a votação o(a) Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho Marques. Votaram favoravelmente os senhores(as) conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno Cezar Alvaro Pontim, Antonio Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio Alves De Carvalho, Jose Antonio Maior Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo Elias De Oliveira e Leandro Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os senhores(as) conselheiros(as): Felipe Das Neves Monteiro. **5.2.2.1.2.41)** Processo n. F2025/056287-6 Interessado: MARIO KAI. A Câmara Especializada de Agronomia do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o processo nº F2025/056287-6, do Profissional MARIO KAI, que requer a baixa da ART'1320190001436. Analisado o processo e considerando que, ao término da atividade técnica desenvolvida obriga à baixa da ART de execução de obra, prestação de serviço ou desempenho de cargo ou função, devendo ser baixada em função da rescisão contratual, nos termos dos artigos 14, 15, 16 e 17 da Resolução nº: 1.137/2023 do CONFEA; Considerando que foram cumpridas as exigências legais, a CEA **DECIDIU** por homologar o Ad Referendum da Coordenadora, sendo pelo Deferimento da ART':1320190001436. Coordenou a votação o(a) Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho Marques. Votaram favoravelmente os senhores(as) conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno Cezar Alvaro Pontim, Antonio Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio Alves De Carvalho, Jose Antonio Maior Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo Elias De Oliveira e Leandro Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os senhores(as) conselheiros(as): Felipe Das Neves Monteiro. **5.2.2.1.2.42)** Processo n. F2025/056289-2 Interessado: MARIO KAI. A Câmara



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA ESTADO DE MATO
GROSSO DO SUL

Especializada de Agronomia do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o processo nº F2025/056289-2, do Profissional MARIO KAI, que requer a baixa da ART'1320180116473. Analisado o processo e considerando que, ao término da atividade técnica desenvolvida obriga à baixa da ART de execução de obra, prestação de serviço ou desempenho de cargo ou função, devendo ser baixada em função da rescisão contratual, nos termos dos artigos 14, 15, 16 e 17 da Resolução nº: 1.137/2023 do CONFEA; Considerando que foram cumpridas as exigências legais, a CEA **DECIDIU** por homologar o Ad Referendum da Coordenadora, sendo pelo Deferimento da ART':1320180116473. Coordenou a votação o(a) Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho Marques. Votaram favoravelmente os senhores(as) conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno Cezar Alvaro Pontim, Antonio Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio Alves De Carvalho, Jose Antonio Maior Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo Elias De Oliveira e Leandro Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os senhores(as) conselheiros(as): Felipe Das Neves Monteiro. **5.2.2.1.2.43)** Processo n. F2025/056291-4 Interessado: MARIO KAI. A Câmara Especializada de Agronomia do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o processo nº F2025/056291-4, do Profissional MARIO KAI, que requer a baixa da ART'1320190001419. Analisado o processo e considerando que, ao término da atividade técnica desenvolvida obriga à baixa da ART de execução de obra, prestação de serviço ou desempenho de cargo ou função, devendo ser baixada em função da rescisão contratual, nos termos dos artigos 14, 15, 16 e 17 da Resolução nº: 1.137/2023 do CONFEA; Considerando que foram cumpridas as exigências legais, a CEA **DECIDIU** por homologar o Ad Referendum da Coordenadora, sendo pelo Deferimento da ART':1320190001419. Coordenou a votação o(a) Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho Marques. Votaram favoravelmente os senhores(as) conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno Cezar Alvaro Pontim, Antonio Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio Alves De Carvalho, Jose Antonio Maior Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo Elias De Oliveira e Leandro Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os senhores(as) conselheiros(as): Felipe Das Neves Monteiro. **5.2.2.1.2.44)** Processo n. F2025/056292-2 Interessado: MARIO KAI. A Câmara Especializada de Agronomia do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o processo nº F2025/056292-2, do Profissional MARIO KAI, que requer a baixa da ART'1320190001362. Analisado o processo e considerando que, ao término da atividade técnica desenvolvida obriga à baixa da ART de execução de obra, prestação de serviço ou desempenho de cargo ou função, devendo ser baixada em função da rescisão contratual, nos termos dos artigos 14, 15, 16 e 17 da Resolução nº: 1.137/2023 do CONFEA; Considerando que foram cumpridas as exigências legais, a CEA **DECIDIU** por homologar o Ad Referendum da Coordenadora, sendo pelo Deferimento da ART':1320190001362. Coordenou a votação o(a) Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho Marques. Votaram favoravelmente os senhores(as) conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno Cezar Alvaro Pontim, Antonio



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA ESTADO DE MATO
GROSSO DO SUL

Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio Alves De Carvalho, Jose Antonio Maior Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo Elias De Oliveira e Leandro Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os senhores(as) conselheiros(as): Felipe Das Neves Monteiro. **5.2.2.1.2.45)** Processo n. F2025/056294-9 Interessado: MARIO KAI. A Câmara Especializada de Agronomia do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o processo nº F2025/056294-9, do profissional MARIO KAI, que requer a baixa da ART'1320190001432. Analisado o processo e considerando que, ao término da atividade técnica desenvolvida obriga à baixa da ART de execução de obra, prestação de serviço ou desempenho de cargo ou função, devendo ser baixada em função da rescisão contratual, nos termos dos artigos 14, 15, 16 e 17 da Resolução nº: 1.137/2023 do CONFEA; Considerando que foram cumpridas as exigências legais, a CEA **DECIDIU** por homologar o Ad Referendum da Coordenadora, sendo pelo Deferimento da ART n.1320190001432. Coordenou a votação o(a) Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho Marques. Votaram favoravelmente os senhores(as) conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno Cezar Alvaro Pontim, Antonio Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio Alves De Carvalho, Jose Antonio Maior Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo Elias De Oliveira e Leandro Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os senhores(as) conselheiros(as): Felipe Das Neves Monteiro. **5.2.2.1.2.46)** Processo n. F2025/056295-7 Interessado: MARIO KAI. A Câmara Especializada de Agronomia do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o processo nº F2025/056295-7, do Profissional MARIO KAI, que requer a baixa da ART'1320180121627. Analisado o processo e considerando que, ao término da atividade técnica desenvolvida obriga à baixa da ART de execução de obra, prestação de serviço ou desempenho de cargo ou função, devendo ser baixada em função da rescisão contratual, nos termos dos artigos 14, 15, 16 e 17 da Resolução nº: 1.137/2023 do CONFEA; Considerando que foram cumpridas as exigências legais, a CEA **DECIDIU** por homologar o Ad Referendum da Coordenadora, sendo pelo Deferimento da ART n.1320180121627. Coordenou a votação o(a) Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho Marques. Votaram favoravelmente os senhores(as) conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno Cezar Alvaro Pontim, Antonio Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio Alves De Carvalho, Jose Antonio Maior Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo Elias De Oliveira e Leandro Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os senhores(as) conselheiros(as): Felipe Das Neves Monteiro. **5.2.2.1.2.47)** Processo n. F2025/056350-3 Interessado: Emanuel Barbosa dos Santos. A Câmara Especializada de Agronomia do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o processo nº F2025/056350-3, do Profissional EMANUEL BARBOSA DOS SANTOS, que requer a baixa da ART': 1320250040036. Analisado o processo e considerando que, ao término da atividade técnica desenvolvida obriga à baixa da ART de execução de obra, prestação de serviço ou desempenho de cargo ou função, devendo ser baixada em função da rescisão contratual, nos termos dos artigos 14, 15,



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA ESTADO DE MATO
GROSSO DO SUL

16 e 17 da Resolução nº: 1.137/2023 do CONFEA; Considerando que foram cumpridas as exigências legais, a CEA **DECIDIU** por homologar o Ad Referendum da Coordenadora, sendo pelo Deferimento da Baixa da ART n. 1320250040036. Coordenou a votação o(a) Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho Marques. Votaram favoravelmente os senhores(as) conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno Cezar Alvaro Pontim, Antonio Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio Alves De Carvalho, Jose Antonio Maior Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo Elias De Oliveira e Leandro Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os senhores(as) conselheiros(as): Felipe Das Neves Monteiro. **5.2.2.1.2.48)** Processo n. F2025/056367-8 Interessado: GRACINDO CARDOSO SANTOS JUNIOR. A Câmara Especializada de Agronomia do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o processo nº F2025/056367-8, do Profissional GRACINDO CARDOSO SANTOS JUNIOR, que requer a baixa 1320240153270. Analisado o processo e considerando que, ao término da atividade técnica desenvolvida obriga à baixa da ART de execução de obra, prestação de serviço ou desempenho de cargo ou função, devendo ser baixada em função da rescisão contratual, nos termos dos artigos 14, 15, 16 e 17 da Resolução nº: 1.137/2023 do CONFEA; Considerando que foram cumpridas as exigências legais, a CEA **DECIDIU** por homologar o Ad Referendum da Coordenadora, sendo pelo Deferimento 1320240153270. Coordenou a votação o(a) Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho Marques. Votaram favoravelmente os senhores(as) conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno Cezar Alvaro Pontim, Antonio Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio Alves De Carvalho, Jose Antonio Maior Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo Elias De Oliveira e Leandro Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os senhores(as) conselheiros(as): Felipe Das Neves Monteiro. **5.2.2.1.2.49)** Processo n. F2025/056500-0 Interessado: MARIO KAI. A Câmara Especializada de Agronomia do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o processo nº F2025/056500-0, do Profissional MARIO KAI, que requer a baixa da ART n.1320190007794. Analisado o processo e considerando que, ao término da atividade técnica desenvolvida obriga à baixa da ART de execução de obra, prestação de serviço ou desempenho de cargo ou função, devendo ser baixada em função da rescisão contratual, nos termos dos artigos 14, 15, 16 e 17 da Resolução nº: 1.137/2023 do CONFEA; Considerando que foram cumpridas as exigências legais, a CEA **DECIDIU** por homologar o Ad Referendum da Coordenadora, sendo pelo Deferimento da ART:1320190007794. Coordenou a votação o(a) Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho Marques. Votaram favoravelmente os senhores(as) conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno Cezar Alvaro Pontim, Antonio Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio Alves De Carvalho, Jose Antonio Maior Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo Elias De Oliveira e Leandro Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os senhores(as) conselheiros(as): Felipe Das Neves Monteiro. **5.2.2.1.2.50)** Processo n. F2025/056502-6 Interessado: MARIO KAI. A Câmara Especializada de Agronomia do Conselho Regional de Engenharia



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA ESTADO DE MATO
GROSSO DO SUL

e Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o processo nº F2025/056502-6, do Profissional MARIO KAI, que requer a baixa da ART n. 1320190007799. Analisado o processo e considerando que, ao término da atividade técnica desenvolvida obriga à baixa da ART de execução de obra, prestação de serviço ou desempenho de cargo ou função, devendo ser baixada em função da rescisão contratual, nos termos dos artigos 14, 15, 16 e 17 da Resolução nº: 1.137/2023 do CONFEA; Considerando que foram cumpridas as exigências legais, a CEA **DECIDIU** por homologar o Ad Referendum da Coordenadora, sendo pelo Deferimento da ART':1320190007799. Coordenou a votação o(a) Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho Marques. Votaram favoravelmente os senhores(as) conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno Cezar Alvaro Pontim, Antonio Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio Alves De Carvalho, Jose Antonio Maior Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo Elias De Oliveira e Leandro Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os senhores(as) conselheiros(as): Felipe Das Neves Monteiro. **5.2.2.1.2.51)** Processo n. F2025/056504-2 Interessado: Mariana Yukiko Uemura Shinzato. A Câmara Especializada de Agronomia do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o processo nº F2025/056504-2, da Profissional MARIANA YUKIKO UEMURA SHINZATOL, que requer a baixa da ART':1320220000979. Analisado o processo e considerando que, ao término da atividade técnica desenvolvida obriga à baixa da ART de execução de obra, prestação de serviço ou desempenho de cargo ou função, devendo ser baixada em função da rescisão contratual, nos termos dos artigos 14, 15, 16 e 17 da Resolução nº: 1.137/2023 do CONFEA; Considerando que foram cumpridas as exigências legais, a CEA **DECIDIU** por homologar o Ad Referendum da Coordenadora, sendo pelo Deferimento da Baixa da ART n. 1320220000979. Coordenou a votação o(a) Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho Marques. Votaram favoravelmente os senhores(as) conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno Cezar Alvaro Pontim, Antonio Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio Alves De Carvalho, Jose Antonio Maior Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo Elias De Oliveira e Leandro Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os senhores(as) conselheiros(as): Felipe Das Neves Monteiro. **5.2.2.1.2.52)** Processo n. F2025/056506-9 Interessado: MARIO KAI. A Câmara Especializada de Agronomia do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o processo nº F2025/056506-9, do profissional MARIO KAI, que requer a baixa da ART':1320190042515. Analisado o processo e considerando que, ao término da atividade técnica desenvolvida obriga à baixa da ART de execução de obra, prestação de serviço ou desempenho de cargo ou função, devendo ser baixada em função da rescisão contratual, nos termos dos artigos 14, 15, 16 e 17 da Resolução nº: 1.137/2023 do CONFEA; Considerando que foram cumpridas as exigências legais, a CEA **DECIDIU** por homologar o Ad Referendum da Coordenadora, sendo pelo Deferimento da ART':1320190042515. Coordenou a votação o(a) Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho Marques. Votaram favoravelmente os senhores(as) conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno Cezar Alvaro Pontim, Antonio



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA ESTADO DE MATO
GROSSO DO SUL

1033 Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio Alves De Carvalho, Jose
1034 Antonio Maior Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo Elias De Oliveira e
1035 Leandro Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os senhores(as) conselheiros(as): Felipe
1036 Das Neves Monteiro. **5.2.2.1.2.53)** Processo n. F2025/056509-3 Interessado: MARIO KAI. A Câmara
1037 Especializada de Agronomia do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Mato
1038 Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o processo nº F2025/056509-3, do Profissional MARIO KAI,
1039 que requer a baixa da ART n. 1320190007806. Analisado o processo e considerando que, ao término
1040 da atividade técnica desenvolvida obriga à baixa da ART de execução de obra, prestação de serviço ou
1041 desempenho de cargo ou função, devendo ser baixada em função da rescisão contratual, nos termos
1042 dos artigos 14, 15, 16 e 17 da Resolução nº: 1.137/2023 do CONFEA; Considerando que foram
1043 cumpridas as exigências legais, a CEA **DECIDIU** por homologar o Ad Referendum da Coordenadora,
1044 sendo pelo Deferimento da Baixa da ART: 1320190007806. Coordenou a votação o(a) Coordenadora
1045 Eng. Agr. Daniele Coelho Marques. Votaram favoravelmente os senhores(as) conselheiros(as):
1046 Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno Cezar Alvaro Pontim, Antonio Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson
1047 Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio Alves De Carvalho, Jose Antonio Maior Bono, Fernando
1048 Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo Elias De Oliveira e Leandro Fabricio Martins
1049 Alessio. Não participou da votação os senhores(as) conselheiros(as): Felipe Das Neves Monteiro.
1050 **5.2.2.1.2.54)** Processo n. F2025/056512-3 Interessado: MARIO KAI. A Câmara Especializada de
1051 Agronomia do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul –
1052 Crea - MS, após apreciar o processo nº F2025/056512-3, do Profissional MARIO KAI, que requer a
1053 baixa da ART: 1320190007861. Analisado o processo e considerando que, ao término da atividade
1054 técnica desenvolvida obriga à baixa da ART de execução de obra, prestação de serviço ou
1055 desempenho de cargo ou função, devendo ser baixada em função da rescisão contratual, nos termos
1056 dos artigos 14, 15, 16 e 17 da Resolução nº: 1.137/2023 do CONFEA; Considerando que foram
1057 cumpridas as exigências legais, a CEA **DECIDIU** por homologar o Ad Referendum da Coordenadora,
1058 sendo pelo Deferimento da Baixa da ART: 1320190007861. Coordenou a votação o(a) Coordenadora
1059 Eng. Agr. Daniele Coelho Marques. Votaram favoravelmente os senhores(as) conselheiros(as):
1060 Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno Cezar Alvaro Pontim, Antonio Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson
1061 Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio Alves De Carvalho, Jose Antonio Maior Bono, Fernando
1062 Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo Elias De Oliveira e Leandro Fabricio Martins
1063 Alessio. Não participou da votação os senhores(as) conselheiros(as): Felipe Das Neves Monteiro.
1064 **5.2.2.1.2.55)** Processo n. F2025/056518-2 Interessado: MARIO KAI. A Câmara Especializada de
1065 Agronomia do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul –
1066 Crea - MS, após apreciar o processo nº F2025/056518-2, do Profissional MARIO KAI, que requer a
1067 baixa da ART: 1320190007811. Analisado o processo e considerando que, ao término da atividade
1068 técnica desenvolvida obriga à baixa da ART de execução de obra, prestação de serviço ou
1069 desempenho de cargo ou função, devendo ser baixada em função da rescisão contratual, nos termos



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA ESTADO DE MATO
GROSSO DO SUL

dos artigos 14, 15, 16 e 17 da Resolução nº: 1.137/2023 do CONFEA; Considerando que foram cumpridas as exigências legais, a CEA **DECIDIU** por homologar o Ad Referendum da Coordenadora, sendo pelo Deferimento da Baixa da ART: 1320190007811. Coordenou a votação o(a) Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho Marques. Votaram favoravelmente os senhores(as) conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno Cezar Alvaro Pontim, Antonio Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio Alves De Carvalho, Jose Antonio Maior Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo Elias De Oliveira e Leandro Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os senhores(as) conselheiros(as): Felipe Das Neves Monteiro.

5.2.2.1.2.56) Processo n. F2025/056537-9 Interessado: MARIO KAI. A Câmara Especializada de Agronomia do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o processo nº F2025/056537-9, do Profissional MARIO KAI, que requer a baixa da ART n. 1320190009444. Analisado o presente processo e considerando que, ao término da atividade técnica desenvolvida obriga à baixa da ART de execução de obra, prestação de serviço ou desempenho de cargo ou função, devendo ser baixada em função da rescisão contratual, nos termos dos artigos 14, 15, 16 e 17 da Resolução nº: 1.137/2023 do CONFEA; Considerando que foram cumpridas as exigências legais, a CEA **DECIDIU** por homologar o Ad Referendum da Coordenadora, sendo pelo Deferimento da Baixa da ART: 1320190009444. Coordenou a votação o(a) Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho Marques. Votaram favoravelmente os senhores(as) conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno Cezar Alvaro Pontim, Antonio Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio Alves De Carvalho, Jose Antonio Maior Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo Elias De Oliveira e Leandro Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os senhores(as) conselheiros(as): Felipe Das Neves Monteiro.

5.2.2.1.2.57) Processo n. F2025/056543-3 Interessado: MARIO KAI. A Câmara Especializada de Agronomia do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o processo nº F2025/056543-3, do Profissional MARIO KAI, que requer a baixa da ART: 1320190009435. Analisado o processo e considerando que, ao término da atividade técnica desenvolvida obriga à baixa da ART de execução de obra, prestação de serviço ou desempenho de cargo ou função, devendo ser baixada em função da rescisão contratual, nos termos dos artigos 14, 15, 16 e 17 da Resolução nº: 1.137/2023 do CONFEA; Considerando que foram cumpridas as exigências legais, a CEA **DECIDIU** por homologar o Ad Referendum da Coordenadora, sendo pelo Deferimento da Baixa da ART: 1320190009435. Coordenou a votação o(a) Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho Marques. Votaram favoravelmente os senhores(as) conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno Cezar Alvaro Pontim, Antonio Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio Alves De Carvalho, Jose Antonio Maior Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo Elias De Oliveira e Leandro Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os senhores(as) conselheiros(as): Felipe Das Neves Monteiro.

5.2.2.1.2.58) Processo n. F2025/056548-4 Interessado: MARIO KAI. A Câmara Especializada de



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA ESTADO DE MATO
GROSSO DO SUL

1107 Agronomia do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul –
1108 Crea - MS, após apreciar o processo nº F2025/056548-4, do Profissional MARIO KAI, que requer a
1109 baixa da ART':1320190007866. Analisado o processo e considerando que, ao término da atividade
1110 técnica desenvolvida obriga à baixa da ART de execução de obra, prestação de serviço ou
1111 desempenho de cargo ou função, devendo ser baixada em função da rescisão contratual, nos termos
1112 dos artigos 14, 15, 16 e 17 da Resolução nº: 1.137/2023 do CONFEA; Considerando que foram
1113 cumpridas as exigências legais, a CEA **DECIDIU** por homologar o Ad Referendum da Coordenadora,
1114 sendo pelo Deferimento da Baixa da ART': 1320190007866. Coordenou a votação o(a) Coordenadora
1115 Eng. Agr. Daniele Coelho Marques. Votaram favoravelmente os senhores(as) conselheiros(as):
1116 Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno Cezar Alvaro Pontim, Antonio Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson
1117 Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio Alves De Carvalho, Jose Antonio Maior Bono, Fernando
1118 Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo Elias De Oliveira e Leandro Fabricio Martins
1119 Alessio. Não participou da votação os senhores(as) conselheiros(as): Felipe Das Neves Monteiro.
1120 **5.2.2.1.2.59)** Processo n. F2025/056551-4 Interessado: MARIO KAI. A Câmara Especializada de
1121 Agronomia do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul –
1122 Crea - MS, após apreciar o processo nº F2025/056551-4, do Profissional MARIO KAI, que requer a
1123 baixa da ART':1320190007869. Analisado o presente processo e considerando que, ao término da
1124 atividade técnica desenvolvida obriga à baixa da ART de execução de obra, prestação de serviço ou
1125 desempenho de cargo ou função, devendo ser baixada em função da rescisão contratual, nos termos
1126 dos artigos 14, 15, 16 e 17 da Resolução nº: 1.137/2023 do CONFEA; Considerando que foram
1127 cumpridas as exigências legais, a CEA **DECIDIU** por homologar o Ad Referendum da Coordenadora,
1128 sendo pelo Deferimento da Baixa da ART': 1320190007869. Coordenou a votação o(a) Coordenadora
1129 Eng. Agr. Daniele Coelho Marques. Votaram favoravelmente os senhores(as) conselheiros(as):
1130 Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno Cezar Alvaro Pontim, Antonio Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson
1131 Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio Alves De Carvalho, Jose Antonio Maior Bono, Fernando
1132 Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo Elias De Oliveira e Leandro Fabricio Martins
1133 Alessio. Não participou da votação os senhores(as) conselheiros(as): Felipe Das Neves Monteiro.
1134 **5.2.2.1.2.60)** Processo n. F2025/056767-3 Interessado: Marcio Beukhof. A Câmara Especializada de
1135 Agronomia do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul –
1136 Crea - MS, após apreciar o processo nº F2025/056767-3, do Profissional MARIO KAI, que requer a
1137 baixa das ART's:1320240125888 e 1320250128547. Analisado o processo e considerando que, ao
1138 término da atividade técnica desenvolvida obriga à baixa da ART de execução de obra, prestação de
1139 serviço ou desempenho de cargo ou função, devendo ser baixada em função da rescisão contratual,
1140 nos termos dos artigos 14, 15, 16 e 17 da Resolução nº: 1.137/2023 do CONFEA; Considerando que
1141 foram cumpridas as exigências legais, a CEA **DECIDIU** por homologar o Ad Referendum da
1142 Coordenadora, sendo pelo Deferimento da Baixa das ART's:1320240125888 e 1320250128547.
1143 Coordenou a votação o(a) Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho Marques. Votaram favoravelmente



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA ESTADO DE MATO
GROSSO DO SUL

os senhores(as) conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno Cezar Alvaro Pontim, Antonio Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio Alves De Carvalho, Jose Antonio Maior Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo Elias De Oliveira e Leandro Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os senhores(as) conselheiros(as): Felipe Das Neves Monteiro. **5.2.2.1.2.61)** Processo n. F2025/056997-8 Interessado: Fernando Silva Ferreira. A Câmara Especializada de Agronomia do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o processo nº F2025/056997-8, do Profissional FERNANDO SILVA FERREIRA, que requer a baixa das ART's: 1320250013306, 1320250013303, 1320250013298 e 1320250013308. Analisado o processo e considerando que, ao término da atividade técnica desenvolvida obriga à baixa da ART de execução de obra, prestação de serviço ou desempenho de cargo ou função, devendo ser baixada em função da rescisão contratual, nos termos dos artigos 14, 15, 16 e 17 da Resolução nº: 1.137/2023 do CONFEA; Considerando que foram cumpridas as exigências legais, a CEA **DECIDIU** por homologar o Ad Referendum da Coordenadora, sendo pelo Deferimento da Baixa das ART's: 1320250013306, 1320250013303, 1320250013298 e 1320250013308. Coordenou a votação o(a) Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho Marques. Votaram favoravelmente os senhores(as) conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno Cezar Alvaro Pontim, Antonio Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio Alves De Carvalho, Jose Antonio Maior Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo Elias De Oliveira e Leandro Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os senhores(as) conselheiros(as): Felipe Das Neves Monteiro. **5.2.2.1.2.62)** Processo n. F2025/057015-1 Interessado: RAPHAEL PICCOLO FRANCO SILVA. A Câmara Especializada de Agronomia do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o processo nº F2025/057015-1, do Profissional GRAPHAEEL PICCOLO FRANCO SILVA, que requer a baixa da ART n. 11571849. Analisado o processo e considerando que, ao término da atividade técnica desenvolvida obriga à baixa da ART de execução de obra, prestação de serviço ou desempenho de cargo ou função, devendo ser baixada em função da rescisão contratual, nos termos dos artigos 14, 15, 16 e 17 da Resolução nº: 1.137/2023 do CONFEA; Considerando que foram cumpridas as exigências legais, a CEA **DECIDIU** por homologar o Ad Referendum da Coordenadora, sendo pelo Deferimento da Baixa da ART n. 11571849. Coordenou a votação o(a) Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho Marques. Votaram favoravelmente os senhores(as) conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno Cezar Alvaro Pontim, Antonio Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio Alves De Carvalho, Jose Antonio Maior Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo Elias De Oliveira e Leandro Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os senhores(as) conselheiros(as): Felipe Das Neves Monteiro. **5.2.2.1.2.63)** Processo n. F2025/057101-8 Interessado: MARIO KAI. A Câmara Especializada de Agronomia do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o processo nº F2025/057101-8, do Profissional MARIO KAI,



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA ESTADO DE MATO
GROSSO DO SUL

que requer a baixa da ART n. 1320190006755. Analisado o processo e considerando que, ao término da atividade técnica desenvolvida obriga à baixa da ART de execução de obra, prestação de serviço ou desempenho de cargo ou função, devendo ser baixada em função da rescisão contratual, nos termos dos artigos 14, 15, 16 e 17 da Resolução nº: 1.137/2023 do CONFEA; Considerando que foram cumpridas as exigências legais, a CEA **DECIDIU** por homologar o Ad Referendum da Coordenadora, sendo pelo Deferimento da Baixa da ART': 1320190006755. Coordenou a votação o(a) Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho Marques. Votaram favoravelmente os senhores(as) conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno Cezar Alvaro Pontim, Antonio Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio Alves De Carvalho, Jose Antonio Maior Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo Elias De Oliveira e Leandro Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os senhores(as) conselheiros(as): Felipe Das Neves Monteiro.

5.2.2.1.2.64) Processo n. F2025/057109-3 Interessado: MARIO KAI. A Câmara Especializada de Agronomia do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o processo nº F2025/057109-3, do Profissional MARIO KAI, que requer a baixa da ART':1320190007790. Analisado o processo e considerando que, ao término da atividade técnica desenvolvida obriga à baixa da ART de execução de obra, prestação de serviço ou desempenho de cargo ou função, devendo ser baixada em função da rescisão contratual, nos termos dos artigos 14, 15, 16 e 17 da Resolução nº: 1.137/2023 do CONFEA; Considerando que foram cumpridas as exigências legais, a CEA **DECIDIU** por homologar o Ad Referendum da Coordenadora, sendo pelo Deferimento da Baixa da ART': 1320190007790. Coordenou a votação o(a) Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho Marques. Votaram favoravelmente os senhores(as) conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno Cezar Alvaro Pontim, Antonio Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio Alves De Carvalho, Jose Antonio Maior Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo Elias De Oliveira e Leandro Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os senhores(as) conselheiros(as): Felipe Das Neves Monteiro.

5.2.2.1.2.65) Processo n. F2025/057110-7 Interessado: MARIO KAI. A Câmara Especializada de Agronomia do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o processo nº F2025/057110-7, do Profissional MARIO KAI, que requer a baixa da ART n.1320190009321. Analisado o processo e considerando que, ao término da atividade técnica desenvolvida obriga à baixa da ART de execução de obra, prestação de serviço ou desempenho de cargo ou função, devendo ser baixada em função da rescisão contratual, nos termos dos artigos 14, 15, 16 e 17 da Resolução nº: 1.137/2023 do CONFEA; Considerando que foram cumpridas as exigências legais, a CEA **DECIDIU** por homologar o Ad Referendum da Coordenadora, sendo pelo Deferimento da Baixa da ART' n. 1320190009321. Coordenou a votação o(a) Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho Marques. Votaram favoravelmente os senhores(as) conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno Cezar Alvaro Pontim, Antonio Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio Alves De Carvalho, Jose Antonio Maior



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA ESTADO DE MATO
GROSSO DO SUL

Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo Elias De Oliveira e Leandro Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os senhores(as) conselheiros(as): Felipe Das Neves Monteiro. **5.2.2.1.2.66)** Processo n. F2025/057111-5 Interessado: MARIO KAI. A Câmara Especializada de Agronomia do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o processo nº F2025/057111-5, do Profissional MARIO KAI, que requer a baixa da ART n. 1320190002227. Analisado o processo e considerando que, ao término da atividade técnica desenvolvida obriga à baixa da ART de execução de obra, prestação de serviço ou desempenho de cargo ou função, devendo ser baixada em função da rescisão contratual, nos termos dos artigos 14, 15, 16 e 17 da Resolução nº: 1.137/2023 do CONFEA; Considerando que foram cumpridas as exigências legais, a CEA **DECIDIU** por homologar o Ad Referendum da Coordenadora, sendo pelo Deferimento da Baixa da ART' n. 1320190002227. Coordenou a votação o(a) Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho Marques. Votaram favoravelmente os senhores(as) conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno Cezar Alvaro Pontim, Antonio Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio Alves De Carvalho, Jose Antonio Maior Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo Elias De Oliveira e Leandro Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os senhores(as) conselheiros(as): Felipe Das Neves Monteiro. **5.2.2.1.2.67)** Processo n. F2025/057114-0 Interessado: MARIO KAI. A Câmara Especializada de Agronomia do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o processo nº F2025/057114-0, do Profissional MARIO KAI, que requer a baixa da ART n. 1320190002259. Analisado o presente processo e considerando que, ao término da atividade técnica desenvolvida obriga à baixa da ART de execução de obra, prestação de serviço ou desempenho de cargo ou função, devendo ser baixada em função da rescisão contratual, nos termos dos artigos 14, 15, 16 e 17 da Resolução nº: 1.137/2023 do CONFEA; Considerando que foram cumpridas as exigências legais, a CEA **DECIDIU** por homologar o Ad Referendum da Coordenadora, sendo pelo Deferimento da Baixa da ART n. 1320190002259. Coordenou a votação o(a) Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho Marques. Votaram favoravelmente os senhores(as) conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno Cezar Alvaro Pontim, Antonio Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio Alves De Carvalho, Jose Antonio Maior Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo Elias De Oliveira e Leandro Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os senhores(as) conselheiros(as): Felipe Das Neves Monteiro. **5.2.2.1.2.68)** Processo n. F2025/057116-6 Interessado: MARIO KAI. A Câmara Especializada de Agronomia do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o processo nº F2025/057116-6, do Profissional MARIO KAI, que requer a baixa da ART n. 1320190002215. Analisado o processo e considerando que, ao término da atividade técnica desenvolvida obriga à baixa da ART de execução de obra, prestação de serviço ou desempenho de cargo ou função, devendo ser baixada em função da rescisão contratual, nos termos dos artigos 14, 15, 16 e 17 da Resolução nº: 1.137/2023 do CONFEA; Considerando que foram



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA ESTADO DE MATO
GROSSO DO SUL

cumpridas as exigências legais, a CEA **DECIDIU** por homologar o Ad Referendum da Coordenadora, sendo pelo Deferimento da Baixa da ART' n. 1320190002215. Coordenou a votação o(a) Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho Marques. Votaram favoravelmente os senhores(as) conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno Cezar Alvaro Pontim, Antonio Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio Alves De Carvalho, Jose Antonio Maior Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo Elias De Oliveira e Leandro Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os senhores(as) conselheiros(as): Felipe Das Neves Monteiro. **5.2.2.1.2.69)** Processo n. F2025/057117-4 Interessado: MARIO KAI. A Câmara Especializada de Agronomia do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o processo nº F2025/057117-4, do Profissional MARIO KAI, que requer a baixa da ART n. 1320190002220. Analisado o processo e considerando que, ao término da atividade técnica desenvolvida obriga à baixa da ART de execução de obra, prestação de serviço ou desempenho de cargo ou função, devendo ser baixada em função da rescisão contratual, nos termos dos artigos 14, 15, 16 e 17 da Resolução nº: 1.137/2023 do CONFEA; Considerando que foram cumpridas as exigências legais, a CEA **DECIDIU** por homologar o Ad Referendum da Coordenadora, sendo pelo Deferimento da Baixa da ART n. 1320190002220. Coordenou a votação o(a) Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho Marques. Votaram favoravelmente os senhores(as) conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno Cezar Alvaro Pontim, Antonio Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio Alves De Carvalho, Jose Antonio Maior Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo Elias De Oliveira e Leandro Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os senhores(as) conselheiros(as): Felipe Das Neves Monteiro. **5.2.2.1.2.70)** Processo n. F2025/057120-4 Interessado: MARIO KAI. A Câmara Especializada de Agronomia do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o processo nº F2025/057120-4, do Profissional MARIO KAI, que requer a baixa da ART n. 1320190042479. Analisado o presente processo e considerando que, ao término da atividade técnica desenvolvida obriga à baixa da ART de execução de obra, prestação de serviço ou desempenho de cargo ou função, devendo ser baixada em função da rescisão contratual, nos termos dos artigos 14, 15, 16 e 17 da Resolução nº: 1.137/2023 do CONFEA; Considerando que foram cumpridas as exigências legais, a CEA **DECIDIU** por homologar o Ad Referendum da Coordenadora, sendo pelo Deferimento da Baixa da ART n. 1320190042479. Coordenou a votação o(a) Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho Marques. Votaram favoravelmente os senhores(as) conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno Cezar Alvaro Pontim, Antonio Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio Alves De Carvalho, Jose Antonio Maior Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo Elias De Oliveira e Leandro Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os senhores(as) conselheiros(as): Felipe Das Neves Monteiro. **5.2.2.1.2.71)** Processo n. F2025/057124-7 Interessado: MARIO KAI. A Câmara Especializada de Agronomia do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul –



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA ESTADO DE MATO
GROSSO DO SUL

Crea - MS, após apreciar o processo nº F2025/057124-7, do Profissional MARIO KAI, que requer a baixa das ART's: 1320190042463 e 1320190009431. Analisado o processo e considerando que, ao término da atividade técnica desenvolvida obriga à baixa da ART de execução de obra, prestação de serviço ou desempenho de cargo ou função, devendo ser baixada em função da rescisão contratual, nos termos dos artigos 14, 15, 16 e 17 da Resolução nº: 1.137/2023 do CONFEA; Considerando que foram cumpridas as exigências legais, a CEA **DECIDIU** por homologar o Ad Referendum da Coordenadora, sendo pelo Deferimento da Baixa das ART's: 1320190042463 e 1320190009431. Coordenou a votação o(a) Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho Marques. Votaram favoravelmente os senhores(as) conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno Cezar Alvaro Pontim, Antonio Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio Alves De Carvalho, Jose Antonio Maior Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo Elias De Oliveira e Leandro Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os senhores(as) conselheiros(as): Felipe Das Neves Monteiro. **5.2.2.1.2.72)** Processo n. F2025/057178-6 Interessado: DANIEL STOFFEL. A Câmara Especializada de Agronomia do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o processo nº F2025/057178-6, do Profissional DANIEL STOFFEL, que requer a baixa da ART n. 1320240173819. Analisado o presente processo e considerando que, ao término da atividade técnica desenvolvida obriga à baixa da ART de execução de obra, prestação de serviço ou desempenho de cargo ou função, devendo ser baixada em função da rescisão contratual, nos termos dos artigos 14, 15, 16 e 17 da Resolução nº: 1.137/2023 do CONFEA; Considerando que foram cumpridas as exigências legais, a CEA **DECIDIU** por homologar o Ad Referendum da Coordenadora, sendo pelo Deferimento da Baixa da ART': 1320240173819. Coordenou a votação o(a) Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho Marques. Votaram favoravelmente os senhores(as) conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno Cezar Alvaro Pontim, Antonio Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio Alves De Carvalho, Jose Antonio Maior Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo Elias De Oliveira e Leandro Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os senhores(as) conselheiros(as): Felipe Das Neves Monteiro. **5.2.2.1.2.73)** Processo n. F2025/057179-4 Interessado: DANIEL STOFFEL. A Câmara Especializada de Agronomia do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o processo nº F2025/057179-4, do Profissional DANIEL STOFFEL, que requer a baixa da ART n. 1320240173820. Analisado o presente processo e considerando que, ao término da atividade técnica desenvolvida obriga à baixa da ART de execução de obra, prestação de serviço ou desempenho de cargo ou função, devendo ser baixada em função da rescisão contratual, nos termos dos artigos 14, 15, 16 e 17 da Resolução nº: 1.137/2023 do CONFEA; Considerando que foram cumpridas as exigências legais, a CEA **DECIDIU** por homologar o Ad Referendum da Coordenadora, sendo pelo Deferimento da Baixa da ART': 1320240173820. Coordenou a votação o(a) Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho Marques. Votaram favoravelmente os senhores(as) conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA ESTADO DE MATO
GROSSO DO SUL

Cezar Alvaro Pontim, Antonio Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio Alves De Carvalho, Jose Antonio Maior Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo Elias De Oliveira e Leandro Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os senhores(as) conselheiros(as): Felipe Das Neves Monteiro. **5.2.2.1.2.74)** Processo n. F2025/057192-1 Interessado: Karina Figueiredo Nogueira. A Câmara Especializada de Agronomia do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o processo nº F2025/057192-1, da Profissional KARINA FIGUEIREDO NOGUEIRA, que requer a baixa da ART n. 1320240031279. Analisado o processo e considerando que, ao término da atividade técnica desenvolvida obriga à baixa da ART de execução de obra, prestação de serviço ou desempenho de cargo ou função, devendo ser baixada em função da rescisão contratual, nos termos dos artigos 14, 15, 16 e 17 da Resolução nº: 1.137/2023 do CONFEA; Considerando que foram cumpridas as exigências legais, a CEA **DECIDIU** por homologar o Ad Referendum da Coordenadora, sendo pelo Deferimento da Baixa da ART:1320240031279. Coordenou a votação o(a) Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho Marques. Votaram favoravelmente os senhores(as) conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno Cezar Alvaro Pontim, Antonio Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio Alves De Carvalho, Jose Antonio Maior Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo Elias De Oliveira e Leandro Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os senhores(as) conselheiros(as): Felipe Das Neves Monteiro. **5.2.2.1.2.75)** Processo n. F2025/057233-2 Interessado: MARIO KAI. A Câmara Especializada de Agronomia do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o processo nº F2025/057233-2, do Profissional MARIO KAI, que requer a baixa das ART's:1320190005280, 1320180116805, 1320190006278, 1320190006270 e 1320190006285. Analisado o processo e considerando que, ao término da atividade técnica desenvolvida obriga à baixa da ART de execução de obra, prestação de serviço ou desempenho de cargo ou função, devendo ser baixada em função da rescisão contratual, nos termos dos artigos 14, 15, 16 e 17 da Resolução nº: 1.137/2023 do CONFEA; Considerando que foram cumpridas as exigências legais, a CEA **DECIDIU** por homologar o Ad Referendum da Coordenadora, sendo pelo Deferimento da Baixa das ART's:1320190005280, 1320180116805, 1320190006278, 1320190006270 e 1320190006285. Coordenou a votação o(a) Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho Marques. Votaram favoravelmente os senhores(as) conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno Cezar Alvaro Pontim, Antonio Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio Alves De Carvalho, Jose Antonio Maior Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo Elias De Oliveira e Leandro Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os senhores(as) conselheiros(as): Felipe Das Neves Monteiro. **5.2.2.1.2.76)** Processo n. F2025/057239-1 Interessado: MARIO KAI. A Câmara Especializada de Agronomia do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o processo nº F2025/057239-1, do Profissional MARIO KAI, que requer a baixa das ART's:1320190007175,



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA ESTADO DE MATO
GROSSO DO SUL

1320190007170, 1320190007195, 1320180116934 e 1320190006048. Analisado o processo e considerando que, ao término da atividade técnica desenvolvida obriga à baixa da ART de execução de obra, prestação de serviço ou desempenho de cargo ou função, devendo ser baixada em função da rescisão contratual, nos termos dos artigos 14, 15, 16 e 17 da Resolução nº: 1.137/2023 do CONFEA; Considerando que foram cumpridas as exigências legais, a CEA **DECIDIU** por homologar o Ad Referendum da Coordenadora, sendo pelo Deferimento da Baixa das ART's: 1320190007175, 1320190007170, 1320190007195, 1320180116934 e 1320190006048. Coordenou a votação o(a) Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho Marques. Votaram favoravelmente os senhores(as) conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno Cezar Alvaro Pontim, Antonio Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio Alves De Carvalho, Jose Antonio Maior Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo Elias De Oliveira e Leandro Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os senhores(as) conselheiros(as): Felipe Das Neves Monteiro. **5.2.2.1.2.77)** Processo n. F2025/057415-7 Interessado: MARIO KAI. A Câmara Especializada de Agronomia do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o processo nº F2025/057415-7, do Profissional MARIO KAI, que requer a baixa das ART's: 1320190007514, 1320190007488, 1320190007179, 1320190007172, 1320190007501 e 1320190006746. Analisado o processo e considerando que, ao término da atividade técnica desenvolvida obriga à baixa da ART de execução de obra, prestação de serviço ou desempenho de cargo ou função, devendo ser baixada em função da rescisão contratual, nos termos dos artigos 14, 15, 16 e 17 da Resolução nº: 1.137/2023 do CONFEA; Considerando que foram cumpridas as exigências legais, a CEA **DECIDIU** por homologar o Ad Referendum da Coordenadora, sendo pelo Deferimento da Baixa das ART's: 1320190007514, 1320190007488, 1320190007179, 1320190007172, 1320190007501 e 1320190006746. Coordenou a votação o(a) Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho Marques. Votaram favoravelmente os senhores(as) conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno Cezar Alvaro Pontim, Antonio Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio Alves De Carvalho, Jose Antonio Maior Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo Elias De Oliveira e Leandro Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os senhores(as) conselheiros(as): Felipe Das Neves Monteiro. **5.2.2.1.2.78)** Processo n. F2025/057830-6 Interessado: Weber Vinicius Bueno de Souza. A Câmara Especializada de Agronomia do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o processo nº F2025/057830-6, do Profissional WEBER VINICIUS BUENO DE SOUZA, que requer a baixa da ART': 1320250088207. Analisado o processo e considerando que, ao término da atividade técnica desenvolvida obriga à baixa da ART de execução de obra, prestação de serviço ou desempenho de cargo ou função, devendo ser baixada em função da rescisão contratual, nos termos dos artigos 14, 15, 16 e 17 da Resolução nº: 1.137/2023 do CONFEA; Considerando que foram cumpridas as exigências legais, a CEA **DECIDIU** por homologar o Ad Referendum da Coordenadora, sendo pelo Deferimento da Baixa das ART's: da ART': 1320250088207. Coordenou a



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA ESTADO DE MATO
GROSSO DO SUL

votação o(a) Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho Marques. Votaram favoravelmente os senhores(as) conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno Cezar Alvaro Pontim, Antonio Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio Alves De Carvalho, Jose Antonio Maior Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo Elias De Oliveira e Leandro Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os senhores(as) conselheiros(as): Felipe Das Neves Monteiro. **5.2.2.1.2.79)** Processo n. F2025/057831-4 Interessado: Weber Vinicius Bueno de Souza. A Câmara Especializada de Agronomia do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o processo nº F2025/057831-4, do Profissional WEBER VINICIUS BUENO DE SOUZA, que requer a baixa da ART': 1320250088270. Analisado o processo e considerando que, ao término da atividade técnica desenvolvida obriga à baixa da ART de execução de obra, prestação de serviço ou desempenho de cargo ou função, devendo ser baixada em função da rescisão contratual, nos termos dos artigos 14, 15, 16 e 17 da Resolução nº: 1.137/2023 do CONFEA; Considerando que foram cumpridas as exigências legais, a CEA **DECIDIU** por homologar o Ad Referendum da Coordenadora, sendo pelo Deferimento da Baixa das ART's: da ART n. 1320250088270. Coordenou a votação o(a) Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho Marques. Votaram favoravelmente os senhores(as) conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno Cezar Alvaro Pontim, Antonio Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio Alves De Carvalho, Jose Antonio Maior Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo Elias De Oliveira e Leandro Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os senhores(as) conselheiros(as): Felipe Das Neves Monteiro. **5.2.2.1.2.80)** Processo n. F2025/057846-2 Interessado: ELDA GRAVA PIMENTA DOS REIS. A Câmara Especializada de Agronomia do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o processo nº F2025/057846-2, da Eng. Agr. ELDA GRAVA PIMENTA DOS REIS, que requer a este Conselho a baixa da ART' nº: 1320250039999, Analisando o presente processo, constatamos as seguintes inconformidades: a) Consta em todas as ART's supra o valor de contrato irrisório de R\$ 10,00 para execução das atividades de: Assistência em diversas propriedades do Estado de Mato Grosso do Sul, DIVERGENTES da Tabela de Honorários para Serviços Profissionais de Agronomia em MS da AEAMS, registrada no Crea-MS nos termos da alínea "r" do art. 34 da Lei n. 5.194/66, bem como, contrariando a alínea "b", inciso III do art. 10 do Anexo da Resolução nº 1.002/2002 do CONFEA que adota o Código de Ética Profissional, reproduzido a seguir: Art. 10. No exercício da profissão, são condutas vedadas ao profissional: III - nas relações com os clientes, empregadores e colaboradores: b) apresentar proposta de honorários com valores vis ou extorsivos ou desrespeitando tabelas de honorários mínimos aplicáveis; Por outro lado, contraria também, o que dispõe o subitem 1.2 do item 1 do Anexo I da Resolução nº 1.137/2023 do CONFEA, que reza: Valor: informa o valor do contrato ou dos honorários profissionais estipulado para o desenvolvimento da atividade técnica; Diante do exposto, baixo este processo em DILIGÊNCIA, visando o atendimento das seguintes exigências: a) Notificar o Eng. Agrônomo ELDA GRAVA PIMENTA DOS REIS para apresentar uma cópia dos



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA ESTADO DE MATO
GROSSO DO SUL

Contratos devidamente assinados pelas partes(Profissional e Contratante), para análise, conferência e juntada nos autos, tendo em vista, que o valor do contrato de R\$ 0,10 descritos na ART' nº 1320250039999, DIVERGENTES da Tabela de Honorários para Serviços Profissionais de Agronomia em MS da AEAMS, registrada no Crea-MS nos termos da alínea "r" do art. 34 da Lei n. 5.194/66, bem como, contrariando a alínea "b", inciso III do art. 10 do Anexo da Resolução nº 1.002/2002 do CONFEA que adota o Código de Ética Profissional, reproduzido a seguir: Art. 10. No exercício da profissão, são condutas vedadas ao profissional: III - nas relações com os clientes, empregadores e colaboradores: b) apresentar proposta de honorários com valores vis ou extorsivos ou desrespeitando tabelas de honorários mínimos aplicáveis; Por outro lado, contraria também, o que dispõe o subitem 1.2 do item 1 do Anexo I da Resolução nº 1.137/2023 do CONFEA, que reza: Valor: informa o valor do contrato ou dos honorários profissionais estipulado para o desenvolvimento da atividade técnica. A CEA **DECIDIU** por homologar o Ad Referendum da Coordenadora, manifestando-se favorável em conceder o prazo de 30 dias para REGULARIZAÇÃO, sob pena de INDEFERIMENTO do pedido perante este Conselho. Coordenou a votação o(a) Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho Marques. Votaram favoravelmente os senhores(as) conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno Cezar Alvaro Pontim, Antonio Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio Alves De Carvalho, Jose Antonio Maior Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo Elias De Oliveira e Leandro Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os senhores(as) conselheiros(as): Felipe Das Neves Monteiro. **5.2.2.1.2.81**) Processo n. F2025/057861-6 Interessado: ADRIAN ALVES MOREIRA. A Câmara Especializada de Agronomia do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o processo nº F2025/057861-6, do Profissional ADRIAN ALVES MOREIRA, que requer a baixa das ART's: 1320230128046, 1320230128252, 1320230133157, 1320230144158, 1320230144438, 1320230146441, 1320240000082, 1320240027697, 1320240072161 e 1320240111262. Analisado o processo e considerando que, ao término da atividade técnica desenvolvida obriga à baixa da ART de execução de obra, prestação de serviço ou desempenho de cargo ou função, devendo ser baixada em função da rescisão contratual, nos termos dos artigos 14, 15, 16 e 17 da Resolução nº: 1.137/2023 do CONFEA; Considerando que foram cumpridas as exigências legais, a CEA **DECIDIU** por homologar o Ad Referendum da Coordenadora, sendo pelo Deferimento da Baixa das ART's: 1320230128046, 1320230128252, 1320230133157, 1320230144158, 1320230144438, 1320230146441, 1320240000082, 1320240027697, 1320240072161 e 1320240111262. Coordenou a votação o(a) Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho Marques. Votaram favoravelmente os senhores(as) conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno Cezar Alvaro Pontim, Antonio Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio Alves De Carvalho, Jose Antonio Maior Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo Elias De Oliveira e Leandro Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os senhores(as) conselheiros(as): Felipe Das Neves Monteiro. **5.2.2.1.2.82**) Processo n. F2025/057910-8 Interessado: ADRIAN ALVES MOREIRA. A



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA ESTADO DE MATO
GROSSO DO SUL

1477 Câmara Especializada de Agronomia do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de
1478 Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o processo nº F2025/057910-8, do Profissional
1479 ADRIAN ALVES MOREIRA, que requer a baixa das ART's: 1320220140408, 1320220154414,
1480 1320230013241, 1320230029269, 1320230034984, 1320230036886, 1320230040894,
1481 1320230041231, 1320230051830 e 1320230110719. Analisado o processo e considerando que, ao
1482 término da atividade técnica desenvolvida obriga à baixa da ART de execução de obra, prestação de
1483 serviço ou desempenho de cargo ou função, devendo ser baixada em função da rescisão contratual,
1484 nos termos dos artigos 14, 15, 16 e 17 da Resolução nº 1.137/2023 do CONFEA; Considerando que
1485 foram cumpridas as exigências legais, a CEA **DECIDIU** por homologar o Ad Referendum da
1486 Coordenadora, sendo pelo Deferimento da Baixa das ART's: 1320220140408, 1320220154414,
1487 1320230013241, 1320230029269, 1320230034984, 1320230036886, 1320230040894,
1488 1320230041231, 1320230051830 e 1320230110719. Coordenou a votação o(a) Coordenadora Eng.
1489 Agr. Daniele Coelho Marques. Votaram favoravelmente os senhores(as) conselheiros(as): Jackeline
1490 Matos Do Nascimento, Bruno Cezar Alvaro Pontim, Antonio Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson Cortez,
1491 Maycon Macedo Braga, Laércio Alves De Carvalho, Jose Antonio Maior Bono, Fernando Vinicius
1492 Bressan, Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo Elias De Oliveira e Leandro Fabricio Martins Alessio. Não
1493 participou da votação os senhores(as) conselheiros(as): Felipe Das Neves Monteiro. **5.2.2.1.2.83)**
1494 Processo n. F2025/057926-4 Interessado: ADRIAN ALVES MOREIRA. A Câmara Especializada de
1495 Agronomia do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul –
1496 Crea - MS, após apreciar o processo nº F2025/057926-4, do Profissional ADRIAN ALVES MOREIRA,
1497 que requer a baixa das ART's: 1320210113237, 1320210126159, 1320210133045, 1320210137040,
1498 1320220068343, 1320220089602, 1320220109174, 1320220113258, 1320220123057 e
1499 1320220136381. Analisado o processo e considerando que, ao término da atividade técnica
1500 desenvolvida obriga à baixa da ART de execução de obra, prestação de serviço ou desempenho de
1501 cargo ou função, devendo ser baixada em função da rescisão contratual, nos termos dos artigos 14, 15,
1502 16 e 17 da Resolução nº: 1.137/2023 do CONFEA; Considerando que foram cumpridas as exigências
1503 legais, a CEA **DECIDIU** por homologar o Ad Referendum da Coordenadora, sendo pelo Deferimento da
1504 Baixa das ART's: 1320210113237, 1320210126159, 1320210133045, 1320210137040,
1505 1320220068343, 1320220089602, 1320220109174, 1320220113258, 1320220123057 e
1506 1320220136381. Coordenou a votação o(a) Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho Marques.
1507 Votaram favoravelmente os senhores(as) conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno
1508 Cezar Alvaro Pontim, Antonio Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio
1509 Alves De Carvalho, Jose Antonio Maior Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo,
1510 Rodrigo Elias De Oliveira e Leandro Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os
1511 senhores(as) conselheiros(as): Felipe Das Neves Monteiro. **5.2.2.1.2.84)** Processo n. F2025/057951-5
1512 Interessado: ADRIAN ALVES MOREIRA. A Câmara Especializada de Agronomia do Conselho
1513 Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA ESTADO DE MATO
GROSSO DO SUL

1514 processo nº F2025/057951-5, do Profissional ADRIAN ALVES MOREIRA, que requer a baixa das
1515 ART's: 1320210012142, 1320210014538, 1320210014678, 1320210017300, 1320210023440,
1516 1320210037257, 1320210061708, 1320210063788, 1320210107462 e 1320210111790. Analisado o
1517 processo e considerando que, ao término da atividade técnica desenvolvida obriga à baixa da ART de
1518 execução de obra, prestação de serviço ou desempenho de cargo ou função, devendo ser baixada em
1519 função da rescisão contratual, nos termos dos artigos 14, 15, 16 e 17 da Resolução nº: 1.137/2023 do
1520 CONFEA; Considerando que foram cumpridas as exigências legais, a CEA **DECIDIU** por homologar o
1521 Ad Referendum da Coordenadora, sendo pelo Deferimento da Baixa das ART's: 1320210012142,
1522 1320210014538, 1320210014678, 1320210017300, 1320210023440, 1320210037257,
1523 1320210061708, 1320210063788, 1320210107462 e 1320210111790. Coordenou a votação o(a)
1524 Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho Marques. Votaram favoravelmente os senhores(as)
1525 conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno Cezar Alvaro Pontim, Antonio Luiz Viegas
1526 Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio Alves De Carvalho, Jose Antonio Maior
1527 Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo Elias De Oliveira e Leandro
1528 Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os senhores(as) conselheiros(as): Felipe Das
1529 Neves Monteiro. **5.2.2.1.2.85)** Processo n. F2025/058030-0 Interessado: ADRIAN ALVES MOREIRA. A
1530 Câmara Especializada de Agronomia do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de
1531 Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o processo nº F2025/058030-0, do Profissional
1532 ADRIAN ALVES MOREIRA, que requer a baixa das ART's: 1320200077092, 1320200072448,
1533 1320200065636, 1320200065340, 1320200085778, 1320200088242, 1320200096912,
1534 1320200096931, 1320210005610 e 1320200077506. Analisado o processo e considerando que, ao
1535 término da atividade técnica desenvolvida obriga à baixa da ART de execução de obra, prestação de
1536 serviço ou desempenho de cargo ou função, devendo ser baixada em função da rescisão contratual,
1537 nos termos dos artigos 14, 15, 16 e 17 da Resolução nº: 1.137/2023 do CONFEA; Considerando que
1538 foram cumpridas as exigências legais, a CEA **DECIDIU** por homologar o Ad Referendum da
1539 Coordenadora, sendo pelo Deferimento da Baixa das ART's: 1320200077092, 1320200072448,
1540 1320200065636, 1320200065340, 1320200085778, 1320200088242, 1320200096912,
1541 1320200096931, 1320210005610 e 1320200077506. Coordenou a votação o(a) Coordenadora Eng.
1542 Agr. Daniele Coelho Marques. Votaram favoravelmente os senhores(as) conselheiros(as): Jackeline
1543 Matos Do Nascimento, Bruno Cezar Alvaro Pontim, Antonio Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson Cortez,
1544 Maycon Macedo Braga, Laércio Alves De Carvalho, Jose Antonio Maior Bono, Fernando Vinicius
1545 Bressan, Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo Elias De Oliveira e Leandro Fabricio Martins Alessio. Não
1546 participou da votação os senhores(as) conselheiros(as): Felipe Das Neves Monteiro. **5.2.2.1.2.86)**
1547 Processo n. F2025/058032-7 Interessado: ADRIAN ALVES MOREIRA. A Câmara Especializada de
1548 Agronomia do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul –
1549 Crea - MS, após apreciar o processo nº F2025/058032-7, do Profissional ADRIAN ALVES MOREIRA,
1550 que requer a baixa das ART's: 1320200017413, 1320200040823, 1320200042211, 1320200046604,



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA ESTADO DE MATO
GROSSO DO SUL

1551 1320200051032, 1320200054643, 1320200054712, 1320200059982, 1320200065334 e
1552 1320200054740. Analisado o processo e considerando que, ao término da atividade técnica
1553 desenvolvida obriga à baixa da ART de execução de obra, prestação de serviço ou desempenho de
1554 cargo ou função, devendo ser baixada em função da rescisão contratual, nos termos dos artigos 14, 15,
1555 16 e 17 da Resolução nº 1.137/2023 do CONFEA; Considerando que foram cumpridas as exigências
1556 legais, a CEA **DECIDIU** por homologar o Ad Referendum da Coordenadora, sendo pelo Deferimento da
1557 Baixa das ART's: 1320200017413, 1320200040823, 1320200042211, 1320200046604,
1558 1320200051032, 1320200054643, 1320200054712, 1320200059982 e 1320200065334. Coordenou a
1559 votação o(a) Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho Marques. Votaram favoravelmente os
1560 senhores(as) conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno Cezar Alvaro Pontim, Antonio
1561 Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio Alves De Carvalho, Jose
1562 Antonio Maior Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo Elias De Oliveira e
1563 Leandro Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os senhores(as) conselheiros(as): Felipe
1564 Das Neves Monteiro. **5.2.2.1.2.87)** Processo n. F2025/058033-5 Interessado: ADRIAN ALVES
1565 MOREIRA. A Câmara Especializada de Agronomia do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia
1566 do Estado de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o processo nº F2025/058033-5, do
1567 Profissional ADRIAN ALVES MOREIRA, requer a baixa das ART's: 1320200016676, 1320200013238,
1568 1320200006326, 1320200002927, 1320200001955, 1320190118891, 1320190098380,
1569 1320190064056, 1320190053169 e 1320190052871. Analisado o processo e considerando que, ao
1570 término da atividade técnica desenvolvida obriga à baixa da ART de execução de obra, prestação de
1571 serviço ou desempenho de cargo ou função, devendo ser baixada em função da rescisão contratual,
1572 nos termos dos artigos 14, 15, 16 e 17 da Resolução nº 1.137/2023 do CONFEA; Considerando que
1573 foram cumpridas as exigências legais, a CEA **DECIDIU** por homologar o Ad Referendum da
1574 Coordenadora, sendo pelo Deferimento da Baixa das ART's: 1320200016676, 1320200013238,
1575 1320200006326, 1320200002927, 1320200001955, 1320190118891, 1320190098380,
1576 1320190064056, 1320190053169 e 1320190052871. Coordenou a votação o(a) Coordenadora Eng.
1577 Agr. Daniele Coelho Marques. Votaram favoravelmente os senhores(as) conselheiros(as): Jackeline
1578 Matos Do Nascimento, Bruno Cezar Alvaro Pontim, Antonio Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson Cortez,
1579 Maycon Macedo Braga, Laércio Alves De Carvalho, Jose Antonio Maior Bono, Fernando Vinicius
1580 Bressan, Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo Elias De Oliveira e Leandro Fabricio Martins Alessio. Não
1581 participou da votação os senhores(as) conselheiros(as): Felipe Das Neves Monteiro. **5.2.2.1.2.88)**
1582 Processo n. F2025/058122-6 Interessado: ADRIAN ALVES MOREIRA. A Câmara Especializada de
1583 Agronomia do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul –
1584 Crea - MS, após apreciar o processo nº F2025/058122-6, do Profissional ADRIAN ALVES MOREIRA,
1585 que requer a baixa das ART's: 1320190000202, 1320190001044, 1320190021978, 1320190025649,
1586 1320190035552, 1320190036598, 1320190041933, 1320190042481, 1320190047376 e
1587 1320190051879. Analisado o processo e considerando que, ao término da atividade técnica



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA ESTADO DE MATO
GROSSO DO SUL

desenvolvida obriga à baixa da ART de execução de obra, prestação de serviço ou desempenho de cargo ou função, devendo ser baixada em função da rescisão contratual, nos termos dos artigos 14, 15, 16 e 17 da Resolução nº: 1.137/2023 do CONFEA; Considerando que foram cumpridas as exigências legais, a CEA **DECIDIU** por homologar o Ad Referendum da Coordenadora, sendo pelo Deferimento da Baixa das ART's: 1320190000202, 1320190001044, 1320190021978, 1320190025649, 1320190035552, 1320190036598, 1320190041933, 1320190042481, 1320190047376 e 1320190051879. Coordenou a votação o(a) Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho Marques. Votaram favoravelmente os senhores(as) conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno Cezar Alvaro Pontim, Antonio Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio Alves De Carvalho, Jose Antonio Maior Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo Elias De Oliveira e Leandro Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os senhores(as) conselheiros(as): Felipe Das Neves Monteiro. **5.2.2.1.2.89)** Processo n. F2025/058853-0 Interessado: Karina Figueiredo Nogueira. A Câmara Especializada de Agronomia do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o processo nº F2025/058853-0, da Profissional KARINA FIGUEIREDO NOGUEIRA, que requer a baixa das ART's 1320240078759, 1320240141919, 1320240124014, 1320240061391, 1320240019865 e 1320240124006. Analisado o processo e considerando que, ao término da atividade técnica desenvolvida obriga à baixa da ART de execução de obra, prestação de serviço ou desempenho de cargo ou função, devendo ser baixada em função da rescisão contratual, nos termos dos artigos 14, 15, 16 e 17 da Resolução nº: 1.137/2023 do CONFEA; Considerando que foram cumpridas as exigências legais, a CEA **DECIDIU** por homologar o Ad Referendum da Coordenadora, sendo pelo Deferimento da Baixa das ART's 1320240078759, 1320240141919, 1320240124014, 1320240061391, 1320240019865 e 1320240124006. Coordenou a votação o(a) Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho Marques. Votaram favoravelmente os senhores(as) conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno Cezar Alvaro Pontim, Antonio Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio Alves De Carvalho, Jose Antonio Maior Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo Elias De Oliveira e Leandro Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os senhores(as) conselheiros(as): Felipe Das Neves Monteiro. **5.2.2.1.2.90)** Processo n. F2025/058155-2 Interessado: HELIO BALAN. A Câmara Especializada de Agronomia do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o processo nº F2025/058155-2, do Profissional HELIO BALAN, que requer a baixa da ART': 1320180009897. Analisado o presente processo e considerando que, ao término da atividade técnica desenvolvida obriga à baixa da ART de execução de obra, prestação de serviço ou desempenho de cargo ou função, devendo ser baixada em função da rescisão contratual, nos termos dos artigos 14, 15, 16 e 17 da Resolução nº: 1.137/2023 do CONFEA; Considerando que foram cumpridas as exigências legais, a CEA **DECIDIU** por homologar o Ad Referendum da Coordenadora, sendo pelo Deferimento da Baixa da ART': 1320180009897. Coordenou a votação o(a) Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA ESTADO DE MATO
GROSSO DO SUL

1625 Marques. Votaram favoravelmente os senhores(as) conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento,
1626 Bruno Cezar Alvaro Pontim, Antonio Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga,
1627 Laércio Alves De Carvalho, Jose Antonio Maior Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De
1628 Azevedo, Rodrigo Elias De Oliveira e Leandro Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os
1629 senhores(as) conselheiros(as): Felipe Das Neves Monteiro. **5.2.2.1.2.91)** Processo n. F2025/058176-5
1630 Interessado: ADRIAN ALVES MOREIRA. A Câmara Especializada de Agronomia do Conselho
1631 Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o
1632 processo nº F2025/058176-5, do Profissional ADRIAN ALVES MOREIRA, que requer a baixa das
1633 ART's: 1320180082847, 1320180085285, 1320180087956, 1320180093985, 1320180095170,
1634 1320180099272, 1320180108664, 1320180114578, 1320180117165 e 1320180119678. Analisado o
1635 processo e considerando que, ao término da atividade técnica desenvolvida obriga à baixa da ART de
1636 execução de obra, prestação de serviço ou desempenho de cargo ou função, devendo ser baixada em
1637 função da rescisão contratual, nos termos dos artigos 14, 15, 16 e 17 da Resolução nº 1.137/2023 do
1638 CONFEA; Considerando que foram cumpridas as exigências legais, a CEA **DECIDIU** por homologar o
1639 Ad Referendum da Coordenadora, sendo pelo Deferimento da Baixa das ART's: 1320180082847,
1640 1320180085285, 1320180087956, 1320180093985, 1320180095170, 1320180099272,
1641 1320180108664, 1320180114578, 1320180117165 e 1320180119678. Coordenou a votação o(a)
1642 Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho Marques. Votaram favoravelmente os senhores(as)
1643 conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno Cezar Alvaro Pontim, Antonio Luiz Viegas
1644 Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio Alves De Carvalho, Jose Antonio Maior
1645 Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo Elias De Oliveira e Leandro
1646 Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os senhores(as) conselheiros(as): Felipe Das
1647 Neves Monteiro. **5.2.2.1.2.92)** Processo n. F2025/058179-0 Interessado: ADRIAN ALVES MOREIRA. A
1648 Câmara Especializada de Agronomia do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de
1649 Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o processo nº F2025/058179-0, do Profissional
1650 ADRIAN ALVES MOREIRA, que requer a baixa das ART's: 1320180070875, 1320180077026,
1651 1320180077028, 1320180077034, 1320180078128, 1320180078887, 1320180079012,
1652 1320180079339, 1320180079372 e 1320180082451. Analisado o processo e considerando que, ao
1653 término da atividade técnica desenvolvida obriga à baixa da ART de execução de obra, prestação de
1654 serviço ou desempenho de cargo ou função, devendo ser baixada em função da rescisão contratual,
1655 nos termos dos artigos 14, 15, 16 e 17 da Resolução nº 1.137/2023 do CONFEA; Considerando que
1656 foram cumpridas as exigências legais, a CEA **DECIDIU** por homologar o Ad Referendum da
1657 Coordenadora, sendo pelo Deferimento da Baixa das ART's: 1320180070875, 1320180077026,
1658 1320180077028, 1320180077034, 1320180078128, 1320180078887, 1320180079012,
1659 1320180079339, 1320180079372 e 1320180082451. Coordenou a votação o(a) Coordenadora Eng.
1660 Agr. Daniele Coelho Marques. Votaram favoravelmente os senhores(as) conselheiros(as): Jackeline
1661 Matos Do Nascimento, Bruno Cezar Alvaro Pontim, Antonio Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson Cortez,



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA ESTADO DE MATO
GROSSO DO SUL

1662 Maycon Macedo Braga, Laércio Alves De Carvalho, Jose Antonio Maior Bono, Fernando Vinicius
1663 Bressan, Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo Elias De Oliveira e Leandro Fabricio Martins Alessio. Não
1664 participou da votação os senhores(as) conselheiros(as): Felipe Das Neves Monteiro. **5.2.2.1.2.93)**
1665 Processo n. F2025/058548-5 Interessado: LIVIA SILVA BORGES. A Câmara Especializada de
1666 Agronomia do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul –
1667 Crea - MS, após apreciar o processo nº F2025/058548-5, da Profissional LIVIA SILVA BORGES, que
1668 requer a baixa da ART':1320250123527. Analisado o processo e considerando que, ao término da
1669 atividade técnica desenvolvida obriga à baixa da ART de execução de obra, prestação de serviço ou
1670 desempenho de cargo ou função, devendo ser baixada em função da rescisão contratual, nos termos
1671 dos artigos 14, 15, 16 e 17 da Resolução nº: 1.137/2023 do CONFEA; Considerando que foram
1672 cumpridas as exigências legais, a CEA **DECIDIU** por homologar o Ad Referendum da Coordenadora,
1673 sendo pelo Deferimento da Baixa da ART':1320250123527. Coordenou a votação o(a) Coordenadora
1674 Eng. Agr. Daniele Coelho Marques. Votaram favoravelmente os senhores(as) conselheiros(as):
1675 Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno Cezar Alvaro Pontim, Antonio Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson
1676 Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio Alves De Carvalho, Jose Antonio Maior Bono, Fernando
1677 Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo Elias De Oliveira e Leandro Fabricio Martins
1678 Alessio. Não participou da votação os senhores(as) conselheiros(as): Felipe Das Neves Monteiro.
1679 **5.2.2.1.2.94)** Processo n. F2025/058660-0 Interessado: NIOMAR ZUANAZZI. A Câmara Especializada
1680 de Agronomia do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul –
1681 Crea - MS, após apreciar o processo nº F2025/058660-0, do Profissional NIOMAR ZUANAZZI, que
1682 requer a baixa das ART's: 1320250064846, 1320250064849, 1320250064852, 1320250064854,
1683 1320250060356, 1320250060390, 1320250060370, 1320250060344, 1320250060364 e
1684 1320250005530. Analisado o processo e considerando que, ao término da atividade técnica
1685 desenvolvida obriga à baixa da ART de execução de obra, prestação de serviço ou desempenho de
1686 cargo ou função, devendo ser baixada em função da rescisão contratual, nos termos dos artigos 14, 15,
1687 16 e 17 da Resolução nº: 1.137/2023 do CONFEA; Considerando que foram cumpridas as exigências
1688 legais, a CEA **DECIDIU** por homologar o Ad Referendum da Coordenadora, sendo pelo Deferimento da
1689 Baixa das ART's: 1320250064846, 1320250064849, 1320250064852, 1320250064854,
1690 1320250060356, 1320250060390, 1320250060370, 1320250060344, 1320250060364 e
1691 1320250005530. Coordenou a votação o(a) Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho Marques.
1692 Votaram favoravelmente os senhores(as) conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno
1693 Cezar Alvaro Pontim, Antonio Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio
1694 Alves De Carvalho, Jose Antonio Maior Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo,
1695 Rodrigo Elias De Oliveira e Leandro Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os
1696 senhores(as) conselheiros(as): Felipe Das Neves Monteiro. **5.2.2.1.2.95)** Processo n. F2025/058672-4
1697 Interessado: NIOMAR ZUANAZZI. A Câmara Especializada de Agronomia do Conselho Regional de
1698 Engenharia e Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o processo nº



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA ESTADO DE MATO
GROSSO DO SUL

F2025/058672-4, do Profissional NIOMAR ZUANAZZI, que requer a baixa das ART's: 1320240145543, 1320240135771, 1320240120779, 1320240120778 e 1320240057521. Analisado o processo e considerando que, ao término da atividade técnica desenvolvida obriga à baixa da ART de execução de obra, prestação de serviço ou desempenho de cargo ou função, devendo ser baixada em função da rescisão contratual, nos termos dos artigos 14, 15, 16 e 17 da Resolução nº: 1.137/2023 do CONFEA; Considerando que foram cumpridas as exigências legais, a CEA **DECIDIU** por homologar o Ad Referendum da Coordenadora, sendo pelo Deferimento da Baixa das ART's: 1320240145543, 1320240135771, 1320240120779, 1320240120778 e 1320240057521. Coordenou a votação o(a) Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho Marques. Votaram favoravelmente os senhores(as) conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno Cezar Alvaro Pontim, Antonio Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio Alves De Carvalho, Jose Antonio Maior Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo Elias De Oliveira e Leandro Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os senhores(as) conselheiros(as): Felipe Das Neves Monteiro. **5.2.2.1.2.96)** Processo n. F2025/058814-0 Interessado: MARIO KAI. A Câmara Especializada de Agronomia do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o processo nº F2025/058814-0, do Profissional MARIO KAI, que requer a baixa das ART's: 1320180119705, 1320190007447, 1320190007778, 1320190007783 e 1320190006059. Analisado o processo e considerando que, ao término da atividade técnica desenvolvida obriga à baixa da ART de execução de obra, prestação de serviço ou desempenho de cargo ou função, devendo ser baixada em função da rescisão contratual, nos termos dos artigos 14, 15, 16 e 17 da Resolução nº: 1.137/2023 do CONFEA; Considerando que foram cumpridas as exigências legais, a CEA **DECIDIU** por homologar o Ad Referendum da Coordenadora, sendo pelo Deferimento da Baixa das ART's: 1320180119705, 1320190007447, 1320190007778, 1320190007783 e 1320190006059. Coordenou a votação o(a) Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho Marques. Votaram favoravelmente os senhores(as) conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno Cezar Alvaro Pontim, Antonio Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio Alves De Carvalho, Jose Antonio Maior Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo Elias De Oliveira e Leandro Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os senhores(as) conselheiros(as): Felipe Das Neves Monteiro. **5.2.2.1.2.97)** Processo n. F2025/058835-2 Interessado: JULIANO FERRI DE OLIVEIRA. A Câmara Especializada de Agronomia do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o processo nº F2025/058835-2, da Profissional ROSIMEIRE APARECIDA VENTURA RIBEIRO, que requer a baixa das ART's: 1320240149886, 1320240149892, 1320240149901, 1320240149910, 1320240149927, 1320240161949, 1320240149915, 1320250045859, 1320250045863 e 1320250064541. Analisado o processo e considerando que, ao término da atividade técnica desenvolvida obriga à baixa da ART de execução de obra, prestação de serviço ou desempenho de cargo ou função, devendo ser baixada em função da rescisão contratual, nos termos dos artigos 14, 15,



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA ESTADO DE MATO
GROSSO DO SUL

16 e 17 da Resolução nº: 1.137/2023 do CONFEA; Considerando que foram cumpridas as exigências legais, a CEA **DECIDIU** por homologar o Ad Referendum da Coordenadora, sendo pelo Deferimento da Baixa da ART: 1320240149886, 1320240149892, 1320240149901, 1320240149910, 1320240149927, 1320240161949, 1320240149915, 1320250045859, 1320250045863 e 1320250064541. Coordenou a votação o(a) Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho Marques. Votaram favoravelmente os senhores(as) conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno Cezar Alvaro Pontim, Antonio Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio Alves De Carvalho, Jose Antonio Maior Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo Elias De Oliveira e Leandro Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os senhores(as) conselheiros(as): Felipe Das Neves Monteiro. **5.2.2.1.2.98)** Processo n. F2025/058837-9 Interessado: WILLIAN AUGUSTO MARTINELLI. A Câmara Especializada de Agronomia do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o processo nº F2025/058837-9, do Profissional WILLIAN AUGUSTO MARTINELLI, que requer a baixa da ART n. 1320250058138. Analisado o processo e considerando que, ao término da atividade técnica desenvolvida obriga à baixa da ART de execução de obra, prestação de serviço ou desempenho de cargo ou função, devendo ser baixada em função da rescisão contratual, nos termos dos artigos 14, 15, 16 e 17 da Resolução nº: 1.137/2023 do CONFEA; Considerando que foram cumpridas as exigências legais, a CEA **DECIDIU** por homologar o Ad Referendum da Coordenadora, sendo pelo Deferimento da Baixa da ART n. 1320250058138. Coordenou a votação o(a) Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho Marques. Votaram favoravelmente os senhores(as) conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno Cezar Alvaro Pontim, Antonio Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio Alves De Carvalho, Jose Antonio Maior Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo Elias De Oliveira e Leandro Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os senhores(as) conselheiros(as): Felipe Das Neves Monteiro. **5.2.2.1.2.99)** Processo n. F2025/059302-0 Interessado: VIVIANE DOS SANTOS SOBRINHO. A Câmara Especializada de Agronomia do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o processo nº F2025/059302-0, da Profissional VIVIANE DOS SANTOS SOBRINHO, que requer a baixa da ART: 1320240111215. Analisado o processo e considerando que, ao término da atividade técnica desenvolvida obriga à baixa da ART de execução de obra, prestação de serviço ou desempenho de cargo ou função, devendo ser baixada em função da rescisão contratual, nos termos dos artigos 14, 15, 16 e 17 da Resolução nº: 1.137/2023 do CONFEA; Considerando que foram cumpridas as exigências legais, a CEA **DECIDIU** por homologar o Ad Referendum da Coordenadora, sendo pelo Deferimento da Baixa da ART: 1320240111215. Coordenou a votação o(a) Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho Marques. Votaram favoravelmente os senhores(as) conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno Cezar Alvaro Pontim, Antonio Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio Alves De Carvalho, Jose Antonio Maior Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo Elias De Oliveira e Leandro Fabricio Martins



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA ESTADO DE MATO
GROSSO DO SUL

Alessio. Não participou da votação os senhores(as) conselheiros(as): Felipe Das Neves Monteiro.

5.2.2.1.2.100) Processo n. F2025/058867-0 Interessado: ALANNA TAYSE PAGNONCELLI CORSO. A Câmara Especializada de Agronomia do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o processo nº F2025/058867-0, da Profissional ALANNA TAYSE PAGNONCELLI CORSO, que requer a baixa da ART n. 1320240039830. Analisado o processo e considerando que, ao término da atividade técnica desenvolvida obriga à baixa da ART de execução de obra, prestação de serviço ou desempenho de cargo ou função, devendo ser baixada em função da rescisão contratual, nos termos dos artigos 14, 15, 16 e 17 da Resolução nº: 1.137/2023 do CONFEA; Considerando que foram cumpridas as exigências legais, a CEA **DECIDIU** por homologar o Ad Referendum da Coordenadora, sendo pelo Deferimento da Baixa da ART n. 1320240039830. Coordenou a votação o(a) Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho Marques. Votaram favoravelmente os senhores(as) conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno Cezar Alvaro Pontim, Antonio Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio Alves De Carvalho, Jose Antonio Maior Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo Elias De Oliveira e Leandro Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os senhores(as) conselheiros(as): Felipe Das Neves Monteiro. **5.2.2.1.2.101)** Processo n. F2025/058937-5 Interessado: MARIO KAI. A Câmara Especializada de Agronomia do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o processo nº F2025/058937-5, do Profissional MARIO KAI, que requer a baixa das ART's: 1320190042459, 1320200002131, 1320190078866, 1320200002120, 1320190056854, 1320190056844 e 1320190056846. Analisado o processo e considerando que, ao término da atividade técnica desenvolvida obriga à baixa da ART de execução de obra, prestação de serviço ou desempenho de cargo ou função, devendo ser baixada em função da rescisão contratual, nos termos dos artigos 14, 15, 16 e 17 da Resolução nº: 1.137/2023 do CONFEA; Considerando que foram cumpridas as exigências legais, a CEA **DECIDIU** por homologar o Ad Referendum da Coordenadora, sendo pelo Deferimento da Baixa das ART's: 1320190042459, 1320200002131, 1320190078866, 1320200002120, 1320190056854, 1320190056844 e 1320190056846. Coordenou a votação o(a) Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho Marques. Votaram favoravelmente os senhores(as) conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno Cezar Alvaro Pontim, Antonio Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio Alves De Carvalho, Jose Antonio Maior Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo Elias De Oliveira e Leandro Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os senhores(as) conselheiros(as): Felipe Das Neves Monteiro. **5.2.2.1.2.102)** Processo n. F2025/058920-0 Interessado: LEANDRO TEBET THOME. A Câmara Especializada de Agronomia do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o processo nº F2025/058920-0, do Profissional LEANDRO TEBET THOM, que requer a baixa da ART n. 1320180117756. Analisado o processo e considerando que, ao término da atividade técnica desenvolvida obriga à baixa da ART de execução de obra, prestação de serviço ou desempenho de



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA ESTADO DE MATO
GROSSO DO SUL

1810 cargo ou função, devendo ser baixada em função da rescisão contratual, nos termos dos artigos 14, 15,
1811 16 e 17 da Resolução nº: 1.137/2023 do CONFEA; Considerando que foram cumpridas as exigências
1812 legais, a CEA **DECIDIU** por homologar o Ad Referendum da Coordenadora, sendo pelo Deferimento da
1813 Baixa da ART n. 1320180117756. Coordenou a votação o(a) Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho
1814 Marques. Votaram favoravelmente os senhores(as) conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento,
1815 Bruno Cezar Alvaro Pontim, Antonio Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga,
1816 Laércio Alves De Carvalho, Jose Antonio Maior Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De
1817 Azevedo, Rodrigo Elias De Oliveira e Leandro Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os
1818 senhores(as) conselheiros(as): Felipe Das Neves Monteiro. **5.2.2.1.2.103**) Processo n. F2025/059000-4
1819 Interessado: GRACINDO CARDOSO SANTOS JUNIOR. A Câmara Especializada de Agronomia do
1820 Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após
1821 apreciar o processo nº F2025/059000-4, do Profissional GRACINDO CARDOSO SANTOS JUNIOR,
1822 que requer a baixa das ART's: 1320220093780, 1320210121655 e 1320220106085. Analisado o
1823 processo e considerando que, ao término da atividade técnica desenvolvida obriga à baixa da ART de
1824 execução de obra, prestação de serviço ou desempenho de cargo ou função, devendo ser baixada em
1825 função da rescisão contratual, nos termos dos artigos 14, 15, 16 e 17 da Resolução nº: 1.137/2023 do
1826 CONFEA; Considerando que foram cumpridas as exigências legais, a CEA **DECIDIU** por homologar o
1827 Ad Referendum da Coordenadora, sendo pelo Deferimento da Baixa das ART's: 1320220093780,
1828 1320210121655 e 1320220106085. Coordenou a votação o(a) Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho
1829 Marques. Votaram favoravelmente os senhores(as) conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento,
1830 Bruno Cezar Alvaro Pontim, Antonio Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga,
1831 Laércio Alves De Carvalho, Jose Antonio Maior Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De
1832 Azevedo, Rodrigo Elias De Oliveira e Leandro Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os
1833 senhores(as) conselheiros(as): Felipe Das Neves Monteiro. **5.2.2.1.2.104**) Processo n. F2025/059155-8
1834 Interessado: ADRIAN ALVES MOREIRA. A Câmara Especializada de Agronomia do Conselho
1835 Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o
1836 processo nº F2025/059155-8, do Profissional ADRIAN ALVES MOREIRA, que requer a baixa das
1837 ART's: 1320180036015, 1320180037185, 1320180041982, 1320180050962, 1320180058153,
1838 1320180068197, 1320180068918 e 1320180070487. Analisado o processo e considerando que, ao
1839 término da atividade técnica desenvolvida obriga à baixa da ART de execução de obra, prestação de
1840 serviço ou desempenho de cargo ou função, devendo ser baixada em função da rescisão contratual,
1841 nos termos dos artigos 14, 15, 16 e 17 da Resolução nº: 1.137/2023 do CONFEA; Considerando que
1842 foram cumpridas as exigências legais, a CEA **DECIDIU** por homologar o Ad Referendum da
1843 Coordenadora, sendo pelo Deferimento da Baixa das ART's: 1320180036015, 1320180037185,
1844 1320180041982, 1320180050962, 1320180058153, 1320180068197, 1320180068918 e
1845 1320180070487. Coordenou a votação o(a) Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho Marques.
1846 Votaram favoravelmente os senhores(as) conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA ESTADO DE MATO
GROSSO DO SUL

1847 Cezar Alvaro Pontim, Antonio Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio
1848 Alves De Carvalho, Jose Antonio Maior Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo,
1849 Rodrigo Elias De Oliveira e Leandro Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os
1850 senhores(as) conselheiros(as): Felipe Das Neves Monteiro. **5.2.2.1.2.105)** Processo n. F2025/059156-6
1851 Interessado: ADRIAN ALVES MOREIRA. A Câmara Especializada de Agronomia do Conselho
1852 Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o
1853 processo nº F2025/059156-6, do Profissional ADRIAN ALVES MOREIRA, que requer a baixa das
1854 ART's: 1320180022724, 1320180027708, 1320180028910, 1320180030380, 1320180031318,
1855 1320180033227, 1320180033236, 1320180034736, 1320180034742 e 1320180035218. Analisado o
1856 processo e considerando que, ao término da atividade técnica desenvolvida obriga à baixa da ART de
1857 execução de obra, prestação de serviço ou desempenho de cargo ou função, devendo ser baixada em
1858 função da rescisão contratual, nos termos dos artigos 14, 15, 16 e 17 da Resolução nº: 1.137/2023 do
1859 CONFEA; Considerando que foram cumpridas as exigências legais, a CEA **DECIDIU** por homologar o
1860 Ad Referendum da Coordenadora, sendo pelo Deferimento da Baixa das ART's: 1320180022724,
1861 1320180027708, 1320180028910, 1320180030380, 1320180031318, 1320180033227,
1862 1320180033236, 1320180034736, 1320180034742 e 1320180035218. Coordenou a votação o(a)
1863 Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho Marques. Votaram favoravelmente os senhores(as)
1864 conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno Cezar Alvaro Pontim, Antonio Luiz Viegas
1865 Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio Alves De Carvalho, Jose Antonio Maior
1866 Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo Elias De Oliveira e Leandro
1867 Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os senhores(as) conselheiros(as): Felipe Das
1868 Neves Monteiro. **5.2.2.1.2.106)** Processo n. F2025/059157-4 Interessado: ADRIAN ALVES MOREIRA.
1869 A Câmara Especializada de Agronomia do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado
1870 de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o processo nº F2025/059157-4, do Profissional
1871 ADRIAN ALVES MOREIRA, que requer a baixa das ART's: 1320180001499, 1320180002100,
1872 1320180004890, 1320180005286, 1320180006602, 1320180006753, 1320180006942,
1873 1320180006955, 1320180012136 e 1320180014858. Analisado o processo e considerando que, ao
1874 término da atividade técnica desenvolvida obriga à baixa da ART de execução de obra, prestação de
1875 serviço ou desempenho de cargo ou função, devendo ser baixada em função da rescisão contratual,
1876 nos termos dos artigos 14, 15, 16 e 17 da Resolução nº: 1.137/2023 do CONFEA; Considerando que
1877 foram cumpridas as exigências legais, a CEA **DECIDIU** por homologar o Ad Referendum da
1878 Coordenadora, sendo pelo Deferimento da Baixa das ART's: 1320180001499, 1320180002100,
1879 1320180004890, 1320180005286, 1320180006602, 1320180006753, 1320180006942,
1880 1320180006955, 1320180012136 e 1320180014858. Coordenou a votação o(a) Coordenadora Eng.
1881 Agr. Daniele Coelho Marques. Votaram favoravelmente os senhores(as) conselheiros(as): Jackeline
1882 Matos Do Nascimento, Bruno Cezar Alvaro Pontim, Antonio Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson Cortez,
1883 Maycon Macedo Braga, Laércio Alves De Carvalho, Jose Antonio Maior Bono, Fernando Vinicius



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA ESTADO DE MATO
GROSSO DO SUL

1884 Bressan, Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo Elias De Oliveira e Leandro Fabricio Martins Alessio. Não
1885 participou da votação os senhores(as) conselheiros(as): Felipe Das Neves Monteiro. **5.2.2.1.2.107)**
1886 Processo n. F2025/059216-3 Interessado: MARIO KAI. A Câmara Especializada de Agronomia do
1887 Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após
1888 apreciar o processo nº F2025/059216-3, do Profissional MARIO KAI, que requer a baixa das ART's:
1889 1320190057037, 1320190057028, 1320190056816, 1320190056973, 1320190056808 e
1890 1320190056456. Analisado o processo e considerando que, ao término da atividade técnica
1891 desenvolvida obriga à baixa da ART de execução de obra, prestação de serviço ou desempenho de
1892 cargo ou função, devendo ser baixada em função da rescisão contratual, nos termos dos artigos 14, 15,
1893 16 e 17 da Resolução nº: 1.137/2023 do CONFEA; Considerando que foram cumpridas as exigências
1894 legais, a CEA **DECIDIU** por homologar o Ad Referendum da Coordenadora, sendo pelo Deferimento da
1895 Baixa das ART's: 1320190057037, 1320190057028, 1320190056816, 1320190056973, 1320190056808
1896 e 1320190056456. Coordenou a votação o(a) Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho Marques.
1897 Votaram favoravelmente os senhores(as) conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno
1898 Cezar Alvaro Pontim, Antonio Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio
1899 Alves De Carvalho, Jose Antonio Maior Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo,
1900 Rodrigo Elias De Oliveira e Leandro Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os
1901 senhores(as) conselheiros(as): Felipe Das Neves Monteiro. **5.2.2.1.2.108)** Processo n. F2025/059243-0
1902 Interessado: MARIO KAI. A Câmara Especializada de Agronomia do Conselho Regional de Engenharia
1903 e Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o processo nº
1904 F2025/059243-0, do Profissional MARIO KAI, que requer a baixa das ART's: 1320190056957,
1905 1320190056950, 1320190056946, 1320190056942 e 1320190056968. Analisado o processo e
1906 considerando que, ao término da atividade técnica desenvolvida obriga à baixa da ART de execução de
1907 obra, prestação de serviço ou desempenho de cargo ou função, devendo ser baixada em função da
1908 rescisão contratual, nos termos dos artigos 14, 15, 16 e 17 da Resolução nº: 1.137/2023 do CONFEA;
1909 Considerando que foram cumpridas as exigências legais, a CEA **DECIDIU** por homologar o Ad
1910 Referendum da Coordenadora, sendo pelo Deferimento da Baixa das ART's: 1320190056957,
1911 1320190056950, 1320190056946, 1320190056942 e 1320190056968. Coordenou a votação o(a)
1912 Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho Marques. Votaram favoravelmente os senhores(as)
1913 conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno Cezar Alvaro Pontim, Antonio Luiz Viegas
1914 Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio Alves De Carvalho, Jose Antonio Maior
1915 Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo Elias De Oliveira e Leandro
1916 Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os senhores(as) conselheiros(as): Felipe Das
1917 Neves Monteiro. **5.2.2.1.2.109)** Processo n. F2025/059307-0 Interessado: VIVIANE DOS SANTOS
1918 SOBRINHO. A Câmara Especializada de Agronomia do Conselho Regional de Engenharia e
1919 Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o processo nº F2025/059307-
1920 0, da Profissional VIVIANE DOS SANTOS SOBRINHO, que requer a baixa da ART: 1320250006273.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA ESTADO DE MATO
GROSSO DO SUL

1921 Analisado o processo e considerando que, ao término da atividade técnica desenvolvida obriga à baixa
1922 da ART de execução de obra, prestação de serviço ou desempenho de cargo ou função, devendo ser
1923 baixada em função da rescisão contratual, nos termos dos artigos 14, 15, 16 e 17 da Resolução nº:
1924 1.137/2023 do CONFEA; Considerando que foram cumpridas as exigências legais, a CEA **DECIDIU**
1925 por homologar o Ad Referendum da Coordenadora, sendo pelo Deferimento da Baixa da ART:
1926 1320250006273. Coordenou a votação o(a) Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho Marques.
1927 Votaram favoravelmente os senhores(as) conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno
1928 Cezar Alvaro Pontim, Antonio Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio
1929 Alves De Carvalho, Jose Antonio Maior Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo,
1930 Rodrigo Elias De Oliveira e Leandro Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os
1931 senhores(as) conselheiros(as): Felipe Das Neves Monteiro. **5.2.2.1.2.110)** Processo n. F2025/059357-7
1932 Interessado: NIOMAR ZUANAZZI. A Câmara Especializada de Agronomia do Conselho Regional de
1933 Engenharia e Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o processo nº
1934 F2025/059357-7, do Profissional NIOMAR ZUANAZZI, que requer a baixa da ART n. 11298366.
1935 Analisado o processo e considerando que, ao término da atividade técnica desenvolvida obriga à baixa
1936 da ART de execução de obra, prestação de serviço ou desempenho de cargo ou função, devendo ser
1937 baixada em função da rescisão contratual, nos termos dos artigos 14, 15, 16 e 17 da Resolução nº:
1938 1.137/2023 do CONFEA; Considerando que foram cumpridas as exigências legais, a CEA **DECIDIU**
1939 por homologar o Ad Referendum da Coordenadora, sendo pelo Deferimento da Baixa da ART':
1940 11298366. Coordenou a votação o(a) Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho Marques. Votaram
1941 favoravelmente os senhores(as) conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno Cezar Alvaro
1942 Pontim, Antonio Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio Alves De
1943 Carvalho, Jose Antonio Maior Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo
1944 Elias De Oliveira e Leandro Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os senhores(as)
1945 conselheiros(as): Felipe Das Neves Monteiro. **5.2.2.1.2.111)** Processo n. F2025/059378-0 Interessado:
1946 NIOMAR ZUANAZZI. A Câmara Especializada de Agronomia do Conselho Regional de Engenharia e
1947 Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o processo nº F2025/059378-
1948 0, do Profissional NIOMAR ZUANAZZI, que requer a baixa da ART n. 320200027458. Analisado o
1949 processo e considerando que, ao término da atividade técnica desenvolvida obriga à baixa da ART de
1950 execução de obra, prestação de serviço ou desempenho de cargo ou função, devendo ser baixada em
1951 função da rescisão contratual, nos termos dos artigos 14, 15, 16 e 17 da Resolução nº: 1.137/2023 do
1952 CONFEA; Considerando que foram cumpridas as exigências legais, a CEA **DECIDIU** por homologar o
1953 Ad Referendum da Coordenadora, sendo pelo Deferimento da Baixa da ART': 1320200027458.
1954 Coordenou a votação o(a) Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho Marques. Votaram favoravelmente
1955 os senhores(as) conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno Cezar Alvaro Pontim,
1956 Antonio Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio Alves De Carvalho,
1957 Jose Antonio Maior Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo Elias De



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA ESTADO DE MATO
GROSSO DO SUL

1958 Oliveira e Leandro Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os senhores(as)
1959 conselheiros(as): Felipe Das Neves Monteiro. **5.2.2.1.2.112)** Processo n. F2025/059478-6 Interessado:
1960 ADRIAN ALVES MOREIRA. A Câmara Especializada de Agronomia do Conselho Regional de
1961 Engenharia e Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o processo nº
1962 F2025/059478-6, do Profissional ADRIAN ALVES MOREIRA, que requer a baixa das ART's:
1963 1320170124630, 1320170124632, 1320170124944, 1320170126548, 1320170128521,
1964 1320170129366, 1320170129984, 1320170130697, 1320170130859 e 1320170131484. Analisado o
1965 processo e considerando que, ao término da atividade técnica desenvolvida obriga à baixa da ART de
1966 execução de obra, prestação de serviço ou desempenho de cargo ou função, devendo ser baixada em
1967 função da rescisão contratual, nos termos dos artigos 14, 15, 16 e 17 da Resolução nº: 1.137/2023 do
1968 CONFEA; Considerando que foram cumpridas as exigências legais, a CEA **DECIDIU** por homologar o
1969 Ad Referendum da Coordenadora, sendo pelo Deferimento da Baixa das ART's: 1320170124630,
1970 1320170124632, 1320170124944, 1320170126548, 1320170128521, 1320170129366,
1971 1320170129984, 1320170130697, 1320170130859 e 1320170131484. Coordenou a votação o(a)
1972 Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho Marques. Votaram favoravelmente os senhores(as)
1973 conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno Cezar Alvaro Pontim, Antonio Luiz Viegas
1974 Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio Alves De Carvalho, Jose Antonio Maior
1975 Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo Elias De Oliveira e Leandro
1976 Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os senhores(as) conselheiros(as): Felipe Das
1977 Neves Monteiro. **5.2.2.1.2.113)** Processo n. F2025/059481-6 Interessado: ADRIAN ALVES MOREIRA.
1978 A Câmara Especializada de Agronomia do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado
1979 de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o processo nº F2025/059481-6, do Profissional
1980 ADRIAN ALVES MOREIRA, que requer a baixa das ART's: 1320170105085, 1320170105107,
1981 1320170105212, 1320170112745, 1320170112749, 1320170115203, 1320170118000,
1982 1320170121956, 1320170124595 e 1320170124625. Analisado o processo e considerando que, ao
1983 término da atividade técnica desenvolvida obriga à baixa da ART de execução de obra, prestação de
1984 serviço ou desempenho de cargo ou função, devendo ser baixada em função da rescisão contratual,
1985 nos termos dos artigos 14, 15, 16 e 17 da Resolução nº: 1.137/2023 do CONFEA; Considerando que
1986 foram cumpridas as exigências legais, a CEA **DECIDIU** por homologar o Ad Referendum da
1987 Coordenadora, sendo pelo Deferimento da Baixa das ART's: 1320170105085, 1320170105107,
1988 1320170105212, 1320170112745, 1320170112749, 1320170115203, 1320170118000,
1989 1320170121956, 1320170124595 e 1320170124625. Coordenou a votação o(a) Coordenadora Eng.
1990 Agr. Daniele Coelho Marques. Votaram favoravelmente os senhores(as) conselheiros(as): Jackeline
1991 Matos Do Nascimento, Bruno Cezar Alvaro Pontim, Antonio Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson Cortez,
1992 Maycon Macedo Braga, Laércio Alves De Carvalho, Jose Antonio Maior Bono, Fernando Vinicius
1993 Bressan, Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo Elias De Oliveira e Leandro Fabricio Martins Alessio. Não
1994 participou da votação os senhores(as) conselheiros(as): Felipe Das Neves Monteiro. **5.2.2.1.2.114)**



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA ESTADO DE MATO
GROSSO DO SUL

1995 Processo n. F2025/059483-2 Interessado: ADRIAN ALVES MOREIRA. A Câmara Especializada de
1996 Agronomia do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul –
1997 Crea - MS, após apreciar o processo nº F2025/059483-2, do Profissional ADRIAN ALVES MOREIRA,
1998 que requer a baixa das ART's: 1320170071945, 1320170071953, 1320170076202, 1320170079526,
1999 1320170083443, 1320170085624, 1320170088577, 1320170089413, 1320170089925 e
2000 1320170102818. Analisado o processo e considerando que, ao término da atividade técnica
2001 desenvolvida obriga à baixa da ART de execução de obra, prestação de serviço ou desempenho de
2002 cargo ou função, devendo ser baixada em função da rescisão contratual, nos termos dos artigos 14, 15,
2003 16 e 17 da Resolução nº: 1.137/2023 do CONFEA; Considerando que foram cumpridas as exigências
2004 legais, a CEA **DECIDIU** por homologar o Ad Referendum da Coordenadora, sendo pelo Deferimento da
2005 Baixa das ART's: 1320170071945, 1320170071953, 1320170076202, 1320170079526,
2006 1320170083443, 1320170085624, 1320170088577, 1320170089413, 1320170089925 e
2007 1320170102818. Coordenou a votação o(a) Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho Marques.
2008 Votaram favoravelmente os senhores(as) conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno
2009 Cezar Alvaro Pontim, Antonio Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio
2010 Alves De Carvalho, Jose Antonio Maior Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo,
2011 Rodrigo Elias De Oliveira e Leandro Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os
2012 senhores(as) conselheiros(as): Felipe Das Neves Monteiro. **5.2.2.1.2.115)** Processo n. F2025/059485-9
2013 Interessado: ADRIAN ALVES MOREIRA. A Câmara Especializada de Agronomia do Conselho
2014 Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o
2015 processo nº F2025/059485-9, do Profissional ADRIAN ALVES MOREIRA, que requer a baixa das
2016 ART's: 1320170053438, 1320170062430, 1320170062435, 1320170065671, 1320170065812,
2017 1320170065815, 1320170068479, 1320170068500, 1320170068514 e 1320170068524. Analisado o
2018 processo e considerando que, ao término da atividade técnica desenvolvida obriga à baixa da ART de
2019 execução de obra, prestação de serviço ou desempenho de cargo ou função, devendo ser baixada em
2020 função da rescisão contratual, nos termos dos artigos 14, 15, 16 e 17 da Resolução nº: 1.137/2023 do
2021 CONFEA; Considerando que foram cumpridas as exigências legais, a CEA **DECIDIU** por homologar o
2022 Ad Referendum da Coordenadora, sendo pelo Deferimento da Baixa das ART's: 1320170053438,
2023 1320170062430, 1320170062435, 1320170065671, 1320170065812, 1320170065815,
2024 1320170068479, 1320170068500, 1320170068514 e 1320170068524. Coordenou a votação o(a)
2025 Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho Marques. Votaram favoravelmente os senhores(as)
2026 conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno Cezar Alvaro Pontim, Antonio Luiz Viegas
2027 Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio Alves De Carvalho, Jose Antonio Maior
2028 Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo Elias De Oliveira e Leandro
2029 Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os senhores(as) conselheiros(as): Felipe Das
2030 Neves Monteiro. **5.2.2.1.2.116)** Processo n. F2025/059486-7 Interessado: ADRIAN ALVES MOREIRA.
2031 A Câmara Especializada de Agronomia do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA ESTADO DE MATO
GROSSO DO SUL

de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o processo nº F2025/059486-7, do Profissional ADRIAN ALVES MOREIRA, que requer a baixa das ART's: 1320170053321, 1320170051594, 1320170049214, 1320170018731, 1320170017673, 1320170015761 e 1320170015145. Analisado o processo e considerando que, ao término da atividade técnica desenvolvida obriga à baixa da ART de execução de obra, prestação de serviço ou desempenho de cargo ou função, devendo ser baixada em função da rescisão contratual, nos termos dos artigos 14, 15, 16 e 17 da Resolução nº: 1.137/2023 do CONFEA; Considerando que foram cumpridas as exigências legais, a CEA **DECIDIU** por homologar o Ad Referendum da Coordenadora, sendo pelo Deferimento da Baixa das ART's: 1320170053321, 1320170051594, 1320170049214, 1320170018731, 1320170017673, 1320170015761 e 1320170015145. Coordenou a votação o(a) Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho Marques. Votaram favoravelmente os senhores(as) conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno Cezar Alvaro Pontim, Antonio Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio Alves De Carvalho, Jose Antonio Maior Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo Elias De Oliveira e Leandro Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os senhores(as) conselheiros(as): Felipe Das Neves Monteiro. **5.2.2.1.2.117**) Processo n. F2025/059563-4 Interessado: Gustavo Macaris Ferreira. A Câmara Especializada de Agronomia do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o processo nº F2025/059563-4, do Profissional GUSTAVO MACARIS FERREIRA, que requer a baixa das ART's: 1320240167619, 1320250002420 e 1320250002445. Analisado o presente processo e considerando que, ao término da atividade técnica desenvolvida obriga à baixa da ART de execução de obra, prestação de serviço ou desempenho de cargo ou função, devendo ser baixada em função da rescisão contratual, nos termos dos artigos 14, 15, 16 e 17 da Resolução nº: 1.137/2023 do CONFEA; Considerando que foram cumpridas as exigências legais, a CEA **DECIDIU** por homologar o Ad Referendum da Coordenadora, sendo pelo Deferimento da Baixa das ART's: 1320240167619, 1320250002420 e 1320250002445. Coordenou a votação o(a) Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho Marques. Votaram favoravelmente os senhores(as) conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno Cezar Alvaro Pontim, Antonio Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio Alves De Carvalho, Jose Antonio Maior Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo Elias De Oliveira e Leandro Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os senhores(as) conselheiros(as): Felipe Das Neves Monteiro. **5.2.2.1.2.118**) Processo n. F2025/059729-7 Interessado: Carlos Henrique de Souza Meneguetti. A Câmara Especializada de Agronomia do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o processo nº F2025/059729-7, do Profissional CARLOS HENRIQUE DE SOUZA MENEGUETTI, que requer a baixa da ART n. 1320250121325. Analisado o processo e considerando que, ao término da atividade técnica desenvolvida obriga à baixa da ART de execução de obra, prestação de serviço ou desempenho de cargo ou função, devendo ser baixada em função da rescisão contratual, nos termos dos artigos 14, 15, 16 e 17 da Resolução nº: 1.137/2023 do CONFEA;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA ESTADO DE MATO
GROSSO DO SUL

2069 Considerando que foram cumpridas as exigências legais, a CEA **DECIDIU** por homologar o Ad
2070 Referendum da Coordenadora, sendo pelo Deferimento da Baixa da ART': 1320250121325. Coordenou
2071 a votação o(a) Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho Marques. Votaram favoravelmente os
2072 senhores(as) conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno Cezar Alvaro Pontim, Antonio
2073 Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio Alves De Carvalho, Jose
2074 Antonio Maior Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo Elias De Oliveira e
2075 Leandro Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os senhores(as) conselheiros(as): Felipe
2076 Das Neves Monteiro. **5.2.2.1.2.119)** Processo n. F2025/059730-0 Interessado: Carlos Henrique de
2077 Souza Meneguetti. A Câmara Especializada de Agronomia do Conselho Regional de Engenharia e
2078 Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o processo nº F2025/059730-
2079 0, do Profissional CARLOS HENRIQUE DE SOUZA MENEGUETTI, que requer a baixa da ART':
2080 1320250120031. Analisado o processo e considerando que, ao término da atividade técnica
2081 desenvolvida obriga à baixa da ART de execução de obra, prestação de serviço ou desempenho de
2082 cargo ou função, devendo ser baixada em função da rescisão contratual, nos termos dos artigos 14, 15,
2083 16 e 17 da Resolução nº: 1.137/2023 do CONFEA; Considerando que foram cumpridas as exigências
2084 legais, a CEA **DECIDIU** por homologar o Ad Referendum da Coordenadora, sendo pelo Deferimento da
2085 Baixa da ART': 1320250120031. Coordenou a votação o(a) Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho
2086 Marques. Votaram favoravelmente os senhores(as) conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento,
2087 Bruno Cezar Alvaro Pontim, Antonio Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga,
2088 Laércio Alves De Carvalho, Jose Antonio Maior Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De
2089 Azevedo, Rodrigo Elias De Oliveira e Leandro Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os
2090 senhores(as) conselheiros(as): Felipe Das Neves Monteiro. **5.2.2.1.2.120)** Processo n. F2025/059731-9
2091 Interessado: Carlos Henrique de Souza Meneguetti. A Câmara Especializada de Agronomia do
2092 Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após
2093 apreciar o processo nº F2025/059731-9, do Profissional CARLOS HENRIQUE DE SOUZA
2094 MENEGUETTI, que requer a baixa da ART': 1320250030770. Analisado o processo e considerando
2095 que, ao término da atividade técnica desenvolvida obriga à baixa da ART de execução de obra,
2096 prestação de serviço ou desempenho de cargo ou função, devendo ser baixada em função da rescisão
2097 contratual, nos termos dos artigos 14, 15, 16 e 17 da Resolução nº: 1.137/2023 do CONFEA;
2098 Considerando que foram cumpridas as exigências legais, a CEA **DECIDIU** por homologar o Ad
2099 Referendum da Coordenadora, sendo pelo Deferimento da Baixa da ART': 1320250030770. Coordenou
2100 a votação o(a) Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho Marques. Votaram favoravelmente os
2101 senhores(as) conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno Cezar Alvaro Pontim, Antonio
2102 Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio Alves De Carvalho, Jose
2103 Antonio Maior Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo Elias De Oliveira e
2104 Leandro Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os senhores(as) conselheiros(as): Felipe
2105 Das Neves Monteiro. **5.2.2.1.2.121)** Processo n. F2025/059733-5 Interessado: Carlos Henrique de



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA ESTADO DE MATO
GROSSO DO SUL

2106 Souza Meneguetti. A Câmara Especializada de Agronomia do Conselho Regional de Engenharia e
2107 Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o processo nº F2025/059733-
2108 5, do Profissional CARLOS HENRIQUE DE SOUZA MENEGUETTI, que requer a baixa da ART n.
2109 1320250046952. Analisado o presente processo e considerando que, ao término da atividade técnica
2110 desenvolvida obriga à baixa da ART de execução de obra, prestação de serviço ou desempenho de
2111 cargo ou função, devendo ser baixada em função da rescisão contratual, nos termos dos artigos 14, 15,
2112 16 e 17 da Resolução nº 1.137/2023 do CONFEA; Considerando que foram cumpridas as exigências
2113 legais, a CEA **DECIDIU** por homologar o Ad Referendum da Coordenadora, sendo pelo Deferimento da
2114 Baixa da ART' n. 1320250046952. Coordenou a votação o(a) Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho
2115 Marques. Votaram favoravelmente os senhores(as) conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento,
2116 Bruno Cezar Alvaro Pontim, Antonio Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga,
2117 Laércio Alves De Carvalho, Jose Antonio Maior Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De
2118 Azevedo, Rodrigo Elias De Oliveira e Leandro Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os
2119 senhores(as) conselheiros(as): Felipe Das Neves Monteiro. **5.2.2.1.2.122)** Processo n. F2025/059734-3
2120 Interessado: Carlos Henrique de Souza Meneguetti. A Câmara Especializada de Agronomia do
2121 Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após
2122 apreciar o processo nº F2025/059734-3, do Profissional CARLOS HENRIQUE DE SOUZA
2123 MENEGUETTI, que requer a baixa da ART': 1320250052173. Analisado o processo e considerando
2124 que, ao término da atividade técnica desenvolvida obriga à baixa da ART de execução de obra,
2125 prestação de serviço ou desempenho de cargo ou função, devendo ser baixada em função da rescisão
2126 contratual, nos termos dos artigos 14, 15, 16 e 17 da Resolução nº: 1.137/2023 do CONFEA;
2127 Considerando que foram cumpridas as exigências legais, a CEA **DECIDIU** por homologar o Ad
2128 Referendum da Coordenadora, sendo pelo Deferimento da Baixa da ART': 1320250052173. Coordenou
2129 a votação o(a) Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho Marques. Votaram favoravelmente os
2130 senhores(as) conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno Cezar Alvaro Pontim, Antonio
2131 Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio Alves De Carvalho, Jose
2132 Antonio Maior Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo Elias De Oliveira e
2133 Leandro Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os senhores(as) conselheiros(as): Felipe
2134 Das Neves Monteiro. **5.2.2.1.2.123)** Processo n. F2025/059735-1 Interessado: Carlos Henrique de
2135 Souza Meneguetti. A Câmara Especializada de Agronomia do Conselho Regional de Engenharia e
2136 Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o processo nº F2025/059735-
2137 1, do Profissional CARLOS HENRIQUE DE SOUZA MENEGUETTI, que requer a baixa da ART':
2138 1320250062554. Analisado o processo e considerando que, ao término da atividade técnica
2139 desenvolvida obriga à baixa da ART de execução de obra, prestação de serviço ou desempenho de
2140 cargo ou função, devendo ser baixada em função da rescisão contratual, nos termos dos artigos 14, 15,
2141 16 e 17 da Resolução nº: 1.137/2023 do CONFEA; Considerando que foram cumpridas as exigências
2142 legais, a CEA **DECIDIU** por homologar o Ad Referendum da Coordenadora, sendo pelo Deferimento da



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA ESTADO DE MATO
GROSSO DO SUL

2143 Baixa da ART': 1320250062554. Coordenou a votação o(a) Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho
2144 Marques. Votaram favoravelmente os senhores(as) conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento,
2145 Bruno Cezar Alvaro Pontim, Antonio Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga,
2146 Laércio Alves De Carvalho, Jose Antonio Maior Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De
2147 Azevedo, Rodrigo Elias De Oliveira e Leandro Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os
2148 senhores(as) conselheiros(as): Felipe Das Neves Monteiro. **5.2.2.1.2.124)** Processo n. F2025/059736-0
2149 Interessado: Carlos Henrique de Souza Meneguetti. A Câmara Especializada de Agronomia do
2150 Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após
2151 apreciar o processo nº F2025/059736-0, do Profissional CARLOS HENRIQUE DE SOUZA
2152 MENEGUETTI, que requer a baixa da ART': 1320240136049. Analisado o processo e considerando
2153 que, ao término da atividade técnica desenvolvida obriga à baixa da ART de execução de obra,
2154 prestação de serviço ou desempenho de cargo ou função, devendo ser baixada em função da rescisão
2155 contratual, nos termos dos artigos 14, 15, 16 e 17 da Resolução nº: 1.137/2023 do CONFEA;
2156 Considerando que foram cumpridas as exigências legais, a CEA **DECIDIU** por homologar o Ad
2157 Referendum da Coordenadora, sendo pelo Deferimento da Baixa da ART': 1320240136049. Coordenou
2158 a votação o(a) Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho Marques. Votaram favoravelmente os
2159 senhores(as) conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno Cezar Alvaro Pontim, Antonio
2160 Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio Alves De Carvalho, Jose
2161 Antonio Maior Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo Elias De Oliveira e
2162 Leandro Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os senhores(as) conselheiros(as): Felipe
2163 Das Neves Monteiro. **5.2.2.1.2.125)** Processo n. F2025/059946-0 Interessado: Waggner Gomes
2164 Palharini. A Câmara Especializada de Agronomia do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia
2165 do Estado de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o processo nº F2025/059946-0, do
2166 Profissional WAGGNER GOMES PALHARINI, que requer a baixa da ART': 1320210098833. Analisado
2167 o processo e considerando que, ao término da atividade técnica desenvolvida obriga à baixa da ART
2168 de execução de obra, prestação de serviço ou desempenho de cargo ou função, devendo ser baixada
2169 em função da rescisão contratual, nos termos dos artigos 14, 15, 16 e 17 da Resolução nº: 1.137/2023
2170 do CONFEA; Considerando que foram cumpridas as exigências legais, a CEA **DECIDIU** por homologar
2171 o Ad Referendum da Coordenadora, sendo pelo Deferimento da Baixa da ART': 1320210098833.
2172 Coordenou a votação o(a) Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho Marques. Votaram favoravelmente
2173 os senhores(as) conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno Cezar Alvaro Pontim,
2174 Antonio Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio Alves De Carvalho,
2175 Jose Antonio Maior Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo Elias De
2176 Oliveira e Leandro Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os senhores(as)
2177 conselheiros(as): Felipe Das Neves Monteiro. **5.2.2.1.2.126)** Processo n. F2025/060105-7 Interessado:
2178 MAGNO DIEGO BALBUENA DE LIMA. A Câmara Especializada de Agronomia do Conselho Regional
2179 de Engenharia e Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o processo



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA ESTADO DE MATO
GROSSO DO SUL

2180 nº F2025/060105-7, do Profissional MAGNO DIEGO BALBUENA DE LIMA, que requer a baixa da
2181 ART': 1320220069635. Analisado o processo e considerando que, ao término da atividade técnica
2182 desenvolvida obriga à baixa da ART de execução de obra, prestação de serviço ou desempenho de
2183 cargo ou função, devendo ser baixada em função da rescisão contratual, nos termos dos artigos 14, 15,
2184 16 e 17 da Resolução nº: 1.137/2023 do CONFEA; Considerando que foram cumpridas as exigências
2185 legais, a CEA **DECIDIU** por homologar o Ad Referendum da Coordenadora, sendo pelo Deferimento da
2186 Baixa da ART': 1320220069635. Coordenou a votação o(a) Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho
2187 Marques. Votaram favoravelmente os senhores(as) conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento,
2188 Bruno Cezar Alvaro Pontim, Antonio Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga,
2189 Laércio Alves De Carvalho, Jose Antonio Maior Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De
2190 Azevedo, Rodrigo Elias De Oliveira e Leandro Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os
2191 senhores(as) conselheiros(as): Felipe Das Neves Monteiro. **5.2.2.1.3) Baixa de ART com Registro de**
2192 **Atestado. 5.2.2.1.3.1)** Processo n. F2025/052697-7 Interessado: Luiz Fernando Nigre. A Câmara
2193 Especializada de Agronomia do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Mato
2194 Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o processo nº F2025/052697-7, do profissional Engenheiro
2195 Agrônomo Luiz Fernando Nigre, que requer a este Conselho a baixa da ART nº 1320250117306, com
2196 posterior registro de atestado de capacidade técnica fornecido pela pessoa jurídica Maracaju
2197 Engenharia e Empreendimentos Ltda. A solicitação foi baixada em diligência para o atendimento as
2198 seguintes exigências: - Deverá o profissional interessado substituir o atestado de capacidade técnica
2199 apresentado, para que no novo atestado conste o número da nova ART de substituição, bem como os
2200 dados quantitativos dos serviços executados registrados na mesma. Analisado a presente
2201 documentação, constatou-se que foi atendida a diligência solicitada e foram cumpridas todas as
2202 exigências da Resolução nº 1.137 de 31/03/2023 do Confea que dispõe sobre a Anotação de
2203 Responsabilidade Técnica – ART, o Acervo Técnico Profissional e o Acervo Operacional, e dá outras
2204 providências. A CEA **DECIDIU** por homologar o Ad Referendum da Coordenadora, sendo pela baixa da
2205 ART nº 1320250129403, com posterior registro do atestado de capacidade técnica, em nome do
2206 profissional Engenheiro Agrônomo Luiz Fernando Nigre. Coordenou a votação o(a) Coordenadora Eng.
2207 Agr. Daniele Coelho Marques. Votaram favoravelmente os senhores(as) conselheiros(as): Jackeline
2208 Matos Do Nascimento, Bruno Cezar Alvaro Pontim, Antonio Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson Cortez,
2209 Maycon Macedo Braga, Laércio Alves De Carvalho, Jose Antonio Maior Bono, Fernando Vinicius
2210 Bressan, Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo Elias De Oliveira e Leandro Fabricio Martins Alessio. Não
2211 participou da votação os senhores(as) conselheiros(as): Felipe Das Neves Monteiro. **5.2.2.1.3.2)**
2212 Processo n. F2025/054062-7 Interessado: GABRIEL ROMERO FONTANA. A Câmara Especializada de
2213 Agronomia do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul –
2214 Crea - MS, após apreciar o processo nº F2025/054062-7, do profissional Engenheiro Agrônomo Gabriel
2215 Romero Fontana, que requer a este Conselho a baixa da ART nº 1320250119592, com posterior
2216 registro de atestado de execução de obra/serviços, fornecido pela pessoa jurídica BTG



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA ESTADO DE MATO
GROSSO DO SUL

2217 Empreendimentos Locações e Serviços Ltda. A solicitação foi baixada em diligência para o
2218 atendimento as seguintes exigências: Deverá o profissional interessado substituir a ART nº
2219 1320250119592 para correção dos seguintes campos: - Campo 02 Dados do Contrato,
2220 especificamente Celebrado em, devendo no mesmo constar a data de assinatura do contrato
2221 apresentado. - Campo 03 Dados Obra/Serviço, especificamente Data de Início e Proprietário, devendo
2222 a data ser 25/06/2029 conforme atestado apresentado e o proprietário a Agência Estadual de Gestão e
2223 Empreendimentos de MS – Agesul. Analisando a presente documentação, constatamos que foi
2224 atendida a diligência solicitada e foram cumpridas todas as exigências da Resolução nº 1.137 de
2225 31/03/2023 do Confea que dispõe sobre a Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, o Acervo
2226 Técnico Profissional e o Acervo Operacional, e dá outras providências. A CEA **DECIDIU** por homologar
2227 o Ad Referendum da Coordenadora, sendo pela baixa da ART nº 13202501319373, com posterior
2228 registro do atestado de execução de obra/serviços, em nome do profissional Engenheiro Agrônomo
2229 Gabriel Romero Fontana. Coordenou a votação o(a) Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho Marques.
2230 Votaram favoravelmente os senhores(as) conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno
2231 Cezar Alvaro Pontim, Antonio Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio
2232 Alves De Carvalho, Jose Antonio Maior Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo,
2233 Rodrigo Elias De Oliveira e Leandro Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os
2234 senhores(as) conselheiros(as): Felipe Das Neves Monteiro. **5.2.2.1.3.3)** Processo n. F2025/057872-1
2235 Interessado: GUILHERME HANS APOLINÁRIO DE SOUZA. A Câmara Especializada de Agronomia do
2236 Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após
2237 apreciar o processo nº F2025/057872-1, do profissional Eng. Agrônomo GUILHERME HANS
2238 APOLINÁRIO DE SOUZA, que requer a baixa da ART n. 1320250132312 que está vinculada a ART n.
2239 1320250132134 (principal), com registro de Atestado Técnico Parcial emitido pelo contratante
2240 PECUÁRIA VO-URU LTDA, referente ao contrato realizado com a empresa Construtora JLC LTDA.
2241 Estando em conformidade com a Resolução n. 1.137/23 do Confea, a CEA **DECIDIU** por homologar o
2242 Ad Referendum da Coordenadora, sendo de parecer favorável a baixa da ART n. 1320250132312 com
2243 registro de Atestado Técnico Parcial emitido pelo contratante PECUÁRIA VO-URU LTDA, composto de
2244 2 (duas) folhas. Coordenou a votação o(a) Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho Marques. Votaram
2245 favoravelmente os senhores(as) conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno Cezar Alvaro
2246 Pontim, Antonio Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio Alves De
2247 Carvalho, Jose Antonio Maior Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo
2248 Elias De Oliveira e Leandro Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os senhores(as)
2249 conselheiros(as): Felipe Das Neves Monteiro. **5.2.2.1.4) Conversão de Registro Provisório para**
2250 **Registro Definitivo. 5.2.2.1.4.1)** Processo n. F2025/049835-3 Interessado: Vitor Mateus Souza de
2251 Almeida. A Câmara Especializada de Agronomia do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do
2252 Estado de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o processo nº F2025/049835-3, do
2253 Profissional Interessado Vitor Mateus Souza de Almeida, que requer a conversão do seu Registro



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA ESTADO DE MATO
GROSSO DO SUL

2254 Provisório, em Registro Definitivo, nos termos do que dispõe o artigo 55 da Lei n.º 5.194/66. Para tanto,
2255 apresenta documentos constantes no artigo 4º da Resolução nº 1.152, de 24 de julho de 2025 do
2256 CONFEA. Diplomado, em 11 de julho de 2024, pela Universidade Anhanguera – Uniderp, tendo em
2257 vista, a conclusão do Curso de Agronomia, Bacharelado, modalidade Presencial. Estando satisfeitas as
2258 exigências legais, a CEA **DECIDIU** por homologar o Ad Referendum da Coordenadora, sendo que o
2259 profissional em epígrafe, terá as atribuições do artigo 5º da Resolução n. 218/73 do CONFEA. Terá o
2260 título de Engenheiro Agrônomo. Coordenou a votação o(a) Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho
2261 Marques. Votaram favoravelmente os senhores(as) conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento,
2262 Bruno Cezar Alvaro Pontim, Antonio Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga,
2263 Laércio Alves De Carvalho, Jose Antonio Maior Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De
2264 Azevedo, Rodrigo Elias De Oliveira e Leandro Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os
2265 senhores(as) conselheiros(as): Felipe Das Neves Monteiro. **5.2.2.1.4.2)** Processo n. F2025/056247-7
2266 Interessado: José Amilton Queiroz de Souza. A Câmara Especializada de Agronomia do Conselho
2267 Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o
2268 processo nº F2025/056247-7, do Profissional Interessado José Amilton Queiroz de Souza, que requer a
2269 conversão do seu Registro Provisório, em Registro Definitivo, nos termos do que dispõe o artigo 55 da
2270 Lei n.º 5.194/66. Para tanto, apresenta documentos constantes no artigo 4º da Resolução nº 1.152, de
2271 24 de julho de 2025 do CONFEA. Diplomado, em 23/01/2024, pela FACULDADES INTEGRADAS DE
2272 TRÊS LAGOAS – AEMS da cidade de Três Lagoas-MS, tendo em vista, a conclusão do Curso de
2273 Agronomia, Bacharelado, modalidade Presencial. Estando satisfeitas as exigências legais, a CEA
2274 **DECIDIU** por homologar o Ad Referendum da Coordenadora, sendo que o profissional em epígrafe,
2275 terá as atribuições do artigo 5º da Resolução n. 218/73 do Confea, com o artigo 1º, atividades de 1 a
2276 18, complementando pelo artigo 25 da mesma Resolução, na área da agronomia. Terá o título de
2277 Engenheiro Agrônomo. Coordenou a votação o(a) Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho Marques.
2278 Votaram favoravelmente os senhores(as) conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno
2279 Cezar Alvaro Pontim, Antonio Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio
2280 Alves De Carvalho, Jose Antonio Maior Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo,
2281 Rodrigo Elias De Oliveira e Leandro Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os
2282 senhores(as) conselheiros(as): Felipe Das Neves Monteiro. **5.2.2.1.4.3)** Processo n. F2025/053664-6
2283 Interessado: RICARDO MANOEL CORDEIRO DA CUNHA. A Câmara Especializada de Agronomia do
2284 Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após
2285 apreciar o processo nº F2025/053664-6, do profissional Eng. Agrônomo RICARDO MANOEL
2286 CORDEIRO DA CUNHA, que requer a conversão de Registro Provisório para Registro Definitivo. O
2287 interessado requer o Registro Definitivo de acordo com o artigo 55 da Lei n. 5194/66, para tanto,
2288 apresenta documentos constantes no artigo 4º da Resolução n. 1.152, de 24 de julho de 2025 do
2289 CONFEA. Diplomado pelo CENTRO UNIVERSITÁRIO DA GRANDE DOURADOS - UNIGRAN, em
2290 01/02/2021, em Dourados/MS, pelo curso de AGRONOMIA. Estando satisfeitas as exigências legais, a



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA ESTADO DE MATO
GROSSO DO SUL

2291 CEA **DECIDIU** por homologar o Ad Referendum da Coordenadora, sendo que o profissional terá as
2292 atribuições do artigo 5º da Resolução n. 218/73 do CONFEA, combinado com os artigos 6º, 7º, 8º, 9º e
2293 10 do Decreto Federal n. 23.196/33. Terá o título de Engenheiro Agrônomo. Coordenou a votação o(a)
2294 Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho Marques. Votaram favoravelmente os senhores(as)
2295 conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno Cezar Alvaro Pontim, Antonio Luiz Viegas
2296 Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio Alves De Carvalho, Jose Antonio Maior
2297 Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo Elias De Oliveira e Leandro
2298 Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os senhores(as) conselheiros(as): Felipe Das
2299 Neves Monteiro. **5.2.2.1.4.4)** Processo n. F2025/053957-2 Interessado: Marcus Vinicius Paiva de
2300 Sousa. A Câmara Especializada de Agronomia do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do
2301 Estado de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o processo nº F2025/053957-2, do
2302 profissional Eng. Agrônomo Marcus Vinicius Paiva de Sousa, que requer a conversão de Registro
2303 Provisório para Registro Definitivo. O interessado requer o Registro Definitivo de acordo com o artigo
2304 55 da Lei n. 5194/66, para tanto, apresenta documentos constantes no artigo 4º da Resolução n. 1.152,
2305 de 24 de julho de 2025 do CONFEA. Diplomado pela UNIVERSIDADE ANHANGUERA - UNIDERP, em
2306 02/08/2023, em Campo Grande/MS, pelo curso de AGRONOMIA. Estando satisfeitas as exigências
2307 legais, a CEA **DECIDIU** por homologar o Ad Referendum da Coordenadora, sendo que o profissional
2308 terá as atribuições do artigo 5º da Resolução n. 218/73 do CONFEA, combinado com os artigos 6º, 7º,
2309 8º, 9º e 10 do Decreto Federal n. 23.196/33. Terá o título de Engenheiro Agrônomo. Coordenou a
2310 votação o(a) Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho Marques. Votaram favoravelmente os
2311 senhores(as) conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno Cezar Alvaro Pontim, Antonio
2312 Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio Alves De Carvalho, Jose
2313 Antonio Maior Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo Elias De Oliveira e
2314 Leandro Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os senhores(as) conselheiros(as): Felipe
2315 Das Neves Monteiro. **5.2.2.1.4.5)** Processo n. F2025/054879-2 Interessado: JULIA LEITE SILVA. A
2316 Câmara Especializada de Agronomia do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de
2317 Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o processo nº F2025/054879-2, da Interessada JULIA
2318 LEITE SILVA, que requer a Conversão de Registro Provisório para Registro Definitivo, nos termos do
2319 artigo 55 da Lei 5.194/66. Para tanto, apresenta documentos constantes no artigo 4º da Resolução nº
2320 1.152, de 24 de julho de 2025 do CONFEA. Diplomada em 15/09/2023, pelo Centro Universitário da
2321 Grande Dourados – UNIGRAN da cidade de Dourados-MS, pela conclusão do Curso de Agronomia,
2322 Bacharelado, na modalidade presencial. Estando satisfeitas as exigências legais, a CEA **DECIDIU** por
2323 homologar o Ad Referendum da Coordenadora, sendo que a profissional terá as atribuições do artigo
2324 5º da Resolução 218/73 do Confea, combinado com os artigos 6º, 7º, 8º, 9º, 10º do Decreto n.
2325 23.196/33. Terá o Título de Engenheira Agrônoma. Coordenou a votação o(a) Coordenadora Eng. Agr.
2326 Daniele Coelho Marques. Votaram favoravelmente os senhores(as) conselheiros(as): Jackeline Matos
2327 Do Nascimento, Bruno Cezar Alvaro Pontim, Antonio Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA ESTADO DE MATO
GROSSO DO SUL

2328 Macedo Braga, Laércio Alves De Carvalho, Jose Antonio Maior Bono, Fernando Vinicius Bressan,
2329 Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo Elias De Oliveira e Leandro Fabricio Martins Alessio. Não participou
2330 da votação os senhores(as) conselheiros(as): Felipe Das Neves Monteiro. **5.2.2.1.4.6)** Processo n.
2331 F2025/054931-4 Interessado: Gustavo Dalpasquale. A Câmara Especializada de Agronomia do
2332 Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após
2333 apreciar o processo nº F2025/054931-4, do Profissional Interessado Engenheiro Agrônomo Gustavo
2334 Dalpasquale, que requer a conversão do seu Registro Provisório, em Registro Definitivo, nos termos do
2335 que dispõe o artigo 55 da Lei n.º 5.194/66. Para tanto, apresenta documentos constantes no artigo 4º
2336 da Resolução nº 1.152, de 24 de julho de 2025 do CONFEA. Diplomado em 23 de julho de 2024, pela
2337 Universidade Anhanguera - Uniderp, tendo em vista a conclusão do Curso de Agronomia, Bacharelado,
2338 modalidade Presencial. Estando satisfeitas as exigências legais, a CEA **DECIDIU** por homologar o Ad
2339 Referendum da Coordenadora, sendo que o profissional terá as atribuições do artigo 5º da Resolução
2340 n. 218/73 do CONFEA, combinado com os artigos 6º, 7º, 8º, 9º e 10º do Decreto n. 23.196/33. Terá o
2341 Título de Engenheiro Agrônomo. Coordenou a votação o(a) Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho
2342 Marques. Votaram favoravelmente os senhores(as) conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento,
2343 Bruno Cezar Alvaro Pontim, Antonio Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga,
2344 Laércio Alves De Carvalho, Jose Antonio Maior Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De
2345 Azevedo, Rodrigo Elias De Oliveira e Leandro Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os
2346 senhores(as) conselheiros(as): Felipe Das Neves Monteiro. **5.2.2.1.4.7)** Processo n. F2025/055108-4
2347 Interessado: Matheus Meira dos Santos. A Câmara Especializada de Agronomia do Conselho Regional
2348 de Engenharia e Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o processo
2349 nº F2025/055108-4, do Profissional Interessado Matheus Meira dos Santos, que requer a conversão do
2350 seu Registro Provisório, em Registro Definitivo, nos termos do que dispõe o artigo 55 da Lei n.º
2351 5.194/66. Para tanto, apresenta documentos constantes no artigo 4º da Resolução nº 1.152, de 24 de
2352 julho de 2025 do CONFEA. Diplomado, em 22 de fevereiro de 2024, pelo CENTRO UNIVERSITÁRIO
2353 DA GRANDE DOURADOS da cidade de Dourados-MS, tendo em vista, a conclusão do Curso de
2354 Tecnologia em Produção Agrícola, modalidade Presencial. Estando satisfeitas as exigências legais, a
2355 CEA **DECIDIU** por homologar o Ad Referendum da Coordenadora, sendo que o profissional em
2356 epígrafe, terá as atribuições dos Art. 3º e 4º da Resolução n. 313/86 do CONFEA, com RESTRIÇÕES:
2357 Prescrição de Receituários Agrônômicos, Manejo Florestal, Inspeção/Defesa Sanitária,
2358 Georreferenciamento, Levantamento Topográfico Planimétrico, Batimétrico, Zootecnia, Biotecnologia e
2359 Engenharia Genética, Tecnologia de transformação de produtos de origem vegetal, pecuária e
2360 aquícola, produtos e subprodutos florestais, Biossegurança agropecuária e pesqueira, Bromatologia e
2361 zootecnia, construções, Edificações e instalações para fins agropecuários, aquícolas e florestais,
2362 Instalações elétricas, Saneamento referente ao campo de Atuação Profissional Agrossilvipastoril,
2363 Parques e jardins, recuperação de áreas degradadas, Colheita Florestal e anatomia da madeira,
2364 Gestão de Resíduos, Qualidade da água, Projetos de irrigação e hidráulicos.” Terá o título de



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA ESTADO DE MATO
GROSSO DO SUL

2365 Tecnólogo em Agricultura. Coordenou a votação o(a) Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho
2366 Marques. Votaram favoravelmente os senhores(as) conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento,
2367 Bruno Cezar Alvaro Pontim, Antonio Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga,
2368 Laércio Alves De Carvalho, Jose Antonio Maior Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De
2369 Azevedo, Rodrigo Elias De Oliveira e Leandro Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os
2370 senhores(as) conselheiros(as): Felipe Das Neves Monteiro. **5.2.2.1.4.8)** Processo n. F2025/055301-0
2371 Interessado: Lucinéia Rodrigues da Silva. A Câmara Especializada de Agronomia do Conselho
2372 Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o
2373 processo nº F2025/055301-0, da Interessada Lucinéia Rodrigues da Silva, que requer a Conversão de
2374 Registro Provisório para Registro Definitivo, nos termos do artigo 55 da Lei 5.194/66. Para tanto,
2375 apresenta documentos constantes no artigo 4º da Resolução nº 1.152, de 24 de julho de 2025 do
2376 CONFEA. Diplomada em 12 de junho de 2025, pelo Instituto Federal de Educação Ciências Tecnologia
2377 de MS – IFMS, Campus Ponta Porã da cidade de Ponta Porã-MS, tendo em vista a conclusão do
2378 Curso Superior de Bacharelado em Agronomia. Estando satisfeitas as exigências legais, a CEA
2379 **DECIDIU** por homologar o Ad Referendum da Coordenadora, sendo que a profissional terá as
2380 atribuições do Art. 5º da Resolução n. 218/73 do Confea, combinado com os artigos 6º, 7º, 8º, 9º e 10º
2381 do Decreto n. 23.196/33. Terá o Título de Engenheira Agrônoma. Terá o Título de Engenheira
2382 Agrônoma. Coordenou a votação o(a) Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho Marques. Votaram
2383 favoravelmente os senhores(as) conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno Cezar Alvaro
2384 Pontim, Antonio Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio Alves De
2385 Carvalho, Jose Antonio Maior Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo
2386 Elias De Oliveira e Leandro Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os senhores(as)
2387 conselheiros(as): Felipe Das Neves Monteiro. **5.2.2.1.4.9)** Processo n. F2025/055880-1 Interessado:
2388 Wlliomar Vieira Rossi. A Câmara Especializada de Agronomia do Conselho Regional de Engenharia e
2389 Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o processo nº F2025/055880-
2390 1, do Profissional Interessado Wlliomar Vieira Rossi, que requer a conversão do seu Registro
2391 Provisório em Registro Definitivo, nos termos do que dispõe o artigo 55 da Lei n.º 5.194/66. Para tanto,
2392 apresenta documentos constantes no artigo 4º da Resolução nº 1.152, de 24 de julho de 2025 do
2393 CONFEA. Diplomado em 05/02/2024, pela Universidade Pitágoras Unopar Anhanguera da cidade de
2394 Londrina-PR, tendo em vista, a conclusão do Curso de Agronomia, Bacharelado, modalidade
2395 presencial. Estando satisfeitas as exigências legais, a CEA **DECIDIU** por homologar o Ad Referendum
2396 da Coordenadora, sendo que o profissional em epígrafe, terá as atribuições sem restrições do art. 7º da
2397 Lei nº 5.194/1966, artigo 5º da Resolução n.º 1.073/2016 do Confea, artigo 5º da Resolução n. 218/73
2398 do Confea, artigo 37 do Decreto n. 23.569/1933 e Decreto Federal nº 23.196/1933, por força de
2399 sentença do Mandado de Segurança n.º 5008551-63.2023.4.04.7004/PR, julgado pela 2ª Vara Federal
2400 de Umuarama em 07/11/2023. Terá o título de Engenheiro Agrônomo. Coordenou a votação o(a)
2401 Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho Marques. Votaram favoravelmente os senhores(as)



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA ESTADO DE MATO
GROSSO DO SUL

2402 conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno Cezar Alvaro Pontim, Antonio Luiz Viegas
2403 Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio Alves De Carvalho, Jose Antonio Maior
2404 Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo Elias De Oliveira e Leandro
2405 Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os senhores(as) conselheiros(as): Felipe Das
2406 Neves Monteiro. **5.2.2.1.4.10)** Processo n. F2025/057669-9 Interessado: Lourenço Quintão Scalón. A
2407 Câmara Especializada de Agronomia do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de
2408 Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o processo nº F2025/057669-9, do Engenheiro
2409 Agrônomo Lourenço Quintão Scalón, que requer a conversão do seu Registro Provisório em Registro
2410 Definitivo, nos termos do que dispõe o artigo 55 da Lei n.º 5.194/66. Para tanto, apresenta documentos
2411 constantes no artigo 4º da Resolução nº 1.152, de 24 de julho de 2025 do CONFEA. Diplomado, em 08
2412 de abril de 2022, pela Fundação Universidade Federal da Grande Dourados, tendo em vista, a
2413 conclusão do Curso de Agronomia, Bacharelado, modalidade de ensino presencial. Estando satisfeitas
2414 as exigências legais, a CEA **DECIDIU** por homologar o Ad Referendum da Coordenadora, sendo que o
2415 profissional terá as atribuições do artigo 5º da Resolução nº: 218/73 do CONFEA, combinado com os
2416 artigos 6º, 7º, 8º, 9º, 10º do Decreto n. 23.196/33. Terá o Título de Engenheiro Agrônomo. Coordenou a
2417 votação o(a) Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho Marques. Votaram favoravelmente os
2418 senhores(as) conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno Cezar Alvaro Pontim, Antonio
2419 Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio Alves De Carvalho, Jose
2420 Antonio Maior Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo Elias De Oliveira e
2421 Leandro Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os senhores(as) conselheiros(as): Felipe
2422 Das Neves Monteiro. **5.2.2.1.4.11)** Processo n. F2025/058041-6 Interessado: Rafael Santini Ferreira. A
2423 Câmara Especializada de Agronomia do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de
2424 Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o processo nº F2025/058041-6, do Profissional
2425 Interessado Engenheiro de Pesca Rafael Santini Ferreira, que requer a conversão do seu Registro
2426 Provisório, em Registro Definitivo, nos termos do que dispõe o artigo 55 da Lei n.º 5.194/66. Para tanto,
2427 apresenta documentos constantes no artigo 4º da Resolução nº 1.152, de 24 de julho de 2025 do
2428 CONFEA. Diplomado em 29 de setembro de 2023, pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e
2429 Tecnologia de Mato Grosso do Sul, tendo em vista a conclusão do Curso de Engenharia de Pesca,
2430 Bacharelado, modalidade Presencial. Estando satisfeitas as exigências legais, a CEA **DECIDIU** por
2431 homologar o Ad Referendum da Coordenadora, sendo que o profissional terá as atribuições do artigo
2432 1º da Resolução 279/83 do Confea. Terá o Título de Engenheiro de Pesca. Coordenou a votação o(a)
2433 Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho Marques. Votaram favoravelmente os senhores(as)
2434 conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno Cezar Alvaro Pontim, Antonio Luiz Viegas
2435 Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio Alves De Carvalho, Jose Antonio Maior
2436 Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo Elias De Oliveira e Leandro
2437 Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os senhores(as) conselheiros(as): Felipe Das
2438 Neves Monteiro. **5.2.2.1.4.12)** Processo n. F2025/059029-2 Interessado: Kaique Marques Almeida. A



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA ESTADO DE MATO
GROSSO DO SUL

Câmara Especializada de Agronomia do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o processo nº F2025/059029-2, do Profissional Interessado Engenheiro Agrônomo Kaique Marques Almeida, que requer a conversão do seu Registro Provisório, em Registro Definitivo, nos termos do que dispõe o artigo 55 da Lei n.º 5.194/66. Para tanto, apresenta documentos constantes no artigo 4º da Resolução nº 1.152, de 24 de julho de 2025 do CONFEA. Diplomado em 22 de agosto de 2023, pela Faculdade Anhanguera de Dourados, tendo em vista a conclusão do Curso de Agronomia - Bacharelado, modalidade de ensino presencial. Estando satisfeitas as exigências legais, a CEA **DECIDIU** por homologar o Ad Referendum da Coordenadora, sendo que o profissional terá as atribuições do artigo 5º da Resolução n. 218/73 do CONFEA, combinado com os artigos 6º, 7º, 8º, 9º e 10º do Decreto n. 23.196/33. Terá o Título de Engenheiro Agrônomo. Coordenou a votação o(a) Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho Marques. Votaram favoravelmente os senhores(as) conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno Cezar Alvaro Pontim, Antonio Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio Alves De Carvalho, Jose Antonio Maior Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo Elias De Oliveira e Leandro Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os senhores(as) conselheiros(as): Felipe Das Neves Monteiro. **5.2.2.1.5) Exclusão de Responsabilidade Técnica. 5.2.2.1.5.1) Processo n. F2025/049556-7 Interessado: CLÁUDIA REGINA DOS SANTOS CABRIOTI.** A Câmara Especializada de Agronomia do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o processo nº F2025/049556-7, da Profissional interessada Tecnóloga em Agricultura CLÁUDIA REGINA DOS SANTOS CABRIOTI, que requer a baixa da ART n. 1320180019952 de desempenho de cargo e/ou função técnica pela Empresa Contratante TRATORVALE LTDA, perante este Conselho. Analisado o processo e, considerando que, o término da atividade técnica desenvolvida obriga à baixa da ART de execução de obra, prestação de serviço ou desempenho de cargo ou função, sendo considerada concluída a participação do profissional em determinada atividade técnica a partir da data da baixa da ART correspondente, nos termos do Art. 13 da Resolução nº 1.137 de 31 de março de 2023 do Confea; Considerando que, no caso de cessar o vínculo do profissional com a pessoa jurídica, a baixa poderá ser realizada mediante a solicitação de qualquer uma das partes, ou ainda de ofício pelo Crea, caso possua informações documentais idôneas acerca do cancelamento do vínculo entre as partes, nos termos do § 2º do Art. 21 da Resolução nº 1.121, de 13 de dezembro de 2019 do Confea; Considerando que as informações do profissional, atende as exigências legais, previstas na Resolução nº: 1.121/2019 do CONFEA; Considerando que, a pessoa jurídica deve, no prazo de 10 (dez) dias após a data em que tomar conhecimento de notificação expedida pelo correio com Aviso de Recebimento-AR ou por outro meio legalmente admitido, promover a substituição do profissional do quadro técnico responsável único pelas atividades constantes de parte ou da integralidade do objetivo social, nos termos do § 5º do Art. 21 da Resolução nº 1.121, de 13 de dezembro de 2019 do Confea. Estando em ordem à documentação e satisfeitas às exigências legais, a CEA **DECIDIU** por homologar o Ad Referendum da



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA ESTADO DE MATO
GROSSO DO SUL

Coordenadora, sendo pelo deferimento da baixa da ART n. 1320180019952 de desempenho de cargo e/ou função técnica e pela exclusão da Profissional interessada (Tecnóloga em Agricultura CLÁUDIA REGINA DOS SANTOS CABRIOTI) do quadro de responsável técnico da Empresa Contratante em epígrafe. Coordenou a votação o(a) Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho Marques. Votaram favoravelmente os senhores(as) conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno Cezar Alvaro Pontim, Antonio Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio Alves De Carvalho, Jose Antonio Maior Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo Elias De Oliveira e Leandro Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os senhores(as) conselheiros(as): Felipe Das Neves Monteiro. **5.2.2.1.5.2)** Processo n. F2025/055416-4 Interessado: Waggner Gomes Palharini. A Câmara Especializada de Agronomia do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o processo nº F2025/055416-4, do Profissional interessado Eng. Agrônomo Waggner Gomes Palharini, que requer a baixa da ART n. 1320210119529 de desempenho de cargo e/ou função técnica pela Empresa Contratante BAYER S.A, perante este Conselho. Analisado o processo e, considerando que, o término da atividade técnica desenvolvida obriga à baixa da ART de execução de obra, prestação de serviço ou desempenho de cargo ou função, sendo considerada concluída a participação do profissional em determinada atividade técnica a partir da data da baixa da ART correspondente, nos termos do Art. 13 da Resolução nº 1.137 de 31 de março de 2023 do Confea; Considerando que, no caso de cessar o vínculo do profissional com a pessoa jurídica, a baixa poderá ser realizada mediante a solicitação de qualquer uma das partes, ou ainda de ofício pelo Crea, caso possua informações documentais idôneas acerca do cancelamento do vínculo entre as partes, nos termos do § 2º do Art. 21 da Resolução nº 1.121, de 13 de dezembro de 2019 do Confea; Considerando que as informações do profissional, atende as exigências legais, previstas na Resolução nº: 1.121/2019 do CONFEA; Considerando que, a pessoa jurídica deve, no prazo de 10 (dez) dias após a data em que tomar conhecimento de notificação expedida pelo correio com Aviso de Recebimento-AR ou por outro meio legalmente admitido, promover a substituição do profissional do quadro técnico responsável único pelas atividades constantes de parte ou da integralidade do objetivo social, nos termos do § 5º do Art. 21 da Resolução nº 1.121, de 13 de dezembro de 2019 do Confea. Estando em ordem à documentação e satisfeitas às exigências legais, a CEA **DECIDIU** por homologar o Ad Referendum da Coordenadora, sendo pelo deferimento da baixa da ART n. 1320210119529 de desempenho de cargo e/ou função técnica e pela exclusão do Profissional interessado (Eng. Agrônomo Waggner Gomes Palharini) do quadro de responsável técnico da Empresa Contratante em epígrafe. Manifesta-se também, por conceder o prazo de 10 dias, para a Empresa apresentar novo responsável técnico, sob pena de cancelamento do seu registro, neste Conselho. Coordenou a votação o(a) Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho Marques. Votaram favoravelmente os senhores(as) conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno Cezar Alvaro Pontim, Antonio Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio Alves De Carvalho, Jose Antonio Maior Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo Elias De



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA ESTADO DE MATO
GROSSO DO SUL

2513 Oliveira e Leandro Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os senhores(as)
2514 conselheiros(as): Felipe Das Neves Monteiro. **5.2.2.1.5.3)** Processo n. F2025/059500-6 Interessado:
2515 LIVIA SILVA BORGES. A Câmara Especializada de Agronomia do Conselho Regional de Engenharia e
2516 Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o processo nº F2025/059500-
2517 6, da Eng. Agr. LÍVIA SILVA BORGES, que requer exclusão de sua responsabilidade técnica pela
2518 empresa AGRICON CONSULTORIA SS LTDA. Considerando a regularidade da documentação
2519 apresentada, a CEA **DECIDIU** por homologar o Ad Referendum da Coordenadora, sendo pelo
2520 deferimento da exclusão da Eng. Agr. LÍVIA SILVA BORGES como responsável técnica pela
2521 AGRICON CONSULTORIA SS LTDA., devendo a citada empresa apresentar no prazo de 10 (dez)
2522 dias, novo responsável técnico com atribuições compatíveis ao seu objeto social, nos termos da
2523 Resolução nº 1121/2019 do Confea. Coordenou a votação o(a) Coordenadora Eng. Agr. Daniele
2524 Coelho Marques. Votaram favoravelmente os senhores(as) conselheiros(as): Jackeline Matos Do
2525 Nascimento, Bruno Cezar Alvaro Pontim, Antonio Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon
2526 Macedo Braga, Laércio Alves De Carvalho, Jose Antonio Maior Bono, Fernando Vinicius Bressan,
2527 Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo Elias De Oliveira e Leandro Fabricio Martins Alessio. Não participou
2528 da votação os senhores(as) conselheiros(as): Felipe Das Neves Monteiro. **5.2.2.1.6) Exclusão de**
2529 **Responsável Técnico. 5.2.2.1.6.1)** Processo n. J2025/057191-3 Interessado: URO GRANDIS. A
2530 Câmara Especializada de Agronomia do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de
2531 Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o processo nº J2025/057191-3, da empresa URO
2532 GRANDIS, que requer a exclusão da responsabilidade técnica do Engenheiro Florestal GERALDO
2533 COLLI JUNIOR, apresentando para tanto, além de via da ART de cargo e função do profissional
2534 assinada pelas partes, ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA da empresa, na qual se
2535 verifica a destituição do profissional como atual membro efetivo do Conselho de Administração da
2536 Companhia. Estando a documentação apresentada em conformidade com a Resolução nº 1121/2019
2537 do Confea, a CEA **DECIDIU** por homologar o Ad Referendum da Coordenadora, sendo pelo
2538 deferimento da exclusão do Engenheiro Florestal GERALDO COLLI JUNIOR como responsável técnico
2539 pela empresa. Em tempo, a empresa permanece com outro responsável técnico da mesma
2540 modalidade profissional. Coordenou a votação o(a) Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho Marques.
2541 Votaram favoravelmente os senhores(as) conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno
2542 Cezar Alvaro Pontim, Antonio Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio
2543 Alves De Carvalho, Jose Antonio Maior Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo,
2544 Rodrigo Elias De Oliveira e Leandro Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os
2545 senhores(as) conselheiros(as): Felipe Das Neves Monteiro. **5.2.2.1.6.2)** Processo n. J2025/054619-6
2546 Interessado: UNIAGRO DRONES. A Câmara Especializada de Agronomia do Conselho Regional de
2547 Engenharia e Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o processo nº
2548 J2025/054619-6, da empresa UNIAGRO DRONES LTDA. que requer a exclusão do profissional Eng.
2549 Agrônomo JULIANO LOPES como responsável técnico. Estando em conformidade com a Resolução n.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA ESTADO DE MATO
GROSSO DO SUL

2550 1.121/19 do Confea, a CEA **DECIDIU** por homologar o Ad Referendum da Coordenadora, sendo de
2551 parecer favorável a exclusão do profissional Eng. Agrônomo JULIANO LOPES como responsável
2552 técnico da empresa UNIAGRO DRONES LTDA., e a baixa da ART n. 1320250040282 de cargo e
2553 função. Coordenou a votação o(a) Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho Marques. Votaram
2554 favoravelmente os senhores(as) conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno Cezar Alvaro
2555 Pontim, Antonio Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio Alves De
2556 Carvalho, Jose Antonio Maior Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo
2557 Elias De Oliveira e Leandro Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os senhores(as)
2558 conselheiros(as): Felipe Das Neves Monteiro. **5.2.2.1.6.3)** Processo n. J2025/055598-5 Interessado: C.
2559 VALE COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL. A Câmara Especializada de Agronomia do Conselho
2560 Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o
2561 processo nº J2025/055598-5, da empresa C. VALE COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL, que requer a
2562 exclusão do profissional Eng. Agrônomo Nilson Roberto Figueiredo Cruz Junior, como responsável
2563 técnico. Estando em conformidade com a Resolução n. 1.121/19 do Confea, a CEA **DECIDIU** por
2564 homologar o Ad Referendum da Coordenadora, sendo de parecer favorável a exclusão do profissional
2565 Eng. Agrônomo Nilson Roberto Figueiredo Cruz Junior como responsável técnico, e a baixa da ART n.
2566 1320220040939 de cargo e função. Coordenou a votação o(a) Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho
2567 Marques. Votaram favoravelmente os senhores(as) conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento,
2568 Bruno Cezar Alvaro Pontim, Antonio Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga,
2569 Laércio Alves De Carvalho, Jose Antonio Maior Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De
2570 Azevedo, Rodrigo Elias De Oliveira e Leandro Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os
2571 senhores(as) conselheiros(as): Felipe Das Neves Monteiro. **5.2.2.1.7) Inclusão de Novo Título.**
2572 **5.2.2.1.7.1)** Processo n. F2025/054634-0 Interessado: Leonardo Marchezan Martins. A Câmara
2573 Especializada de Agronomia do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Mato
2574 Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o processo nº F2025/054634-0, do Interessado Tecnólogo
2575 em Agronegócios Leonardo Marchezan Martins, que requer a INCLUSÃO de NOVO Título de
2576 Engenheiro Agrônomo. Para tanto, requer o seu REGISTRO DEFINITIVO, neste Conselho, amparado
2577 pelo que dispõe o artigo 55 da Lei 5.194/66, apresentando documentos constantes no artigo 4º da
2578 Resolução nº 1.152, de 24 de julho de 2025 do CONFEA. Diplomado em 05/09/2025, pela
2579 UNIVERSIDADE PITÁGORAS UNOPAR ANHANGUERA da cidade de Londrina-PR, por haver
2580 concluído o Curso de Bacharelado em Agronomia, modalidade EAD. Estando satisfeitas as exigências
2581 legais, a CEA **DECIDIU** por homologar o Ad Referendum da Coordenadora, sendo que o Profissional
2582 terá as atribuições do Art. 37º do Decreto Federal n.º 23.569/1933; Art. 7º da Lei Federal n.º
2583 5.194/1966; Art. 5º da Resolução nº 218/1973 do Confea; Decreto Federal n.º 23.196/1933; Art. 5º da
2584 Resolução n.º 1.073/2016 do Confea, por força de sentença do Mandado de Segurança n.º 5008551-
2585 63.2023.4.04.7004/PR, julgado pela 2ª Vara Federal de Umuarama em 07/11/2023. As atribuições
2586 foram concedidas sem restrições, de acordo com as instruções do Crea-PR. Terá o Título de



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA ESTADO DE MATO
GROSSO DO SUL

2587 Engenheiro Agrônomo. Coordenou a votação o(a) Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho Marques.
2588 Votaram favoravelmente os senhores(as) conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno
2589 Cezar Alvaro Pontim, Antonio Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio
2590 Alves De Carvalho, Jose Antonio Maior Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo,
2591 Rodrigo Elias De Oliveira e Leandro Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os
2592 senhores(as) conselheiros(as): Felipe Das Neves Monteiro. **5.2.2.1.8) Inclusão de Responsável**
2593 **Técnico. 5.2.2.1.8.1)** Processo n. J2025/057917-5 Interessado: GABRIELA SOUZA ENGENHARIA. A
2594 Câmara Especializada de Agronomia do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de
2595 Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o processo nº J2025/057917-5, da Empresa
2596 Interessada GSS ENGENHARIA LTDA, que requer a inclusão do Eng. Agro. MARCELO DE LIMA
2597 SILVA - ART n. 1320250132466 como Responsável Técnico, perante este Conselho. Analisado o
2598 processo, constatou-se que a documentação apresentada pela Empresa Interessada, atende as
2599 exigências legais, previstas na Resolução nº: 1.121 de 13 de dezembro de 2019 do Confea. Estando
2600 em ordem a documentação e considerando que foram satisfeitas as exigências legais, a CEA **DECIDIU**
2601 por homologar o Ad Referendum da Coordenadora, sendo de parecer favorável pelo Deferimento da
2602 Inclusão do Eng. Civil MARCELO DE LIMA SILVA - ART n.1320250132466 como Responsável
2603 Técnico, pela Empresa em epígrafe, para atuar na Área da AGRONOMIA. Coordenou a votação o(a)
2604 Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho Marques. Votaram favoravelmente os senhores(as)
2605 conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno Cezar Alvaro Pontim, Antonio Luiz Viegas
2606 Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio Alves De Carvalho, Jose Antonio Maior
2607 Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo Elias De Oliveira e Leandro
2608 Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os senhores(as) conselheiros(as): Felipe Das
2609 Neves Monteiro. **5.2.2.1.8.2)** Processo n. J2025/016542-7 Interessado: AGT Estrela do Oeste. A
2610 Câmara Especializada de Agronomia do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de
2611 Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o processo nº J2025/016542-7, da Empresa
2612 Interessada AGT Estrela do Oeste Ltda, que requer a inclusão do Engenheiro Agrônomo Rodolfo
2613 Ferrari Putti-ART n. 1320250032086, como Responsável Técnico, perante este Conselho. Analisado o
2614 processo, constatou-se que a documentação apresentada pela Empresa Interessada, atende as
2615 exigências legais, previstas na Resolução nº: 1.121 de 13 de dezembro de 2019 do Confea. Estando
2616 em ordem a documentação e considerando que foram satisfeitas as exigências legais, a CEA **DECIDIU**
2617 por homologar o Ad Referendum da Coordenadora, sendo de parecer favorável pelo deferimento da
2618 inclusão do Engenheiro Agrônomo Rodolfo Ferrari Putti-ART n. 1320250032086, como Responsável
2619 Técnico, pela Empresa em epígrafe, para atuar na Área de Agronomia. Coordenou a votação o(a)
2620 Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho Marques. Votaram favoravelmente os senhores(as)
2621 conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno Cezar Alvaro Pontim, Antonio Luiz Viegas
2622 Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio Alves De Carvalho, Jose Antonio Maior
2623 Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo Elias De Oliveira e Leandro



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA ESTADO DE MATO
GROSSO DO SUL

2624 Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os senhores(as) conselheiros(as): Felipe Das
2625 Neves Monteiro. **5.2.2.1.8.3)** Processo n. J2025/057360-6 Interessado: ALBAUGH AGRO BRASIL
2626 LTDA.. A Câmara Especializada de Agronomia do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do
2627 Estado de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o processo nº J2025/057360-6, da empresa
2628 ALBAUGH AGRO BRASIL LTDA, que requer a inclusão do profissional Eng. Agrônomo Christiano de
2629 Camargo como responsável técnico. Estando em conformidade com a Resolução n. 1.121/19 do
2630 Confea, a CEA **DECIDIU** por homologar o Ad Referendum da Coordenadora, sendo de parecer
2631 favorável a inclusão do Eng. Agrônomo Christiano de Camargo como responsável técnico na empresa
2632 ALBAUGH AGRO BRASIL LTDA., ART n. 1320250126649. Coordenou a votação o(a) Coordenadora
2633 Eng. Agr. Daniele Coelho Marques. Votaram favoravelmente os senhores(as) conselheiros(as):
2634 Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno Cezar Alvaro Pontim, Antonio Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson
2635 Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio Alves De Carvalho, Jose Antonio Maior Bono, Fernando
2636 Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo Elias De Oliveira e Leandro Fabricio Martins
2637 Alessio. Não participou da votação os senhores(as) conselheiros(as): Felipe Das Neves Monteiro.
2638 **5.2.2.1.8.4)** Processo n. J2025/054807-5 Interessado: PIALARISSI ASSESSORIA RURAL. A Câmara
2639 Especializada de Agronomia do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Mato
2640 Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o processo nº J2025/054807-5, da empresa PIALARISSI
2641 ASSESSORIA RURAL LTDA ME, que requer a inclusão do profissional Eng. Agrônomo Renan Basso
2642 Pialarissi como responsável técnico. Estando em conformidade com a Resolução n. 1.121/19 do
2643 Confea, a CEA **DECIDIU** por homologar o Ad Referendum da Coordenadora, sendo de parecer
2644 favorável a inclusão do profissional Eng. Agrônomo Renan Basso Pialarissi como responsável técnico
2645 da empresa PIALARISSI ASSESSORIA RURAL LTDA ME, ART n. 1320250122379. Coordenou a
2646 votação o(a) Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho Marques. Votaram favoravelmente os
2647 senhores(as) conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno Cezar Alvaro Pontim, Antonio
2648 Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio Alves De Carvalho, Jose
2649 Antonio Maior Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo Elias De Oliveira e
2650 Leandro Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os senhores(as) conselheiros(as): Felipe
2651 Das Neves Monteiro. **5.2.2.1.8.5)** Processo n. J2025/055770-8 Interessado: MSFC FLORESTAL LTDA.
2652 A Câmara Especializada de Agronomia do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado
2653 de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o processo nº J2025/055770-8, da Empresa
2654 Interessada MSFC FLORESTAL LTDA, que requer a inclusão da Engenheira Florestal Taís Moreli
2655 Cambahuva Rufino - ART n. 1320250123820, como Responsável Técnica, perante este Conselho.
2656 Analisado o processo, constatou-se que a documentação apresentada pela Empresa Interessada,
2657 atende as exigências legais, previstas na Resolução nº: 1.121 de 13 de dezembro de 2019 do Confea.
2658 Estando em ordem a documentação e considerando que foram satisfeitas as exigências legais, a CEA
2659 **DECIDIU** por homologar o Ad Referendum da Coordenadora, sendo de parecer favorável pelo
2660 Deferimento da Inclusão da Engenheira Florestal Taís Moreli Cambahuva Rufino - ART n.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA ESTADO DE MATO
GROSSO DO SUL

2661 1320250123820, como Responsável Técnica, pela Empresa em epígrafe, para atuar na Área de
2662 Engenharia Florestal. Coordenou a votação o(a) Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho Marques.
2663 Votaram favoravelmente os senhores(as) conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno
2664 Cezar Alvaro Pontim, Antonio Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio
2665 Alves De Carvalho, Jose Antonio Maior Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo,
2666 Rodrigo Elias De Oliveira e Leandro Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os
2667 senhores(as) conselheiros(as): Felipe Das Neves Monteiro. **5.2.2.1.8.6)** Processo n. J2025/056042-3
2668 Interessado: SYNAGRO COMERCIAL AGRICOLA S.A.. A Câmara Especializada de Agronomia do
2669 Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após
2670 apreciar o processo nº J2025/056042-3, da Empresa Interessada SYNAGRO COMERCIAL AGRICOLA
2671 S.A., que requer a inclusão do Engenheiro Agrônomo LEANDRO TENORIO DA COSTA-ART n.
2672 1320250115656, como Responsável Técnico, perante este Conselho. Analisado o processo,
2673 constatou-se que a documentação apresentada pela Empresa Interessada, atende as exigências
2674 legais, previstas na Resolução nº: 1.121 de 13 de dezembro de 2019 do Confea. Estando em ordem a
2675 documentação e considerando que foram satisfeitas as exigências legais, a CEA **DECIDIU** por
2676 homologar o Ad Referendum da Coordenadora, sendo de parecer favorável pelo deferimento da
2677 Inclusão do Engenheiro Agrônomo LEANDRO TENORIO DA COSTA-ART n. 1320250115656, como
2678 Responsável Técnico, pela Empresa em epígrafe, para atuar na Área de Agronomia. Coordenou a
2679 votação o(a) Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho Marques. Votaram favoravelmente os
2680 senhores(as) conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno Cezar Alvaro Pontim, Antonio
2681 Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio Alves De Carvalho, Jose
2682 Antonio Maior Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo Elias De Oliveira e
2683 Leandro Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os senhores(as) conselheiros(as): Felipe
2684 Das Neves Monteiro. **5.2.2.1.8.7)** Processo n. J2025/057444-0 Interessado: COPAGRIL. A Câmara
2685 Especializada de Agronomia do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Mato
2686 Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o processo nº J2025/057444-0, da Empresa Interessada
2687 COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL COPAGRIL, que requer a inclusão do Engenheiro Agrônomo
2688 WEBER ROMERO DELEÃO LEITE-ART n. 1320250127875, como Responsável Técnico, perante este
2689 Conselho. Analisado o presente processo, constatou-se que a documentação apresentada pela
2690 Empresa Interessada, atende as exigências legais, previstas na Resolução nº: 1.121 de 13 de
2691 dezembro de 2019 do Confea. Estando em ordem a documentação e considerando que foram
2692 satisfeitas as exigências legais, a CEA **DECIDIU** por homologar o Ad Referendum da Coordenadora,
2693 sendo de parecer favorável pelo deferimento da inclusão do Engenheiro Agrônomo WEBER ROMERO
2694 DELEÃO LEITE-ART n. 1320250127875, como Responsável Técnico, pela Empresa em epígrafe, para
2695 atuar na Área de Agronomia. Coordenou a votação o(a) Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho
2696 Marques. Votaram favoravelmente os senhores(as) conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento,
2697 Bruno Cezar Alvaro Pontim, Antonio Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga,



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA ESTADO DE MATO
GROSSO DO SUL

2698 Laércio Alves De Carvalho, Jose Antonio Maior Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De
2699 Azevedo, Rodrigo Elias De Oliveira e Leandro Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os
2700 senhores(as) conselheiros(as): Felipe Das Neves Monteiro. **5.2.2.1.8.8)** Processo n. J2025/058496-9
2701 Interessado: GLOBAL DRONES. A Câmara Especializada de Agronomia do Conselho Regional de
2702 Engenharia e Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o processo nº
2703 J2025/058496-9, da Empresa Interessada, GLOBAL DRONES LTDA, que requer a inclusão do
2704 Engenheiro Agrônomo Willian Pereira Centurion, relativa à ART nº 1320250133495, como Responsável
2705 Técnico, perante este Conselho. Analisado o processo, constatou-se que a documentação apresentada
2706 pela Empresa Interessada atende às exigências legais previstas na Resolução nº 1.121, de 13 de
2707 dezembro de 2019, do Confea. Estando em ordem a documentação e considerando que foram
2708 satisfeitas as exigências legais, a CEA **DECIDIU** por homologar o Ad Referendum da Coordenadora,
2709 sendo de parecer favorável pelo deferimento da inclusão do profissional acima mencionado, relativa à
2710 ART nº 1320250133495, como Responsável Técnico pela empresa em epígrafe, para atuar na área de
2711 Agronomia, com restrição na área de Engenharia Mecânica. Coordenou a votação o(a) Coordenadora
2712 Eng. Agr. Daniele Coelho Marques. Votaram favoravelmente os senhores(as) conselheiros(as):
2713 Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno Cezar Alvaro Pontim, Antonio Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson
2714 Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio Alves De Carvalho, Jose Antonio Maior Bono, Fernando
2715 Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo Elias De Oliveira e Leandro Fabricio Martins
2716 Alessio. Não participou da votação os senhores(as) conselheiros(as): Felipe Das Neves Monteiro.
2717 **5.2.2.1.8.9)** Processo n. J2025/058574-4 Interessado: NUTRITIVA AGRO. A Câmara Especializada de
2718 Agronomia do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul –
2719 Crea - MS, após apreciar o processo nº J2025/058574-4, da empresa NUTRITIVA AGRO COMERCIO
2720 DE FERTILIZANTES LTDA, que requer a inclusão do profissional Eng. Agrônomo Noel Afonso
2721 Hartmann Barp como responsável técnico. Estando em conformidade com a Resolução n. 1121/19 do
2722 Confea, a CEA **DECIDIU** por homologar o Ad Referendum da Coordenadora, sendo de parecer
2723 favorável a inclusão do profissional Eng. Agrônomo Noel Afonso Hartmann Barp como responsável
2724 técnico, ART n. 1320250122944. Coordenou a votação o(a) Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho
2725 Marques. Votaram favoravelmente os senhores(as) conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento,
2726 Bruno Cezar Alvaro Pontim, Antonio Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga,
2727 Laércio Alves De Carvalho, Jose Antonio Maior Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De
2728 Azevedo, Rodrigo Elias De Oliveira e Leandro Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os
2729 senhores(as) conselheiros(as): Felipe Das Neves Monteiro. **5.2.2.1.8.10)** Processo n. J2025/058802-6
2730 Interessado: SUZANO S.A.. A Câmara Especializada de Agronomia do Conselho Regional de
2731 Engenharia e Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o processo nº
2732 J2025/058802-6, da Empresa Interessada, SUZANO S.A., requer a inclusão do Engenheiro Florestal
2733 Jackson Luis da Silva, relativa à ART nº 1320250128101, como Responsável Técnico, perante este
2734 Conselho. Analisado o processo, constatou que a documentação apresentada pela Empresa



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA ESTADO DE MATO
GROSSO DO SUL

2735 Interessada atende às exigências legais previstas na Resolução nº 1.121, de 13 de dezembro de 2019,
2736 do Confea. Estando em ordem a documentação e considerando que foram satisfeitas as exigências
2737 legais, a CEA **DECIDIU** por homologar o Ad Referendum da Coordenadora, sendo de parecer favorável
2738 pelo deferimento da inclusão do profissional acima mencionado, relativa à ART nº 1320250128101,
2739 como Responsável Técnico pela empresa em epígrafe, para atuar na área de Engenharia Florestal,
2740 com restrição a área de Geração de Energia Elétrica e Serviços Aquaviários. Coordenou a votação o(a)
2741 Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho Marques. Votaram favoravelmente os senhores(as)
2742 conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno Cezar Alvaro Pontim, Antonio Luiz Viegas
2743 Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio Alves De Carvalho, Jose Antonio Maior
2744 Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo Elias De Oliveira e Leandro
2745 Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os senhores(as) conselheiros(as): Felipe Das
2746 Neves Monteiro. **5.2.2.1.8.11)** Processo n. J2025/059172-8 Interessado: COAMO. A Câmara
2747 Especializada de Agronomia do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Mato
2748 Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o processo nº J2025/059172-8, da empresa COAMO
2749 AGROINDUSTRIAL COOPERATIVA, que requer a inclusão da profissional Engª Agrônoma INGRID
2750 SANTIAGO KOMM como responsável técnica. Estando em conformidade com a Resolução n. 1.121/19
2751 do Confea, a CEA **DECIDIU** por homologar o Ad Referendum da Coordenadora, sendo de parecer
2752 favorável a inclusão da profissional Engª Agrônoma INGRID SANTIAGO KOMM como responsável
2753 técnica na empresa COAMO AGROINDUSTRIAL COOPERATIVA, ART n. 1320250134846.
2754 Coordenou a votação o(a) Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho Marques. Votaram favoravelmente
2755 os senhores(as) conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno Cezar Alvaro Pontim,
2756 Antonio Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio Alves De Carvalho,
2757 Jose Antonio Maior Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo Elias De
2758 Oliveira e Leandro Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os senhores(as)
2759 conselheiros(as): Felipe Das Neves Monteiro. **5.2.2.1.8.12)** Processo n. J2025/059559-6 Interessado:
2760 SALUS AGRO. A Câmara Especializada de Agronomia do Conselho Regional de Engenharia e
2761 Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o processo nº J2025/059559-
2762 6, da empresa VM SOLUÇÕES AGROPECUÁRIAS LTDA., que requer inclusão da Eng. Agr. LARISSA
2763 FERNANDA ANTONIO DA SILVA como responsável técnica, conforme ART de cargo e função nº
2764 1320250138059. Considerando que a documentação apresentada atende ao disposto na Resolução nº
2765 1129/2021 do Confea, a CEA **DECIDIU** por homologar o Ad Referendum da Coordenadora, sendo pelo
2766 deferimento da inclusão da Eng. Agr. LARISSA FERNANDA ANTONIO DA SILVA como responsável
2767 técnica pela VM SOLUÇÕES AGROPECUÁRIAS LTDA. Coordenou a votação o(a) Coordenadora Eng.
2768 Agr. Daniele Coelho Marques. Votaram favoravelmente os senhores(as) conselheiros(as): Jackeline
2769 Matos Do Nascimento, Bruno Cezar Alvaro Pontim, Antonio Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson Cortez,
2770 Maycon Macedo Braga, Laércio Alves De Carvalho, Jose Antonio Maior Bono, Fernando Vinicius
2771 Bressan, Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo Elias De Oliveira e Leandro Fabricio Martins Alessio. Não



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA ESTADO DE MATO
GROSSO DO SUL

participou da votação os senhores(as) conselheiros(as): Felipe Das Neves Monteiro. **5.2.2.1.8.13)**

Processo n. J2025/060834-5 Interessado: SYNAGRO COMERCIAL AGRICOLA S.A.. A Câmara Especializada de Agronomia do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o processo nº J2025/060834-5, da Empresa Interessada SYNAGRO COMERCIAL AGRICOLA S.A., que requer a inclusão do Engenheiro Agrônomo Guilherme Chiavoloni de Lima-ART n. 1320250133140, como Responsável Técnico, perante este Conselho. Analisado o processo, constatou-se que a documentação apresentada pela Empresa Interessada, atende as exigências legais, previstas na Resolução nº: 1.121 de 13 de dezembro de 2019 do Confea. Estando em ordem a documentação e considerando que foram satisfeitas as exigências legais, a CEA **DECIDIU** por homologar o Ad Referendum da Coordenadora, sendo de parecer favorável pelo deferimento da Inclusão do Engenheiro Agrônomo Guilherme Chiavoloni de Lima-ART n. 1320250133140, como Responsável Técnico, pela Empresa em epígrafe, para atuar na Área de Agronomia. Coordenou a votação o(a) Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho Marques. Votaram favoravelmente os senhores(as) conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno Cezar Alvaro Pontim, Antonio Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio Alves De Carvalho, Jose Antonio Maior Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo Elias De Oliveira e Leandro Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os senhores(as) conselheiros(as): Felipe Das Neves Monteiro. **5.2.2.1.9) Interrupção de Registro. 5.2.2.1.9.1)**

Processo n. F2025/056196-9 Interessado: Isabela Martins Rocha. A Câmara Especializada de Agronomia do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o processo nº F2025/056196-9, da Profissional interessada Isabela Martins Rocha, que solicitou a interrupção do seu Registro Definitivo, neste Conselho, amparada pelo que dispõe o Capítulo VI da Resolução nº 1.152, de 24 de Julho de 2025 do Confea. Analisado o processo e, considerando que existe débito de anuidade em nome da interessada, bem como, a interrupção do registro profissional não a isenta do pagamento do referido débito; Considerando que, a referida Profissional não figura como Responsável Técnica por Empresas perante o Crea-MS, bem como, NÃO possui ART's em aberto perante este Conselho; Considerando que, de acordo com o § 2º do Art. 24 da Resolução nº 1.152, de 24 de Julho de 2025 do Confea, a interrupção do registro será concedida por prazo indeterminado até que a profissional solicite sua reativação. A CEA **DECIDIU** por homologar o Ad Referendum da Coordenadora, sendo de parecer FAVORÁVEL pelo DEFERIMENTO da INTERRUPÇÃO do REGISTRO da Profissional em epígrafe, por prazo INDETERMINADO, até que a referida Profissional solicite sua reativação, amparado pelo que dispõe o § 2º do Art. 24 da Resolução nº 1.152, de 24 de Julho de 2025 do Confea, sem prejuízo dos débitos pendentes devido à este Conselho, que serão mantidos, sendo passíveis de medidas administrativas de cobrança pelo Crea-MS ou cobrança judicial, conforme o caso, por meio das vias legais pertinentes. Coordenou a votação o(a) Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho Marques. Votaram favoravelmente os senhores(as) conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno Cezar Alvaro Pontim, Antonio Luiz Viegas



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA ESTADO DE MATO
GROSSO DO SUL

2809 Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio Alves De Carvalho, Jose Antonio Maior
2810 Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo Elias De Oliveira e Leandro
2811 Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os senhores(as) conselheiros(as): Felipe Das
2812 Neves Monteiro. **5.2.2.1.9.2)** Processo n. F2025/057040-2 Interessado: MARCOS DIONE SOARES. A
2813 Câmara Especializada de Agronomia do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de
2814 Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o processo nº F2025/057040-2, do Profissional
2815 interessado MARCOS DIONE SOARES, que solicitou a interrupção do seu Registro Definitivo, neste
2816 Conselho, amparado pelo que dispõe o Capítulo VI da Resolução nº 1.152, de 24 de Julho de 2025 do
2817 Confea. Analisado o processo e, considerando que existe débito de anuidade em nome do interessado,
2818 bem como, a interrupção do registro profissional não o isenta do pagamento do referido débito;
2819 Considerando que, o referido Profissional não figura como Responsável Técnica por Empresas perante
2820 o Crea-MS, bem como, NÃO possui ART's em aberto perante este Conselho; Considerando que, de
2821 acordo com o § 2º do Art. 24 da Resolução nº 1.152, de 24 de Julho de 2025 do Confea, a interrupção
2822 do registro será concedida por prazo indeterminado até que a profissional solicite sua reativação. A
2823 CEA **DECIDIU** por homologar o Ad Referendum da Coordenadora, sendo de parecer FAVORÁVEL
2824 pelo DEFERIMENTO da INTERRUPÇÃO do REGISTRO do Profissional em epígrafe, por prazo
2825 INDETERMINADO, até que o referido Profissional solicite sua reativação, amparado pelo que dispõe o
2826 § 2º do Art. 24 da Resolução nº 1.152, de 24 de Julho de 2025 do Confea, sem prejuízo dos débitos
2827 pendentes devido à este Conselho, que serão mantidos, sendo passíveis de medidas administrativas
2828 de cobrança pelo Crea-MS ou cobrança judicial, conforme o caso, por meio das vias legais pertinentes.
2829 Coordenou a votação o(a) Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho Marques. Votaram favoravelmente
2830 os senhores(as) conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno Cezar Alvaro Pontim,
2831 Antonio Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio Alves De Carvalho,
2832 Jose Antonio Maior Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo Elias De
2833 Oliveira e Leandro Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os senhores(as)
2834 conselheiros(as): Felipe Das Neves Monteiro. **5.2.2.1.9.3)** Processo n. F2025/055694-9 Interessado:
2835 Arnaldo Cintra Limede. A Câmara Especializada de Agronomia do Conselho Regional de Engenharia e
2836 Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o processo nº F2025/055694-
2837 9, do Profissional interessado Arnaldo Cintra Limede, que solicitou a interrupção do seu Registro
2838 Definitivo, neste Conselho, amparada pelo que dispõe o Capítulo VI da Resolução nº 1.152, de 24 de
2839 Julho de 2025 do Confea. Analisado o processo e, considerando que existe débito de anuidade em
2840 nome do interessado, bem como, a interrupção do registro profissional não o isenta do pagamento do
2841 referido débito; Considerando que, o referida Profissional não figura como Responsável Técnica por
2842 Empresas perante o Crea-MS, bem como, NÃO possui ART's em aberto perante este Conselho;
2843 Considerando que, de acordo com o § 2º do Art. 24 da Resolução nº 1.152, de 24 de Julho de 2025 do
2844 Confea, a interrupção do registro será concedida por prazo indeterminado até que o profissional solicite
2845 sua reativação. A CEA **DECIDIU** por homologar o Ad Referendum da Coordenadora, sendo de parecer



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA ESTADO DE MATO
GROSSO DO SUL

FAVORÁVEL pelo DEFERIMENTO da INTERRUPÇÃO do REGISTRO do Profissional em epígrafe, por prazo INDETERMINADO, até que o referida Profissional solicite sua reativação, amparado pelo que dispõe o § 2º do Art. 24 da Resolução nº 1.152, de 24 de Julho de 2025 do Confea, sem prejuízo dos débitos pendentes devido à este Conselho, que serão mantidos, sendo passíveis de medidas administrativas de cobrança pelo Crea-MS ou cobrança judicial, conforme o caso, por meio das vias legais pertinentes. Coordenou a votação o(a) Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho Marques. Votaram favoravelmente os senhores(as) conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno Cezar Alvaro Pontim, Antonio Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio Alves De Carvalho, Jose Antonio Maior Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo Elias De Oliveira e Leandro Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os senhores(as) conselheiros(as): Felipe Das Neves Monteiro. **5.2.2.1.9.4)** Processo n. F2025/056045-8 Interessado: Eduarda Corrêa de Souza. A Câmara Especializada de Agronomia do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o processo nº F2025/056045-8, da Profissional interessada Eduarda Corrêa de Souza, que solicitou a interrupção do seu Registro Definitivo, neste Conselho, amparada pelo que dispõe o Capítulo VI da Resolução nº 1.152, de 24 de Julho de 2025 do Confea. Analisado o processo e, considerando que existe débito de anuidade em nome da interessada, bem como, a interrupção do registro profissional não a isenta do pagamento do referido débito; Considerando que, a referida Profissional não figura como Responsável Técnica por Empresas perante o Crea-MS, bem como, NÃO possui ART's em aberto perante este Conselho; Considerando que, de acordo com o § 2º do Art. 24 da Resolução nº 1.152, de 24 de Julho de 2025 do Confea, a interrupção do registro será concedida por prazo indeterminado até que a profissional solicite sua reativação. A CEA **DECIDIU** por homologar o Ad Referendum da Coordenadora, sendo de parecer FAVORÁVEL pelo DEFERIMENTO da INTERRUPÇÃO do REGISTRO da Profissional em epígrafe, por prazo INDETERMINADO, até que a referida Profissional solicite sua reativação, amparado pelo que dispõe o § 2º do Art. 24 da Resolução nº 1.152, de 24 de Julho de 2025 do Confea, sem prejuízo dos débitos pendentes devido à este Conselho, que serão mantidos, sendo passíveis de medidas administrativas de cobrança pelo Crea-MS ou cobrança judicial, conforme o caso, por meio das vias legais pertinentes. Coordenou a votação o(a) Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho Marques. Votaram favoravelmente os senhores(as) conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno Cezar Alvaro Pontim, Antonio Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio Alves De Carvalho, Jose Antonio Maior Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo Elias De Oliveira e Leandro Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os senhores(as) conselheiros(as): Felipe Das Neves Monteiro. **5.2.2.1.9.5)** Processo n. F2025/056334-1 Interessado: ANDRESSA FRANCISCO MIORANZA. A Câmara Especializada de Agronomia do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o processo nº F2025/056334-1, da Profissional interessada ANDRESSA FRANCISCO MIORANZA, que solicitou a interrupção do seu Registro Definitivo, neste



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA ESTADO DE MATO
GROSSO DO SUL

2883 Conselho, amparada pelo que dispõe o Capítulo VI da Resolução nº 1.152, de 24 de Julho de 2025 do
2884 Confea. Analisado o processo e, considerando que existe débito de anuidade em nome da interessada,
2885 bem como, a interrupção do registro profissional não a isenta do pagamento do referido débito;
2886 Considerando que, a referida Profissional não figura como Responsável Técnica por Empresas perante
2887 o Crea-MS, bem como, NÃO possui ART's em aberto perante este Conselho; Considerando que, de
2888 acordo com o § 2º do Art. 24 da Resolução nº 1.152, de 24 de Julho de 2025 do Confea, a interrupção
2889 do registro será concedida por prazo indeterminado até que a profissional solicite sua reativação. A
2890 CEA **DECIDIU** por homologar o Ad Referendum da Coordenadora, sendo de parecer FAVORÁVEL
2891 pelo DEFERIMENTO da INTERRUPÇÃO do REGISTRO da Profissional em epígrafe, por prazo
2892 INDETERMINADO, até que a referida Profissional solicite sua reativação, amparado pelo que dispõe o
2893 § 2º do Art. 24 da Resolução nº 1.152, de 24 de Julho de 2025 do Confea, sem prejuízo dos débitos
2894 pendentes devido à este Conselho, que serão mantidos, sendo passíveis de medidas administrativas
2895 de cobrança pelo Crea-MS ou cobrança judicial, conforme o caso, por meio das vias legais pertinentes.
2896 Coordenou a votação o(a) Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho Marques. Votaram favoravelmente
2897 os senhores(as) conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno Cezar Alvaro Pontim,
2898 Antonio Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio Alves De Carvalho,
2899 Jose Antonio Maior Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo Elias De
2900 Oliveira e Leandro Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os senhores(as)
2901 conselheiros(as): Felipe Das Neves Monteiro. **5.2.2.1.9.6) Processo n. F2025/056457-7 Interessado:**
2902 Roberto Oliveira D'Anunciação. A Câmara Especializada de Agronomia do Conselho Regional de
2903 Engenharia e Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o processo nº
2904 F2025/056457-7, do Profissional interessado Roberto Oliveira D'Anunciação, que solicitou a interrupção
2905 do seu Registro Definitivo, neste Conselho, amparado pelo que dispõe o Capítulo VI da Resolução nº
2906 1.152, de 24 de Julho de 2025 do Confea. Analisado o processo e, considerando que existe débito de
2907 anuidade em nome do interessado, bem como, a interrupção do registro profissional não o isenta do
2908 pagamento do referido débito; Considerando que, o referido Profissional não figura como Responsável
2909 Técnica por Empresas perante o Crea-MS, bem como, NÃO possui ART's em aberto perante este
2910 Conselho; Considerando que, de acordo com o § 2º do Art. 24 da Resolução nº 1.152, de 24 de Julho
2911 de 2025 do Confea, a interrupção do registro será concedida por prazo indeterminado até que a
2912 profissional solicite sua reativação. A CEA **DECIDIU** por homologar o Ad Referendum da
2913 Coordenadora, sendo de parecer FAVORÁVEL pelo DEFERIMENTO da INTERRUPÇÃO do
2914 REGISTRO do Profissional em epígrafe, por prazo INDETERMINADO, até que o referido Profissional
2915 solicite sua reativação, amparado pelo que dispõe o § 2º do Art. 24 da Resolução nº 1.152, de 24 de
2916 Julho de 2025 do Confea, sem prejuízo dos débitos pendentes devido à este Conselho, que serão
2917 mantidos, sendo passíveis de medidas administrativas de cobrança pelo Crea-MS ou cobrança judicial,
2918 conforme o caso, por meio das vias legais pertinentes. Coordenou a votação o(a) Coordenadora Eng.
2919 Agr. Daniele Coelho Marques. Votaram favoravelmente os senhores(as) conselheiros(as): Jackeline



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA ESTADO DE MATO
GROSSO DO SUL

2920 Matos Do Nascimento, Bruno Cezar Alvaro Pontim, Antonio Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson Cortez,
2921 Maycon Macedo Braga, Laércio Alves De Carvalho, Jose Antonio Maior Bono, Fernando Vinicius
2922 Bressan, Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo Elias De Oliveira e Leandro Fabricio Martins Alessio. Não
2923 participou da votação os senhores(as) conselheiros(as): Felipe Das Neves Monteiro. **5.2.2.1.9.7)**
2924 Processo n. F2025/057022-4 Interessado: Gabriela Somavilla. A Câmara Especializada de Agronomia
2925 do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul – Crea - MS,
2926 após apreciar o processo nº F2025/057022-4, da Profissional interessada Engenheira Agrônoma
2927 Gabriela Somavilla, que solicitou a interrupção do seu Registro Definitivo, neste Conselho, amparada
2928 pelo que dispõe o Capítulo VI da Resolução nº 1.152, de 24 de Julho de 2025 do Confea. Analisado o
2929 processo e, considerando que, não existem débitos e/ou processos em nome da Interessada, conforme
2930 prova o teor dos documentos acostados; Considerando que, a referida Profissional não figura como
2931 Responsável Técnica por Empresas perante o CREA-MS, bem como, não possui ART's em aberto
2932 perante este Conselho; Considerando que, de acordo com o § 2º do Art. 24 da Resolução nº 1.152, de
2933 24 de Julho de 2025 do Confea, a interrupção do registro será concedida por prazo indeterminado até
2934 que o profissional solicite sua reativação. A CEA **DECIDIU** por homologar o Ad Referendum da
2935 Coordenadora, sendo de parecer FAVORÁVEL pelo DEFERIMENTO da INTERRUPÇÃO do
2936 REGISTRO da Profissional em epígrafe, por prazo INDETERMINADO, até que a referida Profissional
2937 solicite sua reativação, amparado pelo que dispõe o § 2º do Art. 24 da Resolução nº 1.152, de 24 de
2938 Julho de 2025 do Confea. Manifestou-se também, para que seja anotado a interrupção do registro da
2939 Profissional no SIC, com a data correspondente ao requerimento apresentado pelo profissional, nos
2940 termos do artigo 27 da Resolução nº 1.152, de 24 de Julho de 2025 do Confea. Coordenou a votação
2941 o(a) Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho Marques. Votaram favoravelmente os senhores(as)
2942 conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno Cezar Alvaro Pontim, Antonio Luiz Viegas
2943 Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio Alves De Carvalho, Jose Antonio Maior
2944 Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo Elias De Oliveira e Leandro
2945 Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os senhores(as) conselheiros(as): Felipe Das
2946 Neves Monteiro. **5.2.2.1.9.8)** Processo n. F2025/057118-2 Interessado: Mariana Souza Cáceres. A
2947 Câmara Especializada de Agronomia do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de
2948 Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o processo nº F2025/057118-2, da Profissional
2949 interessada Mariana Souza Cáceres, que solicita a interrupção do seu Registro Definitivo, neste
2950 Conselho, amparada pelo que dispõe o Capítulo VI da Resolução nº 1.152, de 24 de Julho de 2025 do
2951 Confea. Analisado o processo e, considerando que existe débito de anuidade em nome da interessada,
2952 bem como, a interrupção do registro profissional não a isenta do pagamento do referido débito;
2953 Considerando que, a referida Profissional não figura como Responsável Técnica por Empresas perante
2954 o Crea-MS, bem como, NÃO possui ART's em aberto perante este Conselho; Considerando que, de
2955 acordo com o § 2º do Art. 24 da Resolução nº 1.152, de 24 de Julho de 2025 do Confea, a interrupção
2956 do registro será concedida por prazo indeterminado até que a profissional solicite sua reativação. A



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA ESTADO DE MATO
GROSSO DO SUL

2957 CEA **DECIDIU** por homologar o Ad Referendum da Coordenadora, sendo de parecer FAVORÁVEL
2958 pelo DEFERIMENTO da INTERRUPÇÃO do REGISTRO da Profissional em epígrafe, por prazo
2959 INDETERMINADO, até que a referida Profissional solicite sua reativação, amparado pelo que dispõe o
2960 § 2º do Art. 24 da Resolução nº 1.152, de 24 de Julho de 2025 do Confea, sem prejuízo dos débitos
2961 pendentes devido à este Conselho, que serão mantidos, sendo passíveis de medidas administrativas
2962 de cobrança pelo Crea-MS ou cobrança judicial, conforme o caso, por meio das vias legais pertinentes.
2963 Coordenou a votação o(a) Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho Marques. Votaram favoravelmente
2964 os senhores(as) conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno Cezar Alvaro Pontim,
2965 Antonio Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio Alves De Carvalho,
2966 Jose Antonio Maior Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo Elias De
2967 Oliveira e Leandro Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os senhores(as)
2968 conselheiros(as): Felipe Das Neves Monteiro. **5.2.2.1.9.9)** Processo n. F2025/057347-9 Interessado:
2969 VAGNER JEZIORNY. A Câmara Especializada de Agronomia do Conselho Regional de Engenharia e
2970 Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o processo nº F2025/057347-
2971 9, do Profissional interessado VAGNER JEZIORNY, que solicitou a interrupção do seu Registro
2972 Definitivo, neste Conselho, amparada pelo que dispõe o Capítulo VI da Resolução nº 1.152, de 24 de
2973 Julho de 2025 do Confea. Analisado o processo e, considerando que existe débito de anuidade em
2974 nome do interessado, bem como, a interrupção do registro profissional não o isenta do pagamento do
2975 referido débito; Considerando que, o referido Profissional não figura como Responsável Técnico por
2976 Empresas perante o Crea-MS, bem como, NÃO possui ART's em aberto perante este Conselho;
2977 Considerando que, de acordo com o § 2º do Art. 24 da Resolução nº 1.152, de 24 de Julho de 2025 do
2978 Confea, a interrupção do registro será concedida por prazo indeterminado até que o profissional solicite
2979 sua reativação. A CEA **DECIDIU** por homologar o Ad Referendum da Coordenadora, sendo de parecer
2980 FAVORÁVEL pelo DEFERIMENTO da INTERRUPÇÃO do REGISTRO do Profissional em epígrafe, por
2981 prazo INDETERMINADO, até que o referido Profissional solicite sua reativação, amparado pelo que
2982 dispõe o § 2º do Art. 24 da Resolução nº 1.152, de 24 de Julho de 2025 do Confea, sem prejuízo dos
2983 débitos pendentes devido à este Conselho, que serão mantidos, sendo passíveis de medidas
2984 administrativas de cobrança pelo Crea-MS ou cobrança judicial, conforme o caso, por meio das vias
2985 legais pertinentes. Coordenou a votação o(a) Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho Marques.
2986 Votaram favoravelmente os senhores(as) conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno
2987 Cezar Alvaro Pontim, Antonio Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio
2988 Alves De Carvalho, Jose Antonio Maior Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo,
2989 Rodrigo Elias De Oliveira e Leandro Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os
2990 senhores(as) conselheiros(as): Felipe Das Neves Monteiro. **5.2.2.1.9.10)** Processo n. F2025/057422-0
2991 Interessado: CAMILO TEODORO PINHEIRO NETO. A Câmara Especializada de Agronomia do
2992 Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após
2993 apreciar o processo nº F2025/057422-0, do Profissional interessado CAMILO TEODORO PINHEIRO



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA ESTADO DE MATO
GROSSO DO SUL

2994 NETO, que solicitou a interrupção do seu Registro Definitivo, neste Conselho, amparado pelo que
2995 dispõe o Capítulo VI da Resolução nº 1.152, de 24 de Julho de 2025 do Confea. Analisado o processo
2996 e, considerando que existe débito de anuidade em nome do interessado, bem como, a interrupção do
2997 registro profissional não o isenta do pagamento do referido débito; Considerando que, o referido
2998 Profissional não figura como Responsável Técnica por Empresas perante o Crea-MS, bem como, NÃO
2999 possui ART's em aberto perante este Conselho; Considerando que, de acordo com o § 2º do Art. 24 da
3000 Resolução nº 1.152, de 24 de Julho de 2025 do Confea, a interrupção do registro será concedida por
3001 prazo indeterminado até que a profissional solicite sua reativação. A CEA **DECIDIU** por homologar o Ad
3002 Referendum da Coordenadora, sendo de parecer FAVORÁVEL pelo DEFERIMENTO da
3003 INTERRUPÇÃO do REGISTRO do Profissional em epígrafe, por prazo INDETERMINADO, até que o
3004 referido Profissional solicite sua reativação, amparado pelo que dispõe o § 2º do Art. 24 da Resolução
3005 nº 1.152, de 24 de Julho de 2025 do Confea, sem prejuízo dos débitos pendentes devido à este
3006 Conselho, que serão mantidos, sendo passíveis de medidas administrativas de cobrança pelo Crea-MS
3007 ou cobrança judicial, conforme o caso, por meio das vias legais pertinentes. Coordenou a votação o(a)
3008 Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho Marques. Votaram favoravelmente os senhores(as)
3009 conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno Cezar Alvaro Pontim, Antonio Luiz Viegas
3010 Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio Alves De Carvalho, Jose Antonio Maior
3011 Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo Elias De Oliveira e Leandro
3012 Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os senhores(as) conselheiros(as): Felipe Das
3013 Neves Monteiro. **5.2.2.1.9.11)** Processo n. F2025/057827-6 Interessado: GEICIELLE KARINA SOARES
3014 GOMES. A Câmara Especializada de Agronomia do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do
3015 Estado de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o processo nº F2025/057827-6, da
3016 Profissional interessada Engenheira Agrônoma GEICIELLE KARINA SOARES GOMES, que solicitou a
3017 interrupção do seu Registro Definitivo, neste Conselho, amparada pelo que dispõe o Capítulo VI da
3018 Resolução nº 1.152, de 24 de Julho de 2025 do Confea. Analisado o processo e, considerando que
3019 existe débito de anuidade em nome da interessada, bem como, a interrupção do registro profissional
3020 não a isenta do pagamento do referido débito; Considerando que, a referida Profissional não figura
3021 como Responsável Técnica por Empresas perante o Crea-MS, bem como, NÃO possui ART's em
3022 aberto perante este Conselho; Considerando que, de acordo com o § 2º do Art. 24 da Resolução nº
3023 1.152, de 24 de Julho de 2025 do Confea, a interrupção do registro será concedida por prazo
3024 indeterminado até que a profissional solicite sua reativação. A CEA **DECIDIU** por homologar o Ad
3025 Referendum da Coordenadora, sendo de parecer FAVORÁVEL pelo DEFERIMENTO da
3026 INTERRUPÇÃO do REGISTRO da Profissional em epígrafe, por prazo INDETERMINADO, até que a
3027 referida Profissional solicite sua reativação, amparado pelo que dispõe o § 2º do Art. 24 da Resolução
3028 nº 1.152, de 24 de Julho de 2025 do Confea, sem prejuízo dos débitos pendentes devido à este
3029 Conselho, que serão mantidos, sendo passíveis de medidas administrativas de cobrança pelo Crea-MS
3030 ou cobrança judicial, conforme o caso, por meio das vias legais pertinentes. Manifestou-se também,



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA ESTADO DE MATO
GROSSO DO SUL

para que seja anotado a interrupção do registro do Profissional no SIC, com a data correspondente ao requerimento apresentado pela profissional, nos termos do artigo 27 da Resolução nº 1.152, de 24 de Julho de 2025 do Confea. Coordenou a votação o(a) Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho Marques. Votaram favoravelmente os senhores(as) conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno Cezar Alvaro Pontim, Antonio Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio Alves De Carvalho, Jose Antonio Maior Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo Elias De Oliveira e Leandro Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os senhores(as) conselheiros(as): Felipe Das Neves Monteiro. **5.2.2.1.9.12)** Processo n. F2025/057687-7 Interessado: Derly Marques Rodrigues. A Câmara Especializada de Agronomia do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o processo nº F2025/057687-7, do Profissional interessado Engenheiro Agrônomo Derly Marques Rodrigues, que solicitou a interrupção do seu Registro Definitivo, neste Conselho, amparado pelo que dispõe o Capítulo VI da Resolução nº 1.152, de 24 de Julho de 2025 do Confea. Analisado o processo e, considerando que, não existem débitos e/ou processos em nome do Interessado, conforme prova o teor dos documentos acostados; Considerando que, o referido Profissional não figura como Responsável Técnico por Empresas perante o CREA-MS, bem como, não possui ART's em aberto perante este Conselho; Considerando que, de acordo com o § 2º do Art. 24 da Resolução nº 1.152, de 24 de Julho de 2025 do Confea, a interrupção do registro será concedida por prazo indeterminado até que o profissional solicite sua reativação. A CEA **DECIDIU** por homologar o Ad Referendum da Coordenadora, sendo de parecer FAVORÁVEL pelo DEFERIMENTO da INTERRUPÇÃO do REGISTRO do Profissional em epígrafe, por prazo INDETERMINADO, até que o referido Profissional solicite sua reativação, amparado pelo que dispõe o § 2º do Art. 24 da Resolução nº 1.152, de 24 de Julho de 2025 do Confea. Manifestou-se também, para que seja anotado a interrupção do registro do Profissional no SIC, com a data correspondente ao requerimento apresentado pelo profissional, nos termos do artigo 27 da Resolução nº 1.152, de 24 de Julho de 2025 do Confea. Coordenou a votação o(a) Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho Marques. Votaram favoravelmente os senhores(as) conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno Cezar Alvaro Pontim, Antonio Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio Alves De Carvalho, Jose Antonio Maior Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo Elias De Oliveira e Leandro Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os senhores(as) conselheiros(as): Felipe Das Neves Monteiro. **5.2.2.1.9.13)** Processo n. F2025/057950-7 Interessado: JUNIO SANTOS DE LIMA. A Câmara Especializada de Agronomia do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o processo nº F2025/057950-7, do Profissional interessado Engenheiro Agrônomo JUNIO SANTOS DE LIMA, que solicitou a interrupção do seu Registro Definitivo, neste Conselho, amparado pelo que dispõe o Capítulo VI da Resolução nº 1.152, de 24 de Julho de 2025 do Confea. Analisado o processo e, considerando que existe débito de anuidade em nome do interessado, bem como, a interrupção do registro profissional não o isenta do



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA ESTADO DE MATO
GROSSO DO SUL

pagamento do referido débito; Considerando que, o referido Profissional não figura como Responsável Técnico por Empresas perante o Crea-MS, bem como, NÃO possui ART's em aberto perante este Conselho; Considerando que, de acordo com o § 2º do Art. 24 da Resolução nº 1.152, de 24 de Julho de 2025 do Confea, a interrupção do registro será concedida por prazo indeterminado até que o profissional solicite sua reativação. A CEA **DECIDIU** por homologar o Ad Referendum da Coordenadora, sendo de parecer FAVORÁVEL pelo DEFERIMENTO da INTERRUPÇÃO do REGISTRO do Profissional em epígrafe, por prazo INDETERMINADO, até que o referido Profissional solicite sua reativação, amparado pelo que dispõe o § 2º do Art. 24 da Resolução nº 1.152, de 24 de Julho de 2025 do Confea, sem prejuízo dos débitos pendentes devido à este Conselho, que serão mantidos, sendo passíveis de medidas administrativas de cobrança pelo Crea-MS ou cobrança judicial, conforme o caso, por meio das vias legais pertinentes. Manifestou-se também, para que seja anotado a interrupção do registro do Profissional no SIC, com a data correspondente ao requerimento apresentado pelo profissional, nos termos do artigo 27 da Resolução nº 1.152, de 24 de Julho de 2025 do Confea. Coordenou a votação o(a) Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho Marques. Votaram favoravelmente os senhores(as) conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno Cezar Alvaro Pontim, Antonio Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio Alves De Carvalho, Jose Antonio Maior Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo Elias De Oliveira e Leandro Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os senhores(as) conselheiros(as): Felipe Das Neves Monteiro. **5.2.2.1.9.14**) Processo n. F2025/058363-6 Interessado: GLEIDE DA SILVA GAMA CHIQUETTO. A Câmara Especializada de Agronomia do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o processo nº F2025/058363-6, da Profissional interessada Engenheira Agrônoma GLEIDE DA SILVA GAMA CHIQUETTO, que solicitou a interrupção do seu Registro Definitivo, neste Conselho, amparada pelo que dispõe o Capítulo VI da Resolução nº 1.152, de 24 de Julho de 2025 do Confea. Analisado o processo e, considerando que, não existem débitos e/ou processos em nome da Interessada, conforme prova o teor dos documentos acostados; Considerando que, a referida Profissional não figura como Responsável Técnica por Empresas perante o CREA-MS, bem como, não possui ART's em aberto perante este Conselho; Considerando que, de acordo com o § 2º do Art. 24 da Resolução nº 1.152, de 24 de Julho de 2025 do Confea, a interrupção do registro será concedida por prazo indeterminado até que o profissional solicite sua reativação. A CEA **DECIDIU** por homologar o Ad Referendum da Coordenadora, sendo de parecer FAVORÁVEL pelo DEFERIMENTO da INTERRUPÇÃO do REGISTRO da Profissional em epígrafe, por prazo INDETERMINADO, até que a referida Profissional solicite sua reativação, amparado pelo que dispõe o § 2º do Art. 24 da Resolução nº 1.152, de 24 de Julho de 2025 do Confea. Manifestou-se também, para que seja anotado a interrupção do registro da Profissional no SIC, com a data correspondente ao requerimento apresentado pelo profissional, nos termos do artigo 27 da Resolução nº 1.152, de 24 de Julho de 2025 do Confea. Coordenou a votação o(a) Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho Marques. Votaram favoravelmente os senhores(as)



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA ESTADO DE MATO
GROSSO DO SUL

3105 conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno Cezar Alvaro Pontim, Antonio Luiz Viegas
3106 Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio Alves De Carvalho, Jose Antonio Maior
3107 Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo Elias De Oliveira e Leandro
3108 Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os senhores(as) conselheiros(as): Felipe Das
3109 Neves Monteiro. **5.2.2.1.9.15)** Processo n. F2025/058800-0 Interessado: Crislayne Cintia Alves dos
3110 Reis. A Câmara Especializada de Agronomia do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do
3111 Estado de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o processo nº F2025/058800-0, da
3112 Profissional interessada Engenheira Agrônoma Crislayne Cintia Alves dos Reis, que solicita a
3113 interrupção do seu Registro Definitivo, neste Conselho, amparada pelo que dispõe o Capítulo VI da
3114 Resolução nº 1.152, de 24 de Julho de 2025 do Confea. Analisado o processo e, considerando que,
3115 não existem débitos e/ou processos em nome da Interessada, conforme prova o teor dos documentos
3116 acostados; Considerando que, a referida Profissional não figura como Responsável Técnica por
3117 Empresas perante o CREA-MS, bem como, não possui ART's em aberto perante este Conselho;
3118 Considerando que, de acordo com o § 2º do Art. 24 da Resolução nº 1.152, de 24 de Julho de 2025 do
3119 Confea, a interrupção do registro será concedida por prazo indeterminado até que o profissional solicite
3120 sua reativação. A CEA **DECIDIU** por homologar o Ad Referendum da Coordenadora, sendo de parecer
3121 FAVORÁVEL pelo DEFERIMENTO da INTERRUPÇÃO do REGISTRO da Profissional em epígrafe, por
3122 prazo INDETERMINADO, até que a referida Profissional solicite sua reativação, amparado pelo que
3123 dispõe o § 2º do Art. 24 da Resolução nº 1.152, de 24 de Julho de 2025 do Confea. Manifestou-se
3124 também, para que seja anotado a interrupção do registro da Profissional no SIC, com a data
3125 correspondente ao requerimento apresentado pelo profissional, nos termos do artigo 27 da Resolução
3126 nº 1.152, de 24 de Julho de 2025 do Confea. Coordenou a votação o(a) Coordenadora Eng. Agr.
3127 Daniele Coelho Marques. Votaram favoravelmente os senhores(as) conselheiros(as): Jackeline Matos
3128 Do Nascimento, Bruno Cezar Alvaro Pontim, Antonio Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon
3129 Macedo Braga, Laércio Alves De Carvalho, Jose Antonio Maior Bono, Fernando Vinicius Bressan,
3130 Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo Elias De Oliveira e Leandro Fabricio Martins Alessio. Não participou
3131 da votação os senhores(as) conselheiros(as): Felipe Das Neves Monteiro. **5.2.2.1.9.16)** Processo n.
3132 F2025/059895-1 Interessado: Gabriela Rufino dos Santos Barcelos Manna. A Câmara Especializada de
3133 Agronomia do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul –
3134 Crea - MS, após apreciar o processo nº F2025/059895-1, da Profissional interessada Engenheira
3135 Agrônoma Gabriela Rufino dos Santos Barcelos Manna, que solicitou a interrupção do seu Registro
3136 Definitivo, neste Conselho, amparada pelo que dispõe o Capítulo VI da Resolução nº 1.152, de 24 de
3137 Julho de 2025 do Confea. Analisado o processo e, considerando que, não existem débitos e/ou
3138 processos em nome da Interessada, conforme prova o teor dos documentos acostados; Considerando
3139 que, a referida Profissional não figura como Responsável Técnica por Empresas perante o CREA-MS,
3140 bem como, não possui ART's em aberto perante este Conselho; Considerando que, de acordo com o §
3141 2º do Art. 24 da Resolução nº 1.152, de 24 de Julho de 2025 do Confea, a interrupção do registro será



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA ESTADO DE MATO
GROSSO DO SUL

concedida por prazo indeterminado até que o profissional solicite sua reativação. A CEA **DECIDIU** por homologar o Ad Referendum da Coordenadora, sendo de parecer FAVORÁVEL pelo DEFERIMENTO da INTERRUPÇÃO do REGISTRO da Profissional em epígrafe, por prazo INDETERMINADO, até que a referida Profissional solicite sua reativação, amparado pelo que dispõe o § 2º do Art. 24 da Resolução nº 1.152, de 24 de Julho de 2025 do Confea. Manifestou-se também, para que seja anotado a interrupção do registro da Profissional no SIC, com a data correspondente ao requerimento apresentado pelo profissional, nos termos do artigo 27 da Resolução nº 1.152, de 24 de Julho de 2025 do Confea. Coordenou a votação o(a) Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho Marques. Votaram favoravelmente os senhores(as) conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno Cezar Alvaro Pontim, Antonio Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio Alves De Carvalho, Jose Antonio Maior Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo Elias De Oliveira e Leandro Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os senhores(as) conselheiros(as): Felipe Das Neves Monteiro. **5.2.2.1.10) Reabilitação do Registro Definitivo (validade). 5.2.2.1.10.1)** Processo n. F2025/050233-4 Interessado: GISELE CARNEIRO FUJII. A Câmara Especializada de Agronomia do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o processo nº F2025/050233-4, da Profissional interessada GISELE CARNEIRO FUJII, que requer a Reabilitação do seu Registro Definitivo de Engenheira Agrônoma, nos termos do artigo 55 da Lei 5.194/66. Para tanto, apresenta documentos constantes no artigo 4º da Resolução nº 1.152, de 24 de julho de 2025 do CONFEA. Diplomada em 20/04/2011 pela UFGD-Universidade Federal da Grande Dourados da cidade de Dourados-MS, por haver concluído o Curso de Agronomia, Bacharelado. Estando satisfeitas as exigências legais, a CEA **DECIDIU** por homologar o Ad Referendum da Coordenadora, sendo que a Profissional em epígrafe, terá as atribuições do artigo 5º da Resolução n. 218/73 do Confea, combinado com os artigos 6º, 7º, 8º, 9º e 10º do Decreto nº: 23196/33. Terá o título de Engenheira Agrônoma. Coordenou a votação o(a) Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho Marques. Votaram favoravelmente os senhores(as) conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno Cezar Alvaro Pontim, Antonio Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio Alves De Carvalho, Jose Antonio Maior Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo Elias De Oliveira e Leandro Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os senhores(as) conselheiros(as): Felipe Das Neves Monteiro. **5.2.2.1.10.2)** Processo n. F2025/052226-2 Interessado: IZABELI VALÉRIA AJALA MACEDO. A Câmara Especializada de Agronomia do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o processo nº F2025/052226-2, da Profissional interessada Engenheira Agrônoma IZABELI VALÉRIA AJALA MACEDO, que requer a Reabilitação do seu Registro Definitivo, nos termos do art. 31 da Resolução nº 1.152, de 24 de julho de 2025 do CONFEA e art. 55 da Lei 5.194/66. Para tanto, apresenta documentos constantes no art. 4º da Resolução nº 1.152, de 24 de julho de 2025 do CONFEA. Diplomada em 21/10/2014, pela UNIVERSIDADE ANHAGUERA-UNIDERP da cidade Campo Grande-MS, tendo em vista, a conclusão



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA ESTADO DE MATO
GROSSO DO SUL

do Curso de AGRONOMIA, Bacharelado. Estando satisfeitas as exigências legais, a CEA **DECIDIU** por homologar o Ad Referendum da Coordenadora, sendo que a profissional terá as atribuições do artigo 5º da Resolução 218/73 do CONFEA, combinado com os artigos 6º, 7º, 8º, 9º, 10º do Decreto n. 23.196/33. Terá o título de Engenheira Agrônoma. Coordenou a votação o(a) Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho Marques. Votaram favoravelmente os senhores(as) conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno Cezar Alvaro Pontim, Antonio Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio Alves De Carvalho, Jose Antonio Maior Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo Elias De Oliveira e Leandro Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os senhores(as) conselheiros(as): Felipe Das Neves Monteiro. **5.2.2.1.10.3)** Processo n. F2025/055358-3 Interessado: Augusto Alexandre Jimenes Alvarenga. A Câmara Especializada de Agronomia do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o processo nº F2025/055358-3, do Engenheiro Agrônomo Augusto Alexandre Jimenes Alvarenga, que requer a Reabilitação do seu Registro Definitivo, nos termos do art. 31 da Resolução nº 1.152/2025 do CONFEA e art. 55 da Lei 5.194/66. Para tanto, apresenta documentos constantes no art. 4º da Resolução nº 1.152, de 24 de julho de 2025 do CONFEA. Diplomado em 22/06/2018, pela Universidade Anhanguera Uniderp, da cidade de Campo Grande-MS, pela conclusão do Curso de Agronomia - Bacharelado, modalidade de ensino Presencial. Estando satisfeitas as exigências legais, a CEA **DECIDIU** por homologar o Ad Referendum da Coordenadora, sendo que o engenheiro agrônomo Augusto Alexandre Jimenes Alvarenga terá as atribuições artigo 5º da Resolução nº: 218/73 do CONFEA, combinado com os artigos 6º, 7º, 8º, 9º e 10º do Decreto n. 23.196/33. Terá o título de Engenheiro Agrônomo. Coordenou a votação o(a) Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho Marques. Votaram favoravelmente os senhores(as) conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno Cezar Alvaro Pontim, Antonio Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio Alves De Carvalho, Jose Antonio Maior Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo Elias De Oliveira e Leandro Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os senhores(as) conselheiros(as): Felipe Das Neves Monteiro. **5.2.2.1.10.4)** Processo n. F2025/056053-9 Interessado: Flávio Augusto Faedo Aguenta. A Câmara Especializada de Agronomia do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o processo nº F2025/056053-9, do Profissional interessado Engenheiro Agrônomo Flávio Augusto Faedo Aguenta, que requer a Reabilitação do seu Registro Definitivo, nos termos do art. 31 da Resolução nº 1.152/2025 do CONFEA e art. 55 da Lei 5.194/66. Para tanto, apresenta documentos constantes no art. 4º da Resolução nº 1.152, de 24 de julho de 2025 do CONFEA. Diplomado em 21/02/2020, pela UNIVERSIDADE ANHANGUERA UNIDERP de Campo Grande-MS, tendo em vista, a conclusão do Curso de Agronomia, Bacharelado, modalidade Presencial. Estando satisfeitas as exigências legais, a CEA **DECIDIU** por homologar o Ad Referendum da Coordenadora, sendo o Profissional em epígrafe, terá as atribuições do Art. 5º da Resolução n. 218/73 do CONFEA, combinado com os artigos 6º, 7º, 8º, 9º e 10º do Decreto n. 23.196/33. Terá o título de Engenheiro



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA ESTADO DE MATO
GROSSO DO SUL

3216 Agrônomo. Coordenou a votação o(a) Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho Marques. Votaram
3217 favoravelmente os senhores(as) conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno Cezar Alvaro
3218 Pontim, Antonio Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio Alves De
3219 Carvalho, Jose Antonio Maior Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo
3220 Elias De Oliveira e Leandro Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os senhores(as)
3221 conselheiros(as): Felipe Das Neves Monteiro. **5.2.2.1.10.5)** Processo n. F2025/057613-3 Interessado:
3222 VITOR GABRIEL MARINHO DE FARIA PEREIRA. A Câmara Especializada de Agronomia do
3223 Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após
3224 apreciar o processo nº F2025/057613-3, do Profissional interessado Engenheiro Florestal VITOR
3225 GABRIEL MARINHO DE FARIA PEREIRA, que requer a Reabilitação do seu Registro Definitivo, nos
3226 termos do art. 31 da Resolução nº 1.152/2025 do CONFEA e art. 55 da Lei 5.194/66. Para tanto,
3227 apresenta documentos constantes no art. 4º da Resolução nº 1.152, de 24 de julho de 2025 do
3228 CONFEA. Diplomado em 14/02/2014, pela UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MATO GROSSO DO
3229 SUL, da cidade de Dourados - MS, pela conclusão do Curso de Engenharia Florestal, modalidade
3230 presencial. Estando satisfeitas as exigências legais, a CEA **DECIDIU** por homologar o Ad Referendum
3231 da Coordenadora, sendo que o Profissional em epígrafe, terá as atribuições do Artigo 10 da Resolução
3232 218/73 do CONFEA. Terá o título de Engenheiro Florestal. Coordenou a votação o(a) Coordenadora
3233 Eng. Agr. Daniele Coelho Marques. Votaram favoravelmente os senhores(as) conselheiros(as):
3234 Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno Cezar Alvaro Pontim, Antonio Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson
3235 Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio Alves De Carvalho, Jose Antonio Maior Bono, Fernando
3236 Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo Elias De Oliveira e Leandro Fabricio Martins
3237 Alessio. Não participou da votação os senhores(as) conselheiros(as): Felipe Das Neves Monteiro.
3238 **5.2.2.1.10.6)** Processo n. F2025/059312-7 Interessado: GILVAN AUGUSTO DE FARIAS JUNIOR. A
3239 Câmara Especializada de Agronomia do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de
3240 Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o processo nº F2025/059312-7, do Profissional
3241 Interessado Tecnólogo em Agronomia GILVAN AUGUSTO DE FARIAS JUNIOR, que requer a
3242 conversão do seu Registro Provisório, em Registro Definitivo, nos termos do que dispõe o artigo 55 da
3243 Lei n.º 5.194/66. Para tanto, apresenta documentos constantes no artigo 4º da Resolução nº 1.152, de
3244 24 de julho de 2025 do CONFEA. Diplomado em 16/12/2007, pelo Centro Universitário da Grande
3245 Dourados - Unigran, tendo em vista a conclusão do Curso de Tecnologia em Agronomia, Curso
3246 Superior, modalidade presencial. Estando satisfeitas as exigências legais, a CEA **DECIDIU** por
3247 homologar o Ad Referendum da Coordenadora, sendo que o profissional terá as atribuições dos ARTS
3248 3 E 4 DA RESOLUÇÃO N. 313 DE 26.09.86 DO CONFEA. Terá o Título de Tecnólogo em Agronomia.
3249 Coordenou a votação o(a) Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho Marques. Votaram favoravelmente
3250 os senhores(as) conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno Cezar Alvaro Pontim,
3251 Antonio Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio Alves De Carvalho,
3252 Jose Antonio Maior Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo Elias De



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA ESTADO DE MATO
GROSSO DO SUL

3253 Oliveira e Leandro Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os senhores(as)
3254 conselheiros(as): Felipe Das Neves Monteiro. **5.2.2.1.11) Registro. 5.2.2.1.11.1)** Processo n.
3255 F2024/015411-2 Interessado: Alberto Domingues. A Câmara Especializada de Agronomia do Conselho
3256 Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o
3257 processo nº F2024/015411-2, do interessado Alberto Domingues, que requer o registro definitivo de
3258 acordo com o artigo 55 da Lei n. 5.194/66, por ter concluído o curso de agronomia pela
3259 UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS - UFGD, na cidade de Dourados/MS. O
3260 interessado requer o Registro Definitivo de acordo com o artigo 55 da Lei n. 5.194/66, para tanto,
3261 apresenta documentos constantes no artigo 4º da Resolução n. 1.152, de 24 de julho de 2025 do
3262 CONFEA. Diplomado pela UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS - UFGD, em
3263 19/12/2023, na cidade de Dourados/MS, pelo curso de AGRONOMIA. Estando satisfeitas as exigências
3264 legais, a CEA **DECIDIU** por homologar o Ad Referendum da Coordenadora, sendo que o profissional
3265 terá as atribuições do artigo 5º da Resolução n. 218/73 do CONFEA, combinado com os artigos 6º, 7º,
3266 8º, 9º e 10 do Decreto Federal n. 23.196/33. Terá o título de Engenheiro Agrônomo. Coordenou a
3267 votação o(a) Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho Marques. Votaram favoravelmente os
3268 senhores(as) conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno Cezar Alvaro Pontim, Antonio
3269 Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio Alves De Carvalho, Jose
3270 Antonio Maior Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo Elias De Oliveira e
3271 Leandro Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os senhores(as) conselheiros(as): Felipe
3272 Das Neves Monteiro. **5.2.2.1.11.2)** Processo n. F2025/028502-3 Interessado: Mateus Ferreira dos
3273 Santos. A Câmara Especializada de Agronomia do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do
3274 Estado de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o processo nº F2025/028502-3, do
3275 Profissional Interessado Mateus Ferreira dos Santos, que requer Registro Definitivo, de acordo com o
3276 artigo 55 da Lei n.º 5.194/66. Para tanto, apresenta documentos constantes no artigo 4º da Resolução
3277 nº 1.152, de 24 de julho de 2025 do CONFEA. Diplomado em 25/07/2017, pelas FACULDADES
3278 ADAMANTINENSES INTEGRADAS, Campus: CENTRO UNIVERSITÁRIO DE ADAMANTINA – FAI da
3279 cidade de Adamantina-SP, tendo em vista, a conclusão do Curso de Agronomia, modalidade
3280 presencial. Estando satisfeitas as exigências legais, a CEA **DECIDIU** por homologar o Ad Referendum
3281 da Coordenadora, sendo que o profissional terá as atribuições do Decreto nº 23.196 de 12 de outubro
3282 de 1933, bem como as previstas no artigo 7º da Lei nº 5194, de 24 de dezembro de 1966, para o
3283 desempenho das competências relacionadas no Art. 5º da Resolução nº 218, de 29 de junho de 1973,
3284 do CONFEA, conforme instruções do Crea-SP. Terá o Título de Engenheiro Agrônomo. Coordenou a
3285 votação o(a) Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho Marques. Votaram favoravelmente os
3286 senhores(as) conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno Cezar Alvaro Pontim, Antonio
3287 Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio Alves De Carvalho, Jose
3288 Antonio Maior Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo Elias De Oliveira e
3289 Leandro Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os senhores(as) conselheiros(as): Felipe



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA ESTADO DE MATO
GROSSO DO SUL

3290 Das Neves Monteiro. **5.2.2.1.11.3)** Processo n. F2025/044173-4 Interessado: Igor Iurk Araujo. A
3291 Câmara Especializada de Agronomia do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de
3292 Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o processo nº F2025/044173-4, do interessado Igor
3293 Iurk Araujo, que requer o registro definitivo de acordo com o artigo 55 da Lei n. 5.194/66, por ter
3294 concluído o curso EAD de agronomia pela UNIVERSIDADE PITÁGORAS UNOPAR ANHANGUERA,
3295 de Londrina/PR. O interessado requer o Registro Definitivo de acordo com o artigo 55 da Lei n.
3296 5.194/66, para tanto, apresenta documentos constantes no artigo 4º da Resolução n. 1.152, de 24 de
3297 julho de 2025 do CONFEA. Diplomado pela UNIVERSIDADE PITÁGORAS UNOPAR ANHANGUERA,
3298 em 26/04/2023, de Londrina/PR, pelo curso EAD de AGRONOMIA. Estando satisfeitas as exigências
3299 legais, a CEA **DECIDIU** por homologar o Ad Referendum da Coordenadora, sendo que o profissional
3300 terá as atribuições do Decreto Federal n. 23.569/1933 - artigo 37; Lei Federal n. 5.194/1966 - artigo 7º;
3301 Resolução do Confea n. 218/1973 - artigo 5º; Decreto Federal N.º 23.196/1933; Resolução do Confea
3302 n. 1.073/2016 - artigo 5º; Por força de sentença do Mandado de Segurança n.º 5008551-
3303 63.2023.4.04.7004/PR, julgado pela 2ª Vara Federal de Umuarama em 07/11/2023, as atribuições
3304 foram concedidas sem restrições. Terá o título de Engenheiro Agrônomo. Coordenou a votação o(a)
3305 Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho Marques. Votaram favoravelmente os senhores(as)
3306 conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno Cezar Alvaro Pontim, Antonio Luiz Viegas
3307 Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio Alves De Carvalho, Jose Antonio Maior
3308 Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo Elias De Oliveira e Leandro
3309 Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os senhores(as) conselheiros(as): Felipe Das
3310 Neves Monteiro. **5.2.2.1.11.4)** Processo n. F2025/036696-1 Interessado: Filipe Locatelli do Nascimento.
3311 A Câmara Especializada de Agronomia do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado
3312 de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o processo nº F2025/036696-1, do Engenheiro
3313 Agrônomo Filipe Locatelli do Nascimento, que requer Registro Provisório, de acordo com o artigo 57 da
3314 Lei nº 5.194/66. Para tanto, apresenta documentos constantes no artigo 4º da Resolução nº 1.152, de
3315 24 de julho de 2025, do Confea. Colou grau em 09/07/2025, pela Universidade Pitágoras Unopar
3316 Anhanguera, da cidade de Londrina - PR, no curso de Agronomia – Bacharelado, modalidade de
3317 ensino EAD. Estando satisfeitas as exigências legais, a CEA **DECIDIU** por homologar o Ad
3318 Referendum da Coordenadora, sendo que o profissional exercerá as atribuições previstas no Decreto
3319 Federal nº 23.569/1933 (art. 37); Lei nº 5.194/1966 (art. 7º); Resolução Confea nº 218/1973 (art. 5º);
3320 Decreto Federal nº 23.196/1933; e Resolução Confea nº 1.073/2016 (art. 5º), por força de sentença
3321 proferida no Mandado de Segurança nº 5008551-63.2023.4.04.7004/PR, julgado pela 2ª Vara Federal
3322 de Umuarama em 07/11/2023, as atribuições foram concedidas sem restrições, conforme instrução do
3323 Crea-PR. Terá o título de Engenheiro Agrônomo. Coordenou a votação o(a) Coordenadora Eng. Agr.
3324 Daniele Coelho Marques. Votaram favoravelmente os senhores(as) conselheiros(as): Jackeline Matos
3325 Do Nascimento, Bruno Cezar Alvaro Pontim, Antonio Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon
3326 Macedo Braga, Laércio Alves De Carvalho, Jose Antonio Maior Bono, Fernando Vinicius Bressan,



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA ESTADO DE MATO
GROSSO DO SUL

3327 Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo Elias De Oliveira e Leandro Fabricio Martins Alessio. Não participou
3328 da votação os senhores(as) conselheiros(as): Felipe Das Neves Monteiro. **5.2.2.1.11.5)** Processo n.
3329 F2025/045398-8 Interessado: Ademir de Souza Moreira. A Câmara Especializada de Agronomia do
3330 Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após
3331 apreciar o processo nº F2025/045398-8, do Profissional Interessado ADEMIR DE SOUZA MOREIRA,
3332 que requer Registro Definitivo, de acordo com o artigo 55 da Lei n.º 5.194/66. Para tanto, apresenta
3333 documentos constantes no artigo 4º da Resolução nº 1.152, de 24 de julho de 2025 do CONFEA.
3334 Diplomado em 07/05/2024, pelo Universidade Anhanguera - Uniderp pela Conclusão do Curso de
3335 Agronomia - EAD. Estando satisfeitas as exigências legais, a CEA **DECIDIU** por homologar o Ad
3336 Referendum da Coordenadora, sendo que o profissional terá as atribuições do Artigo 5º Resolução n.
3337 218/73, Do CONFEA. Terá o Título de Engenheiro Agrônomo. Coordenou a votação o(a)
3338 Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho Marques. Votaram favoravelmente os senhores(as)
3339 conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno Cezar Alvaro Pontim, Antonio Luiz Viegas
3340 Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio Alves De Carvalho, Jose Antonio Maior
3341 Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo Elias De Oliveira e Leandro
3342 Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os senhores(as) conselheiros(as): Felipe Das
3343 Neves Monteiro. **5.2.2.1.11.6)** Processo n. F2025/038759-4 Interessado: Talita de Oliveira Fernandes.
3344 A Câmara Especializada de Agronomia do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado
3345 de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o processo nº F2025/038759-4, da interessada
3346 Talita de Oliveira Fernandes, que requer o registro definitivo de acordo com o artigo 55 da Lei n.
3347 5194/66, por ter concluído o curso de agronomia pela UNIVERSIDADE ANHANGUERA - UNIDERP,
3348 em Campo Grande/MS. A interessada requer o Registro Definitivo de acordo com o artigo 55 da Lei n.
3349 5.194/66, para tanto, apresenta documentos constantes no artigo 4º da Resolução n. 1.152, de 24 de
3350 julho de 2025 do CONFEA. Diplomada pela UNIVERSIDADE ANHANGUERA - UNIDERP, em
3351 12/07/2025, na cidade de Campo Grande-MS, pelo curso de AGRONOMIA. Estando satisfeitas as
3352 exigências legais, a CEA **DECIDIU** por homologar o Ad Referendum da Coordenadora, sendo que a
3353 profissional terá as atribuições do artigo 5º da Resolução n. 218/73 do CONFEA, combinado com os
3354 artigos 6º, 7º, 8º, 9º e 10 do Decreto Federal n. 23.196/33. Terá o título de Engenheira Agrônoma.
3355 Coordenou a votação o(a) Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho Marques. Votaram favoravelmente
3356 os senhores(as) conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno Cezar Alvaro Pontim,
3357 Antonio Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio Alves De Carvalho,
3358 Jose Antonio Maior Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo Elias De
3359 Oliveira e Leandro Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os senhores(as)
3360 conselheiros(as): Felipe Das Neves Monteiro. **5.2.2.1.11.7)** Processo n. F2025/040866-4 Interessado:
3361 Lenise Selaysim Sales. A Câmara Especializada de Agronomia do Conselho Regional de Engenharia e
3362 Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o processo nº F2025/040866-
3363 4, da Interessada Lenise Selaysim Sales, que requer o seu Registro Definitivo, nos termos do artigo 55



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA ESTADO DE MATO
GROSSO DO SUL

da Lei 5.194/66. Para tanto, apresenta documentos constantes no artigo 4º da Resolução nº 1.152, de 24 de julho de 2025 do CONFEA. Analisado o processo, constatou-se que foi cumprida a diligência pelo DAR, sendo respondido pela Instituição de Ensino (Universidade de Rio Verde da cidade de Rio Verde-GO), que o Curso de Bacharelado em Agronomia, foi integralmente realizado no período diurno. Considerando que a Interessada, foi diplomada em 02/06/2025, pela UNIRV- Universidade de Rio Verde da cidade de Rio Verde-GO, tendo em vista, a conclusão do Curso de Bacharelado em Agronomia, modalidade presencial. Estando satisfeitas as exigências legais, a CEA **DECIDIU** por homologar o Ad Referendum da Coordenadora, sendo que a profissional terá as atribuições do Artigo 5º da Resolução 218/73, do Confea, sem prejuízo das constantes do Decreto Federal 23196/33, conforme as instruções do Crea-GO. Terá o Título de Engenheira Agrônoma. Coordenou a votação o(a) Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho Marques. Votaram favoravelmente os senhores(as) conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno Cezar Alvaro Pontim, Antonio Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio Alves De Carvalho, Jose Antonio Maior Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo Elias De Oliveira e Leandro Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os senhores(as) conselheiros(as): Felipe Das Neves Monteiro. **5.2.2.1.11.8)** Processo n. F2025/044209-9 Interessado: Caroline Rosa Suniga Araujo. A Câmara Especializada de Agronomia do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o processo nº F2025/044209-9, da Interessada Caroline Rosa Suniga Araujo, que requer o seu Registro Definitivo, nos termos do artigo 55 da Lei 5.194/66. Para tanto, apresenta documentos constantes no artigo 4º da Resolução nº 1.152, de 24 de julho de 2025 do CONFEA. Diplomado em 22 de janeiro de 2024, pela Universidade Pitágoras Unopar Anhanguera da cidade de Londrina-PR, tendo em vista, a conclusão do Curso de Bacharelado em Agronomia, modalidade EAD. Estando satisfeitas as exigências legais, a CEA **DECIDIU** por homologar o Ad Referendum da Coordenadora, sendo que o Profissional em epígrafe, terá as atribuições sem restrições do Art. 5º da Resolução nº: 218/1973 do Confea; Art. 5º da Resolução nº: 1.073/2016 do Confea; Art. 7º da Lei Federal n.º 5.194/1966; Art. 37º do Decreto Federal n.º 23.569/1933 e Decreto Federal n.º 23.196/1933, por força de sentença do Mandado de Segurança n.º 5008551-63.2023.4.04.7004/PR, julgado pela 2ª Vara Federal de Umuarama em 07/11/2023. Terá o título de Engenheiro Agrônomo. Coordenou a votação o(a) Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho Marques. Votaram favoravelmente os senhores(as) conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno Cezar Alvaro Pontim, Antonio Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio Alves De Carvalho, Jose Antonio Maior Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo Elias De Oliveira e Leandro Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os senhores(as) conselheiros(as): Felipe Das Neves Monteiro. **5.2.2.1.11.9)** Processo n. F2025/047429-2 Interessado: Jussara Francisca Borges. A Câmara Especializada de Agronomia do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o processo nº F2025/047429-2, da Interessada Jussara Francisca Borges, que requer o seu Registro Definitivo,



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA ESTADO DE MATO
GROSSO DO SUL

nos termos do artigo 55 da Lei 5.194/66. Para tanto, apresenta documentos constantes no artigo 4º da Resolução nº 1.152, de 24 de julho de 2025 do CONFEA. Diplomada em 22 de janeiro de 2024, pela Universidade Pitágoras Unopar Anhanguera da cidade de Londrina-PR, tendo em vista, a conclusão do Curso de Bacharelado em Agronomia, modalidade EAD. Estando satisfeitas as exigências legais, a CEA **DECIDIU** por homologar o Ad Referendum da Coordenadora, sendo que o Profissional em epígrafe, terá as atribuições sem restrições do Art. 5º da Resolução nº: 218/1973 do Confea; Art. 5º da Resolução nº: 1.073/2016 do Confea; Art. 7º da Lei Federal n.º 5.194/1966; Art. 37º do Decreto Federal n.º 23.569/1933 e Decreto Federal n.º 23.196/1933, por força de sentença do Mandado de Segurança n.º 5008551-63.2023.4.04.7004/PR, julgado pela 2ª Vara Federal de Umuarama em 07/11/2023. Terá o título de Engenheira Agrônoma. Coordenou a votação o(a) Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho Marques. Votaram favoravelmente os senhores(as) conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno Cezar Alvaro Pontim, Antonio Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio Alves De Carvalho, Jose Antonio Maior Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo Elias De Oliveira e Leandro Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os senhores(as) conselheiros(as): Felipe Das Neves Monteiro. **5.2.2.1.11.10)** Processo n. F2025/053520-8 Interessado: Felipe Santana de Oliveira. A Câmara Especializada de Agronomia do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o processo nº F2025/053520-8, do Engenheiro Agrônomo Felipe Santana de Oliveira requer Registro Provisório, de acordo com o artigo 57 da Lei nº 5.194/66. Para tanto, apresenta documentos constantes no artigo 4º da Resolução nº 1.152, de 24 de julho de 2025, do Confea. Colou grau em 19/07/2025, pela Universidade Anhanguera Uniderp, da cidade de Campo Grande - MS, no curso de Agronomia – Bacharelado, modalidade de ensino Presencial. Estando satisfeitas as exigências legais, a CEA **DECIDIU** por homologar o Ad Referendum da Coordenadora, sendo que o profissional exercerá as atribuições previstas no art. 5º da Resolução nº 218/1973, do Confea, combinado com os arts. 6º, 7º, 8º, 9º e 10 do Decreto nº 23.196/1933. Terá o título de Engenheiro Agrônomo. Coordenou a votação o(a) Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho Marques. Votaram favoravelmente os senhores(as) conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno Cezar Alvaro Pontim, Antonio Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio Alves De Carvalho, Jose Antonio Maior Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo Elias De Oliveira e Leandro Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os senhores(as) conselheiros(as): Felipe Das Neves Monteiro. **5.2.2.1.11.11)** Processo n. F2025/049150-2 Interessado: Geison Candido Siqueira. A Câmara Especializada de Agronomia do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o processo nº F2025/049150-2, do Engenheiro Agrônomo Geison Candido Siqueira requer Registro Definitivo, de acordo com o artigo 55 da Lei n.º 5.194/66. Para tanto, apresenta documentos constantes no artigo 4º da Resolução nº 1.152, de 24 de julho de 2025 do CONFEA. Diplomado em 19 de junho de 2023, pela Universidade Pitágoras Unopar Anhanguera, da cidade Londrina – PR, pela Conclusão do Curso de Agronomia – Bacharelado,



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA ESTADO DE MATO
GROSSO DO SUL

modalidade de ensino EAD. Estando satisfeitas as exigências legais, a CEA **DECIDIU** por homologar o Ad Referendum da Coordenadora, sendo que o profissional terá as atribuições Decreto Federal N.º 23.569/1933 - Art. 37º; Lei Federal N.º 5.194/1966 - Art. 7º; Resolução do Confea N.º 218/1973 - Art. 5º; Decreto Federal N.º 23.196/1933; Resolução do Confea N.º 1.073/2016 - Art. 5º; Por força de sentença do Mandado de Segurança n.º 5008551-63.2023.4.04.7004/PR, julgado pela 2ª Vara Federal de Umuarama em 07/11/2023, conforme instrução do Crea-PR. Terá o Título de Engenheiro Agrônomo. Coordenou a votação o(a) Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho Marques. Votaram favoravelmente os senhores(as) conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno Cezar Alvaro Pontim, Antonio Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio Alves De Carvalho, Jose Antonio Maior Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo Elias De Oliveira e Leandro Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os senhores(as) conselheiros(as): Felipe Das Neves Monteiro. **5.2.2.1.11.12)** Processo n. F2025/049783-7 Interessado: Iagho Bassalobre de Moura. A Câmara Especializada de Agronomia do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o processo nº F2025/049783-7, do Profissional Interessado IAGRO BASSLOBRE DE MOURA, que requer Registro Definitivo, de acordo com o artigo 55 da Lei n.º 5.194/66. Para tanto, apresenta documentos constantes no artigo 4º da Resolução nº 1.152, de 24 de julho de 2025 do CONFEA. Diplomado em 30/01/2025, pelo CENTRO UNIVERSITARIO INGA – UNINGA, da cidade Mineiros/GO pela Conclusão do Curso de Agronomia - EAD. Estando satisfeitas as exigências legais, a CEA **DECIDIU** por homologar o Ad Referendum da Coordenadora, sendo que o profissional terá as atribuições da Lei Federal N.º 5.194/1966 - Art. 7º; Decreto Federal N.º 23.196/1933 - Art. 6º, alíneas "a" até "h", "l", "p", "q", "r", "t"; Decreto Federal N.º 23.196/1933 - Art. 7º, alíneas "a", "b", "e", "g"; Decreto Federal N.º 23.569/1933 - Art. 37º, parágrafo único, alíneas "a" até "e"; Resolução do Confea N.º 218/1973 - Art. 5º. (Conforme deliberação do CREA PR). Terá o Título de Engenheiro Agrônomo. Coordenou a votação o(a) Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho Marques. Votaram favoravelmente os senhores(as) conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno Cezar Alvaro Pontim, Antonio Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio Alves De Carvalho, Jose Antonio Maior Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo Elias De Oliveira e Leandro Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os senhores(as) conselheiros(as): Felipe Das Neves Monteiro. **5.2.2.1.11.13)** Processo n. F2025/049813-2 Interessado: Adriano Simões de Souza. A Câmara Especializada de Agronomia do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o processo nº F2025/049813-2, da Engenheiro Agrônomo Adriano Simões de Souza, que requer Registro Definitivo, de acordo com o artigo 55 da Lei n.º 5.194/66. Para tanto, apresenta documentos constantes no artigo 4º da Resolução nº 1.152, de 24 de julho de 2025 do CONFEA. Diplomado em 05 de fevereiro de 2024, pela Universidade Pitágoras Unopar Anhanguera, da cidade Londrina – PR, pela Conclusão do Curso de Agronomia – Bacharelado, modalidade de ensino EAD. Estando satisfeitas as exigências legais, a CEA **DECIDIU** por homologar o



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA ESTADO DE MATO
GROSSO DO SUL

3475 Ad Referendum da Coordenadora, sendo que o profissional terá as atribuições Decreto Federal N.º
3476 23.569/1933 - Art. 37º; Lei Federal N.º 5.194/1966 - Art. 7º; Resolução do Confea N.º 218/1973 - Art.
3477 5º; Decreto Federal N.º 23.196/1933; Resolução do Confea N.º 1.073/2016 - Art. 5º; Por força de
3478 sentença do Mandado de Segurança n.º 5008551-63.2023.4.04.7004/PR, julgado pela 2ª Vara Federal
3479 de Umuarama em 07/11/2023, conforme instrução do Crea-PR. Terá o Título de Engenheiro
3480 Agrônomo. Coordenou a votação o(a) Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho Marques. Votaram
3481 favoravelmente os senhores(as) conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno Cezar Alvaro
3482 Pontim, Antonio Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio Alves De
3483 Carvalho, Jose Antonio Maior Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo
3484 Elias De Oliveira e Leandro Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os senhores(as)
3485 conselheiros(as): Felipe Das Neves Monteiro. **5.2.2.1.11.14)** Processo n. F2025/049845-0 Interessado:
3486 Marcos Adriano Felix Alexandrino. A Câmara Especializada de Agronomia do Conselho Regional de
3487 Engenharia e Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o processo nº
3488 F2025/049845-0, do Engenheiro Agrônomo Marcos Adriano Felix Alexandrino, que requer Registro
3489 Definitivo, de acordo com o artigo 55 da Lei n.º 5.194/66. Para tanto, apresenta documentos constantes
3490 no artigo 4º da Resolução nº 1.152, de 24 de julho de 2025 do CONFEA. Diplomado em 15 de julho de
3491 2025, pela Universidade Pitágoras Unopar Anhanguera, da cidade Londrina – PR, pela Conclusão do
3492 Curso de Agronomia – Bacharelado, modalidade de ensino EAD. Estando satisfeitas as exigências
3493 legais, a CEA **DECIDIU** por homologar o Ad Referendum da Coordenadora, sendo que o profissional
3494 terá as atribuições Decreto Federal N.º 23.569/1933 - Art. 37º; Lei Federal N.º 5.194/1966 - Art. 7º;
3495 Resolução do Confea N.º 218/1973 - Art. 5º; Decreto Federal N.º 23.196/1933; Resolução do Confea
3496 N.º 1.073/2016 - Art. 5º; Por força de sentença do Mandado de Segurança n.º 5008551-
3497 63.2023.4.04.7004/PR, julgado pela 2ª Vara Federal de Umuarama em 07/11/2023, conforme instrução
3498 do Crea-PR. Terá o Título de Engenheiro Agrônomo. Estando satisfeitas as exigências legais, a CEA
3499 **DECIDIU** por homologar o Ad Referendum da Coordenadora, sendo o profissional terá as atribuições
3500 Decreto Federal N.º 23.569/1933 - Art. 37º; Lei Federal N.º 5.194/1966 - Art. 7º; Resolução do Confea
3501 N.º 218/1973 - Art. 5º; Decreto Federal N.º 23.196/1933; Resolução do Confea N.º 1.073/2016 - Art. 5º;
3502 Por força de sentença do Mandado de Segurança n.º 5008551-63.2023.4.04.7004/PR, julgado pela 2ª
3503 Vara Federal de Umuarama em 07/11/2023, conforme instrução do Crea-PR. Terá o Título de
3504 Engenheiro Agrônomo. Coordenou a votação o(a) Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho Marques.
3505 Votaram favoravelmente os senhores(as) conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno
3506 Cezar Alvaro Pontim, Antonio Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio
3507 Alves De Carvalho, Jose Antonio Maior Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo,
3508 Rodrigo Elias De Oliveira e Leandro Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os
3509 senhores(as) conselheiros(as): Felipe Das Neves Monteiro. **5.2.2.1.11.15)** Processo n. F2025/053030-3
3510 Interessado: Thais dos Santos Rego. A Câmara Especializada de Agronomia do Conselho Regional de
3511 Engenharia e Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o processo nº



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA ESTADO DE MATO
GROSSO DO SUL

3512 F2025/053030-3, da Engenheira Agrônoma Thais dos Santos Rego, que requer Registro Definitivo, de
3513 acordo com o artigo 55 da Lei nº 5.194/66. Para tanto, apresenta documentos constantes no artigo 4º
3514 da Resolução nº 1.152, de 24 de julho de 2025, do Confea. Diplomada em 08 de setembro de 2025,
3515 pela Universidade Pitágoras Unopar Anhanguera, da cidade de Londrina - PR, pela conclusão do curso
3516 de Agronomia – Bacharelado, modalidade de ensino EAD. Estando satisfeitas as exigências legais, a
3517 CEA **DECIDIU** por homologar o Ad Referendum da Coordenadora, sendo que a profissional exercerá
3518 as atribuições previstas no Decreto Federal nº 23.569/1933 (art. 37); Lei nº 5.194/1966 (art. 7º);
3519 Resolução Confea nº 218/1973 (art. 5º); Decreto Federal nº 23.196/1933; e Resolução Confea nº
3520 1.073/2016 (art. 5º). Por força de sentença proferida no Mandado de Segurança nº 5008551-
3521 63.2023.4.04.7004/PR, julgado pela 2ª Vara Federal de Umuarama em 07/11/2023, as atribuições
3522 foram concedidas sem restrições, conforme instrução do Crea-PR. Terá o título de Engenheira
3523 Agrônoma. Coordenou a votação o(a) Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho Marques. Votaram
3524 favoravelmente os senhores(as) conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno Cezar Alvaro
3525 Pontim, Antonio Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio Alves De
3526 Carvalho, Jose Antonio Maior Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo
3527 Elias De Oliveira e Leandro Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os senhores(as)
3528 conselheiros(as): Felipe Das Neves Monteiro. **5.2.2.1.11.16)** Processo n. F2025/054360-0 Interessado:
3529 Cícero Hélio Ferreira dos Santos. A Câmara Especializada de Agronomia do Conselho Regional de
3530 Engenharia e Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o processo nº
3531 F2025/054360-0, do Engenheiro Agrônomo Cícero Hélio Ferreira dos Santos, que requer Registro
3532 Provisório, de acordo com o artigo 57 da Lei n.º 5.194/66. Para tanto, apresenta documentos
3533 constantes no artigo 4º da Resolução nº 1.152, de 24 de julho de 2025 do CONFEA. Colou Grau em 20
3534 de dezembro de 2024, pela FACULDADE DE TECNOLOGIA PAULISTA, da cidade de Lupércio/SP, no
3535 Curso de Agronomia – Bacharelado, modalidade de ensino presencial. Estando satisfeitas as
3536 exigências legais, a CEA **DECIDIU** por homologar o Ad Referendum da Coordenadora, sendo que o
3537 profissional terá as atribuições Provisórias do Decreto 23.196, de 12 de outubro de 1933, bem como as
3538 previstas no Art.º 7º da Lei n.º 5.194, de 24 de dezembro de 1966, para o desempenho das
3539 competências relacionadas no art.º 5º da Resolução n.º 218, de 29 de junho de 1973, do CONFEA,
3540 conforme instrução do Crea-SP. Terá o Título de Engenheiro Agrônomo. Coordenou a votação o(a)
3541 Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho Marques. Votaram favoravelmente os senhores(as)
3542 conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno Cezar Alvaro Pontim, Antonio Luiz Viegas
3543 Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio Alves De Carvalho, Jose Antonio Maior
3544 Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo Elias De Oliveira e Leandro
3545 Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os senhores(as) conselheiros(as): Felipe Das
3546 Neves Monteiro. **5.2.2.1.11.17)** Processo n. F2025/054867-9 Interessado: Thiago Santos Barbosa. A
3547 Câmara Especializada de Agronomia do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de
3548 Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o processo nº F2025/054867-9, do Profissional



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA ESTADO DE MATO
GROSSO DO SUL

3549 Interessado Thiago Santos Barbosa, que requer Registro Definitivo, de acordo com o artigo 55 da Lei
3550 n.º 5.194/66. Para tanto, apresenta documentos constantes no artigo 4º da Resolução nº 1.152, de 24
3551 de agosto de 2025 do CONFEA. Diplomou-se em 22/09/2025, pelo CENTRO UNIVERSITÁRIO
3552 LEONARDO DA VINCI- Indaial - SC, pela Conclusão do Curso de AGRONOMIA. Estando satisfeitas
3553 as exigências legais, a CEA **DECIDIU** por homologar o Ad Referendum da Coordenadora, sendo que o
3554 profissional terá as atribuições do Artigo 1º (número 01 a 18) e 5º da Resolução 218/73 do CONFEA,
3555 do desempenho das Atividades, com as seguintes atribuições: Irrigação e Drenagem para fins
3556 Agrícolas: Fitotecnia: Melhoramento; Indaial, Vegetal; Recursos Naturais Renováveis; Ecologia; Defesa
3557 Sanitária; Química Agrícola, Agropecuária; Edafologia; Fertilizantes e Corretivos; Processo de Cultura e
3558 de Utilização de Solo; Microbiologia Agrícolas; Biometria; Parques e Jardins; Mecanização na
3559 Agricultura; Implementos Agrícolas e agrologia (Conforme deliberação do CREA SC). Terá o Título de
3560 Engenheiro Agrônomo. Coordenou a votação o(a) Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho Marques.
3561 Votaram favoravelmente os senhores(as) conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno
3562 Cezar Alvaro Pontim, Antonio Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio
3563 Alves De Carvalho, Jose Antonio Maior Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo,
3564 Rodrigo Elias De Oliveira e Leandro Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os
3565 senhores(as) conselheiros(as): Felipe Das Neves Monteiro. **5.2.2.1.11.18)** Processo n. F2025/055421-0
3566 Interessado: João Vitor Moreira De Paula. A Câmara Especializada de Agronomia do Conselho
3567 Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o
3568 processo nº F2025/055421-0, do interessado João Vitor Moreira De Paula, que requer Registro
3569 Definitivo, de acordo com o artigo 55 da Lei 5.194/66, para tanto apresenta documentos constantes no
3570 do artigo 4º da Resolução n.º 1152 de 24 de julho de 2025 do CONFEA. Colou grau pela CENTRO
3571 UNIVERSITARIO DA GRANDE DOURADOS - UNIGRAN - na cidade de DOURADOS - MS, em
3572 09/02/2023, pelo curso de AGRONOMIA. Estando satisfeitas as exigências legais, a CEA **DECIDIU** por
3573 homologar o Ad Referendum da Coordenadora, sendo que o profissional terá as atribuições do Art. 5º
3574 da Resolução n. 218/73 do CONFEA, combinado com os artigos 6º, 7º, 8º, 9º e 10º do Decreto n.
3575 23.196/33. Terá o Título: ENGENHEIRO AGRONOMO. Coordenou a votação o(a) Coordenadora Eng.
3576 Agr. Daniele Coelho Marques. Votaram favoravelmente os senhores(as) conselheiros(as): Jackeline
3577 Matos Do Nascimento, Bruno Cezar Alvaro Pontim, Antonio Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson Cortez,
3578 Maycon Macedo Braga, Laércio Alves De Carvalho, Jose Antonio Maior Bono, Fernando Vinicius
3579 Bressan, Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo Elias De Oliveira e Leandro Fabricio Martins Alessio. Não
3580 participou da votação os senhores(as) conselheiros(as): Felipe Das Neves Monteiro. **5.2.2.1.11.19)**
3581 Processo n. F2025/054613-7 Interessado: Aline Williane de Carvalho Piroli. A Câmara Especializada de
3582 Agronomia do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul –
3583 Crea - MS, após apreciar o processo nº F2025/054613-7, da interessada ALINE WILLIANE DE
3584 CARVALHO PIROLI, que requer Registro Definitivo, de acordo com o artigo 55 da Lei 5.194/66, para
3585 tanto apresenta documentos constantes no do artigo 4º da Resolução n.º 1152 de 24 de julho de



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA ESTADO DE MATO
GROSSO DO SUL

3586 2025do CONFEA. Diplomou-se pela CENTRO UNIVERSITARIO DA GRANDE DOURADOS -
3587 UNIGRAN - na cidade de DOURADOS - MS, em 25/02/2025, pelo curso de AGRONOMIA. Estando
3588 satisfeitas as exigências legais, a CEA **DECIDIU** por homologar o Ad Referendum da Coordenadora,
3589 sendo que a profissional terá as atribuições do Art. 5º da Resolução n. 218/73 do CONFEA, combinado
3590 com os artigos 6º, 7º, 8º, 9º e 10º do Decreto n. 23.196/33. Terá o Título: ENGENHEIRA AGRONOMA.
3591 Coordenou a votação o(a) Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho Marques. Votaram favoravelmente
3592 os senhores(as) conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno Cezar Alvaro Pontim,
3593 Antonio Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio Alves De Carvalho,
3594 Jose Antonio Maior Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo Elias De
3595 Oliveira e Leandro Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os senhores(as)
3596 conselheiros(as): Felipe Das Neves Monteiro. **5.2.2.1.11.20)** Processo n. F2025/054600-5 Interessado:
3597 Matheus Fernando Barbosa Balem . A Câmara Especializada de Agronomia do Conselho Regional de
3598 Engenharia e Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o processo nº
3599 F2025/054600-5, do interessado Matheus Fernando Barbosa Balem, que requer o registro definitivo de
3600 acordo com o artigo 55 da Lei n. 5.194/66, por ter concluído o curso de agronomia pelo CENTRO
3601 UNIVERSITÁRIO DA GRANDE DOURADOS - UNIGRAN, em Dourados/MS. O interessado requer o
3602 Registro Definitivo de acordo com o artigo 55 da Lei n. 5.194/66, para tanto, apresenta documentos
3603 constantes no artigo 4º da Resolução n. 1.152, de 24 de julho de 2025 do CONFEA. Diplomado pelo
3604 CENTRO UNIVERSITÁRIO DA GRANDE DOURADOS - UNIGRAN, em 26/02/2025, na cidade de
3605 Dourados/MS, pelo curso de AGRONOMIA. Estando satisfeitas as exigências legais, a CEA **DECIDIU**
3606 por homologar o Ad Referendum da Coordenadora, sendo que o profissional terá as atribuições do
3607 artigo 5º da Resolução n. 218/73 do CONFEA, combinado com os artigos 6º, 7º, 8º, 9º e 10 do Decreto
3608 Federal n. 23.196/33. Terá o título de Engenheiro Agrônomo. Coordenou a votação o(a) Coordenadora
3609 Eng. Agr. Daniele Coelho Marques. Votaram favoravelmente os senhores(as) conselheiros(as):
3610 Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno Cezar Alvaro Pontim, Antonio Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson
3611 Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio Alves De Carvalho, Jose Antonio Maior Bono, Fernando
3612 Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo Elias De Oliveira e Leandro Fabricio Martins
3613 Alessio. Não participou da votação os senhores(as) conselheiros(as): Felipe Das Neves Monteiro.
3614 **5.2.2.1.11.21)** Processo n. F2025/054614-5 Interessado: José Guilherme Basso. A Câmara
3615 Especializada de Agronomia do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Mato
3616 Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o processo nº F2025/054614-5, do interessado José
3617 Guilherme Basso, que requer o registro definitivo de acordo com o artigo 55 da Lei n. 5.194/66, por ter
3618 concluído o curso de agronomia pela FACULDADE ANHANGUERA DE DOURADOS, na cidade de
3619 Dourados/MS. O interessado requer o Registro Definitivo de acordo com o artigo 55 da Lei n. 5.194/66,
3620 para tanto, apresenta documentos constantes no artigo 4º da Resolução n. 1.152, de 24 de julho de
3621 2025 do CONFEA. Diplomado pela FACULDADE ANHANGUERA DE DOURADOS, em 19/07/2025, na
3622 cidade de Dourados/MS, pelo curso de AGRONOMIA. Estando satisfeitas as exigências legais, a CEA



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA ESTADO DE MATO
GROSSO DO SUL

DECIDIU por homologar o Ad Referendum da Coordenadora, sendo que o profissional terá as atribuições do artigo 5º da Resolução n. 218/73 do CONFEA, combinado com os artigos 6º, 7º, 8º, 9º e 10 do Decreto Federal n. 23.196/33. Terá o título de Engenheiro Agrônomo. Coordenou a votação o(a) Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho Marques. Votaram favoravelmente os senhores(as) conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno Cezar Alvaro Pontim, Antonio Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio Alves De Carvalho, Jose Antonio Maior Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo Elias De Oliveira e Leandro Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os senhores(as) conselheiros(as): Felipe Das Neves Monteiro. **5.2.2.1.11.22)** Processo n. F2025/055069-0 Interessado: Marcelo Pereira dos Santos. A Câmara Especializada de Agronomia do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o processo nº F2025/055069-0, do interessado Marcelo Pereira dos Santos, que requer o registro definitivo de acordo com o artigo 55 da Lei n. 5.194/66, por ter concluído o curso de Agronomia pelo CENTRO UNIVERSITÁRIO DA GRANDE DOURADOS - UNIGRAN, na cidade de Dourados/MS. O interessado requer o Registro Definitivo de acordo com o artigo 55 da Lei n. 5.194/66, para tanto, apresenta documentos constantes no artigo 4º da Resolução n. 1.152, de 24 de julho de 2025 do CONFEA. Diplomado pelo CENTRO UNIVERSITÁRIO DA GRANDE DOURADOS - UNIGRAN, em 25/02/2025, na cidade de Dourados/MS, no curso de AGRONOMIA. Estando satisfeitas as exigências legais, a CEA **DECIDIU** por homologar o Ad Referendum da Coordenadora, sendo que o profissional terá as atribuições do artigo 5º da Resolução n. 218/73 do CONFEA, combinado com os artigos 6º, 7º, 8º, 9º e 10 do Decreto Federal n. 23.196/33. Terá o título de Engenheiro Agrônomo. Coordenou a votação o(a) Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho Marques. Votaram favoravelmente os senhores(as) conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno Cezar Alvaro Pontim, Antonio Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio Alves De Carvalho, Jose Antonio Maior Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo Elias De Oliveira e Leandro Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os senhores(as) conselheiros(as): Felipe Das Neves Monteiro. **5.2.2.1.11.23)** Processo n. F2025/054935-7 Interessado: Gustavo Henrique Fidelis Ferri. A Câmara Especializada de Agronomia do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o processo nº F2025/054935-7, do interessado Gustavo Henrique Fidelis Ferri, que requer o registro definitivo de acordo com o artigo 55 da Lei n. 5.194/66, após conclusão do curso de Agronomia realizado na FACULDADE ANHANGUERA DE DOURADOS, na cidade de Dourados/MS. O interessado requer o Registro Definitivo de acordo com o artigo 55 da Lei n. 5.194/66, para tanto, apresenta documentos constantes no artigo 4º da Resolução n. 1.152, de 24 de julho de 2025 do CONFEA. Diplomado pela FACULDADE ANHANGUERA DE DOURADOS, em 21/02/2025, na cidade de Dourados-MS, pelo curso de AGRONOMIA. Estando satisfeitas as exigências legais, a CEA **DECIDIU** por homologar o Ad Referendum da Coordenadora, sendo que o profissional terá as atribuições do artigo 5º da Resolução n. 218/73 do CONFEA, combinado com os artigos 6º, 7º, 8º, 9º e



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA ESTADO DE MATO
GROSSO DO SUL

3660 10 do Decreto Federal n. 23.196/33. Terá o título de Engenheiro Agrônomo. Coordenou a votação o(a)
3661 Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho Marques. Votaram favoravelmente os senhores(as)
3662 conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno Cezar Alvaro Pontim, Antonio Luiz Viegas
3663 Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio Alves De Carvalho, Jose Antonio Maior
3664 Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo Elias De Oliveira e Leandro
3665 Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os senhores(as) conselheiros(as): Felipe Das
3666 Neves Monteiro. **5.2.2.1.11.24)** Processo n. F2025/055655-8 Interessado: Larissa Fernanda Antonio da
3667 Silva . A Câmara Especializada de Agronomia do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do
3668 Estado de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o processo nº F2025/055655-8, da
3669 interessada Larissa Fernanda Antonio da Silva, que requer o registro definitivo de acordo com o artigo
3670 55 da Lei n. 5.194/66, por ter concluído o curso de Agronomia pelo INSTITUTO FEDERAL DE
3671 EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO DO SUL - IFMS, na cidade de Naviraí-
3672 MS. A interessada requer o Registro Definitivo de acordo com o artigo 55 da Lei n. 5.194/66, para
3673 tanto, apresenta documentos constantes no artigo 4º da Resolução n. 1.152, de 24 de julho de 2025 do
3674 CONFEA. Diplomada pela INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE
3675 MATO GROSSO DO SUL - IFMS, em 09/06/2025, na cidade de Naviraí-MS, pelo curso de
3676 AGRONOMIA. Estando satisfeitas as exigências legais, a CEA **DECIDIU** por homologar o Ad
3677 Referendum da Coordenadora, sendo que a profissional terá as atribuições do artigo 5º da Resolução
3678 n. 218/73 do CONFEA, combinado com os artigos 6º, 7º, 8º, 9º e 10 do Decreto Federal n. 23.196/33.
3679 Terá o título de Engenheira Agrônoma. Coordenou a votação o(a) Coordenadora Eng. Agr. Daniele
3680 Coelho Marques. Votaram favoravelmente os senhores(as) conselheiros(as): Jackeline Matos Do
3681 Nascimento, Bruno Cezar Alvaro Pontim, Antonio Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon
3682 Macedo Braga, Laércio Alves De Carvalho, Jose Antonio Maior Bono, Fernando Vinicius Bressan,
3683 Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo Elias De Oliveira e Leandro Fabricio Martins Alessio. Não participou
3684 da votação os senhores(as) conselheiros(as): Felipe Das Neves Monteiro. **5.2.2.1.11.25)** Processo n.
3685 F2025/055087-8 Interessado: Lucas Alves Recalde . A Câmara Especializada de Agronomia do
3686 Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após
3687 apreciar o processo nº F2025/055087-8, do Engenheiro Agrônomo Lucas Alves Recalde, que requer
3688 Registro Definitivo, de acordo com o artigo 55 da Lei n.º 5.194/66. Para tanto, apresenta documentos
3689 constantes no artigo 4º da Resolução nº 1.152, de 24 de julho de 2025 do CONFEA. Diplomado em 09
3690 de junho de 2025, pela INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIAS TECNOLOGIA DE MS -
3691 IFMS, da cidade Ponta Porã – MS, pela Conclusão do Curso de Agronomia – Bacharelado, modalidade
3692 de ensino presencial. Estando satisfeitas as exigências legais, a CEA **DECIDIU** por homologar o Ad
3693 Referendum da Coordenadora, sendo que o profissional terá as atribuições da Resolução 218/73 do
3694 Confea com artigo 1º , atividades 1 a 18, e o artigo 5º, completado pelo artigo 25 da mesma resolução,
3695 na área de Agronomia, Grupo 3 - Agronomia/ Modalidade 1 Agronomia/ nível 1 Agronomia.
3696 Combinadas com os artigos 6º, 7º, 8º, 9º e 10 do Decreto 23196/33. Terá o Título de Engenheiro



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA ESTADO DE MATO
GROSSO DO SUL

3697 Agrônomo. Coordenou a votação o(a) Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho Marques. Votaram
3698 favoravelmente os senhores(as) conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno Cezar Alvaro
3699 Pontim, Antonio Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio Alves De
3700 Carvalho, Jose Antonio Maior Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo
3701 Elias De Oliveira e Leandro Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os senhores(as)
3702 conselheiros(as): Felipe Das Neves Monteiro. **5.2.2.1.11.26)** Processo n. F2025/055433-4 Interessado:
3703 Joeder Carrijo Dutra. A Câmara Especializada de Agronomia do Conselho Regional de Engenharia e
3704 Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o processo nº F2025/055433-
3705 4, do Profissional Interessado JOEDER CARRIJO DUPLA, que requer Registro Definitivo, de acordo
3706 com o artigo 55 da Lei n.º 5.194/66. Para tanto, apresenta documentos constantes no artigo 4º da
3707 Resolução nº 1.152, de 24 de julho de 2025 do CONFEA. Diplomado em 02/03/2009, pela
3708 Universidade FACULDADES INTEGRADAS DE MINEIROS - FIMES, da cidade Mineiros/GO pela
3709 Conclusão do Curso de Agronomia. Estando satisfeitas as exigências legais, a CEA **DECIDIU** por
3710 homologar o Ad Referendum da Coordenadora, sendo que o profissional terá as atribuições ARTIGO 5
3711 DA RESOLUCAO 218/73 DO CONFEA SEM PREJUÍZO DAS CONSTANTES DO DECRETO
3712 FEDERAL 23196/33.(Conforme deliberação do CREA GO). Terá o Título de Engenheiro Agrônomo.
3713 Coordenou a votação o(a) Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho Marques. Votaram favoravelmente
3714 os senhores(as) conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno Cezar Alvaro Pontim,
3715 Antonio Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio Alves De Carvalho,
3716 Jose Antonio Maior Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo Elias De
3717 Oliveira e Leandro Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os senhores(as)
3718 conselheiros(as): Felipe Das Neves Monteiro. **5.2.2.1.11.27)** Processo n. F2025/055783-0 Interessado:
3719 José Carlos Vieira Neto . A Câmara Especializada de Agronomia do Conselho Regional de Engenharia
3720 e Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o processo nº
3721 F2025/055783-0, do Interessado José Carlos Vieira Neto, que requer Registro Definitivo, de acordo
3722 com o artigo 55 da Lei 5.194/66, para tanto, apresenta documentos constantes do artigo 4º da
3723 Resolução n.º 1152 de 24 de julho de 2025 do CONFEA. Colou Grau pelo UNIVERSIDADE
3724 ANHANGUERA - UNIDERP, em 11 de julho de 2024, na cidade de Campo Grande-MS, pelo curso de
3725 AGRONOMIA. Estando satisfeitas as exigências legais, a CEA **DECIDIU** por homologar o Ad
3726 Referendum da Coordenadora, sendo que o profissional em epígrafe, terá as atribuições do artigo 5º
3727 da Resolução n. 218/73 do CONFEA. Terá o título de ENGENHEIRO AGRÔNOMO. Coordenou a
3728 votação o(a) Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho Marques. Votaram favoravelmente os
3729 senhores(as) conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno Cezar Alvaro Pontim, Antonio
3730 Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio Alves De Carvalho, Jose
3731 Antonio Maior Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo Elias De Oliveira e
3732 Leandro Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os senhores(as) conselheiros(as): Felipe
3733 Das Neves Monteiro. **5.2.2.1.11.28)** Processo n. F2025/055480-6 Interessado: Natielly Pereira da Silva.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

3734 A Câmara Especializada de Agronomia do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado
3735 de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o processo nº F2025/055480-6, da Engenheira
3736 Agrônoma Natielly Pereira da Silva, que requer Registro Definitivo, de acordo com o artigo 55 da Lei n.º
3737 5.194/66. Para tanto, apresenta documentos constantes no artigo 4º da Resolução nº 1.152, de 24 de
3738 julho de 2025 do CONFEA. Diplomado em 24 de fevereiro de 2022, pela Universidade Federal de
3739 Mato Grosso do Sul - UFMS, da cidade Chapadão do Sul/MS, pela Conclusão do Curso de Agronomia
3740 – Bacharelado, modalidade de ensino presencial. Estando satisfeitas as exigências legais, a CEA
3741 **DECIDIU** por homologar o Ad Referendum da Coordenadora, sendo que a profissional terá as
3742 atribuições do Art. 5º da Resolução n. 218/73 do CONFEA, combinado com os artigos 6º, 7º, 8º, 9º e
3743 10 do Decreto n. 23.196/33. Terá o Título de Engenheira Agrônoma. Coordenou a votação o(a)
3744 Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho Marques. Votaram favoravelmente os senhores(as)
3745 conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno Cezar Alvaro Pontim, Antonio Luiz Viegas
3746 Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio Alves De Carvalho, Jose Antonio Maior
3747 Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo Elias De Oliveira e Leandro
3748 Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os senhores(as) conselheiros(as): Felipe Das
3749 Neves Monteiro. **5.2.2.1.11.29)** Processo n. F2025/055705-8 Interessado: Mariane Ramalho da Silveira
3750 . A Câmara Especializada de Agronomia do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado
3751 de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o processo nº F2025/055705-8, da interessada
3752 Mariane Ramalho da Silveira, que requer o registro definitivo de acordo com o artigo 55 da Lei n.
3753 5.194/66, por ter concluído o curso de Agronomia pelo INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO,
3754 CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO DO SUL - IFMS, na cidade de Naviraí-MS. A
3755 interessada requer o Registro Definitivo de acordo com o artigo 55 da Lei n. 5.194/66, para tanto,
3756 apresenta documentos constantes no artigo 4º da Resolução n. 1.152, de 24 de julho de 2025 do
3757 CONFEA. Diplomada pela INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE
3758 MATO GROSSO DO SUL - IFMS, em 09/06/2025, na cidade de Naviraí-MS, pelo curso de
3759 AGRONOMIA. Estando satisfeitas as exigências legais, a CEA **DECIDIU** por homologar o Ad
3760 Referendum da Coordenadora, sendo que a profissional terá as atribuições do artigo 5º da Resolução
3761 n. 218/73 do CONFEA, combinado com os artigos 6º, 7º, 8º, 9º e 10 do Decreto Federal n. 23.196/33.
3762 Terá o título de Engenheira Agrônoma. Coordenou a votação o(a) Coordenadora Eng. Agr. Daniele
3763 Coelho Marques. Votaram favoravelmente os senhores(as) conselheiros(as): Jackeline Matos Do
3764 Nascimento, Bruno Cezar Alvaro Pontim, Antonio Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon
3765 Macedo Braga, Laércio Alves De Carvalho, Jose Antonio Maior Bono, Fernando Vinicius Bressan,
3766 Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo Elias De Oliveira e Leandro Fabricio Martins Alessio. Não participou
3767 da votação os senhores(as) conselheiros(as): Felipe Das Neves Monteiro. **5.2.2.1.11.30)** Processo n.
3768 F2025/055708-2 Interessado: Anderson Coelho Scandola. A Câmara Especializada de Agronomia do
3769 Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após
3770 apreciar o processo nº F2025/055708-2, do Interessado Anderson Coelho Scandola, que requer



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA ESTADO DE MATO
GROSSO DO SUL

3771 Registro Provisório, nos termos do artigo 57 da Lei 5.194/66. Para tanto, apresenta documentos
3772 constantes no artigo 4º da Resolução nº 1.152, de 24 de julho de 2025 do CONFEA. Colou Grau em
3773 02/10/2025, pelo CENTRO UNIVERSITÁRIO DE CARATINGA – UNEC da cidade de Caratinga-MG,
3774 tendo em vista, a conclusão do curso de Agronomia na modalidade a distância (EAD). Estando
3775 satisfeitas as exigências legais, a CEA **DECIDIU** por homologar o Ad Referendum da Coordenadora,
3776 sendo que o Profissional terá as atribuições do art. 5º da Resolução n. 218/73 do CONFEA, Decreto n.
3777 23.196/33 e art. 7º da Lei n. 5.194/66, conforme instruções do Crea-MG. Terá o título de Engenheiro
3778 Agrônomo. Coordenou a votação o(a) Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho Marques. Votaram
3779 favoravelmente os senhores(as) conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno Cezar Alvaro
3780 Pontim, Antonio Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio Alves De
3781 Carvalho, Jose Antonio Maior Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo
3782 Elias De Oliveira e Leandro Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os senhores(as)
3783 conselheiros(as): Felipe Das Neves Monteiro. **5.2.2.1.11.31)** Processo n. F2025/057188-3 Interessado:
3784 João Victor Macari Verrunes. A Câmara Especializada de Agronomia do Conselho Regional de
3785 Engenharia e Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o processo nº
3786 F2025/057188-3, do Engenheiro Agrônomo João Victor Macari Verrunes, que requer Registro
3787 Definitivo, de acordo com o artigo 55 da Lei nº 5.194/66. Para tanto, apresenta documentos constantes
3788 no artigo 4º da Resolução nº 1.152, de 24 de julho de 2025, do Confea. Diplomado em 27 de março de
3789 2024, pela Universidade Católica Dom Bosco – UCDB, da Campo Grande - MS, pela conclusão do
3790 curso de Agronomia – Bacharelado, modalidade de ensino Presencial. Estando satisfeitas as
3791 exigências legais, a CEA **DECIDIU** por homologar o Ad Referendum da Coordenadora, sendo que o
3792 profissional exercerá as atribuições previstas no art. 5º da Resolução nº 218/1973, do Confea,
3793 combinado com os arts. 6º, 7º, 8º, 9º e 10 do Decreto nº 23.196/1933. Terá o título de Engenheiro
3794 Agrônomo. Coordenou a votação o(a) Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho Marques. Votaram
3795 favoravelmente os senhores(as) conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno Cezar Alvaro
3796 Pontim, Antonio Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio Alves De
3797 Carvalho, Jose Antonio Maior Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo
3798 Elias De Oliveira e Leandro Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os senhores(as)
3799 conselheiros(as): Felipe Das Neves Monteiro. **5.2.2.1.11.32)** Processo n. F2025/057342-8 Interessado:
3800 Vinicius Escobar Barreto. A Câmara Especializada de Agronomia do Conselho Regional de Engenharia
3801 e Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o processo nº
3802 F2025/057342-8, do Engenheiro Agrônomo Vinicius Escobar Barreto, que requer Registro Definitivo, de
3803 acordo com o artigo 55 da Lei n.º 5.194/66. Para tanto, apresenta documentos constantes no artigo 4º
3804 da Resolução nº 1.152, de 24 de julho de 2025 do CONFEA. Diplomado em 07 de junho de 2024, pela
3805 INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIAS TECNOLOGIA DE MS - IFMS, da cidade Ponta
3806 Porã – MS, pela Conclusão do Curso de Agronomia – Bacharelado, modalidade de ensino presencial.
3807 Estando satisfeitas as exigências legais, a CEA **DECIDIU** por homologar o Ad Referendum da



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA ESTADO DE MATO
GROSSO DO SUL

3808 Coordenadora, sendo que o profissional terá as atribuições da Resolução 218/73 do Confea com artigo
3809 1º, atividades 1 a 18, e o artigo 5º, completado pelo artigo 25 da mesma resolução, na área de
3810 Agronomia, Grupo 3 - Agronomia/ Modalidade 1 Agronomia/ nível 1 Agronomia. Combinadas com os
3811 artigos 6º, 7º, 8º, 9º e 10 do Decreto 23196/33. Terá o Título de Engenheiro Agrônomo. Coordenou a
3812 votação o(a) Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho Marques. Votaram favoravelmente os
3813 senhores(as) conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno Cezar Alvaro Pontim, Antonio
3814 Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio Alves De Carvalho, Jose
3815 Antonio Maior Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo Elias De Oliveira e
3816 Leandro Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os senhores(as) conselheiros(as): Felipe
3817 Das Neves Monteiro. **5.2.2.1.11.33)** Processo n. F2025/057183-2 Interessado: Alcione Ferreira
3818 Kusther. A Câmara Especializada de Agronomia do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do
3819 Estado de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o processo nº F2025/057183-2, da
3820 Tecnóloga em Agronegócios Alcione Ferreira Kusther, que requer Registro Definitivo, de acordo com o
3821 artigo 55 da Lei nº 5.194/66. Para tanto, apresenta documentos constantes no artigo 4º da Resolução
3822 nº 1.152, de 24 de julho de 2025, do Confea. Diplomada em 10 de julho de 2020, pela Universidade
3823 Paulista – Cidade Universitária, da cidade de São Paulo - SP, pela conclusão do curso de Tecnologia
3824 em Agronegócio, modalidade de ensino EAD. Estando satisfeitas as exigências legais, a CEA **DECIDIU**
3825 por homologar o Ad Referendum da Coordenadora, sendo que a profissional exercerá as atribuições
3826 previstas nos arts. 3º e 4º da Resolução nº 313/1986, do Confea, circunscritas aos respectivos limites
3827 de sua formação, conforme instrução do Crea-SP. Terá o título de Tecnóloga em Agronegócios.
3828 Coordenou a votação o(a) Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho Marques. Votaram favoravelmente
3829 os senhores(as) conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno Cezar Alvaro Pontim,
3830 Antonio Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio Alves De Carvalho,
3831 Jose Antonio Maior Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo Elias De
3832 Oliveira e Leandro Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os senhores(as)
3833 conselheiros(as): Felipe Das Neves Monteiro. **5.2.2.1.11.34)** Processo n. F2025/057334-7 Interessado:
3834 Dilson Mateus Breve dos Santos. A Câmara Especializada de Agronomia do Conselho Regional de
3835 Engenharia e Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o processo nº
3836 F2025/057334-7, do Engenheiro Agrônomo Dilson Mateus Breve dos Santos, que requer Registro
3837 Definitivo, de acordo com o artigo 55 da Lei n.º 5.194/66. Para tanto, apresenta documentos constantes
3838 no artigo 4º da Resolução nº 1.152, de 24 de julho de 2025 do CONFEA. Diplomado em 02 de
3839 dezembro de 2024, pela INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIAS TECNOLOGIA DE MS -
3840 IFMS, da cidade Nova Andradina – MS, pela Conclusão do Curso de Agronomia – Bacharelado,
3841 modalidade de ensino presencial. Estando satisfeitas as exigências legais, a CEA **DECIDIU** por
3842 homologar o Ad Referendum da Coordenadora, sendo que o profissional terá as atribuições da
3843 Resolução 218/73 do CONFEA, com o artigo 1º, atividades de 1 a 18, e o artigo 5º, combinado com os
3844 artigos 6º, 7º, 8º, 9º e 10, do Decreto 23196/33. Terá o Título de Engenheiro Agrônomo. Coordenou a



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA ESTADO DE MATO
GROSSO DO SUL

3845 votação o(a) Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho Marques. Votaram favoravelmente os
3846 senhores(as) conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno Cezar Alvaro Pontim, Antonio
3847 Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio Alves De Carvalho, Jose
3848 Antonio Maior Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo Elias De Oliveira e
3849 Leandro Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os senhores(as) conselheiros(as): Felipe
3850 Das Neves Monteiro. **5.2.2.1.11.35)** Processo n. F2025/057530-7 Interessado: Roger Gomes Miranda.
3851 A Câmara Especializada de Agronomia do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado
3852 de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o processo nº F2025/057530-7, do Engenheiro
3853 Agrônomo Roger Gomes Miranda, que requer Registro Definitivo, de acordo com o artigo 55 da Lei n.º
3854 5.194/66. Para tanto, apresenta documentos constantes no artigo 4º da Resolução nº 1.152, de 24 de
3855 julho de 2025 do CONFEA. Diplomado em 16 de fevereiro de 2024, pela UNIVERSIDADE ESTADUAL
3856 DE MATO GROSSO DO SUL, da cidade Aquidauana – MS, pela Conclusão do Curso de Agronomia –
3857 Bacharelado, modalidade de ensino presencial. Estando satisfeitas as exigências legais, a CEA
3858 **DECIDIU** por homologar o Ad Referendum da Coordenadora, sendo que o profissional terá as
3859 atribuições do Art. 5º da Resolução n. 218/73 do CONFEA, combinado com os artigos 6º, 7º, 8º, 9º e
3860 10 do Decreto n. 23.196/33. Terá o Título de Engenheiro Agrônomo. Coordenou a votação o(a)
3861 Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho Marques. Votaram favoravelmente os senhores(as)
3862 conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno Cezar Alvaro Pontim, Antonio Luiz Viegas
3863 Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio Alves De Carvalho, Jose Antonio Maior
3864 Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo Elias De Oliveira e Leandro
3865 Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os senhores(as) conselheiros(as): Felipe Das
3866 Neves Monteiro. **5.2.2.1.11.36)** Processo n. F2025/058006-8 Interessado: Lívia Marques Benez. A
3867 Câmara Especializada de Agronomia do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de
3868 Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o processo nº F2025/058006-8, da Engenheira
3869 Agrônoma Lívia Marques Benez, que requer Registro Definitivo, de acordo com o artigo 55 da Lei nº
3870 5.194/1966. Para tanto, apresenta documentos constantes no artigo 4º da Resolução nº 1.152, de 24
3871 de julho de 2025, do Confea. Diplomada em 23 de janeiro de 2023, pela Escola Superior de Agricultura
3872 Luiz de Queiroz – Universidade de São Paulo (USP), da cidade de Piracicaba - SP, pela conclusão do
3873 curso de Engenharia Agrônoma – Bacharelado, modalidade de ensino Presencial. Estando satisfeitas
3874 as exigências legais, a CEA **DECIDIU** por homologar o Ad Referendum da Coordenadora, sendo que a
3875 profissional exercerá as atribuições previstas no Decreto nº 23.196/1933 e no art. 7º da Lei nº
3876 5.194/1966, para o desempenho das competências relacionadas no art. 5º da Resolução nº 218/1973,
3877 do Confea, conforme instrução do Crea-SP. Terá o título de Engenheira Agrônoma. Coordenou a
3878 votação o(a) Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho Marques. Votaram favoravelmente os
3879 senhores(as) conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno Cezar Alvaro Pontim, Antonio
3880 Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio Alves De Carvalho, Jose
3881 Antonio Maior Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo Elias De Oliveira e



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA ESTADO DE MATO
GROSSO DO SUL

3882 Leandro Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os senhores(as) conselheiros(as): Felipe
3883 Das Neves Monteiro. **5.2.2.1.11.37)** Processo n. F2025/058540-0 Interessado: Natália Penzo Barcelos .
3884 A Câmara Especializada de Agronomia do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado
3885 de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o processo nº F2025/058540-0, da Engenheira
3886 Agrônoma Natália Penzo Barcelos, que requer Registro Definitivo, de acordo com o artigo 55 da Lei nº
3887 5.194/1966. Para tanto, apresenta documentos constantes no artigo 4º da Resolução nº 1.152, de 24
3888 de julho de 2025, do Confea. Diplomada em 15 de julho de 2022, pelo Instituto Federal de Educação,
3889 Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul – IFMS, da cidade de Ponta Porã - MS, pela conclusão do
3890 curso de Agronomia – Bacharelado, modalidade de ensino Presencial. Estando satisfeitas as
3891 exigências legais, a CEA **DECIDIU** por homologar o Ad Referendum da Coordenadora, sendo que a
3892 profissional exercerá as atribuições previstas na Resolução nº 218/1973, do Confea (art. 1º, atividades
3893 1 a 18; e art. 5º), combinadas com os arts. 6º, 7º, 8º, 9º e 10 do Decreto nº 23.196/1933. Terá o título
3894 de Engenheira Agrônoma. Coordenou a votação o(a) Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho
3895 Marques. Votaram favoravelmente os senhores(as) conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento,
3896 Bruno Cezar Alvaro Pontim, Antonio Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga,
3897 Laércio Alves De Carvalho, Jose Antonio Maior Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De
3898 Azevedo, Rodrigo Elias De Oliveira e Leandro Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os
3899 senhores(as) conselheiros(as): Felipe Das Neves Monteiro. **5.2.2.1.11.38)** Processo n. F2025/058850-6
3900 Interessado: Pedro Henrique Bordignon Mocelin. A Câmara Especializada de Agronomia do Conselho
3901 Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o
3902 processo nº F2025/058850-6, do Engenheiro Agrônomo Pedro Henrique Bordignon Mocelin, que requer
3903 Registro Definitivo, de acordo com o artigo 55 da Lei nº 5.194/66. Para tanto, apresenta documentos
3904 constantes no artigo 4º da Resolução nº 1.152, de 24 de julho de 2025, do Confea. Diplomado em 17
3905 de setembro de 2025, pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, da cidade de Chapadão do
3906 Sul - MS, pela conclusão do curso de Agronomia – Bacharelado, modalidade de ensino Presencial.
3907 Estando satisfeitas as exigências legais, a CEA **DECIDIU** por homologar o Ad Referendum da
3908 Coordenadora, sendo que o profissional exercerá as atribuições previstas no art. 5º da Resolução nº
3909 218/1973, do Confea, combinado com os arts. 6º, 7º, 8º, 9º e 10 do Decreto nº 23.196/1933. Terá o
3910 título de Engenheiro Agrônomo. Coordenou a votação o(a) Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho
3911 Marques. Votaram favoravelmente os senhores(as) conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento,
3912 Bruno Cezar Alvaro Pontim, Antonio Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga,
3913 Laércio Alves De Carvalho, Jose Antonio Maior Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De
3914 Azevedo, Rodrigo Elias De Oliveira e Leandro Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os
3915 senhores(as) conselheiros(as): Felipe Das Neves Monteiro. **5.2.2.1.11.39)** Processo n. F2025/058866-2
3916 Interessado: Iago Alexandre Scherwitz dos Santos. A Câmara Especializada de Agronomia do
3917 Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após
3918 apreciar o processo nº F2025/058866-2, do Engenheiro Agrônomo Iago Alexandre Scherwitz dos



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA ESTADO DE MATO
GROSSO DO SUL

Santos, que requer Registro Definitivo, de acordo com o artigo 55 da Lei nº 5.194/66. Para tanto, apresenta documentos constantes no artigo 4º da Resolução nº 1.152, de 24 de julho de 2025, do Confea. Diplomado em 19 de dezembro de 2023, pela Fundação Universidade Federal da Grande Dourados, da cidade de Dourados - MS, pela conclusão do curso de Agronomia – Bacharelado, modalidade de ensino Presencial. Estando satisfeitas as exigências legais, a CEA **DECIDIU** por homologar o Ad Referendum da Coordenadora, sendo que o profissional exercerá as atribuições previstas no art. 5º da Resolução nº 218/1973, do Confea, combinado com os arts. 6º, 7º, 8º, 9º e 10 do Decreto nº 23.196/1933. Terá o título de Engenheiro Agrônomo. Coordenou a votação o(a) Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho Marques. Votaram favoravelmente os senhores(as) conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno Cezar Alvaro Pontim, Antonio Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio Alves De Carvalho, Jose Antonio Maior Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo Elias De Oliveira e Leandro Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os senhores(as) conselheiros(as): Felipe Das Neves Monteiro. **5.2.2.1.11.40)** Processo n. F2025/059961-3 Interessado: Mateus Vinícius Palaro Almeida. A Câmara Especializada de Agronomia do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o processo nº F2025/059961-3, do Interessado Mateus Vinícius Palaro Almeida, que requer o seu Registro Definitivo, de acordo com o artigo 55 da Lei 5.194/66. Para tanto, apresenta documentos constantes no artigo 4º da Resolução nº 1.152, de 24 de julho de 2025 do CONFEA. Diplomado em 28 de março de 2025, pela Universidade Católica Dom Bosco-UCDB de Campo Grande-MS, tendo em vista a conclusão do Curso de Agronomia, Bacharelado, modalidade Presencial. Estando satisfeitas as exigências legais, a CEA **DECIDIU** por homologar o Ad Referendum da Coordenadora, sendo que o Profissional terá as atribuições do art. 5º da Resolução n. 218/73 do CONFEA, combinado com os artigos 6º, 7º, 8º, 9º e 10º do Decreto n. 23.196/33. Terá o título de Engenheiro Agrônomo. Coordenou a votação o(a) Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho Marques. Votaram favoravelmente os senhores(as) conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno Cezar Alvaro Pontim, Antonio Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio Alves De Carvalho, Jose Antonio Maior Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo Elias De Oliveira e Leandro Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os senhores(as) conselheiros(as): Felipe Das Neves Monteiro. **5.2.2.1.12) Registro de ART a Posteriori. 5.2.2.1.12.1)** Processo n. F2025/056720-7 Interessado: HENRIQUE WANCURA BUDKE. A Câmara Especializada de Agronomia do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o processo nº F2025/056720-7, do profissional Eng. Agrônomo HENRIQUE WANCURA BUDKE, que requer o registro da ART n. 1320250128455 a Posteriori, conforme a Resolução n. 1.050/13 do Confea, referente ao contrato n. 079/2020 realizado entre a Prefeitura Municipal de Figueirão e a empresa E. O. DE FARIAS, na prestação de serviços de coleta, transporte e destinação final de resíduos sólidos urbanos, serviços de jardinagem e limpeza urbana em geral no âmbito do município de Figueirão e



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA ESTADO DE MATO
GROSSO DO SUL

3956 Comunidade Quilombola de Santa Tereza, em atendimento das necessidades da Secretaria Municipal
3957 de Infraestrutura, Agronegócio e Meio Ambiente, no período de 21/10/2020 à 21/06/2025. Estando em
3958 conformidade com a Resolução n. 1.050/13 do Confea, a CEA **DECIDIU** por homologar o Ad
3959 Referendum da Coordenadora, sendo de parecer favorável ao registro da ART n. 1320250128455 a
3960 Posteriori, do profissional Eng. Agrônomo HENRIQUE WANCURA BUDKE, referente ao contrato n.
3961 079/2020 entre a Prefeitura Municipal de Figueirão e a empresa E. O. DE FARIAS. O registro do
3962 Atestado de Capacidade Técnica no CREA-MS fica condicionado ao registro das ARTs dos Termos
3963 Aditivos de 01 à 10, vinculadas a ART n. 1320250128455. Manifesta-se ainda que o profissional Eng.
3964 Agrônomo HENRIQUE WANCURA BUDKE, coloque na ART os quantitativos que constam no atestado
3965 técnico, que sejam mais significativos na área da agronomia. Coordenou a votação o(a) Coordenadora
3966 Eng. Agr. Daniele Coelho Marques. Votaram favoravelmente os senhores(as) conselheiros(as):
3967 Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno Cezar Alvaro Pontim, Antonio Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson
3968 Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio Alves De Carvalho, Jose Antonio Maior Bono, Fernando
3969 Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo Elias De Oliveira e Leandro Fabricio Martins
3970 Alessio. Não participou da votação os senhores(as) conselheiros(as): Felipe Das Neves Monteiro.
3971 **5.2.2.1.13) Registro de Pessoa Jurídica. 5.2.2.1.13.1) Processo n. J2025/051755-2 Interessado:**
3972 **SIMBIOSE-AGRO.** A Câmara Especializada de Agronomia do Conselho Regional de Engenharia e
3973 Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o processo nº J2025/051755-
3974 2, da Empresa Simbiose Biociências S/A, que requer Registro Normal de Pessoa Jurídica, neste
3975 Conselho, apresentando documentos constantes nos artigos 8º e 9º da Resolução nº 1.121, de 13 de
3976 dezembro de 2019 do CONFEA. Para tanto, indica a Engenheira Agrônoma Letícia Puntel ART n.
3977 1320250122842, como Responsável Técnica perante este Conselho. Analisado o processo, constatou-
3978 se que foram cumpridas as exigências legais contidas na Resolução nº 1.121, de 13 de dezembro de
3979 2019 do Confea. Estando em ordem a documentação apresentada e considerando que foram
3980 cumpridas as exigências legais, a CEA **DECIDIU** por homologar o Ad Referendum da Coordenadora,
3981 sendo pelo Deferimento do Registro Normal de Pessoa Jurídica da Empresa em epígrafe, neste
3982 Conselho, para o desenvolvimento de atividades na área de Agronomia sob a Responsabilidade
3983 Técnica da Engenheira Agrônoma Letícia Puntel - ART n. 1320250122842. Coordenou a votação o(a)
3984 Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho Marques. Votaram favoravelmente os senhores(as)
3985 conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno Cezar Alvaro Pontim, Antonio Luiz Viegas
3986 Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio Alves De Carvalho, Jose Antonio Maior
3987 Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo Elias De Oliveira e Leandro
3988 Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os senhores(as) conselheiros(as): Felipe Das
3989 Neves Monteiro. **5.2.2.1.13.2) Processo n. J2025/053541-0 Interessado: EFICAZ MS**
3990 **AGROFLORESTAL LTDA.** A Câmara Especializada de Agronomia do Conselho Regional de
3991 Engenharia e Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o processo nº
3992 J2025/053541-0, da Empresa EFICAZ MS AGROFLORESTAL LTDA, que requer Registro Normal de



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA ESTADO DE MATO
GROSSO DO SUL

3993 Pessoa Jurídica, neste Conselho, apresentando documentos constantes nos artigos 8º e 9º da
3994 Resolução nº: 1.121, de 13 de dezembro de 2019 do CONFEA. Para tanto, indica o Engenheiro
3995 Agrônomo DENIS ROGERIO PRETTO ART n. 1320250118755, como Responsável Técnico perante
3996 este Conselho. Analisado o processo, constatou-se que foram cumpridas as exigências legais contidas
3997 na Resolução nº: 1.121, de 13 de dezembro de 2019 do Confea. Estando em ordem a documentação
3998 apresentada e considerando que foram cumpridas as exigências legais, a CEA **DECIDIU** por
3999 homologar o Ad Referendum da Coordenadora, sendo pelo Deferimento do Registro Normal de Pessoa
4000 Jurídica da Empresa em epígrafe, neste Conselho, para o desenvolvimento de atividades na área de
4001 Agronomia sob a Responsabilidade Técnica do Engenheiro Agrônomo DENIS ROGERIO PRETTO
4002 ART n. 1320250118755. Coordenou a votação o(a) Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho Marques.
4003 Votaram favoravelmente os senhores(as) conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno
4004 Cezar Alvaro Pontim, Antonio Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio
4005 Alves De Carvalho, Jose Antonio Maior Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo,
4006 Rodrigo Elias De Oliveira e Leandro Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os
4007 senhores(as) conselheiros(as): Felipe Das Neves Monteiro. **5.2.2.1.13.3)** Processo n. J2025/053830-4
4008 Interessado: NEVES & CABRAL COMERCIO E REPRESENTACAO DE PRODUTOS AGRICOLA
4009 LTDA.. A Câmara Especializada de Agronomia do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do
4010 Estado de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o processo nº J2025/053830-4, da empresa
4011 NEVES & CABRAL COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO DE PRODUTOS AGRÍCOLA LTDA. da cidade
4012 de Guaíra/SP, que requer o registro no CREA-MS para execução de atividades na área de agronomia.
4013 Estando em conformidade com a Resolução n. 1.121/19 do Confea, a CEA **DECIDIU** por homologar o
4014 Ad Referendum da Coordenadora, sendo de parecer favorável ao registro da empresa NEVES &
4015 CABRAL COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO DE PRODUTOS AGRÍCOLA LTDA no CREA-MS sob a
4016 responsabilidade técnica do Eng. Agrônomo ROGERIO RAMOS FONTES CABRAL, ART n.
4017 1320250120292. Coordenou a votação o(a) Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho Marques.
4018 Votaram favoravelmente os senhores(as) conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno
4019 Cezar Alvaro Pontim, Antonio Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio
4020 Alves De Carvalho, Jose Antonio Maior Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo,
4021 Rodrigo Elias De Oliveira e Leandro Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os
4022 senhores(as) conselheiros(as): Felipe Das Neves Monteiro. **5.2.2.1.13.4)** Processo n. J2025/055764-3
4023 Interessado: BOGARIM TERRAPLANAGEM. A Câmara Especializada de Agronomia do Conselho
4024 Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o
4025 processo nº J2025/055764-3, da empresa L A TECNOLOGIA MS LTDA da cidade de Campo Grande-
4026 MS, que requer o registro no CREA-MS para execução de atividades na área de agronomia. Estando
4027 em conformidade com a Resolução n. 1.121/19 do Confea, a CEA **DECIDIU** por homologar o Ad
4028 Referendum da Coordenadora, sendo de parecer favorável ao registro da empresa L A TECNOLOGIA
4029 MS LTDA no CREA-MS sob a responsabilidade técnica da Engª. Agrônoma THAMIRES ESQUIVEL



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA ESTADO DE MATO
GROSSO DO SUL

4030 CARVALHO MORENO, ART n. 1320250130690. Coordenou a votação o(a) Coordenadora Eng. Agr.
4031 Daniele Coelho Marques. Votaram favoravelmente os senhores(as) conselheiros(as): Jackeline Matos
4032 Do Nascimento, Bruno Cezar Alvaro Pontim, Antonio Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon
4033 Macedo Braga, Laércio Alves De Carvalho, Jose Antonio Maior Bono, Fernando Vinicius Bressan,
4034 Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo Elias De Oliveira e Leandro Fabricio Martins Alessio. Não participou
4035 da votação os senhores(as) conselheiros(as): Felipe Das Neves Monteiro. **5.2.2.1.13.5)** Processo n.
4036 J2025/056276-0 Interessado: EUCAPINUS MUDAS FLORESTAIS. A Câmara Especializada de
4037 Agronomia do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul –
4038 Crea - MS, após apreciar o processo nº J2025/056276-0, da empresa EUCAPINUS MUDAS
4039 FLORESTAIS LTDA da cidade de Aparecida do Taboado/MS, que requer o registro no CREA-MS para
4040 atuação na área de agronomia. Estando em conformidade com a Resolução n. 1.121/19 do Confea, a
4041 CEA **DECIDIU** por homologar o Ad Referendum da Coordenadora, sendo de parecer favorável ao
4042 registro da empresa EUCAPINUS MUDAS FLORESTAIS LTDA no CREA-MS sob a responsabilidade
4043 técnica do Eng. Agrônomo Felipe Fillus, ART n. 1320250127470. Coordenou a votação o(a)
4044 Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho Marques. Votaram favoravelmente os senhores(as)
4045 conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno Cezar Alvaro Pontim, Antonio Luiz Viegas
4046 Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio Alves De Carvalho, Jose Antonio Maior
4047 Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo Elias De Oliveira e Leandro
4048 Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os senhores(as) conselheiros(as): Felipe Das
4049 Neves Monteiro. **5.2.2.1.13.6)** Processo n. J2025/057840-3 Interessado: THR DRONES TECNOLOGIA
4050 AEREA DE PRECISAO. A Câmara Especializada de Agronomia do Conselho Regional de Engenharia
4051 e Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o processo nº
4052 J2025/057840-3, da empresa THR DRONES TECNOLOGIA AÉREA DE PRECISÃO LTDA da cidade
4053 de Chapadão do Sul-MS, que requer o registro no CREA-MS para execução de atividades na área de
4054 agronomia. Estando em conformidade com a Resolução n. 1.121/19 do Confea, a CEA **DECIDIU** por
4055 homologar o Ad Referendum da Coordenadora, sendo de parecer favorável ao registro da empresa
4056 THR DRONES TECNOLOGIA AÉREA DE PRECISÃO LTDA no CREA-MS sob a responsabilidade
4057 técnica do Eng. Agrônomo Thiago Ramos da Silva, ART n. 1320250123708. Coordenou a votação o(a)
4058 Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho Marques. Votaram favoravelmente os senhores(as)
4059 conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno Cezar Alvaro Pontim, Antonio Luiz Viegas
4060 Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio Alves De Carvalho, Jose Antonio Maior
4061 Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo Elias De Oliveira e Leandro
4062 Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os senhores(as) conselheiros(as): Felipe Das
4063 Neves Monteiro. **5.2.2.1.13.7)** Processo n. J2025/058354-7 Interessado: TANGARÁ. A Câmara
4064 Especializada de Agronomia do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Mato
4065 Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o processo nº J2025/058354-7, da empresa Aeroagrícola
4066 Chapadão Ltda, que requer Registro Normal de Pessoa Jurídica, neste Conselho, apresentando



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA ESTADO DE MATO
GROSSO DO SUL

documentos constantes nos artigos 8º e 9º da Resolução nº 1.121, de 13 de dezembro de 2019, do Confea. Para tanto, indica o Engenheiro Agrônomo André Baldini Gardussi – ART n. 1320250136713, como Responsável Técnico perante este Conselho. Analisado o processo, constatou-se que foram cumpridas as exigências legais contidas na Resolução nº 1.121, de 13 de dezembro de 2019, do Confea. Estando em ordem a documentação apresentada e considerando que foram cumpridas as exigências legais, a CEA **DECIDIU** por homologar o Ad Referendum da Coordenadora, sendo pelo deferimento do Registro Normal de Pessoa Jurídica da empresa em epígrafe, neste Conselho, para o desenvolvimento de atividades na área de Agronomia, sob a responsabilidade técnica do Engenheiro Agrônomo André Baldini Gardussi – ART n. 1320250136713. Coordenou a votação o(a) Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho Marques. Votaram favoravelmente os senhores(as) conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno Cezar Alvaro Pontim, Antonio Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio Alves De Carvalho, Jose Antonio Maior Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo Elias De Oliveira e Leandro Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os senhores(as) conselheiros(as): Felipe Das Neves Monteiro.

5.2.2.1.13.8) Processo n. J2025/058806-9 Interessado: SYNGENTA COMERCIAL AGRÍCOLA LTDA. A Câmara Especializada de Agronomia do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o processo nº J2025/058806-9, da empresa SYNGENTA COMERCIAL AGRÍCOLA LTDA., que requer registro de pessoa jurídica, nos termos do artigo 59 da Lei nº 5194/66, indicando como responsável técnico o Eng. Agr. JOAO BOSCO SARUBBI MARIANO, conforme ART nº 1320250137111, referente ao desempenho de cargo e função do profissional pela citada empresa. Em análise ao presente processo e, considerando a regularidade da documentação apresentada, a CEA **DECIDIU** por homologar o Ad Referendum da Coordenadora, sendo pelo deferimento do registro da SYNGENTA COMERCIAL AGRÍCOLA LTDA., sob a responsabilidade técnica do Eng. Agr. JOAO BOSCO SARUBBI MARIANO. Coordenou a votação o(a) Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho Marques. Votaram favoravelmente os senhores(as) conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno Cezar Alvaro Pontim, Antonio Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio Alves De Carvalho, Jose Antonio Maior Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo Elias De Oliveira e Leandro Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os senhores(as) conselheiros(as): Felipe Das Neves Monteiro.

5.2.2.1.13.9) Processo n. J2025/059279-1 Interessado: TERRA VIVA COMERCIO E REPRESENTACAO DE PRODUTOS AGROPECUARIOS LTDA. A Câmara Especializada de Agronomia do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o processo nº J2025/059279-1, da empresa interessada Terra Viva, que requer o registro normal de pessoa jurídica, neste Conselho, apresentando documentos constantes no artigo 8º e 9º da Resolução nº 1.121, de 13 de dezembro de 2019 do Confea. Para tanto, indica o Engenheiro Agrônomo Carlos Eduardo de Araújo - ART nº 1320250139370, como responsável técnico, perante este Conselho. Analisado o processo, constatou-se que foram cumpridas as exigências legais



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA ESTADO DE MATO
GROSSO DO SUL

contidas na Resolução nº 1.121, de 13 de dezembro de 2019 do Confea. Estando em ordem a documentação apresentada e considerando que foram cumpridas as exigências legais, a CEA **DECIDIU** por homologar o Ad Referendum da Coordenadora, sendo pelo deferimento do registro normal de pessoa jurídica a Terra Viva, neste Conselho, para o desenvolvimento de atividades na área da Agronomia, sob a responsabilidade técnica do Engenheiro Agrônomo Carlos Eduardo de Araújo - ART nº 1320250139370. Coordenou a votação o(a) Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho Marques. Votaram favoravelmente os senhores(as) conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno Cezar Alvaro Pontim, Antonio Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio Alves De Carvalho, Jose Antonio Maior Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo Elias De Oliveira e Leandro Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os senhores(as) conselheiros(as): Felipe Das Neves Monteiro. **5.2.2.1.13.10)** Processo n. J2025/059675-4 Interessado: CENTROBIO. A Câmara Especializada de Agronomia do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o processo nº J2025/059675-4, da empresa CENTRO BIO COMERCIO DE INSUMOS AGRICOLAS LTDA da cidade de São Gabriel do Oeste/MS, que requer o registro no CREA-MS para atuação na área de agronomia. Estando em conformidade com a Resolução n. 1.121/19 do Confea, a CEA **DECIDIU** por homologar o Ad Referendum da Coordenadora, sendo de parecer favorável ao registro da empresa CENTRO BIO COMÉRCIO DE INSUMOS AGRÍCOLAS LTDA no CREA-MS sob a responsabilidade técnica do Eng. Agrônomo NIOMAR ZUANAZZI, ART n. 1320250135013. Coordenou a votação o(a) Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho Marques. Votaram favoravelmente os senhores(as) conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno Cezar Alvaro Pontim, Antonio Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio Alves De Carvalho, Jose Antonio Maior Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo Elias De Oliveira e Leandro Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os senhores(as) conselheiros(as): Felipe Das Neves Monteiro. **5.2.2.1.14) Visto para Execução de Obras ou Serviços. 5.2.2.1.14.1)** Processo n. J2025/055652-3 Interessado: RENAN DA SILVA BONETTO VIEIRA . A Câmara Especializada de Agronomia do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o processo nº J2025/055652-3, da Empresa Interessada RENAN DA SILVA BONETTO VIEIRA-ME, que requer o Visto em seu Registro de Pessoa Jurídica, para execução de obras e serviços na Jurisdição do CREA/MS. Para tanto, indica como Responsável Técnico o Engenheiro Agrônomo Renan da Silva Bonetto Vieira, perante este Conselho. Analisado o processo, constatou-se que os documentos apresentados, atendem as exigências contidas na Resolução nº 1.121, de 13 de dezembro de 2019 do Confea. Estando em ordem a documentação e considerando que foram cumpridas as exigências legais, a CEA **DECIDIU** por homologar o Ad Referendum da Coordenadora, sendo de parecer Favorável pelo DEFERIMENTO do VISTO da Empresa em epígrafe, neste Conselho, para desenvolvimento de atividades na área de Agronomia, sob a Responsabilidade Técnica do Engenheiro Agrônomo Renan da Silva Bonetto Vieira, para um período de 180 dias, de acordo com o



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA ESTADO DE MATO
GROSSO DO SUL

que dispõe o § 1º do art. 14 da Resolução nº 1.121, de 13 de dezembro de 2019 do Confea, porém, o prazo de validade do visto não poderá exceder ao da Certidão de Registro da Empresa do Crea de origem, válida no caso em tela, até o dia 31/12/2025. Coordenou a votação o(a) Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho Marques. Votaram favoravelmente os senhores(as) conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno Cezar Alvaro Pontim, Antonio Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio Alves De Carvalho, Jose Antonio Maior Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo Elias De Oliveira e Leandro Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os senhores(as) conselheiros(as): Felipe Das Neves Monteiro. **5.3) Relatos de Processos Éticos.** Não houve. **5.4) Relatos de Processos Administrativos. 5.4.1)** Cons. Maycon Macedo Braga - Protocolo n. F2025-051296-8 - Interessado: Adriano Aparecido Tosti -Assunto: Solicitação de Registro. Transferido da reunião anterior. A Câmara Especializada de Agronomia do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o protocolo nº F2025/051296-8, do interessado, Sr. Adriano Aparecido Tosti, protocolou junto ao Crea-MS requerimento de Registro Definitivo, com fundamento no artigo 55 da Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, apresentando, para tanto, os documentos exigidos pelo artigo 4º da Resolução Confea nº 1.152, de 24 de julho de 2025, que estabelece os procedimentos para o registro de profissionais diplomados nas áreas abrangidas pelo Sistema Confea/Crea. Conforme documentação apresentada, o requerente teria sido diplomado em 21/11/2014 pela Universidade de Rio Verde (UniRV), no curso de Bacharelado em Agronomia. Para verificação da autenticidade e veracidade do diploma apresentado, foi encaminhada, em 11/09/2025, mensagem eletrônica pela servidora Elisângela B. Vieira, do Departamento de Atendimento e Registro (DAR) do Crea-MS, ao endereço eletrônico secretariageral@unirv.edu.br, solicitando a confirmação da emissão do referido diploma. Em resposta, por meio do Ofício nº 89/2025 – Setor Diplomas/UniRV, datado de 16/09/2025, a Sra. Mirlene Guimarães Castro Meireles, Secretária de Registro e Controle Acadêmico da UniRV, informou que: “Em atenção à solicitação via e-mail recebido no dia 11 de setembro de 2025, dirigimo-nos a Vossa Senhoria com a finalidade de informar que o diploma apresentado em nome do Sr. ADRIANO APARECIDO TOSTI não foi emitido pela Universidade de Rio Verde – UniRV. Ademais, as assinaturas constantes no referido documento não correspondem às de qualquer autoridade legítima desta Instituição. Esclarecemos também que o Sr. ADRIANO APARECIDO TOSTI jamais integrou o quadro de discentes da Universidade de Rio Verde – UniRV.” Os documentos comprobatórios da consulta e da resposta encontram-se devidamente anexados aos autos. Ressalta-se que a Universidade de Rio Verde (UniRV) e o Curso de Agronomia estão regularmente cadastrados junto ao Crea-GO, conforme cópia do Cadastro de Instituições de Ensino (CIE), também anexada aos autos. De acordo com o artigo 2º da Resolução Confea nº 1.152/2025, o registro profissional no Sistema Confea/Crea somente poderá ser concedido ao diplomado por instituição de ensino cujo curso esteja reconhecido pelo Ministério da Educação (MEC) e devidamente cadastrado junto ao Crea da jurisdição da instituição. O artigo 5º da mesma Resolução estabelece que, para a efetivação do registro, cabe ao Crea verificar a



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA ESTADO DE MATO
GROSSO DO SUL

autenticidade e a veracidade dos documentos apresentados, sendo indeferido o pedido caso haja suspeita de falsificação, adulteração ou irregularidade nos documentos. O artigo 9º dispõe, ainda, que a constatação de indício de falsificação de documentos deve ensejar a comunicação imediata ao órgão competente para apuração dos fatos, sem prejuízo da tramitação interna do processo de registro. No presente caso, a manifestação oficial da Universidade de Rio Verde (UniRV) atesta que o diploma apresentado não foi emitido pela instituição, e que o requerente não consta como egresso de seu curso de Agronomia, configurando fundado indício de falsificação de documento público. Diante desse contexto, não estão satisfeitas as exigências legais e regulamentares previstas tanto na Lei nº 5.194/1966 quanto na Resolução Confea nº 1.152/2025, sendo juridicamente inviável o deferimento do pedido de registro profissional. Considerando, o disposto no artigo 55 da Lei nº 5.194/1966, que condiciona o registro ao diploma de curso regularmente reconhecido, bem como o contido nos artigos 2º, 4º, 5º e 9º da Resolução n. 1.152/2025, do Confea, que tratam da verificação da autenticidade e da regularidade dos documentos apresentados para registro profissional, corroborado pelas informações prestadas oficialmente pela Universidade de Rio Verde (UniRV), negando a emissão do diploma apresentado, a CEA **DECIDIU** pelo INDEFERIMENTO do pedido de Registro formulado pelo Sr. Adriano Aparecido Tosti, em razão da constatação de indícios de falsificação do diploma apresentado. Sou de parecer favorável ainda, que, após a decisão da desta especializada o Departamento de Atendimento e Registro (DAR) adote as providências administrativas cabíveis, encaminhando o processo ao Procuradoria Jurídica (PJU) para avaliação e adoção das medidas legais pertinentes, inclusive a comunicação às autoridades policiais competentes, conforme previsto no artigo 9º da Resolução Confea nº 1.152/2025. Coordenou a votação o(a) Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho Marques. Votaram favoravelmente os senhores(as) conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno Cezar Alvaro Pontim, Antonio Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio Alves De Carvalho, Jose Antonio Maior Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo Elias De Oliveira e Leandro Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os senhores(as) conselheiros(as): Felipe Das Neves Monteiro. **5.4.2) Cons. Maycon Macedo Braga -** Protocolo n. F2025-036924-3 - Interessado: Rodrigo Metello Oliveira Lima - Assunto: Solicitação de Baixa de ART com Registro de Atestado. Transferido da reunião anterior. A Câmara Especializada de Agronomia do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o protocolo nº F2025/036924-3, que trata-se do pedido de baixa com registro de atestado de capacidade técnica, formulado pelo Engenheiro Agrônomo Rodrigo Metello Oliveira Lima, emitido pela contratante FBS CONSTRUÇÃO CIVIL E PAVIMENTAÇÃO S.A, referente ao contrato realizado com a empresa VALENZA AMBIENTAL. Considerando que o término da atividade técnica desenvolvida obriga à baixa da ART de execução de obra, prestação de serviço ou desempenho de cargo ou função, sendo considerada concluída a participação do profissional em determinada atividade técnica a partir da data da baixa da ART correspondente, conforme art. 13, da Resolução n. 1.137/2023. Considerando o artigo 58, da Resolução n. 1.137/2023, do Confea, é



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA ESTADO DE MATO
GROSSO DO SUL

facultado ao profissional requerer o registro de atestado fornecido por pessoa física ou jurídica de direito público ou privado contratante com o objetivo de instruir o processo de emissão de CAT e de fazer prova de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos. Considerando que não consta o contrato firmado entre o profissional e a empresa Valenza e nem tampouco do contrato firmado entre a Valenza Ambiental e a empresa FBS CONSTRUÇÃO CIVIL E PAVIMENTAÇÃO S.A; Considerando que a empresa FBS CONSTRUÇÃO CIVIL E PAVIMENTAÇÃO S.A encontra-se inativa no CREA-MS desde 2022; Considerando que o serviço foi realizado no período de 24/05/2018 a 24/05/2019, conforme descrito no atestado técnico; Considerando que o profissional Eng. Agrônomo RODRIGO METELLO OLIVEIRA LIMA foi incluído no quadro técnico da empresa VALENZA AMBIENTAL LTDA em 15/07/2021 e deu baixa em 06/09/2023, retornando em 04/10/2023; Considerando que a ART n. 1320180070574 do profissional Eng. Agrônomo Rodrigo Metello Oliveira Lima foi registrada como autônomo em 12/07/2018, tendo a empresa VALENZA AMBIENTAL LTDA como contratante. Considerando Parágrafo único, do artigo 58 da Resolução n. 1.137/2023, o atestado é a declaração fornecida pelo contratante da obra ou serviço, pessoa física ou jurídica de direito público ou privado, que atesta a execução de obra ou a prestação de serviço e identifica seus elementos quantitativos e qualitativos, o local e o período de execução, os responsáveis técnicos envolvidos, as atividades técnicas executadas e a empresa contratada; Considerando que o atestado fornecido pela empresa FBS CONSTRUÇÃO CIVIL E PAVIMENTAÇÃO S.A, não poderia ser fornecido ao profissional Eng. Agrônomo Rodrigo Metello Oliveira Lima, uma vez que a época do serviço, o profissional não figurava como responsável técnico pela empresa Valenza Ambiental Ltda, mas sim deveria ser fornecido ao profissional pela própria empresa Valenza Ambiental. A CEA **DECIDIU** pelo que segue: **1.** Deferimento da Baixa da ART n. 1320180070574 do profissional Eng. Agrônomo Rodrigo Metello Oliveira Lima; **2.** Indeferimento do registro de atestado, do Eng. Agrônomo Rodrigo Metello Oliveira Lima, uma vez que o atestado a ser registrado pelo profissional é o fornecido pela Valenza Ambiental Ltda, que figura como contratante do profissional a época do serviço. Coordenou a votação o(a) Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho Marques. Votaram favoravelmente os senhores(as) conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno Cezar Alvaro Pontim, Antonio Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio Alves De Carvalho, Jose Antonio Maior Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo Elias De Oliveira e Leandro Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os senhores(as) conselheiros(as): Felipe Das Neves Monteiro. **5.4.3)** Cons. Maycon Macedo Braga - Protocolo n. F2025-036922-7- Interessado: Rodrigo Metello Oliveira Lima - Assunto: Baixa de ART com Registro de Atestado. Transferido da reunião anterior. A Câmara Especializada de Agronomia do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o protocolo nº F2025/036922-7, que trata-se, do pedido de baixa com registro de atestado de capacidade técnica, formulado pelo Engenheiro Agrônomo Rodrigo Metello Oliveira Lima, emitido pela contratante FBS CONSTRUÇÃO CIVIL E PAVIMENTAÇÃO S.A, referente ao contrato realizado com a empresa



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA ESTADO DE MATO
GROSSO DO SUL

VALENZA AMBIENTAL LTDA. Considerando que o término da atividade técnica desenvolvida obriga à baixa da ART de execução de obra, prestação de serviço ou desempenho de cargo ou função, sendo considerada concluída a participação do profissional em determinada atividade técnica a partir da data da baixa da ART correspondente, conforme art. 13, da Resolução n. 1.137/2023. Considerando o artigo 58, da Resolução n. 1.137/2023, do Confea, é facultado ao profissional requerer o registro de atestado fornecido por pessoa física ou jurídica de direito público ou privado contratante com o objetivo de instruir o processo de emissão de CAT e de fazer prova de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos. Considerando que não consta o contrato firmado entre o profissional e a empresa Valenza e nem tampouco do contrato firmado entre a Valenza Ambiental e a empresa FBS CONSTRUÇÃO CIVIL E PAVIMENTAÇÃO S.A; Considerando que a empresa FBS CONSTRUÇÃO CIVIL E PAVIMENTAÇÃO S.A encontra-se inativa no CREA-MS desde 2022; Considerando que o serviço foi realizado no período de 05/04/2019 a 05/04/2020, conforme descrito no atestado técnico; Considerando que o profissional Eng. Agrônomo RODRIGO METELLO OLIVEIRA LIMA foi incluído no quadro técnico da empresa VALENZA AMBIENTAL LTDA em 15/07/2021 e deu baixa em 06/09/2023, retornando em 04/10/2023; Considerando que a ART n. 1320190037297 do profissional Eng. Agrônomo Rodrigo Metello Oliveira Lima foi registrada como autônomo em 29/04/2019, tendo a empresa VALENZA AMBIENTAL LTDA como contratante. Considerando Parágrafo único, do artigo 58 da Resolução n. 1.137/2023, o atestado é a declaração fornecida pelo contratante da obra ou serviço, pessoa física ou jurídica de direito público ou privado, que atesta a execução de obra ou a prestação de serviço e identifica seus elementos quantitativos e qualitativos, o local e o período de execução, os responsáveis técnicos envolvidos, as atividades técnicas executadas e a empresa contratada; Considerando que o atestado fornecido pela empresa FBS CONSTRUÇÃO CIVIL E PAVIMENTAÇÃO S.A, não poderia ser fornecido ao profissional Eng. Agrônomo Rodrigo Metello Oliveira Lima, uma vez que a época do serviço, o profissional não figurava como responsável técnico pela empresa Valenza Ambiental Ltda, mas sim deveria ser fornecido ao profissional pela própria empresa Valenza Ambiental. A CEA **DECIDIU** pelo que segue: **1.** Deferimento da Baixa da ART n. 1320190037297 do profissional Eng. Agrônomo Rodrigo Metello Oliveira Lima; **2.** Indeferimento do registro de atestado, do Eng. Agrônomo Rodrigo Metello Oliveira Lima, uma vez que o atestado a ser registrado pelo profissional é o fornecido pela Valenza Ambiental Ltda, que figura como contratante do profissional a época do serviço. Coordenou a votação o(a) Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho Marques. Votaram favoravelmente os senhores(as) conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno Cezar Alvaro Pontim, Antonio Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio Alves De Carvalho, Jose Antonio Maior Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo Elias De Oliveira e Leandro Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os senhores(as) conselheiros(as): Felipe Das Neves Monteiro. **5.4.4)** Cons. Maycon Macedo Braga - Protocolo n. F2025-050484-1 - Interessado: José Marcos Queiroz Júnior - Assunto: Revisão de Atribuição. Transferido da reunião anterior. A Câmara Especializada de Agronomia do



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA ESTADO DE MATO
GROSSO DO SUL

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o protocolo nº F2025/050484-1, do Engenheiro Agrônomo José Marcos Queiroz Júnior, que requer a REVISÃO de suas ATRIBUIÇÕES, perante este Conselho, solicitando a inclusão das atribuições dos artigos 6º, 7º, 8º, 9º e 10 do Decreto n. 23.196/33. Analisando o presente processo e, considerando que o Requerente em sua missiva alega que: “Segundo consta dentro do site do CREA MS, no link: <https://creams.org.br/instituicoes-de-ensino/>. Devido ao fato de eu ter finalizado minha graduação dentro da Agronomia EAD minhas atribuições são Artigo 5º Resolução n. 218/73, do Confea. Ao invés das atribuições Art. 5º da Resolução n. 218/73 do Confea, combinado com os artigos 6º, 7º, 8º, 9º e 10º do Decreto n. 23.196/33”. “De tal, compreendendo o fato de quem não cursou o sistema presencial não tenha competência técnica para estar atuando conforme os artigos 6º, 7º, 8º, 9º e 10º do Decreto n. 23.196/33. Mediante a tal situação quero pedir uma revisão de minhas atribuições, pois, 90% da minha graduação foi realizada de forma presencial, de tal estou enviando os históricos do curso de Agronomia desde a UEMS até a Uniderp na qual finalizei a minha graduação”. “Estou enviando agora essa carta de solicitação para revisão junto com os históricos das disciplinas que se fazem necessárias para o exercício dos artigos 6º, 7º, 8º, 9º e 10º do Decreto n. 23.196/33. No mais, agradeço imensamente desde já a atenção e espero que dê tudo certo agora nesse processo”. Considerando que o Requerente, concluiu o Curso de Graduação em Agronomia pela instituição de ensino Universidade Anhanguera – UNIDERP, modalidade de ensino EaD, sendo então conferidas as atribuições constantes do artigo 5º da Resolução n. 218/1973, do Confea. Contudo, o profissional afirma no seu requerimento que realizou o mesmo curso na modalidade presencial nas instituições de UEMS e UCDB, e, por isso, pede que seja acrescidas as atividades constantes dos artigos 6º, 7º, 8º, 9º e 10º do Decreto n. 23.196/33. Considerando que, constatamos na ficha cadastral do interessado, a concessão do título de engenheiro agrônomo, pela Câmara Especializada de Agronomia - CEA, bem como, as atribuições previstas no artigo 5º da Resolução nº 218/1973. Considerando que o Requerente, acosta aos autos do processo digitalizado: 1. Diploma expedido em 15/07/2025, pela Universidade Anhanguera - UNIDERP, da cidade de Campo Grande – MS; 2. Histórico Escolar, com data de 08/03/2023, emitido pela Fundação Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul - UEMS, referente a unidade Aquidauana, informando a situação de Cancelamento compulsório; 3. Histórico Escolar, relativa à formação no Curso de Agronomia da Universidade Católica Dom Bosco – UCDB, com data de 20/08/2020; 4. Histórico Escolar do Curso de Agronomia da Universidade Anhanguera – UNIDERP, expedido em 09/07/2025; 5. Formulário de requerimento de revisão de atribuição; Considerando que a Coordenação de Registro e Cadastro do Crea-MS procedeu à verificação da veracidade do histórico escolar referente ao curso de Agronomia emitido pela UEMS, tendo a instituição de ensino confirmado que o profissional efetivamente realizou sua formação parcial no referido curso; Considerando o processo de registro profissional do requerente neste Regional, protocolado sob n. F2025/034244-2, no qual se pode verificar a autenticidade dos documentos relacionados a UNIDERP, bem como, convalidando, desse modo, sua formação em aproveitamento



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA ESTADO DE MATO
GROSSO DO SUL

nas cadeiras realizadas nas instituições UEMS e UCDB; Considerando, segundo as informações do histórico escolar do curso de Agronomia da UEMS, que o interessado teve a aprovação nas cadeiras de: Ecologia (68h), Expressão Gráfica (34h), Biologia Celular (34h), Física Aplicada (68h), Física Básica (68h), Geologia e Gênese do Solo (68h), Introdução à Metodologia Científica e Tecnológica (68h), Matemática Básica (34h), Morfologia e Anatomia Vegetal (68h), Química Analítica (68h), Química Geral e Orgânica (68h), Sistemática de Plantas Superiores (68h), Zoologia Geral (68h), Entomologia Geral (68h), Estatística Aplicada à Agronomia (68h), Física e Morfologia do Solo (68h), Fisiologia Vegetal (68h), Genética (68h), Geoprocessamento e Georreferenciamento (34h), Mecânica Agrícola (34h), Mecanização Agrícola (68h), Meteorologia e Climatologia (68h), Topografia (68h), Zootecnia I (68h), Ciência das Plantas Daninhas (68h), Construções Rurais (68h), Experimentação Agrícola (68h), Hidráulica Agrícola (68h), Irrigação e Drenagem (68h), Levantamento e Classificação do Solo (68h); Considerando, em relação ao histórico escolar da instituição de ensino UCDB, para o curso de Agronomia, que o interessado teve a aprovação nas cadeiras de: Citologia Laboratório (40h), Humanidades I (40h), Introdução ao Agronegócio (40h), Introdução à Agronomia (40h), Humanidades II (40h), Política e Educação para Relações Étnico-Raciais (40h), Anatomia Vegetal (40h), Anatomia Vegetal Laboratório (40h), Geologia Agrícola Laboratório (40h), Microbiologia Laboratório (40h), Microbiologia (40h), Agroecologia (40h), Ecologia e Meio Ambiente (40h), Fitopatologia (40h), Fitopatologia Laboratório (40h), Morfologia e Sistemática Vegetal Laboratório (40h), Solos I (40h), Máquinas e Mecanização Agrícola Laboratório (40h), Fisiologia Vegetal Laboratório (40h), Microbiologia do Solo (40h), Manejo de Pragas (80h), Agricultura Geral I (80h), Construções Rurais e Energia (40h), Construções Rurais e Energia Laboratório (40h), Olericultura (80h), Sociologia e Extensão Rural (40h), Fitopatologia Aplicada (40h), Administração e Economia Rural (40h), Melhoramento Vegetal (60h), Floricultura e Paisagismo (40h), Nutrição Vegetal (80h), Agricultura Geral IV (40h), Fruticultura (80h), Gestão do Agronegócio (40h), Silvicultura (80h); Considerando, em verificação ao histórico escolar da instituição de ensino UNIDERP, que o requerente obteve aproveitamento das cadeiras supramencionadas das instituições UCDB, de Campo Grande/MS, e UEMS, de Dourados/MS, sendo cursadas, por fim, as cadeiras de: Educação a Distância (40h), Bioquímica (40h), Forragicultura e Nutrição Animal (60h), Controle de Qualidade de Produtos Vegetais e Animais (60h), Produção, Tecnologia e Armazenamento de Semente (60h), Fitotecnia: Cana-de-Açúcar e Café (60h), Trabalho de Conclusão de Curso I (60h), Estágio Supervisionado I (180h), Fitotecnia: soja e milho (60h), Projeto de Extensão – Agronomia (70h), Trabalho de Conclusão de Curso II (60h) e Estágio Supervisionado II (180h); Considerando que procedem as alegações do requerente, no sentido de que sua formação, na maior parte, foi realizada na modalidade de ensino presencial, conforme comprovado pela listagem das cadeiras cursadas nas instituições UCDB e UEMS, consignadas acima; Considerando que as instituições UCDB e UEMS estão devidamente registradas e cadastradas no Crea-MS, seguidos os ditames da Resolução n. 1.073/2016, sendo conferido aos egressos, de ambas as instituições, as atividades constantes do artigo 5º da Resolução n. 218/1973 do



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA ESTADO DE MATO
GROSSO DO SUL

CONFEA, combinado com os artigos 6º, 7º, 8º, 9º e 10 do Decreto n. 23.196/33. Considerando que a Resolução n. 1.073/2016, em seu art. 7º, § 1º, estabelece que a concessão de extensão de atribuições iniciais será efetivada com base na análise das Câmaras Especializadas competentes do Crea da circunscrição na qual se encontra estabelecida a instituição de ensino ou o campus avançado; Considerando que a solicitação apresentada pelo Engenheiro Agrônomo José Marcos Queiroz Júnior se enquadra como revisão de atribuições passíveis de análise, apreciação e julgamento da Câmara Especializada de Agronomia, uma vez que se refere a formação inicial obtida em curso de graduação em instituições de ensino cadastradas na jurisdição do CreaMS; Considerando que a Decisão Plenária n. 0094/2014, do Confea, firma o entendimento de que os Decretos nº 23.196/33 e nº 23.569/33 se encontram em pleno vigor no que tange às atribuições e atividades profissionais, respeitados os limites de sua formação educacional; Considerando que o Plenário do Crea-MS, no mesmo sentido do teor da PL n. 0094/2016, do Federal, consolidou a aplicação dos Decretos nº 23.196/33 e nº 23.569/33 em sua jurisdição, consoante PL/MS Nº 128/2014, de 9 de abril de 2014; Considerando os fatos e fundamentações supramencionadas, a CEA **DECIDIU** pelo DEFERIMENTO do PEDIDO de REVISÃO DE ATRIBUIÇÃO para que seja concedido ao Engenheiro Agrônomo José Marcos Queiroz Júnior, a inclusão da anotação das atribuições dos Artigos 6º, 7º, 8º, 9º e 10 do Decreto n. 23.196/33, visto que, em análise da documentação acostada aos autos do processo digitalizado, especificamente os históricos escolares, ficou evidenciado que a maioria das cadeiras do Curso de Agronomia, durante a plenitude da formação do interessado, foram cursadas nas instituições UCDB e UEMS, ambas de modalidade de ensino presencial, e que, em verificação aos assentamentos do Crea-MS, ambas as instituições estão devidamente registradas e cadastradas conferindo aos egressos dessas instituições, além das atividades do artigo 5º da Resolução n. 218/1973, os artigos 6º, 7º, 8º, 9º e 10 do Decreto n. 23.196/33. Assim, o profissional Engenheiro Agrônomo José Marcos Queiroz Júnior passa a ter as seguintes atribuições: Artigo 5º da Resolução n. 218/1973, combinado com os artigos 6º, 7º, 8º, 9º e 10 do Decreto n. 23.196/33. Coordenou a votação o(a) Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho Marques. Votaram favoravelmente os senhores(as) conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno Cezar Alvaro Pontim, Antonio Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio Alves De Carvalho, Jose Antonio Maior Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo Elias De Oliveira e Leandro Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os senhores(as) conselheiros(as): Felipe Das Neves Monteiro. **5.4.5)** Cons. Maycon Macedo Braga - Protocolo n. J2025-049463-3 - Interessado: Aeropulv Tecnologia De Aplicação – Assunto: Registro de Pessoa Jurídica. Transferido da reunião anterior. A Câmara Especializada de Agronomia do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o protocolo nº J2025/049463-3, da empresa Aeropulv Tecnologia de Aplicação Ltda. da cidade de Iturama/MG, que solicitou o registro no Crea-MS com seguinte objetivo social: Serviço de pulverização e controle de pragas agrícolas, serviços de cartografia topografia e geodesia, Atividades técnicas relacionadas a engenharia e arquitetura, Atividades de produção de fotografias aéreas e submarinas,



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA ESTADO DE MATO
GROSSO DO SUL

Serviços de agronomia e de consultoria às atividades agrícolas e pecuárias e, treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial. Apresenta como responsável técnico o sócio Tecnólogo em Gestão do Agronegócio FERNANDO FERNANDES VILELA. Considerando as atribuições do Tecnólogo em Gestão do Agronegócio FERNANDO FERNANDES VILELA, são os artigos 3º e 4º da Resolução n. 313/86 do CONFEA, aplicadas ao AGRONEGÓCIO. Considerando que o objetivo social da empresa são as atividades de: serviço de pulverização e controle de pragas agrícolas, serviços de cartografia topografia e geodesia, atividades técnicas relacionadas a engenharia e arquitetura, atividades de produção de fotografias aéreas e submarinas, serviços de agronomia e de consultoria às atividades agrícolas e pecuárias e, treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial. Considerando que o Responsável técnico é o profissional legalmente habilitado e registrado ou com visto que assume a responsabilidade perante o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia e o contratante pelos aspectos técnicos das atividades da pessoa jurídica envolvendo o exercício de profissões fiscalizadas pelo Sistema Confea/Crea. Considerando a Resolução n. 1121/19 do Confea, que as atribuições do profissional não cobrem o objeto social da empresa, qual seja serviços de aplicação aérea de defensivos agrícolas, visando o combate a pragas agrícolas; Considerando que o profissional Tecnólogo em Gestão do Agronegócio Fernando Fernandes Vilela não possui atribuições para responsabilizar-se tecnicamente pela empresa Aeropulv Tecnologia de Aplicação Ltda, a CEA **DECIDIU** pelo indeferimento do pedido de registro da referida empresa, devendo serem tomadas as seguintes providências: **1.** Nulidade da ART n. 1320250110551, com fulcro no inciso II, do artigo 24, da Resolução n. 1.137/2023, do Confea, bem como comunicar o profissional e a empresa contratante os motivos da nulidade da ART; **2.** Autuação do Tecnólogo em Gestão do Agronegócio Fernando Fernandes Vilela, por infração à alínea “b” do artigo 6, da Lei n. 5.194/66, qual seja, profissional que se incumbir de atividades estranhas às atribuições discriminadas em seu registro; **3.** Informar o Crea-MG, acerca do pedido de indeferimento do registro da pessoa jurídica na jurisdição do Crea-MS; **4.** Determinar ao Departamento de Fiscalização que proceda fiscalização da atuação da empresa na jurisdição do Crea-MS. Coordenou a votação o(a) Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho Marques. Votaram favoravelmente os senhores(as) conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno Cezar Alvaro Pontim, Antonio Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio Alves De Carvalho, Jose Antonio Maior Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo Elias De Oliveira e Leandro Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os senhores(as) conselheiros(as): Felipe Das Neves Monteiro. **5.4.6)** Cons. Maycon Macedo Braga - Protocolo n. F2025-048092-6 - Interessado: Hellen Farias Custodio de Carvalho - Assunto: Baixa de ART. Transferido da reunião anterior. A Câmara Especializada de Agronomia do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o protocolo nº F2025/048092-6, da Engenheira Sanitarista e Ambiental HELLEN FARIAS CUSTODIO DE CARVALHO, que requer a este Conselho a baixa da ART nº 1320170129209. O processo foi baixado em diligência visando a apresentação da cópia do PRADE relativo a ART, bem como a cópia das ARTs



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA ESTADO DE MATO
GROSSO DO SUL

dos profissionais que participaram do mesmo serviço. No dia 18 de setembro de 2025, a interessada apresentou os documentos solicitados na diligência, anexando o PROJETO DE RECUPERAÇÃO DE ÁREA DEGRADADA/ALTERADA – PRADA, em atendimento à Legislação Ambiental, de forma reparatória e compensatória referente a uma área em processo de erosão na Fazenda Santa Marta de propriedade de MARIA ENIR NUNES RONDÃO, localizada no município de Bonito - MS. Analisando o presente processo e, considerando que, o término da atividade técnica desenvolvida obriga à baixa da ART de execução de obra, prestação de serviço ou desempenho de cargo ou função, sendo considerada concluída a participação do profissional em determinada atividade técnica a partir da data da baixa da ART correspondente, nos termos do artigo 13 da Resolução nº 1.137/2023 do CONFEA. Considerando que o projeto de recuperação de área degradada ou alterada (PRAD) é um instrumento de planejamento das ações de recuperação ou recomposição da vegetação nativa contendo metodologias, cronogramas e insumos; Considerando que tal projeto busca transformar a condição degradada ou alterada de uma área no sentido de recompor sua integridade física, química e biológica, e, ao mesmo tempo, retomar sua capacidade produtiva, seja na produção de alimentos e matérias-primas ou na prestação de serviços ambientais; Considerando que o Conselho Federal de Engenharia e Agronomia – CONFEA, apreciando processo acerca de revisão atribuição de engenheiro sanitário ambiental para o desempenho de forma individual da atividade de elaboração de PRAD, decidiu, consoante Decisão PL1184/2022, de 05 de agosto de 2022, por indeferir o pedido do requerente fundamentando que PRAD e Estudos e Relatórios de Impactos Ambientais, de acordo com a multidisciplinaridade atinente a tais assuntos, envolvem conhecimentos de áreas diversas, podendo envolver atividades específicas referentes às quais o interessado em questão não possuía atribuições para a realização; Considerando que a referida decisão do Federal trouxe a fundamentação que para elaboração e execução de um projeto de recuperação, faz-se necessário avaliar alguns tópicos como os que se seguem: a análise da(s) região(ões) fitogeográfica(s) em que estão localizadas as áreas a recuperar; seleção, mensuração e definição do tipo de uso futuro das áreas a recuperar; análise da vegetação ocorrente na região de localização das áreas a reabilitar; análise da topografia das áreas a reabilitar; análises físico-químicas do solo das áreas a reabilitar; atividades de reconformação de terrenos; atividades de preparo e correção do solo para plantio; seleção de espécies vegetais a serem introduzidas; aquisição/produção de mudas; atividades de plantio (mudas e sementes); atividades de manutenção dos plantios, dentre outros, julgados necessários pelo órgão ambiental competente; e atividades de controle fitossanitário (mediante diagnose e emissão de receituário agrônomo) para garantia de recomposição de flora na área a ser recuperada; acompanhamento de crescimento e manejo da flora na área recuperada; Considerando ainda que um projeto de recuperação e estudos ambientais podem envolver, por exemplo: projeto de reflorestamento; estudo dos remanescentes florestais dos locais a serem reflorestados, para levantamento das espécies presentes e do tipo de vegetação; levantamento das condições ambientais e possíveis formas de degradação (uso de defensivos agrícolas, queimadas, passagem de gado etc.), incluindo a análise de acidez e ausência de



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA ESTADO DE MATO
GROSSO DO SUL

nutrientes no solo, para eventuais correções; questões químicas e questões biológicas, envolvendo fauna e flora; escolha do modelo de recuperação, de acordo com os objetivos e características locais, seguindo os critérios de escolha pré-definidos; escolha das espécies a serem plantadas, tendo como base as características da vegetação original, no modelo de reflorestamento escolhido e nas características locais do ambiente, planejamento das pequenas e micro bacia hidrográfica como um todo, destacando a cobertura vegetal dos divisores de água e a utilização racional dos solos entre o divisor e a mata ciliar; Considerando, portanto, que quando se tratarem de matérias multidisciplinares, tanto o Plano de Recuperação de áreas Degradadas e/ou Estudos e Relatórios de Impactos Ambientais, deverão ser elaborados por equipe técnica multidisciplinar, composta de profissionais que detêm competências e habilidades de acordo com as atividades específicas envolvidas em cada caso para suas realizações, decorrentes da formação profissional obtida em curso regular; Considerando que a Instrução Normativa IBAMA nº 14, de 01 de julho de 2024, que dispõe sobre procedimentos para elaboração, apresentação, execução e monitoramento de PRAD pelo administrado com vistas ao cumprimento da legislação ambiental em todos os biomas e suas respectivas fitofisionomias, traz o entendimento nos termos do art. 5º, VII, que para elaboração, execução e monitoramento de PRAD em ambientes terrestres deve-se considerar que cada situação possui particularidades e especificidades, não existindo uma forma padronizada, genérica, completa e/ou definitiva quando se objetiva a recuperação de ambientes. Considerando que o Federal, em sua jurisprudência, pelo teor da Decisão PL-0450/2022, de 25 de março de 2022, trouxe luz ao entendimento de que nos processos que envolvam recuperação de áreas de vegetação degradadas, restauração florestal, recuperação de vegetação nativa e revegetação, faz-se necessária a participação de pelo menos um dos seguintes profissionais listados: Engenheiros Florestais, Agrônomos e Engenheiros Agrônomos, em razão, fundamentalmente, das características de suas formações profissionais obtidas junto ao sistema oficial de ensino brasileiro; Considerando, segundo pesquisa nos assentamentos da Coordenação de Registro e Cadastro do Crea-MS, que a Engenheira Sanitarista e Ambiental HELLEN FARIAS CUSTODIO DE CARVALHO está devidamente registrada no Crea-MS, sob nº 18560 - MS, sendo anotado em seus assentamentos as atribuições profissionais conferidas pela Resolução nº 310, de 1986, e pela Resolução nº 447, de 2000, ambas do Confea, que tratam das atribuições conferidas aos profissionais engenheiros sanitistas e aos engenheiros ambientais, respectivamente; Considerando que a Resolução nº 310/1986, do Confea, estabelece em seu art. 1º que compete ao Engenheiro Sanitarista o desempenho das atividades 01 a 18 do artigo 1º da Resolução nº 218/73 do CONFEA, referente a: sistemas de abastecimento de água, incluindo captação, adução, reservação, distribuição e tratamento de água;. sistemas de distribuição de excretas e de águas residuárias (esgoto) em soluções individuais ou sistemas de esgotos, incluindo tratamento; coleta, transporte e tratamento de resíduos sólidos (lixo); controle sanitário do ambiente, incluindo o controle de poluição ambiental; controle de vetores biológicos transmissores de doenças (artrópodes e roedores de importância para a saúde pública); instalações prediais hidrossanitárias; saneamento de edificações e locais públicos, tais como



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA ESTADO DE MATO
GROSSO DO SUL

piscinas, parques e áreas de lazer, recreação e esporte em geral; saneamento dos alimentos; Considerando que a Resolução nº 447/2000, do Confea, consolida em seu art. 2º que compete ao engenheiro ambiental o desempenho das atividades 1 a 14 e 18 do art. 1º da Resolução nº 218, de 29 de junho de 1973, referentes à administração, gestão e ordenamento ambientais e ao monitoramento e mitigação de impactos ambientais, seus serviços afins e correlatos; Considerando que todo serviço técnico e obra de Engenharia e Agronomia estão sujeitos ao registro da ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) junto ao Crea da respectiva jurisdição, por parte dos profissionais responsáveis técnicos/autores, nos termos em que manda a Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977; Considerando que a Resolução nº 1.137, de 31 de março de 2023, do Confea, dispõe sobre a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART, e prescreve no seu artigo 11, IV, que a ART de equipe indica que diversas atividades, objetos de contrato único, são desenvolvidas em conjunto por mais de um profissional com competências diferenciadas; Considerando que a supracitada resolução, em seu artigo 28, estabelece que trabalhos em equipe, para execução de obra ou prestação de serviço, obriga ao registro de ART vinculada à ART primeiramente registrada; Considerando que, consoante teor do documento apresentado pela requerente, que os itens relacionados nos Processos Compensatórios e Procedimentos Técnicos, em especial sobre escolha de espécies, preparo de covas, plantio, tratamentos culturais, calagem e adubação, seria necessária a participação de profissional habilitado da modalidade agronomia para elaboração do PRAD, assim como no acompanhamento da execução do serviço. Após à análise, bem como da formação da profissional em engenharia sanitária e ambiental não contemplar conhecimento técnico formativo nas áreas da agronomia ou engenharia florestal, a CEA **DECIDIU** por aprovar o que segue: **1.** Baixa da ART nº: 1320170129209, em nome da Engenheira Sanitarista e Ambiental HELLEN FARIAS CUSTODIO DE CARVALHO, perante os arquivos deste Conselho, com a seguinte RESSALVA: ART baixada após análise das Câmaras Especializadas competentes, não sendo contempladas neste registro os itens 6.2, 8, 9 e 10 do PRAD relacionados a: Meio Biótico, Processo de recuperação e Cobertura de Solo, Processo de Recuperação, Cobertura Do Solo, Processo Compensatório, escolha de espécies, Procedimentos Técnicos, Preparação do Terreno, Coveamento, Calagem e Adubação, por se tratar de atividades fora da atribuição da profissional Engenheira Sanitarista e Ambiental HELLEN FARIAS CUSTODIO DE CARVALHO. **2.** Por fim, ante as legislações e normativos em vigor que tratam das atribuições profissionais, no âmbito do Sistema Confea/Crea, bem como, as disposições da Instrução Normativa IBAMA nº 14, de 01 de julho de 2024, dar conhecimento a requerente que para o desempenho da atividade de PRAD é primordial considerar o caráter multidisciplinar de tal serviço, e em razão de envolver processos de recuperação de áreas de vegetação degradadas, restauração florestal, recuperação de vegetação nativa e revegetação, será condição necessária a participação de profissionais com formação atinente aos títulos engenheiros agrônomos, agrônomos e/ou engenheiros florestais, tanto nas fases de elaboração do projeto como execução, fundamentando-se pela Resolução nº 218/1973 e decisões do Confea PL-1184/2022 e PL-0450/2022; **3.** Dar conhecimento integral da presente decisão a profissional requerente, para não



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA ESTADO DE MATO
GROSSO DO SUL

incorrer em falta ética em serviços futuros, qual seja, incumbir de atividades estranhas a sua formação. Coordenou a votação o(a) Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho Marques. Votaram favoravelmente os senhores(as) conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno Cezar Alvaro Pontim, Antonio Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio Alves De Carvalho, Jose Antonio Maior Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo Elias De Oliveira e Leandro Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os senhores(as) conselheiros(as): Felipe Das Neves Monteiro. **5.4.7)** Cons. Maycon Macedo Braga - Protocolo n. F2025-044843-7 - Interessado: Tatiana Caldas Luppi Negri - Assunto: Revisão de Atribuição. Transferido da reunião anterior. A Câmara Especializada de Agronomia do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o protocolo nº F2025/044843-7, da Engenheira Agrônoma Tatiana Caldas Luppi Negri, que requer revisão de atribuições para Georreferenciamento de Imóveis Rurais, com fulcro no artigo 3, da Resolução n. 1.073/2016 e DECISÃO NORMATIVA Nº 116, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2021, ambas do Confea, em face a conclusão do curso de Especialização Técnica em Topografia aplicada ao Georreferenciamento, efetuado na Instituição de Ensino Escola Nossa Senhora Aparecida, tendo sido concluído em junho de 2021, com um total de 460 horas. Considerando a Lei nº 10.267, de 28 de agosto de 2001, no tocante à elaboração de memorial descritivo assinado por profissional habilitado e com a devida Anotação de Responsabilidade Técnica - ART, contendo as coordenadas dos vértices definidores dos limites dos imóveis rurais, georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro; Considerando o Decreto nº 4.449, de 30 de outubro de 2002, que regulamenta a Lei nº 10.267, de 2001; Considerando a Resolução n. 1.073/2016, que regulamenta os pedidos de análise de revisão de atribuições; Considerando que a citada resolução, cita que para efeito de atribuições ou revisão de atribuições, são considerados os seguintes níveis de formação profissional: Art. 3º Para efeito da atribuição de atividades, de competências e de campos de atuação profissionais para os diplomados no âmbito das profissões fiscalizadas pelo Sistema Confea/Crea, consideram-se os níveis de formação profissional, a saber: I – formação de técnico de nível médio; II – especialização para técnico de nível médio; III – superior de graduação tecnológica; IV – superior de graduação plena ou bacharelado; V – pós-graduação lato sensu (especialização); VI – pós-graduação stricto sensu (mestrado ou doutorado); e VII – sequencial de formação específica por campo de saber; Considerando o § 3, do art. 7, da Resolução 1.073/2016, que versa: A extensão de atribuição de um grupo profissional para o outro é permitida somente no caso dos cursos stricto sensu previstos no inciso VI do art. 3º, devidamente reconhecidos pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES e registrados e cadastrados nos Creas; Considerando que para fins da revisão de atribuições, irá ser considerado o histórico escolar do curso de Especialização Técnica em Topografia aplicada ao Georreferenciamento; Considerando que o profissional demonstrou através dos documentos apresentados, ter cursado as disciplinas e suas respectivas cargas horárias de: Cartografia Geral e Projeções Cartográficas; Topografia Aplicada ao Georreferenciamento; Sistemas de Referência e Informação Geográfica; Cartografia Digital;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA ESTADO DE MATO
GROSSO DO SUL

4585 Levantamento Topográfico Cadastral; Métodos e Medidas de Posicionamento Geodésico;
4586 Ajustamentos, divisão, demarcação e georreferenciamento; Sensoriamento Remoto e Aplicações em
4587 Cartografia Temática. Considerando a Decisão Normativa nº 116, de 21 de dezembro de 2021, que
4588 Fixa entendimentos sobre a habilitação profissional para o georreferenciamento dos limites dos imóveis
4589 rurais, em atendimento à Lei nº 10.267, de 28 de agosto de 2001, e dá outras providências;
4590 Considerando que a citada DN, em seu artigo 3, elenca os profissionais habilitados a exercerem a
4591 responsabilizar-se pelas atividades de georreferenciamento de imóveis rurais: Art. 3º São considerados
4592 habilitados a assumir responsabilidade técnica dos serviços de determinação das coordenadas dos
4593 vértices definidores dos limites dos Imóveis Rurais, georreferenciadas ao Sistema Geodésico
4594 Brasileiro, objeto da Lei nº 10.267, de 2001, os profissionais que comprovem os seguintes conteúdos
4595 formativos, por ocasião da atribuição inicial ou da extensão da atribuição inicial, conforme disposto em
4596 resolução específica do Confea: I - topografia aplicada ao georreferenciamento; II - cartografia; III -
4597 sistemas de referência; IV - projeções cartográficas; V - ajustamentos; VI - métodos e medidas de
4598 posicionamento geodésico; e VII - agrimensura legal. Parágrafo único. Os conteúdos formativos não
4599 precisam constituir disciplinas, podendo estar incorporadas nas ementas das disciplinas onde serão
4600 ministrados estes conhecimentos aplicados às diversas modalidades do Sistema; Considerando que a
4601 profissional atendeu aos requisitos mínimos para a concessão de atribuições para georreferenciamento
4602 de imóveis rurais. Voto Fundamentado: Considerando que a profissional engenheira agrônoma Tatiana
4603 Caldas Luppi Negri, atendeu ao que dispõe a Decisão Normativa nº 116, de 21 de dezembro de 2021,
4604 do Confea. A CEA **DECIDIU** pelo deferimento do pedido de revisão de atribuições para
4605 georreferenciamento de imóveis rurais, passando a profissional a ter as seguintes atribuições: Art. 5º,
4606 da Resolução n. 218/73, do Confea. Combinado com os artigos n. 6º, 7º, 8º, 9º e 10º, do Decreto n.
4607 23.196/33. Georreferenciamento de Imóveis Rurais. Coordenou a votação o(a) Coordenadora Eng. Agr.
4608 Daniele Coelho Marques. Votaram favoravelmente os senhores(as) conselheiros(as): Jackeline Matos
4609 Do Nascimento, Bruno Cezar Alvaro Pontim, Antonio Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon
4610 Macedo Braga, Laércio Alves De Carvalho, Jose Antonio Maior Bono, Fernando Vinicius Bressan,
4611 Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo Elias De Oliveira e Leandro Fabricio Martins Alessio. Não participou
4612 da votação os senhores(as) conselheiros(as): Felipe Das Neves Monteiro. **5.4.8)** Cons. Maycon
4613 Macedo Braga - Protocolo n. F2025-035633-8 - Interessado: Henrique Wancura Budke - Assunto:
4614 Baixa de ART com Registro de Atestado. Transferido da reunião anterior. A Câmara Especializada de
4615 Agronomia do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul –
4616 Crea - MS, após apreciar o protocolo nº F2025/035633-8, do profissional Eng. Agrônomo HENRIQUE
4617 WANCURA BUDKE, que requer a baixa da ART n. 1320250085081 com registro de Atestado de
4618 Capacidade Técnica emitido pela Prefeitura Municipal de Figueirão - MS, referente ao contrato n.
4619 079/2020 realizado com a empresa E. O. DE FARIAS. Apresentou, também, 10 (dez) Termos Aditivos
4620 do referido contrato entre a empresa E. O. DE FARIAS e a Prefeitura Municipal de Figueirão.
4621 Considerando que o contrato n. 079/2020 foi realizado a cinco anos e não foi registrada a ART à



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA ESTADO DE MATO
GROSSO DO SUL

época, conforme a Lei n. 6.496/77 e Resolução n. 1.137/23 do Confea. Sugiro a Câmara Especializada de Agronomia que a ART n. 1320250085081 seja nula e, o profissional Eng. Agrônomo HENRIQUE WANCURA BUDKE solicite o registro da ART a Posteriori, conforme a Resolução n. 1.050/2013 do Confea. Considerando que o pedido do profissional não atende ao previsto na Resolução n. 1.137/2023, referente a baixa de ART e registro de atestado, bem como o serviço executado e contido na ART 1320250085081, deve ser objeto de registro de ART a posteriori, haja vista que foi serviço já executado, enquadrando-se como recuperação de acervo técnico, a CEA **DECIDIU** pelo indeferimento do pedido de baixa da ART n. 1320250085081 com registro de Atestado de Capacidade Técnica emitido pela Prefeitura Municipal de Figueirão – MS, do Engenheiro Agrônomo Henrique Wancura Budke, bem como a nulidade da referida ART. Coordenou a votação o(a) Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho Marques. Votaram favoravelmente os senhores(as) conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno Cezar Alvaro Pontim, Antonio Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio Alves De Carvalho, Jose Antonio Maior Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo Elias De Oliveira e Leandro Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os senhores(as) conselheiros(as): Felipe Das Neves Monteiro. **5.4.9) Cons. Maycon Macedo Braga - Protocolo n. F2025-025078-5 - Interessado: Tania Mara Dias de Macedo - Assunto: Revisão de Atribuição. Transferido da reunião anterior. A Câmara Especializada de Agronomia do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o protocolo nº F2025/025078-5, da Engenheira Agrônoma e Engenheira de Segurança do Trabalho Tânia Mara Dias de Macedo, que requer a REVISÃO de suas ATRIBUIÇÕES, perante este Conselho, tendo em vista a conclusão do Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Curso de Especialização em Geologia. Analisando o presente processo, constatamos que a Profissional em epígrafe é Engenheira Agrônoma e Engenheira de Segurança do Trabalho, detentora das atribuições previstas no art. 7º da Lei nº 5.194/1966, artigos 6º e 7º do Decreto nº 23.196/1933, artigo 5º da Resolução nº 1073/2016 e áreas de competência previstas no Art. 5º da Resolução nº 218/1973, com restrições a tecnologia de transformação (açúcar, amidos, óleos, laticínios, vinhos e destilados), beneficiamento dos produtos animais e vegetais, zootecnia e piscicultura e do § 1º do artigo 5º da Res. nº 1.073/2016 do Confea, referentes às atribuições constantes no artigo 4º da Res. nº 359/1991 do Confea, nos termos do artigo 6º da Res. nº 1.073/2016 do Confea, de acordo com as instruções do Crea-RJ. Apresenta Certificado expedido em 29/04/2025, pela FAMEESP - Faculdade Metropolitana do Estado de São Paulo, da cidade de Ribeirão Preto - SP, com carga horária de 600 horas do Curso de Especialização Pós-Graduação "Lato-Sensu" em "Geologia". Considerando que o CRC do Crea-MS procedeu à verificação da veracidade do certificado de conclusão do curso de pós-graduação em Geologia, tendo a instituição de ensino confirmado que a profissional efetivamente concluiu o referido curso; Considerando que, em consulta ao Crea-SP, foi confirmado que o curso de pós-graduação lato sensu em Geologia encontra-se cadastrado, porém sem concessão automática de atribuições. Bem como, aquele Regional esclareceu que, em casos de pedido de extensão de atribuições, o(a)**



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA ESTADO DE MATO
GROSSO DO SUL

profissional deve requerer junto ao Crea-SP, apresentando solicitação expressa de extensão, especificando as atividades técnicas de interesse, acompanhada do conteúdo programático, certificado/diploma e histórico escolar, para análise pela Câmara Especializada competente; Considerando que a Resolução nº 1.073/2016, em seu art. 7º, § 1º, estabelece que a concessão de extensão de atribuições iniciais será efetivada com base na análise das Câmaras Especializadas competentes do Crea da circunscrição na qual se encontra estabelecida a instituição de ensino ou o campus avançado; Considerando que a alínea “n” do art. 34 da Lei nº 5.194/1966 dispõe que compete ao Plenário do Crea apreciar, decidir ou dirimir questões relativas à modalidade profissional que não possua câmara especializada, o que se aplica à presente solicitação, visto que a modalidade Geologia e Minas não possui atualmente Câmara Especializada instalada neste Regional; Considerando, outrossim, que o Regimento Interno do Crea-MS, em vigor, nos termos do art. 9º e inciso XIX, estabelece que na ausência de Câmara Especializada de determinada modalidade, a competência para análise de matéria é do Plenário, não cabendo às Câmaras de modalidades distintas decidir sobre extensão de atribuições de outro grupo/modalidade profissional, exceto nos casos em que ocorrer sobreposição de atribuições profissionais; Considerando que a solicitação apresentada pela Engenheira Agrônoma Tânia Mara Dias de Macedo não se enquadra como revisão de atribuições passíveis de análise, apreciação e julgamento da Câmara Especializada de Agronomia, uma vez que se refere ao curso de pós-graduação (Geologia) em categoria diversa da formação inicial da profissional; Considerando que a Resolução nº 1.073/2016, em seu art. 7º § 5º, corroborado com o inciso XIX do art. 46 da Lei nº 5.194/1966, versa que caberá decisão do Plenário do Crea no caso de não haver câmara especializada compatível à extensão de atribuição de campo de atuação profissional pretendida pelo(a) interessado(a); Considerando que, a extensão de atribuição é permitida entre modalidades do mesmo grupo profissional, nos termos do § 2º do Art. 7º da Resolução nº 1.073/2016 do Confea; Considerando que, a extensão de atribuição de um grupo profissional para o outro é permitida somente no caso dos cursos stricto sensu previstos no inciso VI do art. 3º de pósgraduação stricto sensu (mestrado ou doutorado), devidamente reconhecidos pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES e registrados e cadastrados nos Creas, nos termos do § 3º do Art. 7º da Resolução nº 1.073/2016 do Confea; Considerando que a extensão/revisão de atribuição, decorrente da formação em curso de pós-graduação lato sensu em Geologia, deve ser formalmente requerida junto ao Crea-SP, visto que é na jurisdição daquele Regional onde se encontra a instituição de ensino FAMEESP – Faculdade Metropolitana do Estado de São Paulo, conferindo assim a competência exclusiva para análise, apreciação e julgamento pela Câmara Especializada de Geologia e Minas daquele Regional, com fulcro na Resolução nº 1.073/2016, art. 7º, § 1º; Considerando por fim, que no fato concreto, fica comprometida a análise de extensão de atribuições, visto que o Crea-MS não dispõe de Câmara Especializada de Geologia ou Engenharia de Minas, bem como a profissional não apresentou conteúdo programático do curso. Considerando que não foram satisfeitas as exigências legais supramencionadas, a CEA **DECIDIU** pelo INDEFERIMENTO do



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA ESTADO DE MATO
GROSSO DO SUL

PEDIDO de REVISÃO DE ATRIBUIÇÃO apresentado pela Engenheira Agrônoma e Engenheira de Segurança do Trabalho Tânia Mara Dias de Macedo, perante este Conselho, visto que a análise, apreciação e julgamento do pleito é de competência do Crea-SP, circunscrição na qual se encontra estabelecida a instituição de ensino ou a sede do campus avançado, conforme o caso, nos termos do § 1º do Art. 7º da Resolução nº 1.073/2016 do Confea. Manifesta-se, também, por orientar à profissional interessada, que deve solicitar a EXTENSÃO de suas atribuições DIRETAMENTE no Crea-SP, nos termos do que dispõe o § 1º do Art. 7º da Resolução nº 1.073/2016 do Confea, enviando, para tanto, o certificado/diploma, histórico escolar e conteúdo programático do curso, especificando as atividades técnicas que pretende executar, para que seja analisado pela Câmara Especializada da modalidade correspondente naquele regional. Coordenou a votação o(a) Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho Marques. Votaram favoravelmente os senhores(as) conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno Cezar Alvaro Pontim, Antonio Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio Alves De Carvalho, Jose Antonio Maior Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo Elias De Oliveira e Leandro Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os senhores(as) conselheiros(as): Felipe Das Neves Monteiro. **5.4.10)** Cons. Maycon Macedo Braga - Protocolo n. F2025-049487-0 - Interessado: Jorge Lopes Caceres - Assunto: Baixa de ART com Registro de Atestado. Transferido da reunião anterior. A Câmara Especializada de Agronomia do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o protocolo nº F2025/049487-0, do profissional Engenheiro Civil Jorge Lopes Caceres, que requer a este Conselho a baixa da ART nº: 1320250107520, com posterior registro de atestado técnico parcial, fornecido pela pessoa jurídica Pecuária Vo-Uru Ltda. Em análise a documentação do processo verificamos que na ART nº 1320250107520 e atestado técnico parcial apresentados, estão registradas atividades estranhas as atribuições do profissional interessado. Considerando que o profissional interessado possui como atribuições o artigo 7º da Resolução nº 218/73 do Confea; Considerando os artigos 28º e 29º do Decreto Federal nº 23.539/33, abaixo transcritos: Art. 28. São da competência do engenheiro civil: a) trabalhos topográficos e geodésicos; b) o estudo, projeto, direção, fiscalização e construção de edifícios, com todas as suas obras complementares; c) o estudo, projeto, direção, fiscalização e construção das estradas de rodagem e de ferro; d) o estudo, projeto, direção, fiscalização e construção das obras de captação e abastecimento de água; e) o estudo, projeto, direção, fiscalização e construção de obras de drenagem e irrigação; f) o estudo, projeto, direção, fiscalização e construção das obras destinadas ao aproveitamento de energia e dos trabalhos relativos às máquinas e fábricas; g) o estudo, projeto, direção, fiscalização e construção das obras relativas a portos, rios e canais e dos concernentes aos aeroportos; h) o estudo, projeto, direção, fiscalização e construção das obras peculiares ao saneamento urbano e rural; i) projeto, direção e fiscalização dos serviços de urbanismo; j) a engenharia legal, nos assuntos correlacionados com a especificação das alíneas “a” a “i”; k) perícias e arbitramentos referentes à matéria das alíneas anteriores. Art. 29. Os engenheiros civis diplomados segundo a lei vigente deverão ter: a) aprovação na cadeira de "Portos de



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA ESTADO DE MATO
GROSSO DO SUL

mar, rios e canais", para exercerem as funções de Engenheiro de Portos, Rios e Canais; b) aprovação na cadeira de "Saneamento e Arquitetura" para exercerem as funções de Engenheiro Sanitário; c) aprovação na cadeira de "Pontes e grandes estruturas metálicas e em concreto armado", para exercerem as funções de Engenheiro de Secções Técnicas, encarregadas de projetar e executar obras de arte, nas estradas de ferro e de rodagem; d) aprovação na cadeira de "Saneamento e Arquitetura", para exercerem funções de urbanismo ou de Engenheiro de Secções Técnicas destinadas a projetar grandes edifícios. Parágrafo único. Somente engenheiros civis poderão exercer as funções a que se referem às alíneas "a", "b" e "c" deste artigo; Considerando que o Item I do artigo 7º da resolução nº 2018, de 29 de junho de 1973 do Confea, dispõe que as atribuições do Engenheiro Civil são o desempenho das atividades 01 a 18 do artigo 1º da Resolução, referentes a edificações, estradas, pistas de rolamentos e aeroportos; sistemas de transportes, de abastecimentos de água e de saneamento; portos, rios, canais, barragens e diques; drenagem e irrigação; pontes e grandes estruturas; seus serviços afins e correlatos. Considerando que a alínea "b" do art. 6º da Lei nº 5.194, de 1966, estabelece que exerce ilegalmente a profissão de Engenheiro ou Engenheiro Agrônomo o profissional que se incumbir de atividades estranhas às atribuições discriminadas em seu registro; Considerando o artigo 25º da Resolução nº 218/73 do Confea que versa: Art. 25 - Nenhum profissional poderá desempenhar atividades além daquelas que lhe competem, pelas características de seu currículo escolar, consideradas em cada caso, apenas, as disciplinas que contribuem para a graduação profissional, salvo outras que lhe sejam acrescidas em curso de pós-graduação, na mesma modalidade. Considerando o artigo 24º da Resolução nº 1.137, de 31 de março de 2023 do Confea, que em seu Inciso II dispõe: Art. 24. A nulidade da ART ocorrerá quando: (...); II – for verificada incompatibilidade entre as atividades desenvolvidas e as atribuições profissionais do responsável técnico à época do registro da ART; (...); Considerando o artigo 25º da Resolução nº 1.137, de 31 de março de 2023 do Confea, que dispõe: Art. 25. A câmara especializada relacionada à atividade desenvolvida decidirá acerca do processo administrativo de anulação da ART. § 1º No caso da constatação de lacuna no preenchimento, erro ou inexatidão dos dados da ART, preliminarmente o Crea notificará o profissional e a pessoa jurídica contratada para proceder às correções necessárias no prazo de 10 (dez) dias, contados da data do recebimento da notificação. § 2º No caso em que a atividade técnica descrita na ART caracterizar assunto de interesse comum a duas ou mais especializações profissionais, o processo será apreciado pelas câmaras especializadas competentes e, em caso de divergência, encaminhado ao Plenário do Crea para decisão. § 3º O Crea deverá comunicar ao profissional, à pessoa jurídica contratada e ao contratante os motivos que levaram à anulação da ART; Considerando que o objeto dos serviços/obra do contrato de prestação de serviços apresentado pelo profissional interessado, consiste na contratação de serviços de Remoção aproveitamento de 1.874 unidades de indivíduos arbóreos (árvores), inseridos nos 390,5339 hectares da Autorização Ambiental para Corte de Árvores Nativas Isoladas em área convertida para uso alternativo do solo nº 1077/2024 de 25/07/2024 (ANEXO 1) da Fazenda Vô Urule Fazenda Vô Uru II, no



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA ESTADO DE MATO
GROSSO DO SUL

Município de Sidrolândia-MS, atividade está afeta a área da Agronomia Considerando por fim, que resta claro que o profissional de fato responsabilizou-se pela execução das atividades descritas na referida ART, fato comprovado pelo atestado fornecido pelo contratante; Considerando que o profissional Engenheiro Civil Jorge Lopes Caceres, não possui atribuições para a atividade de Execução de operação Paisagismo -> Organização Paisagística -> de remoção de árvores, qual seja a execução de supressão vegetal, contido em autorização ambiental para tal finalidade, a CEA **DECIDIU** pelo que segue: **1.** Nulidade da ART n. 1320250107520, com fulcro no inciso II, do artigo 24, da Resolução n. 1.137/2023, do Confea; **2.** Comunicar ao profissional, à pessoa jurídica contratada e ao contratante os motivos que levaram à anulação da ART; **3.** Solicitar a Câmara Especializada de Engenharia Civil e Agrimensura, que autue o Engenheiro Civil Jorge Lopes Caceres, por infração a alínea “b” do artigo 6, da Lei n. 5.194/66, e abertura de processo administrativo, visando apuração da conduta ética do profissional, enquadrando-se na alínea “a”, do inciso II, do artigo 10, da Resolução n. 1.002/2002, do Confea. Coordenou a votação o(a) Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho Marques. Votaram favoravelmente os senhores(as) conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno Cezar Alvaro Pontim, Antonio Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio Alves De Carvalho, Jose Antonio Maior Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo Elias De Oliveira e Leandro Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os senhores(as) conselheiros(as): Felipe Das Neves Monteiro. **5.4.11)** Cons. Maycon Macedo Braga - Protocolo n. F2024-076385-2 - Interessado: Maria Carolina Quintino de Moraes - Assunto: Solicitação de Baixa de ART. Transferido da reunião anterior .A Câmara Especializada de Agronomia do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o protocolo nº F2024/076385-2, que trata-se de baixa das ARTs 1320220141126, 1320220151840, 1320230003787 e 1320230105730, e emitida pela Eng. Sanitarista e Ambiental Maria Carolina Quintino de Moraes, com atividade técnica registrada como “Elaboração e execução de Estudo Ambiental Preliminar – EAP, para atividade de Supressão”. Considerando, que, embora os estudos para viabilizarem as licenças ambientais para supressão vegetal, possam ter na equipe multidisciplinar profissionais de outras formações, os estudos e projetos que demandem conhecimento técnico em manejo do solo e da floresta nativa devem obrigatoriamente ser objeto de responsabilidade técnica de engenheiros agrônomos ou engenheiros florestais; Considerando que, embora a profissional tenha informado que houve a participação do engenheiro agrônomo Luiz Antônio Paro Junior, não foram localizadas as ARTs que coadunam com a informação prestada pela profissional. Considerando que o profissional em questão assina os EAPs, objetos das ARTs da profissional requerente, não resta comprovada a sua responsabilidade técnica através de ARTs; Considerando a presunção da boa fé da profissional, a CEA **DECIDIU** que a profissional Eng. Sanitarista e Ambiental Maria Carolina Quintino de Moraes, apresente as ARTs do Engenheiro Agrônomo Luiz Antônio Paro Junior, como responsável técnico pelos EAPs, contidos nas ARTs 1320220141126, 1320220151840, 1320230003787 e 1320230105730, objeto do pedido de baixa, haja vista que a profissional não pode responsabilizar-se



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA ESTADO DE MATO
GROSSO DO SUL

individualmente por tal estudo. Esclarecer e informar todos os estudos que foram objeto de cada licença ambiental, de forma individualizada, bem como os seus respectivos Termos de Referência, esclarecendo o que coube a cada profissional. Coordenou a votação o(a) Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho Marques. Votaram favoravelmente os senhores(as) conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno Cezar Alvaro Pontim, Antonio Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio Alves De Carvalho, Jose Antonio Maior Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo Elias De Oliveira e Leandro Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os senhores(as) conselheiros(as): Felipe Das Neves Monteiro. **5.4.12)** Cons. Fernando Vinicius Bressan - Protocolo n. P2025-038873-6 - Interessado: Liziane Aparecida da Silva - Assunto: Consulta sobre atribuição profissional – Assinatura de Estudo de PRAD. A Câmara Especializada de Agronomia do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o protocolo nº P2025/038873-6, que trata-se de consulta da profissional Engenheira Sanitarista e Ambiental Liziane Aparecida da Silva, protocolado sob nº P2025/038873-6, em 01 de agosto de 2025, acerca da atribuição profissional para responsabilidade técnica nos serviços que envolve Plano de Recuperação de Áreas Degradadas, conforme transcrito a seguir: “Sou Engenheira Ambiental e Sanitarista, registrada neste Conselho, e venho por meio deste solicitar esclarecimento quanto à minha atribuição profissional. Gostaria de confirmar se, como profissional da área, estou habilitada a elaborar e assinar Estudos de PRAD (Plano de Recuperação de Áreas Degradadas) para fins de licenciamento ambiental, restrita apenas à fase de elaboração e projeto”. O processo foi encaminhado ao Departamento Técnico e de Apoio ao Colegiado – DTC no dia 01/08/2025, conforme despacho da Seção de Protocolo do Crea-MS, para análise e emissão de parecer no intuito de subsidiar a resposta à interessada. Análise Considerando que a Resolução nº 1.073, de 19 de abril de 2016, do Confea, regulamenta a atribuição de títulos, atividades, competências e campos de atuação profissionais dos registrados no Sistema Confea/Crea para efeito de fiscalização do exercício profissional no âmbito da Engenharia e da Agronomia; Considerando que a mencionada resolução define atribuição profissional, formação profissional e competência profissional de acordo com o expresso nos incisos II e VI do art. 2º, in verbis: Art. 2º Para efeito da fiscalização do exercício das profissões objeto desta Resolução são adotadas as seguintes definições: (...) II – atribuição profissional: ato específico de consignar direitos e responsabilidades, na defesa da sociedade, para o exercício da profissão de acordo com a formação profissional obtida em cursos regulares, junto ao sistema oficial de ensino brasileiro; (...) VI – formação profissional: processo de aquisição de habilidades e conhecimentos profissionais, mediante conclusão com aproveitamento e diplomação em curso regular, junto ao sistema oficial de ensino brasileiro, visando ao exercício responsável da profissão; (...) VII – competência profissional: capacidade de utilização de conhecimentos, habilidades e atitudes necessários ao desempenho de atividades em campos profissionais específicos, obedecendo a padrões de qualidade e produtividade. Considerando que o projeto de recuperação de área degradada ou alterada (PRAD) é um instrumento de planejamento das ações de recuperação ou



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA ESTADO DE MATO
GROSSO DO SUL

recomposição da vegetação nativa contendo metodologias, cronogramas e insumos; Considerando que tal projeto busca transformar a condição degradada ou alterada de uma área no sentido de recompor sua integridade física, química e biológica, e, ao mesmo tempo, retomar sua capacidade produtiva, seja na produção de alimentos e matérias-primas ou na prestação de serviços ambientais; Considerando que o Conselho Federal de Engenharia e Agronomia – CONFEA, apreciando processo acerca de revisão atribuição de engenheiro sanitaria ambiental para o desempenho de forma individual da atividade de elaboração de PRAD, decidiu, consoante Decisão PL-1184/2022, de 05 de agosto de 2022, por indeferir o pedido do requerente fundamentando que PRAD e Estudos e Relatórios de Impactos Ambientais, de acordo com a multidisciplinaridade atinente a tais assuntos, envolvem conhecimentos de áreas diversas, podendo envolver atividades específicas referentes às quais o interessado em questão não possuía atribuições para a realização; Considerando que a referida decisão do Federal trouxe a fundamentação que para elaboração e execução de um projeto de recuperação, faz-se necessário avaliar alguns tópicos como os que se seguem: a análise da(s) região(ões) fitogeográfica(s) em que estão localizadas as áreas a recuperar; seleção, mensuração e definição do tipo de uso futuro das áreas a recuperar; análise da vegetação ocorrente na região de localização das áreas a reabilitar; análise da topografia das áreas a reabilitar; análises físico-químicas do solo das áreas a reabilitar; atividades de reconformação de terrenos; atividades de preparo e correção do solo para plantio; seleção de espécies vegetais a serem introduzidas; aquisição/produção de mudas; atividades de plantio (mudas e sementes); atividades de manutenção dos plantios, dentre outros, julgados necessários pelo órgão ambiental competente; e atividades de controle fitossanitário (mediante diagnose e emissão de receituário agrônomo) para garantia de recomposição de flora na área a ser recuperada; acompanhamento de crescimento e manejo da flora na área recuperada; Considerando ainda que um projeto de recuperação e estudos ambientais podem envolver, por exemplo: projeto de reflorestamento; estudo dos remanescentes florestais dos locais a serem reflorestados, para levantamento das espécies presentes e do tipo de vegetação; levantamento das condições ambientais e possíveis formas de degradação (uso de defensivos agrícolas, queimadas, passagem de gado etc.), incluindo a análise de acidez e ausência de nutrientes no solo, para eventuais correções; questões químicas e questões biológicas, envolvendo fauna e flora; escolha do modelo de recuperação, de acordo com os objetivos e características locais, seguindo os critérios de escolha pré-definidos; escolha das espécies a serem plantadas, tendo como base as características da vegetação original, no modelo de reflorestamento escolhido e nas características locais do ambiente, planejamento das pequenas e micro bacia hidrográfica como um todo, destacando a cobertura vegetal dos divisores de água e a utilização racional dos solos entre o divisor e a mata ciliar; Considerando, portanto, que quando se tratarem de matérias multidisciplinares, tanto o Plano de Recuperação de áreas Degradadas e/ou Estudos e Relatórios de Impactos Ambientais, deverão ser elaborados por equipe técnica multidisciplinar, composta de profissionais que detêm competências e habilidades de acordo com as atividades específicas envolvidas em cada caso para suas realizações, decorrentes da



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA ESTADO DE MATO
GROSSO DO SUL

formação profissional obtida em curso regular; Considerando que a Instrução Normativa IBAMA nº 14, de 01 de julho de 2024, que dispõe sobre procedimentos para elaboração, apresentação, execução e monitoramento de PRAD pelo administrado com vistas ao cumprimento da legislação ambiental em todos os biomas e suas respectivas fitofisionomias, traz o entendimento nos termos do art. 5º, VII, que para elaboração, execução e monitoramento de PRAD em ambientes terrestres deve-se considerar que cada situação possui particularidades e especificidades, não existindo uma forma padronizada, genérica, completa e/ou definitiva quando se objetiva a recuperação de ambientes. Considerando que todo serviço técnico e obra de Engenharia e Agronomia estão sujeitos ao registro da ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) junto ao Crea da respectiva jurisdição, por parte dos profissionais responsáveis técnicos/autores, nos termos em que manda a Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977; Considerando que a Resolução nº 1.137, de 31 de março de 2023, do Confea, dispõe sobre a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART, e prescreve no seu artigo 11, IV, que a ART de equipe indica que diversas atividades, objetos de contrato único, são desenvolvidas em conjunto por mais de um profissional com competências diferenciadas; Considerando que a supracitada resolução, em seu artigo 28, estabelece que trabalhos em equipe, para execução de obra ou prestação de serviço, obriga ao registro de ART vinculada à ART primeiramente registrada; Considerando que a Resolução CONFEA nº 218, de 29 de junho de 1973, discrimina atividades das diferentes modalidades da Engenharia e Agronomia, e prevê em seu art. 10 as atividades inerentes ao título de engenheiro florestal como aquelas de desempenho das atividades 01 a 18 do artigo 1º desta Resolução, referentes à engenharia rural; construções para fins florestais e suas instalações complementares, silvimetria e inventário florestal; melhoramento florestal; recursos naturais renováveis; ecologia, climatologia, defesa sanitária florestal; produtos florestais, sua tecnologia e sua industrialização; edafologia; processos de utilização de solo e de floresta; ordenamento e manejo florestal; mecanização na floresta; implementos florestais; economia e crédito rural para fins florestais; seus serviços afins e correlatos; Considerando que a mesma resolução verifica ao profissional engenheiro agrônomo o desempenho das atividades 01 a 18 do artigo 1º desta Resolução, referentes à engenharia rural; construções para fins rurais e suas instalações complementares; irrigação e drenagem para fins agrícolas; fitotecnia e zootecnia; melhoramento animal e vegetal; recursos naturais renováveis; ecologia, agrometeorologia; defesa sanitária; química agrícola; alimentos; tecnologia de transformação (açúcar, amidos, óleos, laticínios, vinhos e destilados); beneficiamento e conservação dos produtos animais e vegetais; zootecnia; agropecuária; edafologia; fertilizantes e corretivos; processo de cultura e de utilização de solo; microbiologia agrícola; biometria; parques e jardins; mecanização na agricultura; implementos agrícolas; nutrição animal; Considerando que, no âmbito da atividade de responsabilidade técnica para elaboração de PRAD, ambos os profissionais acima relacionados obtiveram junto ao sistema oficial de ensino brasileiro, pelo perfil de suas formações, conhecimentos generalistas e específicos que conferem atribuições para o exercício da atividade de PRAD, em virtude da aplicação e compreensão interdisciplinar das disciplinas de Botânica, Fisiologia Vegetal, Microbiologia, Ecologia, Fitopatologia,



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA ESTADO DE MATO
GROSSO DO SUL

Entomologia, Fertilidade, Conservação e Classificação de Solos, Edafologia, Climatologia e Meteorologia Agrícola, entre outras; Considerando, segundo a análise da documentação anexada aos autos do processo digitalizado, que a requerente concluiu sua graduação no curso de Engenharia Ambiental e Sanitária na Fundação Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, encontrando-se tal instituição devidamente registrada e seu curso cadastrado perante o Crea-MS, nos termos estabelecidos pela Resolução nº 1.073/2016, do Confea; Considerando, após efetuada pesquisa na plataforma E-Crea, que a Engenheira Sanitarista e Ambiental Liziane Aparecida da Silva está devidamente registrada no Crea-MS, sob nº 69956 - MS, sendo anotado em seus assentamentos as atribuições profissionais conferidas pela Resolução nº 310, de 1986, e pela Resolução nº 447, de 2000, ambas do Confea, que tratam das atribuições conferidas aos profissionais engenheiros sanitaristas e aos engenheiros ambientais, respectivamente; Considerando que a Resolução nº 310/1986, do Confea, estabelece em seu art. 1º que compete ao Engenheiro Sanitarista o desempenho das atividades 01 a 18 do artigo 1º da Resolução nº 218/73 do CONFEA, referente a: sistemas de abastecimento de água, incluindo captação, adução, reservação, distribuição e tratamento de água;. sistemas de distribuição de excretas e de águas residuárias (esgoto) em soluções individuais ou sistemas de esgotos, incluindo tratamento; coleta, transporte e tratamento de resíduos sólidos (lixo); controle sanitário do ambiente, incluindo o controle de poluição ambiental; controle de vetores biológicos transmissores de doenças (artrópodes e roedores de importância para a saúde pública); instalações prediais hidrossanitárias; saneamento de edificações e locais públicos, tais como piscinas, parques e áreas de lazer, recreação e esporte em geral; saneamento dos alimentos; Considerando que a Resolução nº 447/2000, do Confea, consolida em seu art. 2º que compete ao engenheiro ambiental o desempenho das atividades 1 a 14 e 18 do art. 1º da Resolução nº 218, de 29 de junho de 1973, referentes à administração, gestão e ordenamento ambientais e ao monitoramento e mitigação de impactos ambientais, seus serviços afins e correlatos; Considerando que o Federal, em sua jurisprudência, pelo teor da Decisão PL-0450/2022, de 25 de março de 2022, trouxe luz ao entendimento de que nos processos que envolvam recuperação de áreas de vegetação degradadas, restauração florestal, recuperação de vegetação nativa e revegetação, faz-se necessária a participação de pelo menos um dos seguintes profissionais listados: Engenheiros Florestais, Agrônomos e Engenheiros Agrônomos, em razão, fundamentalmente, das características de suas formações profissionais obtidas junto ao sistema oficial de ensino brasileiro; Considerando que a requente, desse modo, não detêm as atribuições e/ou habilitações necessárias para o desempenho da atividade de PRAD de forma individual, porém, a depender dos diagnósticos a serem realizados para fins de recuperação de área, entre outras peças, a mesma poderá participar de equipe multidisciplinar e proceder o registro de ART de Equipe vinculando sua ART a de outros profissionais igualmente habilitados a desempenharem tais atividades, nos termos art. 28 da Resolução nº 1.137/2023, do Confea. A CEA **DECIDIU** por: **a.** Ante as legislações e normativos em vigor que tratam das atribuições profissionais, no âmbito do Sistema Confea/Crea, bem como, as disposições da Instrução Normativa IBAMA nº 14, de 01 de julho de 2024, visando a resposta da consulta da



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA ESTADO DE MATO
GROSSO DO SUL

Engenheira Sanitarista e Ambiental Liziane Aparecida da Silva, protocolada sob nº P2025/038873-6, salienta-se que para o desempenho da atividade de PRAD é primordial considerar o caráter multidisciplinar de tal serviço, e em razão de envolver processos de recuperação de áreas de vegetação degradadas, restauração florestal, recuperação de vegetação nativa e revegetação, será condição necessária a participação de profissionais com formação atinente aos títulos engenheiros agrônomos, agrônomos e/ou engenheiros florestais, tanto nas fases de elaboração do projeto como execução, fundamentando-se pela Resolução nº 218/1973 e decisões do Confea PL-1184/2022 e PL-0450/2022; **b.** Dar conhecimento a interessada que engenheiros ambientais e/ou sanitaristas poderão participar de trabalhos relacionados a PRAD, porém, vedado o desempenho de atividades além daquelas que lhe competem pelas características de seu currículo escolar; **c.** Informar ainda que caso ocorra a participação em equipe multidisciplinar para elaboração do PRAD, os referidos profissionais devem proceder o registro de ART de Equipe, em cumprimento a Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977, observados os ditames da Resolução nº 1.137, de 31 de março de 2023, do Confea; **d.** Após elaboração de expediente, e posterior trânsito em julgado do processo, arquiva-se os autos. Coordenou a votação o(a) Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho Marques. Votaram favoravelmente os senhores(as) conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno Cezar Alvaro Pontim, Antonio Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio Alves De Carvalho, Jose Antonio Maior Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo Elias De Oliveira e Leandro Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os senhores(as) conselheiros(as): Felipe Das Neves Monteiro. **5.4.13)** Cons. Fernando Vinicius Bressan - Protocolo n. P2025-042491-0 - Interessado: Alessandro Cesar Moreno - Assunto: Solicitação de atribuição. A Câmara Especializada de Agronomia do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o protocolo nº P2025/042491-0, que trata-se de solicitação de atribuição do profissional engenheiro ambiental e engenheiro de segurança do trabalho Alessandro Cesar Moreno, protocolado sob nº P2025/042491-0, em 11 de agosto de 2025, no sentido de verificar se o profissional estaria autorizado a realizar a atividade de inventário florestal, conforme mensagem eletrônica acostada aos autos do processo digitalizado, transcrita em resumo a seguir: “Prezados, boa tarde, estou precisando das minhas atribuições, principalmente se estou autorizado a fazer Inventário Florestal. Como devo prosseguir?” O interessado anexa a respectiva mensagem sua carteira profissional, histórico escolar do curso de engenharia ambiental da instituição Faculdades Adamantinenses Integradas, ementas de disciplinas cursadas na respectiva graduação em engenharia ambiental e certificado de conclusão no curso de especialização em Engenharia de Segurança do Trabalho, com carga horária de 780 horas, emitido pela instituição de ensino Faculdades Adamantinenses Integradas. No dia 22 de agosto do vigente ano, o requerente encaminha nova mensagem eletrônica solicitando o retorno a demanda inicial o mais breve possível, conforme documento juntado na página 25 do processo digitalizado. O processo foi encaminhado ao Departamento Técnico e de Apoio ao Colegiado - DTC, pela Seção de Protocolo do Crea-MS, que por



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA ESTADO DE MATO
GROSSO DO SUL

sua vez despachou ao presente Analista Técnico para análise e emissão de parecer no intuito de subsidiar a apreciação e julgamento pela Câmara Especializada de Agronomia - CEA. Análise Considerando que as solicitações que tratam de extensão de atribuições profissionais devem observar os procedimentos prescritos pela Resolução nº 1.073, de 19 de abril de 2016, a qual regulamenta a atribuição de títulos, atividades, competências e campos de atuação profissionais àqueles registrados no Sistema Confea/Crea para efeito de fiscalização do exercício profissional no âmbito da Engenharia e da Agronomia; Considerando que o Crea-MS oportuniza aos profissionais registrados e com visto em sua circunscrição o serviço de “Revisão de Atribuição”, disponível no sítio eletrônico do Regional na seção “Profissional>>Serviços”, informando que, para tanto, o interessado deve apresentar requerimento detalhando quais as atribuições requeridas e especificando, se for o caso, as disciplinas cursadas em sua formação acadêmica, que a seu julgamento contribuem para a realização das atividades requeridas, bem como, o mesmo deve anexar a Matriz Curricular contendo os conteúdos das disciplinas cursadas em sua formação acadêmica, que a seu julgamento contribuem para a realização das atividades requeridas ou Certificado e Histórico de cursos de Pós-Graduação, Mestrado e/ou Doutorado; Considerando que o interessado não formalizou devidamente o pedido de revisão de atribuição, uma vez que não informou no ato do requerimento as disciplinas em que considera suficiente para realizar as atividades de inventário florestal, tampouco anexara em sua plenitude o ementário das disciplinas subscritas no respectivo histórico escolar da instituição de ensino Faculdades Adamantinenses Integradas – FAI; Considerando, de acordo com pesquisa realizada na plataforma E-Crea, que o engenheiro ambiental e engenheiro de segurança do trabalho Alessandro Cesar Moreno encontra-se devidamente registrado no Crea-SP, sob nº 5062951670 – SP, e possui visto no Crea-MS, sob nº 20928, sendo anotado em seus assentamentos as atribuições profissionais conferidas pelo artigo 2º da Resolução nº 447, de 2000, do Confea, que trata das atividades exercidas pelos profissionais engenheiros ambientais, in verbis: “Art. 2º Compete ao engenheiro ambiental o desempenho das atividades 1 a 14 e 18 do art. 1º da Resolução nº 218, de 29 de junho de 1973, referentes à administração, gestão e ordenamento ambientais e ao monitoramento e mitigação de impactos ambientais, seus serviços afins e correlatos. Ademais, acrescenta-se as atribuições previstas no artigo 4º da Resolução nº 359, de 1991, do Confea, que dispõe sobre o exercício profissional, o registro e as atividades do Engenheiro de Segurança do Trabalho; Considerando que habilitações profissionais são conferidas pelo histórico escolar do interessado, sendo necessária sua análise quanto ao conteúdo das disciplinas, objetivando conceder extensão das atribuições profissionais além daquelas conferidas no ato do registro profissional; Considerando que a Resolução nº 1.073/2016 estabelece em seu art. 7º, § 1º, que a concessão de extensão de atribuição inicial será efetivada com base na análise das câmaras especializadas competentes do Crea da circunscrição na qual se encontra estabelecida a instituição de ensino ou a sede do campus avançado, conforme o caso; Considerando, segundo a análise da documentação anexada aos autos do processo digitalizado, que o requerente concluiu a respectiva graduação no curso de Engenharia Ambiental nas Faculdades



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA ESTADO DE MATO
GROSSO DO SUL

Adamantinenses Integradas – FAI, no município de Adamantina, Estado de São Paulo, encontrando-se a referida instituição de ensino na jurisdição do Crea-SP para os fins de análise, apreciação e julgamento das solicitações de extensão de atribuições, por força do que determina o art. 7º, § 1º, da Resolução nº 1.073/2016; Considerando que a atividade de inventário florestal se refere a um processo de coleta e análise de dados para obter informações qualitativas e quantitativas de povoamentos florestais, incluindo a quantificação de madeira e a identificação das espécies. Tendo assim, entre seus objetivos essenciais, determinar o estoque de madeira, planejar a exploração e o manejo, e fornecer dados para a análise da abundância, estado e condição dos recursos florestais; Considerando que a Resolução nº 218/1973 prescreve em seu art. 10º as atividades relacionadas ao título de engenheiro florestal como aquelas de desempenho das atividades 01 a 18 do artigo 1º desta Resolução, referentes à engenharia rural; construções para fins florestais e suas instalações complementares, silvimetria e inventário florestal; melhoramento florestal; recursos naturais renováveis; ecologia, climatologia, defesa sanitária florestal; produtos florestais, sua tecnologia e sua industrialização; edafologia; processos de utilização de solo e de floresta; ordenamento e manejo florestal; mecanização na floresta; implementos florestais; economia e crédito rural para fins florestais; seus serviços afins e correlatos; (grifo nosso) Considerando que a supramencionada resolução prevê em seu art. 25 que “nenhum profissional poderá desempenhar atividades além daquelas que lhe competem, pelas características de seu currículo escolar, consideradas em cada caso, apenas, as disciplinas que contribuem para a graduação profissional, salvo outras que lhe sejam acrescidas em curso de pós-graduação, na mesma modalidade”; Considerando que as atividades de inventário florestal são atividades tipicamente atribuídas aos profissionais da engenharia florestal e/ou engenheiros agrônomos, não obstante a análise curricular caso a caso, confirmada pelo processo de extensão de atribuição dos profissionais da mesma categoria/modalidade profissional; Considerando, segundo as atribuições subscritas na Ficha Cadastral do profissional engenheiro ambiental e engenheiro de segurança do trabalho Alessandro Cesar Moreno, que o mesmo não detém atribuições para o exercício da atividade de inventário florestal, visto que sua formação não guarda relação com as atribuições típicas de engenheiros florestais e/ou profissionais da modalidade Agronomia; a CEA **DECIDIU** por: **1.** Indeferir a solicitação do engenheiro ambiental e engenheiro de segurança do trabalho Alessandro Cesar Moreno, consoante análise da documentação apresentada ao processo de solicitação de atribuição sob nº P2025/042491-0, acerca das respectivas atribuições para o desempenho das atividades de inventário florestal, visto que o requerente não detém competência para realização de tal atividade, segundo as habilitações conferidas e anotadas em seu registro profissional, comprovando-se que as mesmas não possuem consonância com as atribuições constantes no artigo 10 da Resolução nº 218/1973, do Confea, que define as atribuições do profissional engenheiro florestal. Ademais, o profissional não atendeu as exigências previstas na Resolução nº 1.073, de 2016, para extensão de atribuição; **2.** Dar conhecimento ao interessado que as atividades de inventário florestal são atividades tipicamente atribuídas aos profissionais da engenharia florestal e/ou engenheiros agrônomos, não obstante a



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA ESTADO DE MATO
GROSSO DO SUL

análise curricular caso a caso, confirmada pelo processo de extensão de atribuição dos profissionais da mesma categoria/modalidade profissional, fundamentando-se pelo art. 25 da Resolução nº 218, de 1973, e pelas disposições da Resolução nº 1.073, de 2016, ambas do Confea; **3.** Esclarecer, também, que eventuais solicitações de extensão de atribuição inicial, relacionada em razão da conclusão do curso de graduação em Engenharia Ambiental nas Faculdades Adamantinenses Integradas – FAI, deverão ser submetidas ao Crea-SP, uma vez que seria naquela circunscrição onde se encontra estabelecida a instituição de ensino superior, devidamente registrada e cadastrada, com base no que determina o artigo 7º, § 1º, da Resolução nº 1.073/2016; **4.** Após todas as providências e trânsito em julgado, arquiva-se os autos. Coordenou a votação o(a) Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho Marques. Votaram favoravelmente os senhores(as) conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno Cezar Alvaro Pontim, Antonio Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio Alves De Carvalho, Jose Antonio Maior Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo Elias De Oliveira e Leandro Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os senhores(as) conselheiros(as): Felipe Das Neves Monteiro. **5.4.14)** Cons. Paulo Eduardo Teodoro - Protocolo n. F2025/033690-6 - Interessado: Oraldo Zanon Junior - Assunto: Revisão de Atribuição. A Câmara decidiu por transferir o assunto para pauta da próxima reunião. **5.4.15)** Cons. Paulo Eduardo Teodoro - Protocolo n. F2025/036851-4 - Interessado: Isabela Denari - Assunto: Revisão de Atribuição. A Câmara decidiu por transferir o assunto para pauta da próxima reunião. **5.4.16)** Cons. Paulo Eduardo Teodoro - Protocolo n. F2025/054996-9 - Interessado: Thamires Esquivel Carvalho Moreno - Assunto: Baixa de ART. A Câmara decidiu por transferir o assunto para pauta da próxima reunião. **5.5) Relatos de Processos de Auto de Infração. 5.5.1) Com Defesa. 5.5.1.1)** alínea "D" do art. 73 da Lei nº 5.194, de 1966. – Nulidade. **5.5.1.1.1)** Processo n. I2025/000698-1 Interessado: Eduardo Nolasco Basso. A Câmara Especializada de Agronomia do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o processo nº I2025/000698-1, que trata de processo de Auto de Infração (AI) nº I2025/000698-1, lavrado em 8 de janeiro de 2025, em desfavor de Eduardo Nolasco Basso, por infração à alínea "A" do art. 6º da Lei nº 5.194, de 1966, ao desenvolver a atividade de projeto de custeio de investimento para a Fazenda Ronda, conforme cédula rural C403.212.15-0, sem a participação de profissional legalmente habilitado; Considerando que a alínea "A" do art. 6º da Lei nº 5.194, de 1966, estabelece que exerce ilegalmente a profissão de engenheiro ou engenheiro agrônomo a pessoa física ou jurídica que realizar atos ou prestar serviços, públicos ou privados, reservados aos profissionais de que trata esta Lei e que não possua registro nos Conselhos Regionais; Considerando que a pessoa física autuada recebeu o Auto de Infração em 21/01/2025, conforme Aviso de Recebimento anexo aos autos; Considerando que o autuado apresentou defesa, na qual anexou a ART nº 1320250007637, que foi registrada em 15/01/2025 pelo Engenheiro Agrônomo Osvaldo Francisco Dos Santos Plein e que se refere aos projetos de investimento de um escarificador, uma plataforma e um distribuidor para a Fazenda Ronda, de Propriedade de Eduardo Nolasco Basso; Considerando que a ART nº 1320250007637 substituiu a ART nº 1320240168878, que foi concluída



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA ESTADO DE MATO
GROSSO DO SUL

em 16/12/2024 e constava o número do Contrato C403.212.15-0; Considerando que a ART nº 1320240168878 foi registrada anteriormente à lavratura do auto de infração e comprova que o serviço estava devidamente regularizado; Considerando que, de acordo com o art. 59 da Resolução nº 1.008, do Confea, a instauração, a instrução e o julgamento do processo de infração obedecerão, entre outros, ao princípio da motivação; Considerando que, conforme o art. 2º da Lei nº 9.784/1999, que o regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, a Administração Pública obedecerá, dentre outros, aos princípios da legalidade, finalidade, motivação, razoabilidade, proporcionalidade, moralidade, ampla defesa, contraditório, segurança jurídica, interesse público e eficiência; Considerando que o art. 47, caput e inciso VII da Resolução nº 1.008, de 9 de dezembro de 2004, estabelece que a nulidade dos atos processuais ocorrerá no caso de falta de cumprimento de demais formalidades previstas em lei; Considerando, portanto, que a inexistência de motivação para a lavratura do Auto de Infração objeto deste processo, provoca a sua nulidade, bem como a de todos os atos processuais subsequentes; Considerando que o autuado apresentou em sua defesa profissional legalmente habilitado, contratado anteriormente à lavratura do auto de infração, comprovando a regularidade do serviço, a CEA **DECIDIU** pela nulidade do Auto de Infração nº I2025/000698-1, nos termos do inciso VII, art. 47 da Res. 1008/2004, e o consequente arquivamento do processo. Coordenou a votação o(a) Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho Marques. Votaram favoravelmente os senhores(as) conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno Cezar Alvaro Pontim, Antonio Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio Alves De Carvalho, Jose Antonio Maior Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo Elias De Oliveira e Leandro Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os senhores(as) conselheiros(as): Felipe Das Neves Monteiro. **5.5.1.1.2)** Processo n. I2024/080835-0 Interessado: Hilda Macera Muchon. A Câmara Especializada de Agronomia do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o processo nº I2024/080835-0, que trata-se de processo de Auto de Infração (AI) nº I2024/080835-0, lavrado em 18 de dezembro de 2024, em desfavor da pessoa física Hilda Macera Muchon, por infração à alínea "A" do art. 6º da Lei nº 5.194, de 1966, ao desenvolver a atividade de projeto de recuperação de pastagem, conforme cédula rural 40/04218-9, sem a participação de responsável técnico legalmente habilitado; Considerando que a alínea "A" do art. 6º da Lei nº 5.194, de 1966, estabelece que exerce ilegalmente a profissão de engenheiro ou engenheiro agrônomo a pessoa física ou jurídica que realizar atos ou prestar serviços, públicos ou privados, reservados aos profissionais de que trata esta Lei e que não possua registro nos Conselhos Regionais; Considerando que o autuado recebeu o auto de infração em 14/12/2024, conforme Aviso de Recebimento anexo aos autos; Considerando que a autuada foi notificada em 31 de março de 2025, conforme Edital de Intimação anexo aos autos, publicado em Diário Oficial Eletrônico; Considerando que a autuada apresentou defesa, na qual anexou a ART nº 1320240161269, que foi registrada em 04/12/2024 pelo Engenheiro Agrônomo Luiz Henrique Gesse Molina e se refere à elaboração de projetos agropecuários para investimentos, custeio e outras linhas disponíveis nos



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA ESTADO DE MATO
GROSSO DO SUL

bancos, para o ano safra 2023/2024 e 2024/2025, para a Fazenda Chave de Prata, de propriedade de Hilda Macera Muchon; Considerando que a ART nº 1320240161269 foi registrada anteriormente à lavratura do auto de infração e comprova que o serviço estava devidamente regularizado; Considerando que, de acordo com o art. 59 da Resolução nº 1.008, do Confea, a instauração, a instrução e o julgamento do processo de infração obedecerão, entre outros, ao princípio da motivação; Considerando que, conforme o art. 2º da Lei nº 9.784/1999, que o regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, a Administração Pública obedecerá, dentre outros, aos princípios da legalidade, finalidade, motivação, razoabilidade, proporcionalidade, moralidade, ampla defesa, contraditório, segurança jurídica, interesse público e eficiência; Considerando que o art. 47, caput e inciso VII da Resolução nº 1.008, de 9 de dezembro de 2004, estabelece que a nulidade dos atos processuais ocorrerá no caso de falta de cumprimento de demais formalidades previstas em lei; Considerando, portanto, que a inexistência de motivação para a lavratura do Auto de Infração objeto deste processo, provoca a sua nulidade, bem como a de todos os atos processuais subsequentes; Considerando que o autuado apresentou em sua defesa profissional legalmente habilitado, contratado anteriormente à lavratura do auto de infração, comprovando a regularidade do serviço, a CEA **DECIDIU** pela nulidade do Auto de Infração nº I2024/080835-0, nos termos do inciso VII, art. 47 da Res. 1008/2004, e o consequente arquivamento do processo. Coordenou a votação o(a) Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho Marques. Votaram favoravelmente os senhores(as) conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno Cezar Alvaro Pontim, Antonio Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio Alves De Carvalho, Jose Antonio Maior Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo Elias De Oliveira e Leandro Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os senhores(as) conselheiros(as): Felipe Das Neves Monteiro. **5.5.1.1.3)** Processo n. I2025/015853-6 Interessado: GUILHERME HANS APOLINÁRIO DE SOUZA. A Câmara Especializada de Agronomia do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o processo nº I2025/015853-6, que trata-se de processo de Auto de Infração (AI) nº I2025/015853-6, lavrado em 10 de abril de 2025, em desfavor da pessoa física Guilherme Hans Apolinário De Souza, por infração à alínea "A" do art. 6º da Lei nº 5.194, de 1966, ao desenvolver a atividade de bovinocultura para a Fazenda Santa Carolina, conforme cédula rural 456305, sem a participação de responsável técnico legalmente habilitado; Considerando que a alínea "A" do art. 6º da Lei nº 5.194, de 1966, estabelece que exerce ilegalmente a profissão de engenheiro ou engenheiro agrônomo a pessoa física ou jurídica que realizar atos ou prestar serviços, públicos ou privados, reservados aos profissionais de que trata esta Lei e que não possua registro nos Conselhos Regionais; Considerando que o inciso II do art. 1º da Decisão Normativa nº 74, de 27 de agosto de 2004, esclarece que pessoas físicas leigas executando atividades privativas de profissionais fiscalizados pelo Sistema Confea/Crea estarão infringindo a alínea "a" do art. 6º da Lei nº 5.194, de 1966; Considerando que a pessoa física autuada recebeu o Auto de Infração em 24/04/2025, conforme Aviso de Recebimento anexo aos autos; Considerando que o autuado apresentou defesa, no qual



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA ESTADO DE MATO
GROSSO DO SUL

alegou, em suma, que: Quanto a falta de apresentação de ART referente ao Custeio Pecuário, Cédula Rural N°456305 do Banco Bradesco, em minha propriedade, não foi emitida devido a não exigência do Banco Bradesco na hora da apresentação do checklist de documentos necessários; Como sendo eu o proprietário, e responsável pelo empreendimento, entendi que não seria necessário a emissão da ART de minha parte; Em atendimento a irregularidade cometida por mim, segue em anexo ART N° 1320250053661 devidamente preenchida e assinada, conforme exigência do Crea; Considerando que, em consulta ao Portal de Serviços do Crea-MS, constata-se que o autuado é engenheiro agrônomo devidamente registrado, com anuidades pagas desde o ano de 2008 (Sistema Legado); Considerando, portanto, que o autuado não é pessoa física leiga e a infração não poderia ter sido capitulada na alínea "A" do art. 6º da Lei nº 5.194, de 1966; Considerando que a falta de correspondência entre o dispositivo legal infringido e os fatos descritos no auto de infração configura nulidade dos atos processuais, conforme o inciso V do art. 47 da Resolução nº 1.008, de 9 de dezembro de 2004; Considerando a falta de correspondência entre o dispositivo legal infringido e os fatos descritos no auto de infração, a CEA **DECIDIU** pela nulidade do Auto de Infração nº I2025/015853-6 e o consequente arquivamento do processo. Coordenou a votação o(a) Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho Marques. Votaram favoravelmente os senhores(as) conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno Cezar Alvaro Pontim, Antonio Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio Alves De Carvalho, Jose Antonio Maior Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo Elias De Oliveira e Leandro Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os senhores(as) conselheiros(as): Felipe Das Neves Monteiro. **5.5.1.1.4**) Processo n. I2022/101392-4 Interessado: Anizio Cezar De Emílio. A Câmara Especializada de Agronomia do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o processo nº I2022/101392-4, que trata-se de processo de Auto de Infração (AI) nº I2022/101392-4, lavrado em 12 de julho de 2022, em desfavor da pessoa física Anizio Cezar De Emílio, por infração à alínea "A" do art. 6º da Lei nº 5.194, de 1966, ao desenvolver a atividade de projeto de bovinocultura para a Fazenda Estrela, conforme cédula rural 410/15052-6, emitida em 08/11/2021, sem a participação de responsável técnico legalmente habilitado; Considerando que a alínea "A" do art. 6º da Lei nº 5.194, de 1966, estabelece que exerce ilegalmente a profissão de engenheiro ou engenheiro agrônomo a pessoa física ou jurídica que realizar atos ou prestar serviços, públicos ou privados, reservados aos profissionais de que trata esta Lei e que não possua registro nos Conselhos Regionais; Considerando que o inciso II do art. 1º da Decisão Normativa nº 74, de 27 de agosto de 2004, esclarece que pessoas físicas leigas executando atividades privativas de profissionais fiscalizados pelo Sistema Confea/Crea estarão infringindo a alínea "a" do art. 6º da Lei nº 5.194, de 1966; Considerando o Parecer n. 015/2019-DJU (anexo), e como houve a apresentação da defesa via sistema antes da postagem da autuação, caracterizando a ciência do autuado, não foi encaminhada a correspondência via correios, portanto, essa autuação não possui o AR - Aviso de Recebimento; Considerando que o autuado apresentou defesa, no qual apresentou a ART nº 744139, que foi homologada em 11/03/2021 pela Médica Veterinária Mariana Arguello Vanni



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA ESTADO DE MATO
GROSSO DO SUL

Azevedo e se refere à elaboração de projeto de crédito rural para a Fazenda Estrela, de propriedade de Anizio Cezar De Emilio; Considerando que a ART nº 744139 foi registrada anteriormente à lavratura do auto de infração e comprova que o serviço estava devidamente regularizado; Considerando que, de acordo com o art. 59 da Resolução nº 1.008, do Confea, a instauração, a instrução e o julgamento do processo de infração obedecerão, entre outros, ao princípio da motivação; Considerando que, conforme o art. 2º da Lei nº 9.784/1999, que o regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, a Administração Pública obedecerá, dentre outros, aos princípios da legalidade, finalidade, motivação, razoabilidade, proporcionalidade, moralidade, ampla defesa, contraditório, segurança jurídica, interesse público e eficiência; Considerando que o art. 47, caput e inciso VII da Resolução nº 1.008, de 9 de dezembro de 2004, estabelece que a nulidade dos atos processuais ocorrerá no caso de falta de cumprimento de demais formalidades previstas em lei; Considerando, portanto, que a inexistência de motivação para a lavratura do Auto de Infração objeto deste processo, provoca a sua nulidade, bem como a de todos os atos processuais subsequentes; Considerando que o autuado apresentou em sua defesa profissional legalmente habilitada, contratada anteriormente à lavratura do auto de infração, comprovando a regularidade do serviço, à CEA **DECIDIU** pela nulidade do Auto de Infração nº I2022/101392-4, nos termos do inciso VII, art. 47 da Res. 1008/2004, e o consequente arquivamento do processo. Coordenou a votação o(a) Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho Marques. Votaram favoravelmente os senhores(as) conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno Cezar Alvaro Pontim, Antonio Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio Alves De Carvalho, Jose Antonio Maior Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo Elias De Oliveira e Leandro Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os senhores(as) conselheiros(as): Felipe Das Neves Monteiro. **5.5.1.1.5)** Processo n. I2025/017783-2 Interessado: Cláudio Michel Meira. A Câmara Especializada de Agronomia do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o processo nº I2025/017783-2, que trata-se de processo de Auto de Infração (AI) nº I2025/017783-2, lavrado em 24 de abril de 2025, em desfavor de Cláudio Michel Meira, por infração à alínea "A" do art. 6º da Lei nº 5.194, de 1966, ao desenvolver a atividade de projeto/assistência técnica de bovinocultura para a Fazenda Bruna, conforme cédula rural 573601534, sem a participação de profissional legalmente habilitado; Considerando que a alínea "A" do art. 6º da Lei nº 5.194, de 1966, estabelece que exerce ilegalmente a profissão de engenheiro ou engenheiro agrônomo a pessoa física ou jurídica que realizar atos ou prestar serviços, públicos ou privados, reservados aos profissionais de que trata esta Lei e que não possua registro nos Conselhos Regionais; Considerando que a pessoa física autuada recebeu o Auto de Infração em 30/04/2025, conforme Aviso de Recebimento anexo aos autos; Considerando que o autuado apresentou defesa, na qual anexou o TRT nº BR20241103532, que foi pago em 08/11/2024 pelo Técnico Agrícola em Agropecuária Giovani Moraes Victorianos e se refere a crédito rural para a Fazenda Bruna, de propriedade de Claudio Michel Meira; Considerando que o TRT nº BR20241103532 foi pago anteriormente à lavratura do auto de infração e comprova que



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA ESTADO DE MATO
GROSSO DO SUL

o serviço estava devidamente regularizado; Considerando que, de acordo com o art. 59 da Resolução nº 1.008, do Confea, a instauração, a instrução e o julgamento do processo de infração obedecerão, entre outros, ao princípio da motivação; Considerando que, conforme o art. 2º da Lei nº 9.784/1999, que o regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, a Administração Pública obedecerá, dentre outros, aos princípios da legalidade, finalidade, motivação, razoabilidade, proporcionalidade, moralidade, ampla defesa, contraditório, segurança jurídica, interesse público e eficiência; Considerando que o art. 47, caput e inciso VII da Resolução nº 1.008, de 9 de dezembro de 2004, estabelece que a nulidade dos atos processuais ocorrerá no caso de falta de cumprimento de demais formalidades previstas em lei; Considerando, portanto, que a inexistência de motivação para a lavratura do Auto de Infração objeto deste processo, provoca a sua nulidade, bem como a de todos os atos processuais subsequentes; Considerando que o autuado apresentou em sua defesa profissional legalmente habilitado, contratado anteriormente à lavratura do auto de infração, comprovando a regularidade do serviço, a CEA **DECIDIU** pela nulidade do Auto de Infração nº I2025/017783-2, nos termos do inciso VII, art. 47 da Res. 1008/2004, e o consequente arquivamento do processo. Coordenou a votação o(a) Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho Marques. Votaram favoravelmente os senhores(as) conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno Cezar Alvaro Pontim, Antonio Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio Alves De Carvalho, Jose Antonio Maior Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo Elias De Oliveira e Leandro Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os senhores(as) conselheiros(as): Felipe Das Neves Monteiro. **5.5.1.1.6) Processo n. I2025/017777-8 Interessado:** Ademir Stapazzolli. A Câmara Especializada de Agronomia do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o processo nº I2025/017777-8, que trata-se de processo de Auto de Infração (AI) nº I2025/017777-8, lavrado em 24 de abril de 2025, em desfavor de Ademir Stapazzolli, por infração à alínea "A" do art. 6º da Lei nº 5.194, de 1966, ao desenvolver a atividade de projeto/assistência técnica de bovinocultura para a Fazenda Paraguassu, conforme cédula rural C44220842-8, sem a participação de profissional legalmente habilitado; Considerando que a alínea "A" do art. 6º da Lei nº 5.194, de 1966, estabelece que exerce ilegalmente a profissão de engenheiro ou engenheiro agrônomo a pessoa física ou jurídica que realizar atos ou prestar serviços, públicos ou privados, reservados aos profissionais de que trata esta Lei e que não possua registro nos Conselhos Regionais; Considerando que a pessoa física autuada recebeu o Auto de Infração em 29/04/2025, conforme Aviso de Recebimento anexo aos autos; Considerando que o autuado apresentou defesa, na qual anexou o TRT nº BR20241209693, que foi pago em 19/12/2024 pelo Técnico Agrícola em Agropecuária Giovani Moraes Victorianos e se refere a crédito rural para a Fazenda Paraguassú, de propriedade de Ademir Stapazzolli; Considerando que o TRT nº BR20241209693 foi pago anteriormente à lavratura do auto de infração e comprova que o serviço estava devidamente regularizado; Considerando que, de acordo com o art. 59 da Resolução nº 1.008, do Confea, a instauração, a instrução e o julgamento do processo de infração obedecerão, entre



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA ESTADO DE MATO
GROSSO DO SUL

outros, ao princípio da motivação; Considerando que, conforme o art. 2º da Lei nº 9.784/1999, que o regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, a Administração Pública obedecerá, dentre outros, aos princípios da legalidade, finalidade, motivação, razoabilidade, proporcionalidade, moralidade, ampla defesa, contraditório, segurança jurídica, interesse público e eficiência; Considerando que o art. 47, caput e inciso VII da Resolução nº 1.008, de 9 de dezembro de 2004, estabelece que a nulidade dos atos processuais ocorrerá no caso de falta de cumprimento de demais formalidades previstas em lei; Considerando, portanto, que a inexistência de motivação para a lavratura do Auto de Infração objeto deste processo, provoca a sua nulidade, bem como a de todos os atos processuais subsequentes; Considerando que o autuado apresentou em sua defesa profissional legalmente habilitado, contratado anteriormente à lavratura do auto de infração, comprovando a regularidade do serviço, a CEA **DECIDIU** pela nulidade do Auto de Infração nº I2025/017777-8, nos termos do inciso VII, art. 47 da Res. 1008/2004, e o consequente arquivamento do processo. Coordenou a votação o(a) Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho Marques. Votaram favoravelmente os senhores(as) conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno Cezar Alvaro Pontim, Antonio Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio Alves De Carvalho, Jose Antonio Maior Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo Elias De Oliveira e Leandro Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os senhores(as) conselheiros(as): Felipe Das Neves Monteiro. **5.5.1.1.7)** Processo n. I2025/011933-6 Interessado: Nayara Zago Bassetto. A Câmara Especializada de Agronomia do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o processo nº I2025/011933-6, que trata-se de processo de Auto de Infração (AI) nº I2025/011933-6, lavrado em 25 de março de 2025, em desfavor da pessoa física Nayara Zago Bassetto, por infração à alínea "A" do art. 6º da Lei nº 5.194, de 1966, ao desenvolver a atividade de projeto de custeio pecuário para a Fazenda Boa Vista, conforme cédula rural 764.905.968, sem a participação de responsável técnico legalmente habilitado; Considerando que a alínea "A" do art. 6º da Lei nº 5.194, de 1966, estabelece que exerce ilegalmente a profissão de engenheiro ou engenheiro agrônomo a pessoa física ou jurídica que realizar atos ou prestar serviços, públicos ou privados, reservados aos profissionais de que trata esta Lei e que não possua registro nos Conselhos Regionais; Considerando que o inciso II do art. 1º da Decisão Normativa nº 74, de 27 de agosto de 2004, esclarece que pessoas físicas leigas executando atividades privativas de profissionais fiscalizados pelo Sistema Confea/Crea estarão infringindo a alínea "a" do art. 6º da Lei nº 5.194, de 1966; Considerando que a pessoa física autuada recebeu o Auto de Infração em 01/04/2025, conforme Aviso de Recebimento anexo aos autos; Considerando que a defesa foi apresentada pelo Engenheiro Agrônomo Roberto de Melo Bruno, na qual alegou que: "foi realizado um plano de custeio pecuário com aquisição de animais pela minha empresa Roberto de Melo Bruno ME, onde a cédula registrada no CRI de Chapadão do Sul consolidou em Dezembro/2024 a Janeiro/2025, porém devido ao crédito ser custeio com aquisição, a liberação do mesmo, se dá conforme a apresentação das notas de aquisição na compra dos animais. Assim, essas notas foram emitidas no



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA ESTADO DE MATO
GROSSO DO SUL

decorrer dos meses iniciais do ano de 2025 e após essa conclusão de pagamentos do crédito, é que foi realizado o pagamento da Sr Nayara com minha empresa de crédito, não havendo assim a emissão da ART anteriormente”; Considerando que foi anexada na defesa a ART nº 1320250044390, que foi registrada em 02/04/2025 pelo Engenheiro Agrônomo Roberto de Melo Bruno e se refere a projeto de custeio pecuário para a Fazenda Boa Vista, de propriedade de Nayara Zago Bassetto; Considerando que também consta na defesa o Plano de Custeio Pecuário Safra 2024/2025 elaborado pela empresa AgroSafra Agronegócios e assinado pelo Engenheiro Agrônomo Roberto de Melo Bruno; Considerando que o Plano de Custeio apresentado comprova que o serviço foi executado pela empresa AgroSafra Agronegócios; Considerando, portanto, que o correto seria ter autuado a pessoa jurídica AgroSafra Agronegócios, conforme os termos da legislação vigente; Considerando que a falta de correspondência entre o dispositivo legal infringido e os fatos descritos no auto de infração configura nulidade dos atos processuais, conforme o inciso V do art. 47 da Resolução nº 1.008, de 9 de dezembro de 2004; Considerando a falta de correspondência entre o dispositivo legal infringido e os fatos descritos no auto de infração, a CEA **DECIDIU** pela nulidade do Auto de Infração nº I2025/011933-6 e o consequente arquivamento do processo. Coordenou a votação o(a) Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho Marques. Votaram favoravelmente os senhores(as) conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno Cezar Alvaro Pontim, Antonio Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio Alves De Carvalho, Jose Antonio Maior Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo Elias De Oliveira e Leandro Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os senhores(as) conselheiros(as): Felipe Das Neves Monteiro. **5.5.1.1.8) Processo n. I2024/073831-9 Interessado: AFONSO CESAR CASTANHARO.** A Câmara Especializada de Agronomia do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o processo nº I2024/073831-9, que trata-se de processo de Auto de Infração (AI) nº I2024/073831-9, lavrado em 29 de outubro de 2024, em desfavor da pessoa física AFONSO CESAR CASTANHARO, por infração à alínea "A" do art. 6º da Lei nº 5.194, de 1966, ao desenvolver a atividade de assistência/assessoria/consultoria de soja, sem a participação de responsável técnico legalmente habilitado; Considerando que a alínea "A" do art. 6º da Lei nº 5.194, de 1966, estabelece que exerce ilegalmente a profissão de engenheiro ou engenheiro agrônomo a pessoa física ou jurídica que realizar atos ou prestar serviços, públicos ou privados, reservados aos profissionais de que trata esta Lei e que não possua registro nos Conselhos Regionais; Considerando que a pessoa física autuada foi notificada em 11/11/2024, conforme Aviso de Recebimento – AR anexo aos autos; Considerando que o autuado é engenheiro agrônomo e se registrou no Crea-MS em 08/05/2018, conforme consulta ao Portal de Serviços do Crea-MS; Considerando que o autuado não é pessoa física leiga e, portanto, a capitulação da infração não deveria ocorrer na alínea "A" do art. 6º da Lei nº 5.194, de 1966; Considerando que a falta de correspondência entre o dispositivo legal infringido e os fatos descritos no auto de infração configura nulidade dos atos processuais, conforme o inciso V do art. 47 da Resolução nº 1.008, de 9 de dezembro de 2004; Considerando a falta de correspondência entre o dispositivo legal infringido e os



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA ESTADO DE MATO
GROSSO DO SUL

fatos descritos no auto de infração, a CEA **DECIDIU** pela nulidade do Auto de Infração nº I2024/073831-9 e o consequente arquivamento do processo. Coordenou a votação o(a) Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho Marques. Votaram favoravelmente os senhores(as) conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno Cezar Alvaro Pontim, Antonio Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio Alves De Carvalho, Jose Antonio Maior Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo Elias De Oliveira e Leandro Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os senhores(as) conselheiros(as): Felipe Das Neves Monteiro.

5.5.1.2) alínea "B" do art. 73 da Lei nº 5.194, de 1966. – Nulidade. 5.5.1.2.1) Processo n. I2025/008315-3 Interessado: Lorena Aparecida Azevedo Durans. A Câmara Especializada de Agronomia do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o processo nº I2025/008315-3, que trata de processo de Auto de Infração (AI) de n. I2025/008315-3, lavrado em 5 de março de 2025, em desfavor de Lorena Aparecida Azevedo Durans, por infração ao art. 55 da Lei nº 5.194, de 1966, por falta de registro de profissional no Crea, e penalidade prevista na alínea "b" do art. 73 da lei 5.194/66, referente à realização de assistência técnica de defensivos agrícolas para VITTIA ORGANO S.A; Considerando que, conforme o art. 55 da Lei nº 5.194/1966, os profissionais habilitados na forma estabelecida nesta lei só poderão exercer a profissão após o registro no Conselho Regional, sob cuja jurisdição se achar o local de sua atividade; Considerando que, conforme inciso III do art. 1º da Decisão Normativa nº 74, de 27 de agosto de 2004, profissionais fiscalizados pelo Sistema Confea/Crea executando atividades sem possuir o registro no Crea estarão infringindo o art. 55, com multa prevista na alínea "b" do art. 73 da Lei nº 5.194, de 1966; Considerando que a ciência do Auto de Infração ocorreu em 20/03/2025, conforme disposto no Aviso de Recebimento (AR), anexo aos autos; Considerando que a autuada apresentou defesa, na qual alegou que: 1) Sobre minha atuação profissional: Atualmente, exerço a função de Agente Gerador de Demanda (AGD) na empresa Vittia fertilizantes e Biologicos S.A., onde desempenho atividades estritamente comerciais e administrativas. Minhas principais atribuições incluem: • Realização de visitas comerciais para divulgação de produtos; • Suporte básico sobre os produtos (como entrega de produtos para clientes, levantamento de demandas para vendas) para meu representante que é registrado como Agrônomo Eduardo Garcia Cardoso que possui Crea ativo, sem emissão de recomendações agronômicas detalhadas; • Auxílio na estratégia comercial e de marketing da empresa; • Manutenção do relacionamento com clientes e parceiros estratégicos. É importante ressaltar que não realizo atividades privativas de engenheiros agrônomos, tais como emissão de laudos, pareceres técnicos ou recomendações agronômicas que demandem registro no CREA. Portanto, a exigência de registro profissional não se aplica ao meu cargo. 2) Ausência de exigência legal de registro no CREA A legislação brasileira (Lei nº 5.194/66) exige registro no CREA apenas para atividades técnicas específicas. No entanto, minha função não se enquadra em atribuições exclusivas de engenheiros ou agrônomos, pois: Não assino ART (Anotação de Responsabilidade Técnica); Não atuo como responsável técnico; Não realizo projetos ou laudos técnicos; 3) A atuação também



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA ESTADO DE MATO
GROSSO DO SUL

apresenta erro na descrição das atividades da Vittia Organo S.A. (NÃO SOU REGISTRADA ATRAVES DE VITTIA ORGANO S.A, MAS SIM VITTIA FERTILIZANTES E BIOLOGICOS S.A), alegando que a empresa trabalha com defensivos agrícolas. No entanto, a Vittia não comercializa defensivos agrícolas, mas sim produtos foliares e biológicos, que não exigem emissão de receituário agrônomo; 4) Ressalta ainda que o fiscal não me questionou de forma suficiente durante a autuação, pois, caso tivesse buscado mais esclarecimentos, teria colocado corretamente a categoria dos produtos com os quais a Vittia trabalha. Esse erro compromete a fundamentação da multa aplicada; Considerando que consta da defesa o Demonstrativo de Pagamento Mensal em nome da autuada, que consta como função Agente Gerador de Demanda II e como contratante a empresa VITTIA S.A. (conforme consulta pelo CNPJ indicado no Demonstrativo de Pagamento Mensal no site de consulta pública da Receita Federal); Considerando, portanto, que conforme o Demonstrativo de Pagamento Mensal anexo na defesa, a empresa contratante é a VITTIA S.A., que é pessoa jurídica distinta da indicada no auto de infração; Considerando que há falhas na identificação do proprietário no auto de infração; Considerando também que não há elementos nos autos que comprovem a atuação da autuada como engenheira agrônoma no Estado de Mato Grosso do Sul; Considerando que nos casos de dúvida cabe invocar o aforismo jurídico "in dubio pro reo", conforme consta nas Decisões PL-0258/2013, PL-1126/2015 e PL-0736/2015 do Confea; Considerando que o art. 47 da Resolução nº 1.008/2004, do Confea, dispõe que: Art. 47. A nulidade dos atos processuais ocorrerá nos seguintes casos: I - impedimento ou suspeição reconhecida de membro da câmara especializada, do Plenário do Crea ou do Plenário do Confea, quando da instrução ou do julgamento do processo; II - ilegitimidade de parte; III – falhas na identificação do autuado, da obra, do serviço ou do empreendimento observadas no auto de infração; IV - falhas na descrição dos fatos observados no auto de infração, que devido à insuficiência de dados, impossibilita a delimitação do objeto da controvérsia e a plenitude da defesa; V – falta de correspondência entre o dispositivo legal infringido e os fatos descritos no auto de infração; VI – falta de fundamentação das decisões da câmara especializada, do Plenário do Crea e do Plenário do Confea que apliquem penalidades às pessoas físicas ou jurídicas; VII – falta de cumprimento de demais formalidades previstas em lei; Considerando as falhas na descrição dos fatos observados no auto de infração, que devido à insuficiência de dados, impossibilita a delimitação do objeto da controvérsia e a plenitude da defesa e considerando as falhas na identificação do proprietário, a CEA **DECIDIU** pela nulidade do Auto de Infração nº I2025/008315-3 e o consequente arquivamento do processo.". Coordenou a votação o(a) Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho Marques. Votaram favoravelmente os senhores(as) conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno Cezar Alvaro Pontim, Antonio Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio Alves De Carvalho, Jose Antonio Maior Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo Elias De Oliveira e Leandro Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os senhores(as) conselheiros(as): Felipe Das Neves Monteiro. **5.5.1.3) alínea "A" do art. 73 da Lei nº 5.194, de 1966. – Nulidade. 5.5.1.3.1)** Processo n. I2025/028165-6 Interessado: Gabriela Michel Stefanello. A Câmara



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA ESTADO DE MATO
GROSSO DO SUL

Especializada de Agronomia do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o processo nº I2025/028165-6, DECIDIU que trata de processo de Auto de Infração (AI) n. I2025/028165-6, lavrado em 4 de junho de 2025, em desfavor de Gabriela Michel Stefanello, por infração ao art. 1º da Lei n. 6.496, de 1977, ao executar atividades de assistência técnica para cultivo de soja 2024/2025 na Fazenda Nova, em Sidrolândia- MS, sem registrar ART. Devidamente notificada em 25 de junho de 2025, conforme se verifica no Aviso de Recebimento anexo aos autos, e em obediência ao disposto no artigo 53 da Resolução nº 1008/2004 do Confea que versa: “Art. 53. As notificações e o auto de infração devem ser entregues pessoalmente ou enviados por via postal com Aviso de Recebimento - AR ou por outro meio legal admitido que assegure a certeza da ciência do autuado.”, a autuada interpôs recurso protocolado sob o nº R2025/032835-0, argumentando o que segue: “A PROFISSIONAL VEM INFORMAR QUE O CONTRATANTE É DIFERENTE DO PROPRIETÁRIO E CONSIDERANDO QUE A BUSCA POR ART SE DEU APENAS PELO CONTRATANTE E NÃO PELO PROPRIETÁRIO. É NECESSÁRIO O ARQUIVAMENTO DO PRESENTE AI POIS JÁ EXISTIA ART 1320250069901 ANTES DA EMISSÃO DO AUTO DE INFRAÇÃO. ART Registrada em 28/05/2025. AUTO EMITIDO EM 04/06/2025.” Anexou ao recurso, sua ART nº 1320250069901, registrada em 28/05/2025, portanto em data anterior a lavratura do auto de infração, referente a atividade fiscalizada. Considerando que houve o registro da ART em data anterior a lavratura do auto de infração, a CEA **DECIDIU** pela nulidade do auto de infração nº I2025/028165-6.”. Coordenou a votação o(a) Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho Marques. Votaram favoravelmente os senhores(as) conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno Cezar Alvaro Pontim, Antonio Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio Alves De Carvalho, Jose Antonio Maior Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo Elias De Oliveira e Leandro Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os senhores(as) conselheiros(as): Felipe Das Neves Monteiro. **5.5.1.3.2) Processo n. I2025/028163-0 Interessado: Gabriela Michel Stefanello.** A Câmara Especializada de Agronomia do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o processo nº I2025/028163-0, que trata de processo de Auto de Infração (AI) nº I2025/028163-0, lavrado em 4 de junho de 2025, em desfavor de Gabriela Michel Stefanello, por infração ao art. 1º da Lei nº 6.496, de 1977, ao executar atividades de assistência técnica para cultivo de soja 2024/2025 na Fazenda Guariroba, em Sidrolândia- MS, sem registrar ART. Devidamente notificada em 25 de junho de 2025, conforme se verifica no Aviso de Recebimento anexo aos autos, e em obediência ao disposto no artigo 53 da Resolução nº 1008/2004 do Confea que versa: “Art. 53. As notificações e o auto de infração devem ser entregues pessoalmente ou enviados por via postal com Aviso de Recebimento - AR ou por outro meio legal admitido que assegure a certeza da ciência do autuado.”, a autuada interpôs recurso protocolado sob o nº R2025/032837-7, argumentando o que segue: “A PROFISSIONAL VEM INFORMAR QUE O CONTRATANTE É DIFERENTE DO PROPRIETÁRIO E CONSIDERANDO QUE A BUSCA POR ART SE DEU APENAS PELO CONTRATANTE E NÃO PELO PROPRIETÁRIO. É



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA ESTADO DE MATO
GROSSO DO SUL

NECESSÁRIO O ARQUIVAMENTO DO PRESENTE AI POIS JÁ EXISTIA ART 1320250069919 ANTES DA EMISSÃO DO AUTO DE INFRAÇÃO. ART Registrada em 28/05/2025. AUTO EMITIDO EM 04/06/2025.” Anexou ao recurso, sua ART nº 1320250069919 referente a atividade fiscalizada, registrada em 28/05/2025, portanto em data anterior a lavratura do auto de infração. Em análise ao presente processo e, considerando que a supracitada ART foi registrada em data anterior a lavratura do auto de infração, a CEA **DECIDIU** pela nulidade do auto de infração nº I2025/028163-0. Coordenou a votação o(a) Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho Marques. Votaram favoravelmente os senhores(as) conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno Cezar Alvaro Pontim, Antonio Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio Alves De Carvalho, Jose Antonio Maior Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo Elias De Oliveira e Leandro Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os senhores(as) conselheiros(as): Felipe Das Neves Monteiro. **5.5.1.3.3)** Processo n. I2025/028162-1 Interessado: Gabriela Michel Stefanello. A Câmara Especializada de Agronomia do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o processo nº I2025/028162-1, que trata-se de processo de Auto de Infração (AI) nº I2025/028162-1, lavrado em 4 de junho de 2025, em desfavor de Gabriela Michel Stefanello, por infração ao art. 1º da Lei nº 6.496, de 1977, ao executar atividades de assistência técnica para cultivo de soja 2024/2025 na Gleba “A”, em Campo Grande - MS, sem registrar ART. Devidamente notificada em 25 de junho de 2025, conforme se verifica no Aviso de Recebimento anexo aos autos, e em obediência ao disposto no artigo 53 da Resolução nº 1008/2004 do Confea que versa: “Art. 53. As notificações e o auto de infração devem ser entregues pessoalmente ou enviados por via postal com Aviso de Recebimento - AR ou por outro meio legal admitido que assegure a certeza da ciência do autuado.”, a autuada interpôs recurso protocolado sob o nº R2025/032838-5, argumentando o que segue: “A PROFISSIONAL VEM INFORMAR QUE O CONTRATANTE É DIFERENTE DO PROPRIETÁRIO E CONSIDERANDO QUE A BUSCA POR ART SE DEU APENAS PELO CONTRATANTE E NÃO PELO PROPRIETÁRIO. É NECESSÁRIO O ARQUIVAMENTO DO PRESENTE AI POIS JÁ EXISTIA ART 1320250069909 ANTES DA EMISSÃO DO AUTO DE INFRAÇÃO. ART Registrada em 28/05/2025. AUTO EMITIDO EM 04/06/2025.” Anexou ao recurso, sua ART nº 1320250069909, referente a atividade fiscalizada, registrada em 28/05/2025, portanto em data anterior a lavratura do auto de infração. Considerando que a supracitada ART foi registrada em data anterior a lavratura do auto de infração, a CEA **DECIDIU** pela nulidade do auto de infração nº I2025/028162-1. Coordenou a votação o(a) Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho Marques. Votaram favoravelmente os senhores(as) conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno Cezar Alvaro Pontim, Antonio Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio Alves De Carvalho, Jose Antonio Maior Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo Elias De Oliveira e Leandro Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os senhores(as) conselheiros(as): Felipe Das Neves Monteiro. **5.5.1.3.4)** Processo n. I2025/044282-0 Interessado: ITALO SODRE CORREA LIMA. A Câmara Especializada de Agronomia do Conselho



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA ESTADO DE MATO
GROSSO DO SUL

Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o processo nº I2025/044282-0, que trata-se de presente processo de auto de infração lavrado em 14 de agosto de 2025, sob o nº I2025/044282-0, em desfavor de ITALO SODRE CORREA LIMA, considerando ter atuado em ASSISTÊNCIA TÉCNICA para CULTIVO DE SOJA 2024/2025, SITO A FAZENDA SAO MIGUEL PARTE imóvel rural Maracaju MS, sem registrar ART, caracterizando assim, infração ao artigo 1º da Lei nº 6496/77, que versa: “Art 1º - Todo contrato, escrito ou verbal, para a execução de obras ou prestação de quaisquer serviços profissionais referentes à Engenharia, à Arquitetura e à Agronomia fica sujeito à "Anotação de Responsabilidade Técnica" (ART);” Devidamente notificado em 22 de agosto de 2025, o autuado interpôs recurso protocolado sob o nº R2025/049333-5, argumentando em síntese o que segue: O autuado foi multado pelo CREA/MS sob a alegação de não registrar ART referente à assistência técnica no cultivo de soja (safra 2024/2025). Contudo, ele afirma ter atuado como Técnico em Agropecuária, profissão regulamentada pela Lei nº 5.524/1968 e Decreto nº 90.922/1985, atualmente fiscalizada pelo Conselho Federal dos Técnicos Agrícolas (CFTA), conforme a Lei nº 13.639/2018. A responsabilidade técnica foi devidamente formalizada através da TRT n.º BR20241205041, emitida pelo CFTA, e o autuado possui cadastro ativo na IAGRO/MS como Técnico Agrícola, o que o habilita legalmente para prestar assistência técnica e realizar cadastros de áreas agrícolas. A defesa sustenta que não há obrigatoriedade de ART junto ao CREA, pois a atividade foi exercida sob habilitação técnica vinculada ao CFTA, que possui competência exclusiva de fiscalização. A ART é aplicável apenas a engenheiros e agrônomos registrados nos CREAs, enquanto os Técnicos Agrícolas utilizam o instrumento próprio, a TRT (Termo de Responsabilidade Técnica). Assim, a autuação é considerada ilegal e sem amparo normativo, por impor obrigação não prevista em lei, violando o princípio da legalidade (art. 5º, II, CF/88). Pedidos: a) Arquivamento do Auto de Infração por incompetência do CREA/MS; b) Subsidiariamente, nulidade do auto por ausência de previsão legal para exigir ART de Técnico Agrícola; c) Intimação do autuado para todos os atos processuais e juntada das provas documentais (TRT/CFTA e cadastro na IAGRO/MS). Anexou ao recurso, o citado TRT, sua carteira profissional como Técnico Agrícola em Agropecuária, e Comprovante de Cadastro de Plantio junto ao IAGRO. Considerando as alegações apresentadas, bem como considerando que o TRT n.º BR20241205041 foi registrado em 12/12/2024, portanto em data anterior a lavratura do auto de infração, a CEA **DECIDIU** pela nulidade do auto de infração nº I2025/044282-0. Coordenou a votação o(a) Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho Marques. Votaram favoravelmente os senhores(as) conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno Cezar Alvaro Pontim, Antonio Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio Alves De Carvalho, Jose Antonio Maior Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo Elias De Oliveira e Leandro Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os senhores(as) conselheiros(as): Felipe Das Neves Monteiro. **5.5.1.3.5)** Processo n. I2025/044285-4 Interessado: ITALO SODRE CORREA LIMA. A Câmara Especializada de Agronomia do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o processo nº I2025/044285-4, que trata-se de



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA ESTADO DE MATO
GROSSO DO SUL

presente processo de auto de infração lavrado em 14 de agosto de 2025, sob o nº I2025/044285-4, em desfavor de ITALO SODRE CORREA LIMA, considerando ter atuado em ASSISTÊNCIA TÉCNICA para CULTIVO DE SOJA 2024/2025, SITO A PA-Santa Guilhermina - lote 48 parte 20,00 imóvel rural Maracaju MS, sem registrar ART, caracterizando assim, infração ao artigo 1º da Lei nº 6496/77, que versa: "Art 1º - Todo contrato, escrito ou verbal, para a execução de obras ou prestação de quaisquer serviços profissionais referentes à Engenharia, à Arquitetura e à Agronomia fica sujeito à "Anotação de Responsabilidade Técnica" (ART);" Devidamente notificado em 22 de agosto de 2025, o autuado interpôs recurso protocolado sob o nº R2025/049332-7, argumentando em síntese o que segue: O autuado foi multado pelo CREA/MS sob a alegação de não registrar ART referente à assistência técnica no cultivo de soja (safra 2024/2025). Contudo, ele afirma ter atuado como Técnico em Agropecuária, profissão regulamentada pela Lei nº 5.524/1968 e Decreto nº 90.922/1985, atualmente fiscalizada pelo Conselho Federal dos Técnicos Agrícolas (CFTA), conforme a Lei nº 13.639/2018. A responsabilidade técnica foi devidamente formalizada através da TRT nº BR20250102687, emitida pelo CFTA, e o autuado possui cadastro ativo na IAGRO/MS como Técnico Agrícola, o que o habilita legalmente para prestar assistência técnica e realizar cadastros de áreas agrícolas. A defesa sustenta que não há obrigatoriedade de ART junto ao CREA, pois a atividade foi exercida sob habilitação técnica vinculada ao CFTA, que possui competência exclusiva de fiscalização. A ART é aplicável apenas a engenheiros e agrônomos registrados nos CREAs, enquanto os Técnicos Agrícolas utilizam o instrumento próprio, a TRT (Termo de Responsabilidade Técnica). Assim, a autuação é considerada ilegal e sem amparo normativo, por impor obrigação não prevista em lei, violando o princípio da legalidade (art. 5º, II, CF/88). Pedidos: a) Arquivamento do Auto de Infração por incompetência do CREA/MS; b) Subsidiariamente, nulidade do auto por ausência de previsão legal para exigir ART de Técnico Agrícola; c) Intimação do autuado para todos os atos processuais e juntada das provas documentais (TRT/CFTA e cadastro na IAGRO/MS). Anexou ao recurso, o citado TRT, sua carteira profissional como Técnico Agrícola em Agropecuária, e Comprovante de Cadastro de Plantio junto ao IAGRO. Considerando as alegações apresentadas, bem como considerando que o TRT nº BR20250102687 foi registrado em 08/01/2025, portanto em data anterior a lavratura do auto de infração, a CEA **DECIDIU** pela nulidade do auto de infração nº I2025/044285-4. Coordenou a votação o(a) Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho Marques. Votaram favoravelmente os senhores(as) conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno Cezar Alvaro Pontim, Antonio Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio Alves De Carvalho, Jose Antonio Maior Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo Elias De Oliveira e Leandro Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os senhores(as) conselheiros(as): Felipe Das Neves Monteiro. **5.5.1.3.6)** Processo n. I2025/044286-2 Interessado: ITALO SODRE CORREA LIMA. A Câmara Especializada de Agronomia do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o processo nº I2025/044286-2, que trata-se de presente processo de auto de infração lavrado em 14 de agosto de 2025, sob o nº I2025/044286-2, em



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA ESTADO DE MATO
GROSSO DO SUL

5584 desfavor de ITALO SODRE CORREA LIMA, considerando ter atuado em ASSISTÊNCIA TÉCNICA
5585 para CULTIVO DE SOJA 2024/2025, SITO A CHÁCARA JOVELINO SOARES CHACARA SANTA
5586 LUZIA imóvel rural Nioaque MS, sem registrar ART, caracterizando assim, infração ao artigo 1º da Lei
5587 nº 6496/77, que versa: “Art 1º - Todo contrato, escrito ou verbal, para a execução de obras ou
5588 prestação de quaisquer serviços profissionais referentes à Engenharia, à Arquitetura e à Agronomia
5589 fica sujeito à "Anotação de Responsabilidade Técnica" (ART);” Devidamente notificado em 22 de
5590 agosto de 2025, o autuado interpôs recurso protocolado sob o nº R2025/049331-9, argumentando em
5591 síntese o que segue: O autuado foi multado pelo CREA/MS sob a alegação de não registrar ART
5592 referente à assistência técnica no cultivo de soja (safra 2024/2025). Contudo, ele afirma ter atuado
5593 como Técnico em Agropecuária, profissão regulamentada pela Lei nº 5.524/1968 e Decreto nº
5594 90.922/1985, atualmente fiscalizada pelo Conselho Federal dos Técnicos Agrícolas (CFTA), conforme
5595 a Lei nº 13.639/2018. A responsabilidade técnica foi devidamente formalizada através da TRT n.º
5596 BR20241211265, emitida pelo CFTA, e o autuado possui cadastro ativo na IAGRO/MS como Técnico
5597 Agrícola, o que o habilita legalmente para prestar assistência técnica e realizar cadastros de áreas
5598 agrícolas. A defesa sustenta que não há obrigatoriedade de ART junto ao CREA, pois a atividade foi
5599 exercida sob habilitação técnica vinculada ao CFTA, que possui competência exclusiva de fiscalização.
5600 A ART é aplicável apenas a engenheiros e agrônomos registrados nos CREAs, enquanto os Técnicos
5601 Agrícolas utilizam o instrumento próprio, a TRT (Termo de Responsabilidade Técnica). Assim, a
5602 autuação é considerada ilegal e sem amparo normativo, por impor obrigação não prevista em lei,
5603 violando o princípio da legalidade (art. 5º, II, CF/88). Pedidos: a) Arquivamento do Auto de Infração por
5604 incompetência do CREA/MS; b) Subsidiariamente, nulidade do auto por ausência de previsão legal
5605 para exigir ART de Técnico Agrícola; c) Intimação do autuado para todos os atos processuais e juntada
5606 das provas documentais (TRT/CFTA e cadastro na IAGRO/MS). Anexou ao recurso, o citado TRT, sua
5607 carteira profissional como Técnico Agrícola em Agropecuária, e Comprovante de Cadastro de Plantio
5608 junto ao IAGRO. Considerando as alegações apresentadas, bem como considerando que o TRT n.º
5609 BR20241211265 foi registrado em 07/01/2025, portanto em data anterior a lavratura do auto de
5610 infração, a CEA **DECIDIU** pela nulidade do auto de infração nº I2025/044286-2. Coordenou a votação
5611 o(a) Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho Marques. Votaram favoravelmente os senhores(as)
5612 conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno Cezar Alvaro Pontim, Antonio Luiz Viegas
5613 Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio Alves De Carvalho, Jose Antonio Maior
5614 Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo Elias De Oliveira e Leandro
5615 Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os senhores(as) conselheiros(as): Felipe Das
5616 Neves Monteiro. **5.5.1.3.7)** Processo n. I2025/044287-0 Interessado: ITALO SODRE CORREA LIMA. A
5617 Câmara Especializada de Agronomia do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de
5618 Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o processo nº I2025/044287-0, que trata-se de
5619 presente processo de auto de infração lavrado em 14 de agosto de 2025, sob o nº I2025/044289-7, em
5620 desfavor de ITALO SODRE CORREA LIMA, considerando ter atuado em ASSISTÊNCIA TÉCNICA



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA ESTADO DE MATO
GROSSO DO SUL

para CULTIVO DE SOJA 2024/2025, SITO A FAZENDA BAIÁ NEGRA imóvel rural Nioaque MS, sem registrar ART, caracterizando assim, infração ao artigo 1º da Lei nº 6496/77, que versa: "Art 1º - Todo contrato, escrito ou verbal, para a execução de obras ou prestação de quaisquer serviços profissionais referentes à Engenharia, à Arquitetura e à Agronomia fica sujeito à "Anotação de Responsabilidade Técnica" (ART).;" Devidamente notificado em 22 de agosto de 2025, o autuado interpôs recurso protocolado sob o nº R2025/049299-1, argumentando em síntese o que segue: O autuado foi multado pelo CREA/MS sob a alegação de não registrar ART referente à assistência técnica no cultivo de soja (safra 2024/2025). Contudo, ele afirma ter atuado como Técnico em Agropecuária, profissão regulamentada pela Lei nº 5.524/1968 e Decreto nº 90.922/1985, atualmente fiscalizada pelo Conselho Federal dos Técnicos Agrícolas (CFTA), conforme a Lei nº 13.639/2018. A responsabilidade técnica foi devidamente formalizada através da TRT n.º BR20250505989, emitida pelo CFTA, e o autuado possui cadastro ativo na IAGRO/MS como Técnico Agrícola, o que o habilita legalmente para prestar assistência técnica e realizar cadastros de áreas agrícolas. A defesa sustenta que não há obrigatoriedade de ART junto ao CREA, pois a atividade foi exercida sob habilitação técnica vinculada ao CFTA, que possui competência exclusiva de fiscalização. A ART é aplicável apenas a engenheiros e agrônomos registrados nos CREAs, enquanto os Técnicos Agrícolas utilizam o instrumento próprio, a TRT (Termo de Responsabilidade Técnica). Assim, a autuação é considerada ilegal e sem amparo normativo, por impor obrigação não prevista em lei, violando o princípio da legalidade (art. 5º, II, CF/88). Pedidos: a) Arquivamento do Auto de Infração por incompetência do CREA/MS; b) Subsidiariamente, nulidade do auto por ausência de previsão legal para exigir ART de Técnico Agrícola; c) Intimação do autuado para todos os atos processuais e juntada das provas documentais (TRT/CFTA e cadastro na IAGRO/MS). Anexou ao recurso, o citado TRT, sua carteira profissional como Técnico Agrícola em Agropecuária, e Comprovante de Cadastro de Plantio junto ao IAGRO. Considerando as alegações apresentadas, bem como considerando que o TRT n.º BR20250505989 foi registrado em 27/06/2024, portanto em data anterior a lavratura do auto de infração, a CEA **DECIDIU** pela nulidade do auto de infração nº I2025/044289-7. Coordenou a votação o(a) Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho Marques. Votaram favoravelmente os senhores(as) conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno Cezar Alvaro Pontim, Antonio Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio Alves De Carvalho, Jose Antonio Maior Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo Elias De Oliveira e Leandro Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os senhores(as) conselheiros(as): Felipe Das Neves Monteiro. **5.5.1.3.8)** Processo n. I2025/044289-7 Interessado: ITALO SODRE CORREA LIMA. A Câmara Especializada de Agronomia do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o processo nº I2025/044289-7, que trata-se de presente processo de auto de infração lavrado em 14 de agosto de 2025, sob o nº I2025/044289-7, em desfavor de ITALO SODRE CORREA LIMA, considerando ter atuado em ASSISTÊNCIA TÉCNICA para CULTIVO DE SOJA 2024/2025, SITO A FAZENDA BAIÁ NEGRA imóvel rural Nioaque MS, sem registrar ART,



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA ESTADO DE MATO
GROSSO DO SUL

caracterizando assim, infração ao artigo 1º da Lei nº 6496/77, que versa: “Art 1º - Todo contrato, escrito ou verbal, para a execução de obras ou prestação de quaisquer serviços profissionais referentes à Engenharia, à Arquitetura e à Agronomia fica sujeito à “Anotação de Responsabilidade Técnica” (ART).;” Devidamente notificado em 22 de agosto de 2025, o autuado interpôs recurso protocolado sob o nº I2025/044289-7, argumentando em síntese o que segue: O autuado foi multado pelo CREA/MS sob a alegação de não registrar ART referente à assistência técnica no cultivo de soja (safra 2024/2025). Contudo, ele afirma ter atuado como Técnico em Agropecuária, profissão regulamentada pela Lei nº 5.524/1968 e Decreto nº 90.922/1985, atualmente fiscalizada pelo Conselho Federal dos Técnicos Agrícolas (CFTA), conforme a Lei nº 13.639/2018. A responsabilidade técnica foi devidamente formalizada através da TRT n.º BR20240604405, emitida pelo CFTA, e o autuado possui cadastro ativo na IAGRO/MS como Técnico Agrícola, o que o habilita legalmente para prestar assistência técnica e realizar cadastros de áreas agrícolas. A defesa sustenta que não há obrigatoriedade de ART junto ao CREA, pois a atividade foi exercida sob habilitação técnica vinculada ao CFTA, que possui competência exclusiva de fiscalização. A ART é aplicável apenas a engenheiros e agrônomos registrados nos CREAs, enquanto os Técnicos Agrícolas utilizam o instrumento próprio, a TRT (Termo de Responsabilidade Técnica). Assim, a autuação é considerada ilegal e sem amparo normativo, por impor obrigação não prevista em lei, violando o princípio da legalidade (art. 5º, II, CF/88). Pedidos: a) Arquivamento do Auto de Infração por incompetência do CREA/MS; b) Subsidiariamente, nulidade do auto por ausência de previsão legal para exigir ART de Técnico Agrícola; c) Intimação do autuado para todos os atos processuais e juntada das provas documentais (TRT/CFTA e cadastro na IAGRO/MS). Anexou ao recurso, o citado TRT registrado em 07/01/2025, sua carteira profissional como Técnico Agrícola em Agropecuária, e Comprovante de Cadastro de Plantio junto ao IAGRO. Considerando as alegações apresentadas, bem como considerando que o TRT n.º BR20240604405 foi registrado em 27/06/2024, portanto em data anterior a lavratura do auto de infração, a CEA **DECIDIU** pela nulidade do auto de infração nº I2025/044289-7. Coordenou a votação o(a) Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho Marques. Votaram favoravelmente os senhores(as) conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno Cezar Alvaro Pontim, Antonio Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio Alves De Carvalho, Jose Antonio Maior Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo Elias De Oliveira e Leandro Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os senhores(as) conselheiros(as): Felipe Das Neves Monteiro. **5.5.1.3.9) Processo n. I2025/044291-9 Interessado: ITALO SODRE CORREA LIMA.** A Câmara Especializada de Agronomia do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o processo nº I2025/044291-9, que trata-se de presente processo de auto de infração lavrado em 14 de agosto de 2025, sob o nº I2025/044291-9, em desfavor de ITALO SODRE CORREA LIMA, considerando ter atuado em ASSISTÊNCIA TÉCNICA para CULTIVO DE SOJA 2024/2025, em Nioaque – MS, sem registrar ART, caracterizando assim, infração ao artigo 1º da Lei nº 6496/77, que versa: “Art 1º - Todo contrato, escrito ou verbal, para a execução de obras ou prestação de quaisquer



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA ESTADO DE MATO
GROSSO DO SUL

serviços profissionais referentes à Engenharia, à Arquitetura e à Agronomia fica sujeito à "Anotação de Responsabilidade Técnica" (ART).;" Devidamente notificado em 22 de agosto de 2025, o autuado interpôs recurso protocolado sob o nº R2025/049293-2, argumentando em síntese o que segue: O autuado foi multado pelo CREA/MS sob a alegação de não registrar ART referente à assistência técnica no cultivo de soja (safra 2024/2025). Contudo, ele afirma ter atuado como Técnico em Agropecuária, profissão regulamentada pela Lei nº 5.524/1968 e Decreto nº 90.922/1985, atualmente fiscalizada pelo Conselho Federal dos Técnicos Agrícolas (CFTA), conforme a Lei nº 13.639/2018. A responsabilidade técnica foi devidamente formalizada através da TRT n.º BR20240604494, emitida pelo CFTA, e o autuado possui cadastro ativo na IAGRO/MS como Técnico Agrícola, o que o habilita legalmente para prestar assistência técnica e realizar cadastros de áreas agrícolas. A defesa sustenta que não há obrigatoriedade de ART junto ao CREA, pois a atividade foi exercida sob habilitação técnica vinculada ao CFTA, que possui competência exclusiva de fiscalização. A ART é aplicável apenas a engenheiros e agrônomos registrados nos CREAs, enquanto os Técnicos Agrícolas utilizam o instrumento próprio, a TRT (Termo de Responsabilidade Técnica). Assim, a autuação é considerada ilegal e sem amparo normativo, por impor obrigação não prevista em lei, violando o princípio da legalidade (art. 5º, II, CF/88). Pedidos: a) Arquivamento do Auto de Infração por incompetência do CREA/MS; b) Subsidiariamente, nulidade do auto por ausência de previsão legal para exigir ART de Técnico Agrícola; c) Intimação do autuado para todos os atos processuais e juntada das provas documentais (TRT/CFTA e cadastro na IAGRO/MS). Anexou ao recurso, o citado TRT registrado em 27/06/2024, sua carteira profissional como Técnico Agrícola em Agropecuária, e Comprovante de Cadastro de Plantio junto ao IAGRO. Considerando as alegações apresentadas, bem como considerando que o TRT n. BR20241205104 foi registrado em data anterior a lavratura do auto de infração, a CEA **DECIDIU** pela nulidade do auto de infração nº I2025/044291-9. Coordenou a votação o(a) Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho Marques. Votaram favoravelmente os senhores(as) conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno Cezar Alvaro Pontim, Antonio Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio Alves De Carvalho, Jose Antonio Maior Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo Elias De Oliveira e Leandro Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os senhores(as) conselheiros(as): Felipe Das Neves Monteiro. **5.5.1.3.10**) Processo n. I2025/044292-7 Interessado: ITALO SODRE CORREA LIMA. A Câmara Especializada de Agronomia do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o processo nº I2025/044292-7, que trata-se de presente processo de auto de infração lavrado em 14 de agosto de 2025, sob o nº I2025/044292-7, em desfavor de ITALO SODRE CORREA LIMA, considerando ter atuado em ASSISTÊNCIA TÉCNICA para CULTIVO DE SOJA 2024/2025, em Nioaque – MS, sem registrar ART, caracterizando assim, infração ao artigo 1º da Lei nº 6496/77, que versa: "Art 1º - Todo contrato, escrito ou verbal, para a execução de obras ou prestação de quaisquer serviços profissionais referentes à Engenharia, à Arquitetura e à Agronomia fica sujeito à "Anotação de Responsabilidade Técnica" (ART).;"



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA ESTADO DE MATO
GROSSO DO SUL

5732 Devidamente notificado em 22 de agosto de 2025, o autuado interpôs recurso protocolado sob o nº
5733 R2025/049292-4, argumentando em síntese o que segue: O autuado foi multado pelo CREA/MS sob a
5734 alegação de não registrar ART referente à assistência técnica no cultivo de soja (safra 2024/2025).
5735 Contudo, ele afirma ter atuado como Técnico em Agropecuária, profissão regulamentada pela Lei nº
5736 5.524/1968 e Decreto nº 90.922/1985, atualmente fiscalizada pelo Conselho Federal dos Técnicos
5737 Agrícolas (CFTA), conforme a Lei nº 13.639/2018. A responsabilidade técnica foi devidamente
5738 formalizada através da TRT n.º 0 BR20241205104, emitida pelo CFTA, e o autuado possui cadastro
5739 ativo na IAGRO/MS como Técnico Agrícola, o que o habilita legalmente para prestar assistência
5740 técnica e realizar cadastros de áreas agrícolas. A defesa sustenta que não há obrigatoriedade de ART
5741 junto ao CREA, pois a atividade foi exercida sob habilitação técnica vinculada ao CFTA, que possui
5742 competência exclusiva de fiscalização. A ART é aplicável apenas a engenheiros e agrônomos
5743 registrados nos CREAs, enquanto os Técnicos Agrícolas utilizam o instrumento próprio, a TRT (Termo
5744 de Responsabilidade Técnica). Assim, a autuação é considerada ilegal e sem amparo normativo, por
5745 impor obrigação não prevista em lei, violando o princípio da legalidade (art. 5º, II, CF/88). Pedidos: a)
5746 Arquivamento do Auto de Infração por incompetência do CREA/MS; b) Subsidiariamente, nulidade do
5747 auto por ausência de previsão legal para exigir ART de Técnico Agrícola; c) Intimação do autuado para
5748 todos os atos processuais e juntada das provas documentais (TRT/CFTA e cadastro na IAGRO/MS).
5749 Anexou ao recurso, o citado TRT registrado em 12/12/2024, sua carteira profissional como Técnico
5750 Agrícola em Agropecuária, e Comprovante de Cadastro de Plantio junto ao IAGRO. Considerando as
5751 alegações apresentadas, bem como considerando que o TRT n. BR20241205104 foi registrado em
5752 data anterior a lavratura do auto de infração, a CEA **DECIDIU** pela nulidade do auto de infração nº
5753 I2025/044292-7. Coordenou a votação o(a) Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho Marques. Votaram
5754 favoravelmente os senhores(as) conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno Cezar Alvaro
5755 Pontim, Antonio Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio Alves De
5756 Carvalho, Jose Antonio Maior Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo
5757 Elias De Oliveira e Leandro Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os senhores(as)
5758 conselheiros(as): Felipe Das Neves Monteiro. **5.5.1.3.11) Processo n. I2025/044293-5 Interessado:**
5759 **ITALO SODRE CORREA LIMA.** A Câmara Especializada de Agronomia do Conselho Regional de
5760 Engenharia e Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o processo nº
5761 I2025/044293-5, que trata-se de presente processo de auto de infração lavrado em 14 de agosto de
5762 2025, sob o nº I2025/044293-5, em desfavor de ITALO SODRE CORREA LIMA, considerando ter
5763 atuado em ASSISTÊNCIA TÉCNICA para CULTIVO DE SOJA 2024/2025, em Nioaque – MS, sem
5764 registrar ART, caracterizando assim, infração ao artigo 1º da Lei nº 6496/77, que versa: “Art 1º - Todo
5765 contrato, escrito ou verbal, para a execução de obras ou prestação de quaisquer serviços profissionais
5766 referentes à Engenharia, à Arquitetura e à Agronomia fica sujeito à "Anotação de Responsabilidade
5767 Técnica" (ART).;” Devidamente notificado em 22 de agosto de 2025, o autuado interpôs recurso
5768 protocolado sob o nº R2025/049270-3, argumentando em síntese o que segue: O autuado foi multado



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA ESTADO DE MATO
GROSSO DO SUL

pelo CREA/MS sob a alegação de não registrar ART referente à assistência técnica no cultivo de soja (safra 2024/2025). Contudo, ele afirma ter atuado como Técnico em Agropecuária, profissão regulamentada pela Lei nº 5.524/1968 e Decreto nº 90.922/1985, atualmente fiscalizada pelo Conselho Federal dos Técnicos Agrícolas (CFTA), conforme a Lei nº 13.639/2018. A responsabilidade técnica foi devidamente formalizada através da TRT n.º BR20240810073, emitida pelo CFTA, e o autuado possui cadastro ativo na IAGRO/MS como Técnico Agrícola, o que o habilita legalmente para prestar assistência técnica e realizar cadastros de áreas agrícolas. A defesa sustenta que não há obrigatoriedade de ART junto ao CREA, pois a atividade foi exercida sob habilitação técnica vinculada ao CFTA, que possui competência exclusiva de fiscalização. A ART é aplicável apenas a engenheiros e agrônomos registrados nos CREAs, enquanto os Técnicos Agrícolas utilizam o instrumento próprio, a TRT (Termo de Responsabilidade Técnica). Assim, a autuação é considerada ilegal e sem amparo normativo, por impor obrigação não prevista em lei, violando o princípio da legalidade (art. 5º, II, CF/88). Pedidos: a) Arquivamento do Auto de Infração por incompetência do CREA/MS; b) Subsidiariamente, nulidade do auto por ausência de previsão legal para exigir ART de Técnico Agrícola; c) Intimação do autuado para todos os atos processuais e juntada das provas documentais (TRT/CFTA e cadastro na IAGRO/MS). Anexou ao recurso, o citado TRT registrado em 10/09/2024, sua carteira profissional como Técnico Agrícola em Agropecuária, e Comprovante de Cadastro de Plantio junto ao IAGRO. Considerando as alegações apresentadas, bem como considerando que o TRT n.º BR20240810073 foi registrado em data anterior a lavratura do auto de infração, a CEA **DECIDIU** pela nulidade do auto de infração nº I2025/044293-5. Coordenou a votação o(a) Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho Marques. Votaram favoravelmente os senhores(as) conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno Cezar Alvaro Pontim, Antonio Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio Alves De Carvalho, Jose Antonio Maior Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo Elias De Oliveira e Leandro Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os senhores(as) conselheiros(as): Felipe Das Neves Monteiro. **5.5.1.3.12** Processo n. I2025/044295-1 Interessado: ITALO SODRE CORREA LIMA. A Câmara Especializada de Agronomia do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o processo nº I2025/044295-1, que trata-se de presente processo de auto de infração lavrado em 14 de agosto de 2025, sob o nº I2025/044295-1, em desfavor de ITALO SODRE CORREA LIMA, considerando ter atuado em ASSISTÊNCIA TÉCNICA para CULTIVO DE SOJA 2024/2025, em Nioaque – MS, sem registrar ART, caracterizando assim, infração ao artigo 1º da Lei nº 6496/77, que versa: “Art 1º - Todo contrato, escrito ou verbal, para a execução de obras ou prestação de quaisquer serviços profissionais referentes à Engenharia, à Arquitetura e à Agronomia fica sujeito à "Anotação de Responsabilidade Técnica" (ART).;” Devidamente notificado em 22 de agosto de 2025, o autuado interpôs recurso protocolado sob o nº R2025/049270-3, argumentando em síntese o que segue: O autuado foi multado pelo CREA/MS sob a alegação de não registrar ART referente à assistência técnica no cultivo de soja (safra 2024/2025).



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA ESTADO DE MATO
GROSSO DO SUL

Contudo, ele afirma ter atuado como Técnico em Agropecuária, profissão regulamentada pela Lei nº 5.524/1968 e Decreto nº 90.922/1985, atualmente fiscalizada pelo Conselho Federal dos Técnicos Agrícolas (CFTA), conforme a Lei nº 13.639/2018. A responsabilidade técnica foi devidamente formalizada através da TRT n.º BR20241206551, emitida pelo CFTA, e o autuado possui cadastro ativo na IAGRO/MS como Técnico Agrícola, o que o habilita legalmente para prestar assistência técnica e realizar cadastros de áreas agrícolas. A defesa sustenta que não há obrigatoriedade de ART junto ao CREA, pois a atividade foi exercida sob habilitação técnica vinculada ao CFTA, que possui competência exclusiva de fiscalização. A ART é aplicável apenas a engenheiros e agrônomos registrados nos CREAs, enquanto os Técnicos Agrícolas utilizam o instrumento próprio, a TRT (Termo de Responsabilidade Técnica). Assim, a autuação é considerada ilegal e sem amparo normativo, por impor obrigação não prevista em lei, violando o princípio da legalidade (art. 5º, II, CF/88). Pedidos: a) Arquivamento do Auto de Infração por incompetência do CREA/MS; b) Subsidiariamente, nulidade do auto por ausência de previsão legal para exigir ART de Técnico Agrícola; c) Intimação do autuado para todos os atos processuais e juntada das provas documentais (TRT/CFTA e cadastro na IAGRO/MS). Anexou ao recurso, o citado TRT registrado em 12/12/2024, sua carteira profissional como Técnico Agrícola em Agropecuária, e Comprovante de Cadastro de Plantio junto ao IAGRO. Considerando as alegações apresentadas, bem como considerando que o TRT n.º BR20250102138 foi registrado em data anterior a lavratura do auto de infração, a CEA **DECIDIU** pela nulidade do auto de infração nº I2025/044295-1. Coordenou a votação o(a) Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho Marques. Votaram favoravelmente os senhores(as) conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno Cezar Alvaro Pontim, Antonio Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio Alves De Carvalho, Jose Antonio Maior Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo Elias De Oliveira e Leandro Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os senhores(as) conselheiros(as): Felipe Das Neves Monteiro. **5.5.1.3.13** Processo n. I2025/044296-0 Interessado: ITALO SODRE CORREA LIMA. A Câmara Especializada de Agronomia do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o processo nº I2025/044296-0, que trata-se de presente processo de auto de infração lavrado em 14 de agosto de 2025, sob o nº I2025/044296-0, em desfavor de ITALO SODRE CORREA LIMA, considerando ter atuado em ASSISTÊNCIA TÉCNICA para CULTIVO DE SOJA 2024/2025, em Nioaque – MS, sem registrar ART, caracterizando assim, infração ao artigo 1º da Lei nº 6496/77, que versa: “Art 1º - Todo contrato, escrito ou verbal, para a execução de obras ou prestação de quaisquer serviços profissionais referentes à Engenharia, à Arquitetura e à Agronomia fica sujeito à "Anotação de Responsabilidade Técnica" (ART).;” Devidamente notificado em 22 de agosto de 2025, o autuado interpôs recurso protocolado sob o nº R2025/049270-3, argumentando em síntese o que segue: O autuado foi multado pelo CREA/MS sob a alegação de não registrar ART referente à assistência técnica no cultivo de soja (safra 2024/2025). Contudo, ele afirma ter atuado como Técnico em Agropecuária, profissão regulamentada pela Lei nº 5.524/1968 e Decreto nº 90.922/1985, atualmente fiscalizada pelo Conselho



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA ESTADO DE MATO
GROSSO DO SUL

Federal dos Técnicos Agrícolas (CFTA), conforme a Lei nº 13.639/2018. A responsabilidade técnica foi devidamente formalizada através da TRT n.º BR20241206570, emitida pelo CFTA, e o autuado possui cadastro ativo na IAGRO/MS como Técnico Agrícola, o que o habilita legalmente para prestar assistência técnica e realizar cadastros de áreas agrícolas. A defesa sustenta que não há obrigatoriedade de ART junto ao CREA, pois a atividade foi exercida sob habilitação técnica vinculada ao CFTA, que possui competência exclusiva de fiscalização. A ART é aplicável apenas a engenheiros e agrônomos registrados nos CREAs, enquanto os Técnicos Agrícolas utilizam o instrumento próprio, a TRT (Termo de Responsabilidade Técnica). Assim, a autuação é considerada ilegal e sem amparo normativo, por impor obrigação não prevista em lei, violando o princípio da legalidade (art. 5º, II, CF/88). Pedidos: a) Arquivamento do Auto de Infração por incompetência do CREA/MS; b) Subsidiariamente, nulidade do auto por ausência de previsão legal para exigir ART de Técnico Agrícola; c) Intimação do autuado para todos os atos processuais e juntada das provas documentais (TRT/CFTA e cadastro na IAGRO/MS). Anexou ao recurso, o citado TRT registrado em 12/12/2024, sua carteira profissional como Técnico Agrícola em Agropecuária, e Comprovante de Cadastro de Plantio junto ao IAGRO. Considerando as alegações apresentadas, bem como considerando que o TRT n.º BR20250102138 foi registrado em data anterior a lavratura do auto de infração, a CEA **DECIDIU** pela nulidade do auto de infração nº I2025/044296-0. Coordenou a votação o(a) Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho Marques. Votaram favoravelmente os senhores(as) conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno Cezar Alvaro Pontim, Antonio Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio Alves De Carvalho, Jose Antonio Maior Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo Elias De Oliveira e Leandro Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os senhores(as) conselheiros(as): Felipe Das Neves Monteiro. **5.5.1.3.14**) Processo n. I2025/044304-4 Interessado: ITALO SODRE CORREA LIMA. A Câmara Especializada de Agronomia do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o processo nº I2025/044304-4, que trata-se de presente processo de auto de infração lavrado em 14 de agosto de 2025, sob o n.º I2025/044304-4, em desfavor de ITALO SODRE CORREA LIMA, considerando ter atuado em ASSISTÊNCIA TÉCNICA para CULTIVO DE SOJA 2024/2025, em Nioaque – MS, sem registrar ART, caracterizando assim, infração ao artigo 1º da Lei nº 6496/77, que versa: “Art 1º - Todo contrato, escrito ou verbal, para a execução de obras ou prestação de quaisquer serviços profissionais referentes à Engenharia, à Arquitetura e à Agronomia fica sujeito à “Anotação de Responsabilidade Técnica” (ART).;” Devidamente notificado em 22 de agosto de 2025, o autuado interpôs recurso protocolado sob o nº R2025/049266-5, argumentando em síntese o que segue: O autuado foi multado pelo CREA/MS sob a alegação de não registrar ART referente à assistência técnica no cultivo de soja (safra 2024/2025). Contudo, ele afirma ter atuado como Técnico em Agropecuária, profissão regulamentada pela Lei nº 5.524/1968 e Decreto nº 90.922/1985, atualmente fiscalizada pelo Conselho Federal dos Técnicos Agrícolas (CFTA), conforme a Lei nº 13.639/2018. A responsabilidade técnica foi devidamente



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA ESTADO DE MATO
GROSSO DO SUL

formalizada através da TRT n.º BR20250102138, emitida pelo CFTA, e o autuado possui cadastro ativo na IAGRO/MS como Técnico Agrícola, o que o habilita legalmente para prestar assistência técnica e realizar cadastros de áreas agrícolas. A defesa sustenta que não há obrigatoriedade de ART junto ao CREA, pois a atividade foi exercida sob habilitação técnica vinculada ao CFTA, que possui competência exclusiva de fiscalização. A ART é aplicável apenas a engenheiros e agrônomos registrados nos CREAs, enquanto os Técnicos Agrícolas utilizam o instrumento próprio, a TRT (Termo de Responsabilidade Técnica). Assim, a autuação é considerada ilegal e sem amparo normativo, por impor obrigação não prevista em lei, violando o princípio da legalidade (art. 5º, II, CF/88). Pedidos: a) Arquivamento do Auto de Infração por incompetência do CREA/MS; b) Subsidiariamente, nulidade do auto por ausência de previsão legal para exigir ART de Técnico Agrícola; c) Intimação do autuado para todos os atos processuais e juntada das provas documentais (TRT/CFTA e cadastro na IAGRO/MS). Anexou ao recurso, o citado TRT registrado em 07/01/2025, sua carteira profissional como Técnico Agrícola em Agropecuária, e Comprovante de Cadastro de Plantio junto ao IAGRO. Considerando as alegações apresentadas, bem como considerando que o TRT n.º BR20250102138 foi registrado em data anterior a lavratura do auto de infração, a CEA **DECIDIU** pela nulidade do auto de infração nº I2025/044304-4. Coordenou a votação o(a) Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho Marques. Votaram favoravelmente os senhores(as) conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno Cezar Alvaro Pontim, Antonio Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio Alves De Carvalho, Jose Antonio Maior Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo Elias De Oliveira e Leandro Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os senhores(as) conselheiros(as): Felipe Das Neves Monteiro. **5.5.1.3.15** Processo n. I2025/044447-4 Interessado: JOSE MARCOS RODRIGUES. A Câmara Especializada de Agronomia do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o processo nº I2025/044447-4, que trata-se de presente processo, de auto de infração lavrado em 14 de agosto de 2025, sob o nº I2025/044447-4, em desfavor de JOSE MARCOS RODRIGUES, considerando ter atuado em ASSISTÊNCIA TÉCNICA para CULTIVO DE SOJA 2024/2025, SITO A FAZENDA AURORA Zona Rural Ivinhema MS, sem registrar ART, caracterizando assim, infração ao artigo 1º da Lei nº 6496/77, que versa: “Art 1º - Todo contrato, escrito ou verbal, para a execução de obras ou prestação de quaisquer serviços profissionais referentes à Engenharia, à Arquitetura e à Agronomia fica sujeito à “Anotação de Responsabilidade Técnica” (ART).” Devidamente notificado em 25 de agosto de 2025, o autuado apresentou recurso protocolado sob o nº R2025/050355-1, argumentando o que segue: “...Venho, por meio deste, apresentar minha defesa referente ao Auto de Infração nº I2025/044447-4 emitido em 14 de agosto de 2025. Informo que existe Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) devidamente registrada para o produtor e a propriedade mencionados, conforme os dados abaixo: Produtor: Jorge Favaro Número da ART: 1320250080144 Propriedade: Fazenda Aurora Local: Ivinhema/MS. Diante disso, solicito a análise e o cancelamento da multa aplicada, considerando que a atividade está devidamente respaldada por ART vigente.” Anexou ao recurso, a ART nº



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA ESTADO DE MATO
GROSSO DO SUL

5917 1320250080144, registrada em 24/06/2025 pelo autuado. Considerando que a supracitada ART foi
5918 registrada em data anterior a lavratura do auto de infração, a CEA **DECIDIU** pela nulidade do auto de
5919 infração nº I2025/044447-4. Coordenou a votação o(a) Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho
5920 Marques. Votaram favoravelmente os senhores(as) conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento,
5921 Bruno Cezar Alvaro Pontim, Antonio Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga,
5922 Laércio Alves De Carvalho, Jose Antonio Maior Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De
5923 Azevedo, Rodrigo Elias De Oliveira e Leandro Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os
5924 senhores(as) conselheiros(as): Felipe Das Neves Monteiro. **5.5.1.3.16)** Processo n. I2025/044448-2
5925 Interessado: JOSE MARCOS RODRIGUES. A Câmara Especializada de Agronomia do Conselho
5926 Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o
5927 processo nº I2025/044448-2, que trata-se de presente processo, de auto de infração lavrado em 14 de
5928 agosto de 2025, sob o nº I2025/044448-2, em desfavor de JOSE MARCOS RODRIGUES,
5929 considerando ter atuado em ASSISTÊNCIA TÉCNICA para CULTIVO DE SOJA 2024/2025, SITO A
5930 FAZENDA SAO MARCOS - AREA REMANESCENTE Zona Rural Ivinhema MS, sem registrar ART,
5931 caracterizando assim, infração ao artigo 1º da Lei nº 6496/77, que versa: “Art 1º - Todo contrato, escrito
5932 ou verbal, para a execução de obras ou prestação de quaisquer serviços profissionais referentes à
5933 Engenharia, à Arquitetura e à Agronomia fica sujeito à “Anotação de Responsabilidade Técnica”
5934 (ART).” Devidamente notificado em 25 de agosto de 2025, o autuado apresentou recurso protocolado
5935 sob o nº R2025/050354-3, argumentando o que segue: “...Venho, por meio deste, apresentar minha
5936 defesa referente ao Auto de Infração nº I2025/044448-2 emitido em 14 de agosto de 2025. Informo que
5937 existe Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) devidamente registrada para o produtor e a
5938 propriedade mencionados, conforme os dados abaixo: Produtor: Jorge Favaro Número da ART:
5939 1320250080150 Propriedade: Fazenda São Marcos Local: Ivinhema/MS. Diante disso, solicito a análise
5940 e o cancelamento da multa aplicada, considerando que a atividade está devidamente respaldada por
5941 ART vigente.” Anexou ao recurso, a ART nº 1320250080150, registrada em 24/06/2025 pelo autuado.
5942 Considerando que a supracitada ART foi registrada em data anterior a lavratura do auto de infração, a
5943 CEA **DECIDIU** pela nulidade do auto de infração nº I2025/044448-2. Coordenou a votação o(a)
5944 Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho Marques. Votaram favoravelmente os senhores(as)
5945 conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno Cezar Alvaro Pontim, Antonio Luiz Viegas
5946 Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio Alves De Carvalho, Jose Antonio Maior
5947 Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo Elias De Oliveira e Leandro
5948 Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os senhores(as) conselheiros(as): Felipe Das
5949 Neves Monteiro. **5.5.1.3.17)** Processo n. I2025/044449-0 Interessado: JOSE MARCOS RODRIGUES.
5950 A Câmara Especializada de Agronomia do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado
5951 de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o processo nº I2025/044449-0, que trata-se de
5952 presente processo, de auto de infração lavrado em 14 de agosto de 2025, sob o nº I2025/044449-0, em
5953 desfavor de JOSE MARCOS RODRIGUES, considerando ter atuado em ASSISTÊNCIA TÉCNICA para



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA ESTADO DE MATO
GROSSO DO SUL

5954 CULTIVO DE SOJA 2024/2025, SITO A SÍTIO ALVORECER Zona Rural Ivinhema MS, sem registrar
5955 ART, caracterizando assim, infração ao artigo 1º da Lei nº 6496/77, que versa: "Art 1º - Todo contrato,
5956 escrito ou verbal, para a execução de obras ou prestação de quaisquer serviços profissionais
5957 referentes à Engenharia, à Arquitetura e à Agronomia fica sujeito à "Anotação de Responsabilidade
5958 Técnica" (ART)." Devidamente notificado em 25 de agosto de 2025, o autuado apresentou recurso
5959 protocolado sob o nº R2025/050356-0, argumentando o que segue: "...Venho, por meio deste,
5960 apresentar minha defesa referente ao Auto de Infração nº I2025/044449-0 emitido em 14 de agosto de
5961 2025. Informo que existe Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) devidamente registrada para o
5962 produtor e a propriedade mencionados, conforme os dados abaixo: Produtor: Leandro Fernandes
5963 Oselame Número da ART: 1320250080156 Propriedade: Sítio Alvorecer Local: Ivinhema/MS. Diante
5964 disso, solicito a análise e o cancelamento da multa aplicada, considerando que a atividade está
5965 devidamente respaldada por ART vigente." Anexou ao recurso, a ART nº 1320250080156, registrada
5966 em 24/06/2025 pelo autuado. Considerando que a supracitada ART foi registrada em data anterior a
5967 lavratura do auto de infração, a CEA **DECIDIU** pela nulidade do auto de infração nº I2025/044449-0.
5968 Coordenou a votação o(a) Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho Marques. Votaram favoravelmente
5969 os senhores(as) conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno Cezar Alvaro Pontim,
5970 Antonio Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio Alves De Carvalho,
5971 Jose Antonio Maior Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo Elias De
5972 Oliveira e Leandro Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os senhores(as)
5973 conselheiros(as): Felipe Das Neves Monteiro. **5.5.1.3.18)** Processo n. I2025/044450-4 Interessado:
5974 JOSE MARCOS RODRIGUES. A Câmara Especializada de Agronomia do Conselho Regional de
5975 Engenharia e Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o processo nº
5976 I2025/044450-4, que trata-se de processo de auto de infração lavrado em 14 de agosto de 2025, sob o
5977 nº I2025/044450-4, em desfavor de JOSE MARCOS RODRIGUES, considerando ter atuado em
5978 ASSISTÊNCIA TÉCNICA para CULTIVO DE SOJA 2024/2025, SITO A FAZENDA PROMISSAO Zona
5979 Rural Rio Brilhante MS, sem registrar ART, caracterizando assim, infração ao artigo 1º da Lei nº
5980 6496/77, que versa: "Art 1º - Todo contrato, escrito ou verbal, para a execução de obras ou prestação
5981 de quaisquer serviços profissionais referentes à Engenharia, à Arquitetura e à Agronomia fica sujeito à
5982 "Anotação de Responsabilidade Técnica" (ART)." Devidamente notificado em 25 de agosto de 2025, o
5983 autuado apresentou recurso protocolado sob o nº R2025/050358-6, argumentando o que segue:
5984 "...Venho, por meio deste, apresentar minha defesa referente ao Auto de Infração nº I2025/044450-4
5985 emitido em 14 de agosto de 2025. Informo que existe Anotação de Responsabilidade Técnica (ART)
5986 devidamente registrada para o produtor e a propriedade mencionados, conforme os dados abaixo:
5987 Produtor: Leandro Fernandes Oselame Número da ART: 1320250080291 Propriedade: Fazenda
5988 Promissão Local: Rio Brilhante/MS. Diante disso, solicito a análise e o cancelamento da multa aplicada,
5989 considerando que a atividade está devidamente respaldada por ART vigente." Anexou ao recurso, a
5990 ART nº 1320250080291, registrada em 24/06/2025 pelo autuado. Considerando que a supracitada ART



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA ESTADO DE MATO
GROSSO DO SUL

foi registrada em data anterior a lavratura do auto de infração, a CEA **DECIDIU** pela nulidade do auto de infração nº I2025/044450-4. Coordenou a votação o(a) Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho Marques. Votaram favoravelmente os senhores(as) conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno Cezar Alvaro Pontim, Antonio Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio Alves De Carvalho, Jose Antonio Maior Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo Elias De Oliveira e Leandro Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os senhores(as) conselheiros(as): Felipe Das Neves Monteiro. **5.5.1.3.19)** Processo n. I2025/044451-2 Interessado: JOSE MARCOS RODRIGUES. A Câmara Especializada de Agronomia do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o processo nº I2025/044451-2, que trata-se de presente processo, de auto de infração lavrado em 14 de agosto de 2025, sob o nº I2025/044451-2, em desfavor de JOSE MARCOS RODRIGUES, considerando ter atuado em ASSISTÊNCIA TÉCNICA para CULTIVO DE SOJA 2024/2025, SITO A FAZENDA PROMISSAO Zona Rural Rio Brilhante MS, sem registrar ART, caracterizando assim, infração ao artigo 1º da Lei nº 6496/77, que versa: “Art 1º - Todo contrato, escrito ou verbal, para a execução de obras ou prestação de quaisquer serviços profissionais referentes à Engenharia, à Arquitetura e à Agronomia fica sujeito à "Anotação de Responsabilidade Técnica" (ART).” Devidamente notificado em 25 de agosto de 2025, o autuado apresentou recurso protocolado sob o nº R2025/050357-8, argumentando o que segue: “...Venho, por meio deste, apresentar minha defesa referente ao Auto de Infração nº I2025/044451-2 emitido em 14 de agosto de 2025. Informo que existe Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) devidamente registrada para o produtor e a propriedade mencionados, conforme os dados abaixo: Produtor: Leandro Fernandes Oselame CPF: 078.816.419-83 Número da ART: 1320250080292 Propriedade: Fazenda Promissão Local: Rio Brilhante/MS. Diante disso, solicito a análise e o cancelamento da multa aplicada, considerando que a atividade está devidamente respaldada por ART vigente.” Anexou ao recurso, a ART nº 1320250080292, registrada em 24/06/2025 pelo autuado. Considerando que a supracitada ART foi registrada em data anterior a lavratura do auto de infração, a CEA **DECIDIU** pela nulidade do auto de infração nº I2025/044451-2. Coordenou a votação o(a) Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho Marques. Votaram favoravelmente os senhores(as) conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno Cezar Alvaro Pontim, Antonio Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio Alves De Carvalho, Jose Antonio Maior Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo Elias De Oliveira e Leandro Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os senhores(as) conselheiros(as): Felipe Das Neves Monteiro. **5.5.1.4) alínea "A" do art. 73 da Lei nº 5.194, de 1966. - Grau máximo. 5.5.1.4.1)** Processo n. I2025/008313-7 Interessado: GUSTAVO DARIO PASCHOALETTE. A Câmara Especializada de Agronomia do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o processo nº I2025/008313-7, que trata-se de processo de auto de infração lavrado sob o nº I2025/008313-7, em 05 de março de 2025, em desfavor de GUSTAVO DARIO PASCHOALETTE, considerando ter atuado em desempenho



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA ESTADO DE MATO
GROSSO DO SUL

de cargo e função para a empresa AGRO AMAZÔNIA PRODUTOS AGROPECUÁRIOS SA, sem o devido registro da Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, configurando, assim, infração ao artigo 1º da Lei nº 6.496/1977, que dispõe: “Art. 1º - Todo contrato, escrito ou verbal, para a execução de obras ou prestação de quaisquer serviços profissionais referentes à Engenharia, à Arquitetura e à Agronomia fica sujeito à Anotação de Responsabilidade Técnica (ART).” Regularmente notificado em 13 de março de 2025, conforme aviso de recebimento constante nos autos, o autuado apresentou recurso protocolado sob o nº R2025/011395-8, arguendo em síntese: 1. Ter protocolado a ART nº 1320250038274, relativa ao desempenho de cargo/função junto à empresa, requerendo o cancelamento do auto de infração, sob a alegação de não ter recebido notificação anterior por e-mail, SMS ou via postal; 2. Sustenta que exerce a função de vendedor, não sendo responsável por prescrever ou recomendar produtos a agricultores, mas apenas pela intermediação de vendas de insumos agroquímicos solicitados por clientes. Anexou, ao recurso, a referida ART nº 1320250038274. Em análise ao presente processo, verifica-se que o autuado efetivamente apresentou registro de ART, todavia, para adequada instrução, faz-se necessária a juntada de documento emitido pela contratante, no qual conste de forma clara a atribuição do autuado no exercício do cargo desempenhado. Na hipótese de não se confirmar sua responsabilidade técnica, deverá ser apresentada a ART do profissional responsável técnico pela empresa, devidamente registrada em data anterior à lavratura do auto de infração. No que tange à alegação do autuado acerca da ausência de prévia notificação, cumpre esclarecer que não há amparo legal para o cancelamento do auto de infração por esse fundamento, pois nos termos da Resolução nº 1.008/2004, o auto de infração é o ato processual que instaura o processo administrativo, constituindo a própria notificação formal do autuado, sendo-lhe assegurado o contraditório e a ampla defesa, como efetivamente ocorreu com a interposição do recurso. Assim, verificou-se que não se sustenta a pretensão de anulação do auto por ausência de comunicação anterior, uma vez que o procedimento observou integralmente os princípios da legalidade, formalidade, ampla defesa e contraditório, também previstos na mencionada resolução. Baixado o processo em diligência para correta caracterização da responsabilidade técnica no caso concreto, sem prejuízo da manutenção da autuação lavrada, até que se comprovasse documentalmente a efetiva função desempenhada pelo autuado e a regularidade da ART do responsável técnico da empresa. Em face do não atendimento da diligência solicitada, foram reiterados seus termos, e em resposta, a empresa assim se manifestou: Em atenção à diligência solicitada no âmbito do processo nº I2025/008313-7, referente ao auto de infração lavrado em nome do Sr. Gustavo Dario Paschoalee, informa-se que o referido profissional não faz mais parte do quadro de colaboradores da empresa AGRO AMAZÔNIA PRODUTOS AGROPECUÁRIOS S.A. desde março de 2025. Dessa forma, no momento, não há vínculo empregatício ou contratual vigente entre o autuado e esta empresa. Permanecemos à disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais que se façam necessários para a adequada instrução do processo. Considerando que não há nos autos comprovação de que o autuado não respondia tecnicamente pela empresa e que atuava somente



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA ESTADO DE MATO
GROSSO DO SUL

como vendedor, como sustentou em sua defesa, a CEA **DECIDIU** pela manutenção do auto de infração nº I2025/008313-7, por infração ao artigo 1º da Lei nº 6.496/1977, bem como pela aplicação da penalidade prevista na alínea "A" do art. 73 da Lei nº 5.194, de 1966, em grau máximo.". Coordenou a votação o(a) Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho Marques. Votaram favoravelmente os senhores(as) conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno Cezar Alvaro Pontim, Antonio Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio Alves De Carvalho, Jose Antonio Maior Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo Elias De Oliveira e Leandro Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os senhores(as) conselheiros(as): Felipe Das Neves Monteiro. **5.5.1.4.2)** Processo n. I2025/039438-8 Interessado: GILMAR CORDEIRO CALADO FILHO. A Câmara Especializada de Agronomia do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o processo nº I2025/039438-8, que trata-se de presente processo, de auto de infração nº I2025/039438-8, lavrado em 1 de agosto de 2025, em desfavor de GILMAR CORDEIRO CALADO FILHO, considerando ter atuado em ASSISTÊNCIA TÉCNICA de CULTIVO DE SOJA 2024/2025, SITO A FAZENDA PRIMAVERA Zona Rural São Gabriel do Oeste MS, sem registrar ART, caracterizando assim, infração ao artigo 1º da Lei nº 6496/77, que versa: "Art 1º - Todo contrato, escrito ou verbal, para a execução de obras ou prestação de quaisquer serviços profissionais referentes à Engenharia, à Arquitetura e à Agronomia fica sujeito à "Anotação de Responsabilidade Técnica" (ART)." Devidamente notificada em 11 de agosto de 2025, conforme se verifica no Aviso de Recebimento anexo aos autos, a empresa autuada interpôs recurso protocolado sob o nº R2025/045353-8, argumentando o que segue: "- Foi recolhida a ART de número 1621038, citando as referidas fazendas, atendendo solicitação do CREA. Solicito cancelamento da multa, tendo em vista regularização da falta." Anexou ao recurso, a ART nº 1320250083285, registrada em 01/07/2025, na qual a propriedade fiscalizada está contemplada, no entanto, na mesma ART, constam outras propriedades em municípios diferentes, contrariando assim ao item 5 da Decisão CEA/MS n.2580/2023, que versa: "5 – A Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, poderá ser recolhida de forma individualizada, por contrato de prestação de serviços técnicos nas culturas agrícolas e por CPF (Cadastro de Pessoa Física) ou CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica), desde que as áreas agrícolas, contíguas ou não, objeto do contrato estejam localizadas no mesmo município e comarca." A CEA **DECIDIU** pela manutenção do auto de infração nº I2025/039438-8, por infração ao artigo 1º da Lei nº 6496/77, bem como aplicação da penalidade prevista na alínea "A" do art. 73 da Lei nº 5.194, de 1966, em grau máximo. Coordenou a votação o(a) Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho Marques. Votaram favoravelmente os senhores(as) conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno Cezar Alvaro Pontim, Antonio Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio Alves De Carvalho, Jose Antonio Maior Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo Elias De Oliveira e Leandro Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os senhores(as) conselheiros(as): Felipe Das Neves Monteiro. **5.5.1.5) alínea "D" do art. 73 da Lei nº 5.194, de 1966. - Grau máximo. 5.5.1.5.1)** Processo n. I2024/080017-0



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA ESTADO DE MATO
GROSSO DO SUL

6102 Interessado: DARIO USHIRO. A Câmara Especializada de Agronomia do Conselho Regional de
6103 Engenharia e Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o processo nº
6104 I2024/080017-0, que trata de de Auto de Infração (AI) nº I2024/080017-0, lavrado em 12 de dezembro
6105 de 2024, em desfavor de DARIO USHIRO, por infração à alínea "A" do art. 6º da Lei nº 5.194, de 1966,
6106 ao desenvolver a atividade projeto de custeio pecuário na Fazenda Eldorado, conforme cédula rural
6107 473125, sem a participação de profissional legalmente habilitado; Considerando que a alínea "A" do
6108 art. 6º da Lei nº 5.194, de 1966, estabelece que exerce ilegalmente a profissão de engenheiro ou
6109 engenheiro agrônomo a pessoa física ou jurídica que realizar atos ou prestar serviços, públicos ou
6110 privados, reservados aos profissionais de que trata esta Lei e que não possua registro nos Conselhos
6111 Regionais; Considerando o Parecer n. 015/2019-DJU (anexo), como houve a apresentação da defesa
6112 via sistema, mesmo após a correspondência ter sido devolvida pelos Correios sem entrega,
6113 caracteriza-se a ciência do autuado. Desta forma, essa autuação não possui o AR - Aviso de
6114 Recebimento; Considerando que o autuado apresentou defesa, na qual anexou declaração do Banco
6115 Bradesco que dispõe: "Declaramos para todos os fins e direitos, a existência de carteira de crédito rural
6116 nessa Instituição Financeira, com atividade básica sujeita a fiscalização, controle e normatização do
6117 Banco Central do Brasil, sendo que o cliente DARIO USHIRO (...), contratou operação de crédito rural
6118 na modalidade Custeio Pecuário, compra de animais (0 a 12 meses Bezerros), Cédula Rural
6119 Pignoratícia n.473125, dentro das regras do Crédito Rural, sendo a operação enquadrada técnica e
6120 economicamente viável, pelo Assessoramento Técnico em nível de carteira, conforme dispõe os
6121 normativos abaixo: Manual de Crédito Rural, MCR 2.4-2 (Resolução nº 3208, de 24/06/2004)
6122 "Nenhuma outra despesa pode ser exigida do mutuário, salvo o exato valor de gastos efetuados a sua
6123 conta pela instituição financeira ou decorrentes de expressas disposições legais. " Considerando que o
6124 Crédito Rural foi instituído mediante a Lei nº 4.829, de 5 de novembro de 1965, como um instrumento
6125 de política pública para o desenvolvimento da produção rural do País; Considerando que o Manual de
6126 Crédito Rural - MCR, instituído pelo Banco Central codifica as normas aprovadas pelo Conselho
6127 Monetário Nacional - CMN e aquelas divulgadas pelo Banco Central do Brasil relativas ao crédito rural,
6128 às quais devem subordinar-se os beneficiários e as instituições financeiras que operam no Sistema
6129 Nacional de Crédito Rural - SNCR, sem prejuízo da observância da regulamentação e da legislação
6130 aplicáveis, prevê: Título: Crédito RURAL 1 Capítulo : Disposições Preliminares - 1 Seção: Autorização
6131 para Operar em Crédito Rural e Estrutura Operativa - 1 1 - Para atuar em crédito rural, a instituição
6132 financeira deve obter autorização do Banco Central do Brasil, cumprindo-lhe: (...) c) manter serviços de
6133 assessoramento técnico em nível de carteira, à sua conta exclusiva, visando à adequada administração
6134 do crédito rural, bem como assegurar a prestação de assistência técnica em nível de imóvel ou
6135 empresa, quando devida; (...) Seção: Assistência Técnica - 3 (...) 3 - A assistência técnica e extensão
6136 rural deve ser prestada por profissionais registrados no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura
6137 e Agronomia (Crea), Conselho Federal ou Regional dos Técnicos Agrícolas, Conselho Regional de
6138 Medicina Veterinária (CRMV) ou no Conselho Regional de Biologia (CRB); Considerando a Resolução



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA ESTADO DE MATO
GROSSO DO SUL

Confea nº 342, de 11 de maio de 1990, que discrimina atividades relativas a empreendimentos agropecuários, florestais, agroindustriais e de armazenagem com ou sem utilização de Crédito Rural ou Incentivo Fiscal, exigem a participação efetiva e autoria declarada de profissionais legalmente habilitados, para a elaboração de planos, programas, projetos, especificações e orçamentos; Considerando que, não obstante as alegações apresentadas, o interessado motivou a lavratura do auto de infração, uma vez que, conforme dispõe o art. 5º da Resolução Confea nº 218, de 29 de junho de 1973, compete ao Engenheiro Agrônomo o desempenho das atividades 01 a 18 do artigo 1º desta Resolução, referentes a engenharia rural; construções para fins rurais e suas instalações complementares; irrigação e drenagem para fins agrícolas; fitotecnia e zootecnia; melhoramento animal e vegetal; recursos naturais renováveis; ecologia, agrometeorologia; defesa sanitária; química agrícola; alimentos; tecnologia de transformação (açúcar, amidos, óleos, laticínios, vinhos e destilados); beneficiamento e conservação dos produtos animais e vegetais; zootecnia; agropecuária; edafologia; fertilizantes e corretivos; processo de cultura e de utilização de solo; microbiologia agrícola; biometria; parques e jardins; mecanização na agricultura; implementos agrícolas; nutrição animal; agrostologia; bromatologia e rações; economia rural e crédito rural; seus serviços afins e correlatos; Considerando que a pessoa física autuada não apresentou em sua defesa documentação que comprova a regularização da falta cometida; Considerando que não há no processo documentos que comprovem a contratação de profissional para responder tecnicamente pelos serviços, a CEA **DECIDIU** pela procedência do Auto de Infração nº I2024/080017-0, cuja infração está capitulada na alínea "A" do art. 6º da Lei nº 5.194, de 1966, com a manutenção da multa prevista na alínea "D" do art. 73 da Lei nº 5.194, de 1966, em grau máximo. Coordenou a votação o(a) Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho Marques. Votaram favoravelmente os senhores(as) conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno Cezar Alvaro Pontim, Antonio Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio Alves De Carvalho, Jose Antonio Maior Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo Elias De Oliveira e Leandro Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os senhores(as) conselheiros(as): Felipe Das Neves Monteiro. **5.5.1.5.2) Processo n. I2022/101404-1 Interessado: Thereza Tie Kikuti Hoshika. A Câmara Especializada de Agronomia do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o processo nº I2022/101404-1, que trata de processo de Auto de Infração (AI) nº I2022/101404-1, lavrado em 12 de julho de 2022, em desfavor de Thereza Tie Kikuti Hoshika, por infração à alínea "A" do art. 6º da Lei nº 5.194, de 1966, ao desenvolver a atividade de projeto de máquinas e equipamentos na Fazenda Modelo II, conforme cédula rural 764.000.485, sem a participação de profissional legalmente habilitado; Considerando que a alínea "A" do art. 6º da Lei nº 5.194, de 1966, estabelece que exerce ilegalmente a profissão de engenheiro ou engenheiro agrônomo a pessoa física ou jurídica que realizar atos ou prestar serviços, públicos ou privados, reservados aos profissionais de que trata esta Lei e que não possua registro nos Conselhos Regionais; Considerando o Parecer n. 015/2019-DJU (anexo), e como houve a apresentação da defesa via sistema antes da postagem da autuação, caracterizando a ciência**



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA ESTADO DE MATO
GROSSO DO SUL

do autuado, não foi encaminhada a correspondência via correios, portanto, essa autuação não possui o AR - Aviso de Recebimento; Considerando que a autuada apresentou defesa, na qual anexou a ART nº 1320250043337, que foi registrada em 31/03/2025 pelo Engenheiro Agrônomo Jose Geraldo Bronharo e se refere à cédula 765.000.485, Fazenda Modelo II, de propriedade de Thereza Tie Kikuti Hoshika; Considerando que a ART nº 1320250043337 se refere à cédula 765.000.485 e o Auto de Infração (AI) nº I2022/101404-1 se refere à cédula 764.000.485; Considerando que a ART nº 1320250043337 e o Auto de Infração (AI) nº I2022/101404-1 se referem a serviços distintos, tendo em vista que as cédulas são divergentes; Considerando que não há no processo documentos que comprovem a contratação de profissional para responder tecnicamente pelos serviços, a CEA **DECIDIU** pela procedência do Auto de Infração nº I2022/101404-1, cuja infração está capitulada na alínea "A" do art. 6º da Lei nº 5.194, de 1966, com a manutenção da multa prevista na alínea "D" do art. 73 da Lei nº 5.194, de 1966, em grau máximo, sem prejuízo da sua regularização da falta, a ser corrigida pelo Crea-MS na forma da lei. Coordenou a votação o(a) Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho Marques. Votaram favoravelmente os senhores(as) conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno Cezar Alvaro Pontim, Antonio Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio Alves De Carvalho, Jose Antonio Maior Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo Elias De Oliveira e Leandro Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os senhores(as) conselheiros(as): Felipe Das Neves Monteiro. **5.5.1.5.3)** Processo n. I2022/097760-1 Interessado: Mauro Christianini. A Câmara Especializada de Agronomia do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o processo nº I2022/097760-1, que trata-se de processo de Auto de Infração (AI) nº I2022/097760-1, lavrado em 13 de junho de 2022, em desfavor da pessoa física Mauro Christianini, por infração à alínea "A" do art. 6º da Lei nº 5.194, de 1966, ao desenvolver a atividade anteprojeto de custeio para a estocagem para a Fazenda Jatobá, conforme cédula rural 40/17287-2, cuja finalidade é custeio financiamento de estocagem safra soja 2021/2022, sem a participação de responsável técnico legalmente habilitado; Considerando que a alínea "A" do art. 6º da Lei nº 5.194, de 1966, estabelece que exerce ilegalmente a profissão de engenheiro ou engenheiro agrônomo a pessoa física ou jurídica que realizar atos ou prestar serviços, públicos ou privados, reservados aos profissionais de que trata esta Lei e que não possua registro nos Conselhos Regionais; Considerando que o inciso II do art. 1º da Decisão Normativa nº 74, de 27 de agosto de 2004, esclarece que pessoas físicas leigas executando atividades privativas de profissionais fiscalizados pelo Sistema Confea/Crea estarão infringindo a alínea "a" do art. 6º da Lei nº 5.194, de 1966; Considerando o Parecer n. 015/2019-DJU (anexo), e como houve a apresentação da defesa via sistema antes da postagem da autuação, caracterizando a ciência do autuado, não foi encaminhada a correspondência via correios, portanto, essa autuação não possui o AR - Aviso de Recebimento; Considerando que o autuado apresentou defesa, no qual apresentou a ART nº 1320250034719, que foi registrada em 13/03/2025 pelo Engenheiro Agrônomo Julio Toshinori Mizuta e se refere à soja safra 2021/2022 para a Fazenda Jatobá, de propriedade de Mauro Christianini; Considerando que o auto de



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA ESTADO DE MATO
GROSSO DO SUL

infração é referente ao “projeto de custeio de investimento” elaborado de acordo com a cédula rural 40/17287-2; Considerando que a ART nº 1320250034719 não remete à atividade de “projeto de custeio de investimento”, tendo em vista que consta no quadro de atividades técnicas apenas a atividade “ASSISTÊNCIA”; Considerando, portanto, que a ART nº 1320250034719 não comprova a regularização do Auto de Infração (AI) nº I2022/097760-1, tendo em vista que se referem a atividades técnicas distintas; Considerando que não há no processo documentos que comprovem a contratação de profissional para responder tecnicamente pela atividade técnica objeto do auto de infração, a CEA **DECIDIU** pela procedência do Auto de Infração nº I2022/097760-1, cuja infração está capitulada na alínea "A" do art. 6º da Lei nº 5.194, de 1966, com a manutenção da multa prevista na alínea "D" do art. 73 da Lei nº 5.194, de 1966, em grau máximo, sem prejuízo da sua regularização da falta, a ser corrigida pelo Crea-MS na forma da lei. Coordenou a votação o(a) Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho Marques. Votaram favoravelmente os senhores(as) conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno Cezar Alvaro Pontim, Antonio Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio Alves De Carvalho, Jose Antonio Maior Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo Elias De Oliveira e Leandro Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os senhores(as) conselheiros(as): Felipe Das Neves Monteiro. **5.5.1.5.4)** Processo n. I2025/017765-4 Interessado: Cláudio Michel Meira. A Câmara Especializada de Agronomia do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o processo nº I2025/017765-4, que trata-se de processo de Auto de Infração (AI) nº I2025/017765-4, lavrado em 24 de abril de 2025, em desfavor de Cláudio Michel Meira, por infração à alínea "A" do art. 6º da Lei nº 5.194, de 1966, ao desenvolver a atividade de projeto/assistência técnica de custeio pecuário para a Fazenda Bruna, conforme cédula rural 474995, sem a participação de profissional legalmente habilitado; Considerando que a alínea "A" do art. 6º da Lei nº 5.194, de 1966, estabelece que exerce ilegalmente a profissão de engenheiro ou engenheiro agrônomo a pessoa física ou jurídica que realizar atos ou prestar serviços, públicos ou privados, reservados aos profissionais de que trata esta Lei e que não possua registro nos Conselhos Regionais; Considerando que a pessoa física autuada recebeu o Auto de Infração em 30/04/2025, conforme Aviso de Recebimento anexo aos autos; Considerando que o autuada apresentou defesa, na qual anexou declaração fornecido pelo Banco Bradesco, que dispõe: salientamos que, para todos os fins e direitos, a existência de carteira de crédito rural nessa Instituição Financeira, detém atividade básica sujeita a fiscalização, controle e normatização do Banco Central do Brasil, ou seja, informações sobre tais contratos somente podem ser disponibilizados àquele órgão competente; Considerando que o Crédito Rural foi instituído mediante a Lei nº 4.829, de 5 de novembro de 1965, como um instrumento de política pública para o desenvolvimento da produção rural do País; Considerando que o Manual de Crédito Rural - MCR, instituído pelo Banco Central codifica as normas aprovadas pelo Conselho Monetário Nacional - CMN e aquelas divulgadas pelo Banco Central do Brasil relativas ao crédito rural, às quais devem subordinar-se os beneficiários e as instituições financeiras que operam no Sistema Nacional de Crédito Rural -



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA ESTADO DE MATO
GROSSO DO SUL

6250 SNCR, sem prejuízo da observância da regulamentação e da legislação aplicáveis, prevê: Título:
6251 Crédito RURAL 1 Capítulo : Disposições Preliminares - 1 Seção: Autorização para Operar em Crédito
6252 Rural e Estrutura Operativa - 1 1 - Para atuar em crédito rural, a instituição financeira deve obter
6253 autorização do Banco Central do Brasil, cumprindo-lhe: (...) c) manter serviços de assessoramento
6254 técnico em nível de carteira, à sua conta exclusiva, visando à adequada administração do crédito rural,
6255 bem como assegurar a prestação de assistência técnica em nível de imóvel ou empresa, quando
6256 devida; (...) Seção: Assistência Técnica - 3 (...) 3 - A assistência técnica e extensão rural deve ser
6257 prestada por profissionais registrados no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia
6258 (Crea), Conselho Federal ou Regional dos Técnicos Agrícolas, Conselho Regional de Medicina
6259 Veterinária (CRMV) ou no Conselho Regional de Biologia (CRB); Considerando a Resolução Confea nº
6260 342, de 11 de maio de 1990, que discrimina atividades relativas a empreendimentos agropecuários,
6261 florestais, agroindustriais e de armazenagem com ou sem utilização de Crédito Rural ou Incentivo
6262 Fiscal, exigem a participação efetiva e autoria declarada de profissionais legalmente habilitados, para a
6263 elaboração de planos, programas, projetos, especificações e orçamentos; Considerando que, não
6264 obstante as alegações apresentadas, o interessado motivou a lavratura do auto de infração, uma vez
6265 que, conforme dispõe o art. 5º da Resolução Confea nº 218, de 29 de junho de 1973, compete ao
6266 Engenheiro Agrônomo o desempenho das atividades 01 a 18 do artigo 1º desta Resolução, referentes
6267 a engenharia rural; construções para fins rurais e suas instalações complementares; irrigação e
6268 drenagem para fins agrícolas; fitotecnia e zootecnia; melhoramento animal e vegetal; recursos naturais
6269 renováveis; ecologia, agrometeorologia; defesa sanitária; química agrícola; alimentos; tecnologia de
6270 transformação (açúcar, amidos, óleos, laticínios, vinhos e destilados); beneficiamento e conservação
6271 dos produtos animais e vegetais; zootecnia; agropecuária; edafologia; fertilizantes e corretivos;
6272 processo de cultura e de utilização de solo; microbiologia agrícola; biometria; parques e jardins;
6273 mecanização na agricultura; implementos agrícolas; nutrição animal; agrostologia; bromatologia e
6274 rações; economia rural e crédito rural; seus serviços afins e correlatos; Considerando que a pessoa
6275 física autuada não apresentou em sua defesa documentação que comprova a regularização da falta
6276 cometida; Considerando que não há no processo documentos que comprovem a contratação de
6277 profissional para responder tecnicamente pelos serviços, a CEA **DECIDIU** pela procedência do Auto de
6278 Infração nº I2025/017765-4, cuja infração está capitulada na alínea "A" do art. 6º da Lei nº 5.194, de
6279 1966, com a manutenção da multa prevista na alínea "D" do art. 73 da Lei nº 5.194, de 1966, em grau
6280 máximo. Coordenou a votação o(a) Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho Marques. Votaram
6281 favoravelmente os senhores(as) conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno Cezar Alvaro
6282 Pontim, Antonio Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio Alves De
6283 Carvalho, Jose Antonio Maior Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo
6284 Elias De Oliveira e Leandro Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os senhores(as)
6285 conselheiros(as): Felipe Das Neves Monteiro. **5.5.1.5.5)** Processo n. I2025/022114-9 Interessado:
6286 Alexandre Reis Tosta. A Câmara Especializada de Agronomia do Conselho Regional de Engenharia e



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA ESTADO DE MATO
GROSSO DO SUL

6287 Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o processo nº I2025/022114-
6288 9, que trata-se de processo de Auto de Infração (AI) nº I2025/022114-9, lavrado em 8 de maio de 2025,
6289 em desfavor de Alexandre Reis Tosta, por infração à alínea "A" do art. 6º da Lei nº 5.194, de 1966, ao
6290 desenvolver a atividade de assistência técnica em correção do solo para o Sítio São João, conforme
6291 cédula rural 40/08097-8, sem a participação de profissional legalmente habilitado; Considerando que a
6292 alínea "A" do art. 6º da Lei nº 5.194, de 1966, estabelece que exerce ilegalmente a profissão de
6293 engenheiro ou engenheiro agrônomo a pessoa física ou jurídica que realizar atos ou prestar serviços,
6294 públicos ou privados, reservados aos profissionais de que trata esta Lei e que não possua registro nos
6295 Conselhos Regionais; Considerando que a pessoa física autuada recebeu o Auto de Infração em
6296 21/05/2025, conforme Aviso de Recebimento anexo aos autos; Considerando que o autuado
6297 apresentou defesa, na qual alegou que: “o conselho da empresa responsável, pertence ao CFTA”;
6298 Considerando que o autuado não apresentou nenhuma documentação que comprova as alegações
6299 apresentadas; Considerando que não há no processo documentos que comprovem a contratação de
6300 profissional para responder tecnicamente pelos serviços, a CEA **DECIDIU** pela procedência do Auto de
6301 Infração nº I2025/022114-9, cuja infração está capitulada na alínea "A" do art. 6º da Lei nº 5.194, de
6302 1966, com a manutenção da multa prevista na alínea "D" do art. 73 da Lei nº 5.194, de 1966, em grau
6303 máximo, sem prejuízo da sua regularização da falta, a ser corrigida pelo Crea-MS na forma da lei.
6304 Coordenou a votação o(a) Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho Marques. Votaram favoravelmente
6305 os senhores(as) conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno Cezar Alvaro Pontim,
6306 Antonio Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio Alves De Carvalho,
6307 Jose Antonio Maior Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo Elias De
6308 Oliveira e Leandro Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os senhores(as)
6309 conselheiros(as): Felipe Das Neves Monteiro. **5.5.1.5.6)** Processo n. I2025/038494-3 Interessado:
6310 ALMIR CECILIO DE SOUZA. A Câmara Especializada de Agronomia do Conselho Regional de
6311 Engenharia e Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o processo nº
6312 I2025/038494-3, que trata-se de presente processo, de auto de infração lavrado em 31 de julho de
6313 2025, sob o nº I2025/038494-3, em desfavor de ALMIR CECILIO DE SOUZA, considerando ter atuado
6314 em ASSISTÊNCIA TÉCNICA para CULTIVO DE SOJA 2024/2025, sem contar com a participação de
6315 profissional habilitado, caracterizando assim, infração a alínea "A" do art. 6º da Lei nº 5.194, de 1966,
6316 que versa: “Art. 6º Exerce ilegalmente a profissão de engenheiro, arquiteto ou engenheiro-agrônomo: a)
6317 a pessoa física ou jurídica que realizar atos ou prestar serviços público ou privado reservados aos
6318 profissionais de que trata esta lei e que não possua registro nos Conselhos Regionais;” Devidamente
6319 notificado em 11 de agosto de 2025, o autuado interpôs recurso protocolado sob o nº R2025/044062-2,
6320 argumentando o que segue: “Venho por meio desta encarecidamente, pedir para uma pena alternativa
6321 ao auto de infração Nº 12025/038497- 8, pois devido ao desconhecimento desta irregularidade e da
6322 obrigatoriedade da assistência Técnica acompanhar, fico a disposição total para atender todas regras
6323 que forem solicitadas, pois devido a situação em que me encontro não tenho possibilidades financeiras



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA ESTADO DE MATO
GROSSO DO SUL

de pagar a multa.” Em análise ao presente processo e, não obstante as alegações do autuado, temos que o recurso não apresenta fundamentos capazes de afastar a materialidade da infração apurada. Restou configurado que o Sr. Almir Cecílio de Souza atuou em assistência técnica para cultivo de soja 2024/2025 sem a participação de profissional habilitado e registrado no Conselho Regional, conduta que se enquadra na alínea “a” do art. 6º da Lei nº 5.194/66, caracterizando exercício ilegal da profissão. Cumpre salientar que o desconhecimento da lei não exime o infrator de seu cumprimento, conforme princípio basilar do ordenamento jurídico (art. 3º da LINDB). Além disso, a obrigatoriedade de acompanhamento técnico por profissional habilitado está diretamente vinculada à proteção da sociedade, da produção agrícola e do meio ambiente, não podendo ser relativizada por questões de ordem pessoal ou financeira. No tocante ao pedido de aplicação de pena alternativa, observa-se que a legislação que rege o Sistema Confea/Crea não prevê tal faculdade em substituição à multa administrativa decorrente do exercício ilegal da profissão. Assim, não há amparo legal para acolher a solicitação formulada pelo autuado. A CEA **DECIDIU** pela manutenção do Auto de Infração nº I2025/038494-3, por infração a alínea “A” do art. 6º da Lei nº 5.194, de 1966, com aplicação da penalidade prevista na alínea “d” do art. 73 da Lei nº 5.194/66, em grau máximo. Coordenou a votação o(a) Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho Marques. Votaram favoravelmente os senhores(as) conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno Cezar Alvaro Pontim, Antonio Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio Alves De Carvalho, Jose Antonio Maior Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo Elias De Oliveira e Leandro Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os senhores(as) conselheiros(as): Felipe Das Neves Monteiro. **5.5.1.5.7)** Processo n. I2025/038508-7 Interessado: MARCIA CHRISTINA DA CONCEICAO. A Câmara Especializada de Agronomia do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o processo nº I2025/038508-7, que trata-se de processo de Auto de Infração (AI) nº I2025/038508-7, lavrado em 31 de julho de 2025, em desfavor da pessoa física MARCIA CHRISTINA DA CONCEICAO, por infração à alínea “A” do art. 6º da Lei nº 5.194, de 1966, ao desenvolver a atividade de assistência técnica em cultivo de soja, safra 2024/2025, no Projeto De Assentamento Federal PA-Itamarati II CUT - Lote 210, sem a participação de responsável técnico legalmente habilitado; Considerando que a alínea “A” do art. 6º da Lei nº 5.194, de 1966, estabelece que exerce ilegalmente a profissão de engenheiro ou engenheiro agrônomo a pessoa física ou jurídica que realizar atos ou prestar serviços, públicos ou privados, reservados aos profissionais de que trata esta Lei e que não possua registro nos Conselhos Regionais; Considerando que o inciso II do art. 1º da Decisão Normativa nº 74, de 27 de agosto de 2004, esclarece que pessoas físicas leigas executando atividades privativas de profissionais fiscalizados pelo Sistema Confea/Crea estarão infringindo a alínea “a” do art. 6º da Lei nº 5.194, de 1966; Considerando que a pessoa física autuada recebeu o Auto de Infração em 11/08/2025, conforme Aviso de Recebimento anexo aos autos; Considerando que a autuada apresentou defesa, na qual alegou, em suma, que é pequena produtora rural e que apenas administrou sua própria lavoura de soja, sem



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA ESTADO DE MATO
GROSSO DO SUL

prestar serviços técnicos a terceiros, o que não configura exercício ilegal da profissão segundo entendimento do Confea. Destaca que não há provas de execução de atos privativos de engenheiro agrônomo, já que não foram apresentados contratos, laudos ou pareceres técnicos. Ressalta ainda a ausência de dolo e a desproporcionalidade da multa de R\$ 2.722,72, pedindo seu arquivamento com base nos princípios da razoabilidade e proporcionalidade; Considerando que, conforme a Ficha de Visita anexada aos autos, a fiscalização foi realizada por meio do Cadastro de Áreas de Soja/Vazio Sanitário, recebido pela Agência Estadual de Defesa Sanitária Animal e Vegetal – IAGRO, autarquia criada pelo Decreto-Lei nº 9, de 1º de janeiro de 1979; Considerando a Lei Estadual n. 3.333/2006, que dispõe sobre medidas sanitárias para a prevenção, o controle e a erradicação da Ferrugem Asiática da Soja e sobre matérias correlatas; Considerando que o art. 7º, a da Lei Estadual n. 3.333/2006, prevê responsabilidades ao responsável técnico pela área de produção de soja, conforme consta: Art. 7º O responsável técnico pela cultura da soja fica solidariamente vinculado ao sojicultor ao qual ele preste assistência como prevê o art. 5º, caput, IV, quanto ao cumprimento do dever jurídico de comunicar ou notificar à IAGRO: I - o surgimento da Ferrugem Asiática da Soja, imediatamente após a sua detecção; II - as medidas técnico-sanitárias adotadas para o controle, o combate ou a erradicação da doença. Considerando o Decreto Estadual n. 12.657/2008, em seu art. 6º, onde prevê as informações mínimas para o cadastro obrigatório das áreas de plantio de soja, cuja obrigatoriedade é prevista no art. 5º, do mesmo Decreto, faz menção, assim como a Lei Estadual n. 3.333/2006, o nome do responsável técnico e seu número de registro junto ao Crea, conforme dispõe: Art. 6º Para os fins do disposto no art. 5º, o produtor rural interessado deve prestar à IAGRO, no mínimo, as seguintes informações: I - no caso de pessoa natural ("pessoa física"): a) o seu nome, o número e o órgão emissor do seu documento de identidade (RG); b) o número de sua inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda (CPF/MF); c) o nome e o número de inscrição do seu responsável técnico no Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura (CREA); (...) Considerando que a autuada não apresentou em sua defesa documentação que comprova a regularização da falta cometida; Considerando que a infração e penalidade são definidos conforme os termos da Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966; Considerando que a autuada não apresentou em sua defesa documentação que comprova a contratação de responsável técnico pelo cultivo da soja 2024/2025 da propriedade rural em tela perante à IAGRO, nos termos do Decreto Estadual nº 12.657/2008 e da Lei Estadual nº 3.333/2006, a CEA **DECIDIU** pela procedência do Auto de Infração nº I2025/038508-7, cuja infração está capitulada na alínea "A" do art. 6º da Lei nº 5.194, de 1966, com a manutenção da multa prevista na alínea "D" do art. 73 da Lei nº 5.194, de 1966, em grau máximo. Coordenou a votação o(a) Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho Marques. Votaram favoravelmente os senhores(as) conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno Cezar Alvaro Pontim, Antonio Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio Alves De Carvalho, Jose Antonio Maior Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo Elias De Oliveira e Leandro Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os senhores(as) conselheiros(as): Felipe Das



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA ESTADO DE MATO
GROSSO DO SUL

Neves Monteiro. **5.5.1.5.8)** Processo n. I2025/038517-6 Interessado: JORGE XIMENES. A Câmara Especializada de Agronomia do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o processo nº I2025/038517-6, que trata-se de processo de Auto de Infração (AI) nº I2025/038517-6, lavrado em 31 de julho de 2025, em desfavor de JORGE XIMENES, por infração à alínea "A" do art. 6º da Lei nº 5.194, de 1966, ao desenvolver a atividade de assistência técnica de cultivo de soja 2024/2025, para o Projeto de Assentamento Federal PA-ITAMARATI - AMFFI - LOTE 62, sem a participação de profissional legalmente habilitado; Considerando que a alínea "A" do art. 6º da Lei nº 5.194, de 1966, estabelece que exerce ilegalmente a profissão de engenheiro ou engenheiro agrônomo a pessoa física ou jurídica que realizar atos ou prestar serviços, públicos ou privados, reservados aos profissionais de que trata esta Lei e que não possua registro nos Conselhos Regionais; Considerando que a pessoa física autuada recebeu o Auto de Infração em 12/08/2025, conforme Aviso de Recebimento anexo aos autos; Considerando que o autuado apresentou defesa, na qual alegou que agiu de boa-fé, sem intenção de exercer ilegalmente atividade técnica, pois realizou apenas práticas empíricas da agricultura familiar, sem ART ou projetos técnicos. Ressalta ser pequeno produtor assentado, com recursos limitados e desconhecimento da exigência legal. Afirma que não houve prejuízo social, técnico ou ambiental e demonstra disposição para se regularizar mediante contratação de profissional habilitado. Por fim, solicita a aplicação dos princípios da razoabilidade e proporcionalidade, diante do impacto financeiro da multa e de sua condição socioeconômica; Considerando que não consta da defesa documentação que comprova a regularização da falta cometida; Considerando que o autuado não apresentou em sua defesa documentação que comprova as suas alegações; Considerando que não há no processo documentos que comprovem a contratação de profissional para responder tecnicamente pelos serviços, a CEA **DECIDIU** pela procedência do Auto de Infração nº I2025/038517-6, cuja infração está capitulada na alínea "A" do art. 6º da Lei nº 5.194, de 1966, com a manutenção da multa prevista na alínea "D" do art. 73 da Lei nº 5.194, de 1966, em grau máximo, sem prejuízo da sua regularização da falta, a ser corrigida pelo Crea-MS na forma da lei. Coordenou a votação o(a) Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho Marques. Votaram favoravelmente os senhores(as) conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno Cezar Alvaro Pontim, Antonio Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio Alves De Carvalho, Jose Antonio Maior Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo Elias De Oliveira e Leandro Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os senhores(as) conselheiros(as): Felipe Das Neves Monteiro. **5.5.1.5.9)** Processo n. I2025/038521-4 Interessado: ELIEL DA SILVA XIMENES. A Câmara Especializada de Agronomia do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o processo nº I2025/038521-4, que trata-se de processo de Auto de Infração (AI) nº I2025/038521-4, lavrado em 31 de julho de 2025, em desfavor de ELIEL DA SILVA XIMENES, por infração à alínea "A" do art. 6º da Lei nº 5.194, de 1966, ao desenvolver a atividade de assistência técnica de cultivo de soja 2024/2025, para o Projeto de Assentamento ITAMARATI II AMFFI LOTE 61,



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA ESTADO DE MATO
GROSSO DO SUL

sem a participação de profissional legalmente habilitado; Considerando que a alínea "A" do art. 6º da Lei nº 5.194, de 1966, estabelece que exerce ilegalmente a profissão de engenheiro ou engenheiro agrônomo a pessoa física ou jurídica que realizar atos ou prestar serviços, públicos ou privados, reservados aos profissionais de que trata esta Lei e que não possua registro nos Conselhos Regionais; Considerando que a pessoa física autuada recebeu o Auto de Infração em 12/08/2025, conforme Aviso de Recebimento anexo aos autos; Considerando que o autuado apresentou defesa, na qual alegou que não teve intenção de exercer ilegalmente atividade técnica, pois realizou apenas práticas tradicionais da agricultura familiar, sem emissão de ARTs ou projetos complexos. Destaca que, por desconhecimento das exigências legais, não contratou profissional habilitado, mas já está tomando providências após a notificação. Ressalta que as atividades não causaram riscos ou prejuízos a terceiros e pede a redução da multa de R\$ 2.722,72, considerando sua condição de pequeno produtor rural em Projeto de Assentamento; Considerando que não consta da defesa documentação que comprova a regularização da falta cometida; Considerando que o autuado não apresentou em sua defesa documentação que comprova as suas alegações; Considerando que não há no processo documentos que comprovem a contratação de profissional para responder tecnicamente pelos serviços, a CEA **DECIDIU** pela procedência do Auto de Infração nº I2025/038521-4, cuja infração está capitulada na alínea "A" do art. 6º da Lei nº 5.194, de 1966, com a manutenção da multa prevista na alínea "D" do art. 73 da Lei nº 5.194, de 1966, em grau máximo, sem prejuízo da sua regularização da falta, a ser corrigida pelo Crea-MS na forma da lei. Coordenou a votação o(a) Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho Marques. Votaram favoravelmente os senhores(as) conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno Cezar Alvaro Pontim, Antonio Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio Alves De Carvalho, Jose Antonio Maior Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo Elias De Oliveira e Leandro Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os senhores(as) conselheiros(as): Felipe Das Neves Monteiro. **5.5.1.5.10)** Processo n. I2025/038522-2 Interessado: DANIEL RAMIRES DA SILVA. A Câmara Especializada de Agronomia do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o processo nº I2025/038522-2, que trata-se de processo de Auto de Infração (AI) nº I2025/038522-2, lavrado em 31 de julho de 2025, em desfavor de DANIEL RAMIRES DA SILVA, por infração à alínea "A" do art. 6º da Lei nº 5.194, de 1966, ao desenvolver a atividade de assistência técnica de cultivo de soja 2024/2025, para o Projeto de Assentamento Federal PA-ITAMARATI - AMFFI - LOTE 148, sem a participação de profissional legalmente habilitado; Considerando que a alínea "A" do art. 6º da Lei nº 5.194, de 1966, estabelece que exerce ilegalmente a profissão de engenheiro ou engenheiro agrônomo a pessoa física ou jurídica que realizar atos ou prestar serviços, públicos ou privados, reservados aos profissionais de que trata esta Lei e que não possua registro nos Conselhos Regionais; Considerando que a pessoa física autuada recebeu o Auto de Infração em 11/08/2025, conforme Aviso de Recebimento anexo aos autos; Considerando que o autuado apresentou defesa, na qual alegou que agiu de boa-fé, sem dolo, apenas em atividades de subsistência em assentamento



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA ESTADO DE MATO
GROSSO DO SUL

rural, sem intenção de exercer funções privativas de profissionais habilitados. Justifica o desconhecimento das exigências legais de acompanhamento técnico e da ART, ressaltando que não houve dano ou risco ao meio ambiente, saúde ou terceiros. Após a notificação, buscou orientação regularizar a situação com a contratação de profissional habilitado. Por fim, pede a reconsideração da multa com base nos princípios da razoabilidade e proporcionalidade, considerando sua condição de pequeno produtor rural e o impacto financeiro da penalidade; Considerando que não consta da defesa documentação que comprova a regularização da falta cometida; Considerando que o autuado não apresentou em sua defesa documentação que comprova as suas alegações; Considerando que não há no processo documentos que comprovem a contratação de profissional para responder tecnicamente pelos serviços, a CEA **DECIDIU** pela procedência do Auto de Infração nº I2025/038522-2, cuja infração está capitulada na alínea "A" do art. 6º da Lei nº 5.194, de 1966, com a manutenção da multa prevista na alínea "D" do art. 73 da Lei nº 5.194, de 1966, em grau máximo, sem prejuízo da sua regularização da falta, a ser corrigida pelo Crea-MS na forma da lei. Coordenou a votação o(a) Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho Marques. Votaram favoravelmente os senhores(as) conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno Cezar Alvaro Pontim, Antonio Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio Alves De Carvalho, Jose Antonio Maior Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo Elias De Oliveira e Leandro Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os senhores(as) conselheiros(as): Felipe Das Neves Monteiro. **5.5.1.5.11** Processo n. I2025/044442-3 Interessado: JACINTO DEOTTI. A Câmara Especializada de Agronomia do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o processo nº I2025/044442-3, que trata de processo de Auto de Infração (AI) nº I2025/044442-3, lavrado em 14 de agosto de 2025, em desfavor de JACINTO DEOTTI, por infração à alínea "A" do art. 6º da Lei nº 5.194, de 1966, ao desenvolver a atividade de projeto/assistência técnica em custeio pecuário para a Fazenda Santa Terezinha, conforme cédula rural 475.783, sem a participação de profissional legalmente habilitado; Considerando que a alínea "A" do art. 6º da Lei nº 5.194, de 1966, estabelece que exerce ilegalmente a profissão de engenheiro ou engenheiro agrônomo a pessoa física ou jurídica que realizar atos ou prestar serviços, públicos ou privados, reservados aos profissionais de que trata esta Lei e que não possua registro nos Conselhos Regionais; Considerando que a pessoa física autuada recebeu o Auto de Infração em 21/08/2025, conforme Aviso de Recebimento anexo aos autos; Considerando que o autuado apresentou defesa, na qual anexou declaração do Banco Bradesco que informa: "Declaramos para todos os fins e direitos, a existência de carteira de crédito rural nessa Instituição Financeira, com atividade básica sujeita a fiscalização, controle e normatização do Banco Central do Brasil, sendo que o cliente Jacinto Deotti, contratou operação de crédito rural na modalidade Custeio Pecuário, no valor de R\$ 900.000,00, referente a Cédula Rural Pignoratícia 475.783, dentro das regras do Crédito Rural, sendo a operação enquadrada técnica e economicamente viável, pelo Assessoramento Técnico em nível de carteira, conforme dispõe os normativos abaixo: Manual de Crédito rural, MCR 2'.2-6 (Resolução nº 3239, de 29/09/2004): "Cabe



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA ESTADO DE MATO
GROSSO DO SUL

6509 ao assessoramento técnico ao nível de carteira examinar a necessidade de apresentação de plano ou
6510 projeto, para concessão de crédito rural, de acordo com a complexidade do empreendimento e suas
6511 peculiaridades. "Manual de Crédito Rural, MCR 2.4-2 (Resolução nº 3208, de 24/06/2004) "Nenhuma
6512 outra despesa pode ser exigida do mutuário, salvo o exato valor de gastos efetuados a sua conta pela
6513 instituição financeira ou decorrentes de expressas disposições legais"; Considerando que o Crédito
6514 Rural foi instituído mediante a Lei nº 4.829, de 5 de novembro de 1965, como um instrumento de
6515 política pública para o desenvolvimento da produção rural do País; Considerando que o Manual de
6516 Crédito Rural - MCR, instituído pelo Banco Central codifica as normas aprovadas pelo Conselho
6517 Monetário Nacional - CMN e aquelas divulgadas pelo Banco Central do Brasil relativas ao crédito rural,
6518 às quais devem subordinar-se os beneficiários e as instituições financeiras que operam no Sistema
6519 Nacional de Crédito Rural - SNCR, sem prejuízo da observância da regulamentação e da legislação
6520 aplicáveis, prevê: Título: Crédito RURAL 1 Capítulo : Disposições Preliminares - 1 Seção: Autorização
6521 para Operar em Crédito Rural e Estrutura Operativa - 1 1 - Para atuar em crédito rural, a instituição
6522 financeira deve obter autorização do Banco Central do Brasil, cumprindo-lhe: (...) c) manter serviços de
6523 assessoramento técnico em nível de carteira, à sua conta exclusiva, visando à adequada administração
6524 do crédito rural, bem como assegurar a prestação de assistência técnica em nível de imóvel ou
6525 empresa, quando devida; (...) Seção: Assistência Técnica - 3 (...) 3 - A assistência técnica e extensão
6526 rural deve ser prestada por profissionais registrados no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura
6527 e Agronomia (Crea), Conselho Federal ou Regional dos Técnicos Agrícolas, Conselho Regional de
6528 Medicina Veterinária (CRMV) ou no Conselho Regional de Biologia (CRB); Considerando a Resolução
6529 Confea nº 342, de 11 de maio de 1990, que discrimina atividades relativas a empreendimentos
6530 agropecuários, florestais, agroindustriais e de armazenagem com ou sem utilização de Crédito Rural ou
6531 Incentivo Fiscal, exigem a participação efetiva e autoria declarada de profissionais legalmente
6532 habilitados, para a elaboração de planos, programas, projetos, especificações e orçamentos;
6533 Considerando que, não obstante as alegações apresentadas, o interessado motivou a lavratura do auto
6534 de infração, uma vez que, conforme dispõe o art. 5º da Resolução Confea nº 218, de 29 de junho de
6535 1973, compete ao Engenheiro Agrônomo o desempenho das atividades 01 a 18 do artigo 1º desta
6536 Resolução, referentes a engenharia rural; construções para fins rurais e suas instalações
6537 complementares; irrigação e drenagem para fins agrícolas; fitotecnia e zootecnia; melhoramento animal
6538 e vegetal; recursos naturais renováveis; ecologia, agrometeorologia; defesa sanitária; química agrícola;
6539 alimentos; tecnologia de transformação (açúcar, amidos, óleos, laticínios, vinhos e destilados);
6540 beneficiamento e conservação dos produtos animais e vegetais; zootecnia; agropecuária; edafologia;
6541 fertilizantes e corretivos; processo de cultura e de utilização de solo; microbiologia agrícola; biometria;
6542 parques e jardins; mecanização na agricultura; implementos agrícolas; nutrição animal; agrostologia;
6543 bromatologia e rações; economia rural e crédito rural; seus serviços afins e correlatos; Considerando
6544 que a pessoa física autuada não apresentou em sua defesa documentação que comprove a
6545 regularização da falta cometida; Considerando que não há no processo documentos que comprovem a



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA ESTADO DE MATO
GROSSO DO SUL

contratação de profissional para responder tecnicamente pelos serviços, a CEA **DECIDIU** pela procedência do Auto de Infração nº I2025/044442-3, cuja infração está capitulada na alínea "A" do art. 6º da Lei nº 5.194, de 1966, com a manutenção da multa prevista na alínea "D" do art. 73 da Lei nº 5.194, de 1966, em grau máximo. Coordenou a votação o(a) Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho Marques. Votaram favoravelmente os senhores(as) conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno Cezar Alvaro Pontim, Antonio Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio Alves De Carvalho, Jose Antonio Maior Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo Elias De Oliveira e Leandro Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os senhores(as) conselheiros(as): Felipe Das Neves Monteiro. **5.5.1.5.12)** Processo n. I2025/042867-3 Interessado: DEONILDO JOSE PIORNEDO LOPES. A Câmara Especializada de Agronomia do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o processo nº I2025/042867-3, que trata-se de processo de Auto de Infração (AI) nº I2025/042867-3, lavrado em 12 de agosto de 2025, em desfavor de Deonildo Jose Piornedo Lopes, por infração à alínea "A" do art. 6º da Lei nº 5.194, de 1966, ao desenvolver a atividade de assistência técnica em cultivo de soja, safra 2024/2025, para a Fazenda Rincão Das Laranjeiras, sem a participação de profissional legalmente habilitado; Considerando que a alínea "A" do art. 6º da Lei nº 5.194, de 1966, estabelece que exerce ilegalmente a profissão de engenheiro ou engenheiro agrônomo a pessoa física ou jurídica que realizar atos ou prestar serviços, públicos ou privados, reservados aos profissionais de que trata esta Lei e que não possua registro nos Conselhos Regionais; Considerando que a pessoa física autuada recebeu o Auto de Infração em 21/08/2025, conforme Aviso de Recebimento anexo aos autos; Considerando que o autuada apresentou defesa, na qual anexou a ART nº 1320240157758, que foi registrada em 27/11/2024 pelo Engenheiro Agrônomo Abel Cesar Siqueira Ortiz e que se refere à assistência de produção de grãos agrícolas para a Estância Iguatemi, de propriedade de Deonildo Jose Piornedo Lopes; Considerando que a ART nº 1320240157758 se refere à Estância Iguatemi e o Auto de Infração (AI) nº I2025/042867-3 se refere à Fazenda Rincão das Laranjeiras; Considerando, portanto, que a ART nº 1320240157758 não regulariza o auto de infração, pois se refere a local distinto do objeto do auto; Considerando que não há no processo documentos que comprovem a contratação de profissional para responder tecnicamente pelos serviços, a CEA **DECIDIU** pela procedência do Auto de Infração nº I2025/042867-3, cuja infração está capitulada na alínea "A" do art. 6º da Lei nº 5.194, de 1966, com a manutenção da multa prevista na alínea "D" do art. 73 da Lei nº 5.194, de 1966, em grau máximo, sem prejuízo da sua regularização da falta, a ser corrigida pelo Crea-MS na forma da lei. Coordenou a votação o(a) Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho Marques. Votaram favoravelmente os senhores(as) conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno Cezar Alvaro Pontim, Antonio Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio Alves De Carvalho, Jose Antonio Maior Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo Elias De Oliveira e Leandro Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os senhores(as) conselheiros(as): Felipe Das Neves Monteiro. **5.5.1.6) alínea "D" do art.**



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA ESTADO DE MATO
GROSSO DO SUL

73 da Lei nº 5.194, de 1966. - Manter em grau mínimo. 5.5.1.6.1) Processo n. I2022/097938-8 Interessado: JOÃO VIEIRA NETO. A Câmara Especializada de Agronomia do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o processo nº I2022/097938-8, que trata de processo de Auto de Infração (AI) nº I2022/097938-8, lavrado em 14 de junho de 2022, em desfavor da pessoa física JOÃO VIEIRA NETO, por infração à alínea "A" do art. 6º da Lei nº 5.194, de 1966, ao desenvolver a atividade projeto/assistência técnica em custeio pecuário na Fazenda Nossa Senhora de Monte Serrat, conforme cédula rural C11030179-6, sem a participação de responsável técnico legalmente habilitado; Considerando que a alínea "A" do art. 6º da Lei nº 5.194, de 1966, estabelece que exerce ilegalmente a profissão de engenheiro ou engenheiro agrônomo a pessoa física ou jurídica que realizar atos ou prestar serviços, públicos ou privados, reservados aos profissionais de que trata esta Lei e que não possua registro nos Conselhos Regionais; Considerando que o inciso II do art. 1º da Decisão Normativa nº 74, de 27 de agosto de 2004, esclarece que pessoas físicas leigas executando atividades privativas de profissionais fiscalizados pelo Sistema Confea/Crea estarão infringindo a alínea "a" do art. 6º da Lei nº 5.194, de 1966; Considerando o Parecer n. 015/2019-DJU (anexo), e como houve a apresentação da defesa via sistema antes da postagem da autuação, caracterizando a ciência do autuado, não foi encaminhada a correspondência via correios, portanto, essa autuação não possui o AR - Aviso de Recebimento; Considerando que o autuado apresentou defesa, no qual apresentou a ART nº 1320250033834, que foi registrada em 11/03/2025 pelo Engenheiro Agrônomo Fabio Jose Wolski De Almeida e se refere à Cédula Rural C11030179-6, na Fazenda Nossa Senhora e Monte Serrat, cujo proprietário é Joao Vieira Neto; Considerando que a ART nº 1320250033834 foi registrada posteriormente à lavratura do auto de infração e comprova a contratação de profissional legalmente habilitado para a execução do serviço, regularizando a falta cometida; Considerando que, não obstante as alegações apresentadas, o interessado motivou a lavratura do auto de infração, uma vez que, conforme dispõe o art. 5º da Resolução Confea nº 218, de 29 de junho de 1973, compete ao Engenheiro Agrônomo o desempenho das atividades 01 a 18 do artigo 1º desta Resolução, referentes a engenharia rural; construções para fins rurais e suas instalações complementares; irrigação e drenagem para fins agrícolas; fitotecnia e zootecnia; melhoramento animal e vegetal; recursos naturais renováveis; ecologia, agrometeorologia; defesa sanitária; química agrícola; alimentos; tecnologia de transformação (açúcar, amidos, óleos, laticínios, vinhos e destilados); beneficiamento e conservação dos produtos animais e vegetais; zootecnia; agropecuária; edafologia; fertilizantes e corretivos; processo de cultura e de utilização de solo; microbiologia agrícola; biometria; parques e jardins; mecanização na agricultura; implementos agrícolas; nutrição animal; agrostologia; bromatologia e rações; economia rural e crédito rural; seus serviços afins e correlatos; Considerando que, de acordo com o § 2º do art. 11 da Resolução nº 1.008/2004, do Confea, lavrado o auto de infração, a regularização da situação não exige o autuado das cominações legais; Considerando que a pessoa física interessada somente providenciou a regularização após a lavratura do auto de infração, o que motiva a aplicação da multa em seu valor



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA ESTADO DE MATO
GROSSO DO SUL

mínimo, tal como dispõe o inciso V do art. 43 da Resolução nº 1.008, de 2004; Considerando que o autuado apresenta em sua defesa profissional legalmente habilitado contratado posteriormente à lavratura do auto de infração, regularizando a falta cometida, a CEA **DECIDIU** pela procedência do Auto de Infração nº I2022/097938-8, cuja infração está capitulada na alínea "A" do art. 6º da Lei nº 5.194, de 1966, com a manutenção da multa prevista na alínea "D" do art. 73 da Lei nº 5.194, de 1966, em grau mínimo.". Coordenou a votação o(a) Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho Marques. Votaram favoravelmente os senhores(as) conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno Cezar Alvaro Pontim, Antonio Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio Alves De Carvalho, Jose Antonio Maior Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo Elias De Oliveira e Leandro Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os senhores(as) conselheiros(as): Felipe Das Neves Monteiro. **5.5.1.6.2) Processo n. I2025/017758-1 Interessado: MARCIEL ARROYO.** A Câmara Especializada de Agronomia do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o processo nº I2025/017758-1, que trata de processo de Auto de Infração (AI) nº I2025/017758-1, lavrado em 24 de abril de 2025, em desfavor de MARCIEL ARROYO, por infração à alínea "A" do art. 6º da Lei nº 5.194, de 1966, ao desenvolver a atividade de projeto/assistência técnica de bovinocultura para a Estancia Irmãos Arroyo, conforme cédula rural C42431052-6, sem a participação de profissional legalmente habilitado; Considerando que a alínea "A" do art. 6º da Lei nº 5.194, de 1966, estabelece que exerce ilegalmente a profissão de engenheiro ou engenheiro agrônomo a pessoa física ou jurídica que realizar atos ou prestar serviços, públicos ou privados, reservados aos profissionais de que trata esta Lei e que não possua registro nos Conselhos Regionais; Considerando que a pessoa física autuada recebeu o Auto de Infração em 05/05/2025, conforme Aviso de Recebimento anexo aos autos; Considerando que o autuado apresentou defesa, na qual anexou o TRT Nº BR20250502362, que foi pago em 07/05/2025 pelo Técnico Agrícola em Agropecuária Jeferson Santos de Oliveira e se refere à cédula C424310526 para a Estância Irmãos Arroyo, de propriedade de Marciel Arroyo; Considerando que o TRT Nº BR20250502362 foi registrado posteriormente à lavratura do auto de infração e comprova a contratação de profissional legalmente habilitado para a execução do serviço, regularizando a falta cometida; Considerando que, não obstante as alegações apresentadas, o interessado motivou a lavratura do auto de infração, uma vez que, conforme dispõe o art. 5º da Resolução Confea nº 218, de 29 de junho de 1973, compete ao Engenheiro Agrônomo o desempenho das atividades 01 a 18 do artigo 1º desta Resolução, referentes a engenharia rural; construções para fins rurais e suas instalações complementares; irrigação e drenagem para fins agrícolas; fitotecnia e zootecnia; melhoramento animal e vegetal; recursos naturais renováveis; ecologia, agrometeorologia; defesa sanitária; química agrícola; alimentos; tecnologia de transformação (açúcar, amidos, óleos, laticínios, vinhos e destilados); beneficiamento e conservação dos produtos animais e vegetais; zimotecnia; agropecuária; edafologia; fertilizantes e corretivos; processo de cultura e de utilização de solo; microbiologia agrícola; biometria; parques e jardins; mecanização na agricultura; implementos



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA ESTADO DE MATO
GROSSO DO SUL

6657 agrícolas; nutrição animal; agrostologia; bromatologia e rações; economia rural e crédito rural; seus
6658 serviços afins e correlatos; Considerando que, de acordo com o § 2º do art. 11 da Resolução nº
6659 1.008/2004, do Confea, lavrado o auto de infração, a regularização da situação não exige o autuado
6660 das cominações legais; Considerando que a pessoa física interessada somente providenciou a
6661 regularização após a lavratura do auto de infração, o que motiva a aplicação da multa em seu valor
6662 mínimo, tal como dispõe o inciso V do art. 43 da Resolução nº 1.008, de 2004; Considerando que o
6663 autuado apresenta em sua defesa profissional legalmente habilitado contratado posteriormente à
6664 lavratura do auto de infração, regularizando a falta cometida, a CEA **DECIDIU** pela procedência do
6665 Auto de Infração nº I2025/017758-1, cuja infração está capitulada na alínea "A" do art. 6º da Lei nº
6666 5.194, de 1966, com a manutenção da multa prevista na alínea "D" do art. 73 da Lei nº 5.194, de 1966,
6667 em grau mínimo. Coordenou a votação o(a) Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho Marques.
6668 Votaram favoravelmente os senhores(as) conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno
6669 Cezar Alvaro Pontim, Antonio Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio
6670 Alves De Carvalho, Jose Antonio Maior Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo,
6671 Rodrigo Elias De Oliveira e Leandro Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os
6672 senhores(as) conselheiros(as): Felipe Das Neves Monteiro. **5.5.1.6.3)** Processo n. I2025/016272-0
6673 Interessado: WYLDs RODRIGUES DA SILVA. A Câmara Especializada de Agronomia do Conselho
6674 Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o
6675 processo nº I2025/016272-0, que trata-se de processo de Auto de Infração (AI) nº I2025/016272-0,
6676 lavrado em 14 de abril de 2025, em desfavor de WYLDs RODRIGUES DA SILVA, por infração à alínea
6677 "A" do art. 6º da Lei nº 5.194, de 1966, ao desenvolver a atividade de projeto de custeio pecuário para
6678 a Fazenda Conquista, conforme cédula rural 478020, sem a participação de profissional legalmente
6679 habilitado; Considerando que a alínea "A" do art. 6º da Lei nº 5.194, de 1966, estabelece que exerce
6680 ilegalmente a profissão de engenheiro ou engenheiro agrônomo a pessoa física ou jurídica que realizar
6681 atos ou prestar serviços, públicos ou privados, reservados aos profissionais de que trata esta Lei e que
6682 não possua registro nos Conselhos Regionais; Considerando que a pessoa física autuada recebeu o
6683 Auto de Infração em 30/04/2025, conforme Aviso de Recebimento anexo aos autos; Considerando que
6684 o autuado apresentou defesa, na qual anexou o TRT Nº BR20250500296, que foi pago em 02/05/2025
6685 pelo Técnico Agrícola em Agropecuária Jose Carlos Canassa e se refere à cédula 478020, para a
6686 Fazenda Conquista, de propriedade de Wylds Rodrigues Da Silva; Considerando que o TRT Nº
6687 BR20250500296 foi registrado posteriormente à lavratura do auto de infração e comprova a
6688 contratação de profissional legalmente habilitado para a execução do serviço, regularizando a falta
6689 cometida; Considerando que, não obstante as alegações apresentadas, o interessado motivou a
6690 lavratura do auto de infração, uma vez que, conforme dispõe o art. 5º da Resolução Confea nº 218, de
6691 29 de junho de 1973, compete ao Engenheiro Agrônomo o desempenho das atividades 01 a 18 do
6692 artigo 1º desta Resolução, referentes a engenharia rural; construções para fins rurais e suas
6693 instalações complementares; irrigação e drenagem para fins agrícolas; fitotecnia e zootecnia;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA ESTADO DE MATO
GROSSO DO SUL

6694 melhoria animal e vegetal; recursos naturais renováveis; ecologia, agrometeorologia; defesa
6695 sanitária; química agrícola; alimentos; tecnologia de transformação (açúcar, amidos, óleos, laticínios,
6696 vinhos e destilados); beneficiamento e conservação dos produtos animais e vegetais; zootecnia;
6697 agropecuária; edafologia; fertilizantes e corretivos; processo de cultura e de utilização de solo;
6698 microbiologia agrícola; biometria; parques e jardins; mecanização na agricultura; implementos
6699 agrícolas; nutrição animal; agrostologia; bromatologia e rações; economia rural e crédito rural; seus
6700 serviços afins e correlatos; Considerando que, de acordo com o § 2º do art. 11 da Resolução nº
6701 1.008/2004, do Confea, lavrado o auto de infração, a regularização da situação não exige o autuado
6702 das cominações legais; Considerando que a pessoa física interessada somente providenciou a
6703 regularização após a lavratura do auto de infração, o que motiva a aplicação da multa em seu valor
6704 mínimo, tal como dispõe o inciso V do art. 43 da Resolução nº 1.008, de 2004; Considerando que o
6705 autuado apresenta em sua defesa profissional legalmente habilitado contratado posteriormente à
6706 lavratura do auto de infração, regularizando a falta cometida, a CEA **DECIDIU** pela procedência do
6707 Auto de Infração nº I2025/016272-0, cuja infração está capitulada na alínea "A" do art. 6º da Lei nº
6708 5.194, de 1966, com a manutenção da multa prevista na alínea "D" do art. 73 da Lei nº 5.194, de 1966,
6709 em grau mínimo. Coordenou a votação o(a) Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho Marques.
6710 Votaram favoravelmente os senhores(as) conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno
6711 Cezar Alvaro Pontim, Antonio Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio
6712 Alves De Carvalho, Jose Antonio Maior Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo,
6713 Rodrigo Elias De Oliveira e Leandro Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os
6714 senhores(as) conselheiros(as): Felipe Das Neves Monteiro. **5.5.1.6.4)** Processo n. I2025/017780-8
6715 Interessado: Jose Eustaquio Jota Coelho. A Câmara Especializada de Agronomia do Conselho
6716 Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o
6717 processo nº I2025/017780-8, que trata-se de processo de Auto de Infração (AI) nº I2025/017780-8,
6718 lavrado em 24 de abril de 2025, em desfavor de Jose Eustaquio Jota Coelho, por infração à alínea "A"
6719 do art. 6º da Lei nº 5.194, de 1966, ao desenvolver a atividade de projeto/assistência técnica de cultivo
6720 de mandioca para a Fazenda Rincão das Laranjeiras, conforme cédula rural 454100300981, sem a
6721 participação de profissional legalmente habilitado; Considerando que a alínea "A" do art. 6º da Lei nº
6722 5.194, de 1966, estabelece que exerce ilegalmente a profissão de engenheiro ou engenheiro agrônomo
6723 a pessoa física ou jurídica que realizar atos ou prestar serviços, públicos ou privados, reservados aos
6724 profissionais de que trata esta Lei e que não possua registro nos Conselhos Regionais; Considerando
6725 que a pessoa física autuada recebeu o Auto de Infração em 30/04/2025, conforme Aviso de
6726 Recebimento anexo aos autos; Considerando que o autuado apresentou defesa, na qual anexou a ART
6727 nº 1320250060169, que foi registrada em 08/05/2025 pela Engenheira Agrônoma Glaucia de Mattia e
6728 que se refere à assistência técnica ao cultivo de mandioca para a Fazenda Rincão das Laranjeiras, de
6729 propriedade de José Eustaquio Jota Coelho; Considerando que a ART nº 1320250060169 foi registrada
6730 posteriormente à lavratura do auto de infração e comprova a contratação de profissional legalmente



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA ESTADO DE MATO
GROSSO DO SUL

6731 habilitado para a execução do serviço, regularizando a falta cometida; Considerando que, não obstante
6732 as alegações apresentadas, o interessado motivou a lavratura do auto de infração, uma vez que,
6733 conforme dispõe o art. 5º da Resolução Confea nº 218, de 29 de junho de 1973, compete ao
6734 Engenheiro Agrônomo o desempenho das atividades 01 a 18 do artigo 1º desta Resolução, referentes
6735 a engenharia rural; construções para fins rurais e suas instalações complementares; irrigação e
6736 drenagem para fins agrícolas; fitotecnia e zootecnia; melhoramento animal e vegetal; recursos naturais
6737 renováveis; ecologia, agrometeorologia; defesa sanitária; química agrícola; alimentos; tecnologia de
6738 transformação (açúcar, amidos, óleos, laticínios, vinhos e destilados); beneficiamento e conservação
6739 dos produtos animais e vegetais; zootecnia; agropecuária; edafologia; fertilizantes e corretivos;
6740 processo de cultura e de utilização de solo; microbiologia agrícola; biometria; parques e jardins;
6741 mecanização na agricultura; implementos agrícolas; nutrição animal; agrostologia; bromatologia e
6742 rações; economia rural e crédito rural; seus serviços afins e correlatos; Considerando que, de acordo
6743 com o § 2º do art. 11 da Resolução nº 1.008/2004, do Confea, lavrado o auto de infração, a
6744 regularização da situação não exime o autuado das cominações legais; Considerando que a pessoa
6745 física interessada somente providenciou a regularização após a lavratura do auto de infração, o que
6746 motiva a aplicação da multa em seu valor mínimo, tal como dispõe o inciso V do art. 43 da Resolução
6747 nº 1.008, de 2004; Considerando que o autuado apresenta em sua defesa profissional legalmente
6748 habilitado contratado posteriormente à lavratura do auto de infração, regularizando a falta cometida, a
6749 CEA **DECIDIU** pela procedência do Auto de Infração nº I2025/017780-8, cuja infração está capitulada
6750 na alínea "A" do art. 6º da Lei nº 5.194, de 1966, com a manutenção da multa prevista na alínea "D" do
6751 art. 73 da Lei nº 5.194, de 1966, em grau mínimo. Coordenou a votação o(a) Coordenadora Eng. Agr.
6752 Daniele Coelho Marques. Votaram favoravelmente os senhores(as) conselheiros(as): Jackeline Matos
6753 Do Nascimento, Bruno Cezar Alvaro Pontim, Antonio Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon
6754 Macedo Braga, Laércio Alves De Carvalho, Jose Antonio Maior Bono, Fernando Vinicius Bressan,
6755 Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo Elias De Oliveira e Leandro Fabricio Martins Alessio. Não participou
6756 da votação os senhores(as) conselheiros(as): Felipe Das Neves Monteiro. **5.5.1.6.5) Processo n.**
6757 **I2024/013421-9 Interessado: Donino Ferreira de Lima. A Câmara Especializada de Agronomia do**
6758 **Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após**
6759 **apreciar o processo nº I2024/013421-9, que trata-se de processo de Auto de Infração (AI) nº**
6760 **I2024/013421-9, lavrado em 2 de abril de 2024, em desfavor de Donino Ferreira de Lima, por infração à**
6761 **alínea "A" do art. 6º da Lei nº 5.194, de 1966, ao desenvolver a atividade de projeto técnico de custeio**
6762 **pecuário para a Fazenda Santa Fé, conforme cédula rural 451800301056, sem a participação de**
6763 **profissional legalmente habilitado; Considerando que a alínea "A" do art. 6º da Lei nº 5.194, de 1966,**
6764 **estabelece que exerce ilegalmente a profissão de engenheiro ou engenheiro agrônomo a pessoa física**
6765 **ou jurídica que realizar atos ou prestar serviços, públicos ou privados, reservados aos profissionais de**
6766 **que trata esta Lei e que não possua registro nos Conselhos Regionais; Considerando o Parecer n.**
6767 **015/2019-DJU (anexo), e como houve a apresentação da defesa via sistema antes da postagem da**



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA ESTADO DE MATO
GROSSO DO SUL

autuação, caracterizando a ciência do autuado, não foi encaminhada a correspondência via correios, portanto, essa autuação não possui o AR - Aviso de Recebimento; Considerando que a defesa foi apresentada por Carlos Eduardo Roque dos Santos, na qual alegou que: "Custeio pecuário para aquisição de animais em um período de 24 meses contados a partir de nov/2023, estando portando dentro do prazo para recolhimento de ART"; Considerando que consta da defesa a ART nº 1320240056230, que foi registrada em 17/04/2024 pelo Engenheiro Agrônomo Carlos Eduardo Roque dos Santos e que se refere ao custeio pecuário para aquisição de 200 bezerros para a Fazenda Santa Fé de propriedade de Donino Ferreira de Lima; Considerando que a ART nº 1320240056230 foi registrada posteriormente à lavratura do auto de infração e comprova a contratação de profissional legalmente habilitado para a execução do serviço, regularizando a falta cometida; Considerando que, não obstante as alegações apresentadas, o interessado motivou a lavratura do auto de infração, uma vez que, conforme dispõe o art. 5º da Resolução Confea nº 218, de 29 de junho de 1973, compete ao Engenheiro Agrônomo o desempenho das atividades 01 a 18 do artigo 1º desta Resolução, referentes a engenharia rural; construções para fins rurais e suas instalações complementares; irrigação e drenagem para fins agrícolas; fitotecnia e zootecnia; melhoramento animal e vegetal; recursos naturais renováveis; ecologia, agrometeorologia; defesa sanitária; química agrícola; alimentos; tecnologia de transformação (açúcar, amidos, óleos, laticínios, vinhos e destilados); beneficiamento e conservação dos produtos animais e vegetais; zootecnia; agropecuária; edafologia; fertilizantes e corretivos; processo de cultura e de utilização de solo; microbiologia agrícola; biometria; parques e jardins; mecanização na agricultura; implementos agrícolas; nutrição animal; agrostologia; bromatologia e rações; economia rural e crédito rural; seus serviços afins e correlatos; Considerando que, de acordo com o § 2º do art. 11 da Resolução nº 1.008/2004, do Confea, lavrado o auto de infração, a regularização da situação não exime o autuado das cominações legais; Considerando que a pessoa física interessada somente providenciou a regularização após a lavratura do auto de infração, o que motiva a aplicação da multa em seu valor mínimo, tal como dispõe o inciso V do art. 43 da Resolução nº 1.008, de 2004; Considerando que o autuado apresenta em sua defesa profissional legalmente habilitado contratado posteriormente à lavratura do auto de infração, regularizando a falta cometida, a CEA **DECIDIU** pela procedência do Auto de Infração nº I2024/013421-9, cuja infração está capitulada na alínea "A" do art. 6º da Lei nº 5.194, de 1966, com a manutenção da multa prevista na alínea "D" do art. 73 da Lei nº 5.194, de 1966, em grau mínimo. Coordenou a votação o(a) Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho Marques. Votaram favoravelmente os senhores(as) conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno Cezar Alvaro Pontim, Antonio Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio Alves De Carvalho, Jose Antonio Maior Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo Elias De Oliveira e Leandro Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os senhores(as) conselheiros(as): Felipe Das Neves Monteiro. **5.5.1.6.6) Processo n. I2025/038497-8 Interessado: Helison Cleto. A Câmara Especializada de Agronomia do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o**



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA ESTADO DE MATO
GROSSO DO SUL

processo nº I2025/038497-8, que trata-se de processo de Auto de Infração (AI) nº I2025/038497-8, lavrado em 31 de julho de 2025, em desfavor de Helison Cleto, por infração à alínea "A" do art. 6º da Lei nº 5.194, de 1966, ao desenvolver a atividade de assistência técnica de cultivo de soja 2024/2025, para a Fazenda Taquarussu, sem a participação de profissional legalmente habilitado; Considerando que a alínea "A" do art. 6º da Lei nº 5.194, de 1966, estabelece que exerce ilegalmente a profissão de engenheiro ou engenheiro agrônomo a pessoa física ou jurídica que realizar atos ou prestar serviços, públicos ou privados, reservados aos profissionais de que trata esta Lei e que não possua registro nos Conselhos Regionais; Considerando que a pessoa física autuada recebeu o Auto de Infração em 13/08/2025, conforme Aviso de Recebimento anexo aos autos; Considerando que o autuado apresentou defesa, na qual alegou que: "Venho por meio desta encarecidamente, pedir para uma pena alternativa ao auto de infração Nº 12025/038497-8, pois devido ao desconhecimento desta irregularidade e da obrigatoriedade da assistência Técnica acompanhar, fico a disposição total para atender todas regras que forem solicitadas, pois devido a situação em que me encontro não tenho possibilidades financeiras de pagar a multa"; Considerando que consta na defesa R2025/049152-9 as seguintes alegações: "Fui surpreendido com o Auto de Infração nº 2025/038497-8, lavrado em 31/07/2025, sob a alegação de exercício irregular da profissão de engenharia sem a devida ART (Anotação de Responsabilidade Técnica). O fato aconteceu por uma divergência de informações e um problema no sistema onde infelizmente ficou sem comprovar a ART da área em questão. Porém foi acertada a ART que mandarei em anexo junto com este documento. Contudo, a autuação não condiz com a realidade dos fatos, conforme demonstrado abaixo. Da boa-fé e primariedade: Por não ter sido o ato por motivo de má fé, e por ser a primeira autuação, peço encarecidamente a aplicação de advertência ao invés de multa – conforme Resolução CONFEA 1.008/2004, art. 73"; Considerando que, conforme o art. 72 da Lei nº 5.194/1966, as penas de advertência reservada e de censura pública são aplicáveis aos profissionais que deixarem de cumprir disposições do Código de Ética, tendo em vista a gravidade da falta e os casos de reincidência, a critério das respectivas Câmaras Especializadas; Considerando que, conforme o art. 3º da Lei nº 6.496/1977, a falta da ART sujeitará o profissional ou a empresa à multa prevista na alínea "a" do art. 73 da Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, e demais cominações legais; Considerando que, no tocante à alegação de conversão da pena em advertência, a multa foi aplicada conforme determina o art. 3º da Lei nº 6.496/1977, sendo que a penalidade de advertência reservada é aplicada conforme o disposto nos casos determinados pelo art. 72 da Lei nº 5.194/1966; Considerando que consta da defesa boleto referente ao pagamento da ART nº 1320250109894, que foi registrada em 01/09/2025 pelo Engenheiro Agrônomo Johnny Heber Miyabara Marques e que se refere ao cultivo/produção de oleaginosas para a Fazenda Taquarussu, de propriedade de Helison Cleto; Considerando que a ART nº 1320250109894 foi registrada posteriormente à lavratura do auto de infração e comprova a contratação de profissional legalmente habilitado para a execução do serviço, regularizando a falta cometida; Considerando que, não obstante as alegações apresentadas, o interessado motivou a lavratura do auto de infração, uma vez que,



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA ESTADO DE MATO
GROSSO DO SUL

conforme dispõe o art. 5º da Resolução Confea nº 218, de 29 de junho de 1973, compete ao Engenheiro Agrônomo o desempenho das atividades 01 a 18 do artigo 1º desta Resolução, referentes a engenharia rural; construções para fins rurais e suas instalações complementares; irrigação e drenagem para fins agrícolas; fitotecnia e zootecnia; melhoramento animal e vegetal; recursos naturais renováveis; ecologia, agrometeorologia; defesa sanitária; química agrícola; alimentos; tecnologia de transformação (açúcar, amidos, óleos, laticínios, vinhos e destilados); beneficiamento e conservação dos produtos animais e vegetais; zootecnia; agropecuária; edafologia; fertilizantes e corretivos; processo de cultura e de utilização de solo; microbiologia agrícola; biometria; parques e jardins; mecanização na agricultura; implementos agrícolas; nutrição animal; agrostologia; bromatologia e rações; economia rural e crédito rural; seus serviços afins e correlatos; Considerando que, de acordo com o § 2º do art. 11 da Resolução nº 1.008/2004, do Confea, lavrado o auto de infração, a regularização da situação não exime o autuado das cominações legais; Considerando que a pessoa física interessada somente providenciou a regularização após a lavratura do auto de infração, o que motiva a aplicação da multa em seu valor mínimo, tal como dispõe o inciso V do art. 43 da Resolução nº 1.008, de 2004; Considerando que o autuado apresenta em sua defesa profissional legalmente habilitado contratado posteriormente à lavratura do auto de infração, regularizando a falta cometida, a CEA **DECIDIU** pela procedência do Auto de Infração nº I2025/038497-8, cuja infração está capitulada na alínea "A" do art. 6º da Lei nº 5.194, de 1966, com a manutenção da multa prevista na alínea "D" do art. 73 da Lei nº 5.194, de 1966, em grau mínimo. Coordenou a votação o(a) Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho Marques. Votaram favoravelmente os senhores(as) conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno Cezar Alvaro Pontim, Antonio Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio Alves De Carvalho, Jose Antonio Maior Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo Elias De Oliveira e Leandro Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os senhores(as) conselheiros(as): Felipe Das Neves Monteiro. **5.5.1.7)** alínea "A" do art. 73 da Lei nº 5.194, de 1966. - Manter em grau mínimo **5.5.1.7.1)** Processo n. I2025/034338-4 Interessado: J B MECANIZAÇÃO AGRÍCOLA EIRELI. A Câmara Especializada de Agronomia do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o processo nº I2025/034338-4, que trata-se de processo de auto de infração nº I2025/034338-4, lavrado em 9 de julho de 2025, em desfavor de J B MECANIZAÇÃO AGRÍCOLA EIRELI, considerando ter atuado em execução de pulverização terrestre para ADECOAGRO IVINHEMA, no município de Ivinhema, sem recolher ART, caracterizando assim, infração ao artigo 1º da Lei nº 6496/77 que versa: "Art 1º - Todo contrato, escrito ou verbal, para a execução de obras ou prestação de quaisquer serviços profissionais referentes à Engenharia, à Arquitetura e à Agronomia fica sujeito à "Anotação de Responsabilidade Técnica" (ART)." Quitou a multa em 17/07/2025, e a ART nº 1320250090886, registrada em 17/07/2025 pelo Eng. Agr. VITOR MUNIZ RODRIGUES, responsável técnico pela autuada. Analisado o presente processo, solicitou-se ao DFI que informasse se a atividade descrita na supracitada ART referia-se ao objeto do auto de infração, e em resposta, o agente fiscal informou o que



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA ESTADO DE MATO
GROSSO DO SUL

segue: "Informo que a ART apresentada Supre, o solicitado no auto de infração, pois a prestação do serviço, se dá em áreas, contiguas." Considerando que a ART apresentada foi registrada em data posterior a lavratura do auto de infração, a CEA **DECIDIU** pela manutenção do auto de infração nº I2025/034338-4, por infração ao artigo 1º da Lei nº 6496/77, bem como pela aplicação da penalidade prevista na alínea "A" do art. 73 da Lei nº 5.194, de 1966, em grau mínimo, em face da regularização.".

Coordenou a votação o(a) Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho Marques. Votaram favoravelmente os senhores(as) conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno Cezar Alvaro Pontim, Antonio Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio Alves De Carvalho, Jose Antonio Maior Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo Elias De Oliveira e Leandro Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os senhores(as) conselheiros(as): Felipe Das Neves Monteiro. **5.5.1.8) alínea "D" do art. 73 da Lei nº 5.194, de 1966.**

– Arquivamento. 5.5.1.8.1) Processo n. I2020/037901-6 Interessado: Edy Elaine Biondo Terrafel. A Câmara Especializada de Agronomia do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o processo nº I2020/037901-6, que trata de processo de Auto de Infração (AI) de n. I2020/037901-6, lavrado em 4 de março de 2020, em desfavor da pessoa física Edy Elaine Biondo Terrafel, por infração ao art. 6º alínea "a" da Lei nº 5.194/66, por exercício ilegal da profissão (leigo), e penalidade prevista na alínea "d" do art. 73 da Lei 5194/66, referente ao projeto de custeio pecuário na Fazenda Pacaembu, conforme cédula rural B91530412-9; Considerando que a alínea "a" do art. 6º da Lei nº 5.194, de 1966, prevê que exerce ilegalmente a profissão de engenheiro ou engenheiro-agrônomo a pessoa física ou jurídica que realizar atos ou prestar serviços, públicos ou privados, reservados aos profissionais de que trata a lei e que não possua registro nos Conselhos Regionais; Considerando o Parecer n. 015/2019-DJU (anexo), e como houve a apresentação da defesa via sistema antes da postagem da autuação, caracterizando a ciência do autuado, não foi encaminhada a correspondência via correios, portanto, essa autuação não possui o AR - Aviso de Recebimento; Considerando que o autuado apresentou a defesa em 25/03/2025, conforme documento ID 905643 (DEFESA/RECURSO Nº R2025/011923-9); Considerando que o art. 1º, § 1º, da Lei nº 9.873, de 23 de novembro de 1999, e o art. 58 da Resolução nº 1.008, de 2004, do Confea, determinam que incide a prescrição no procedimento administrativo paralisado por mais de três anos, pendente de julgamento ou despacho, cujos autos serão arquivados de ofício ou mediante requerimento da parte interessada, sem prejuízo da apuração da responsabilidade funcional decorrente da paralisação, se for o caso; Considerando a Decisão PL-0084/2007, que DECIDIU, por unanimidade:

1) Ratificar o seguinte entendimento sobre prescrição de processos de infração à legislação profissional: O prazo da prescrição de cinco anos se inicia da data de lavratura do auto de infração e se interrompe (art. 1º da Lei nº 9.873, de 23 de novembro de 1999): a) pela citação do indiciado ou acusado, inclusive por meio de edital; b) por qualquer ato inequívoco, que importe apuração do fato; c) por decisão condenatória recorrível. Todo processo disciplinar paralisado há mais de 3 (três) anos, pendente de despacho ou julgamento, será arquivado "ex officio", ou a requerimento da parte



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA ESTADO DE MATO
GROSSO DO SUL

interessada (parágrafo primeiro do art. 1º da Lei nº 9.873, de 23 de novembro de 1999). Os arquivamentos previstos na Lei em epígrafe não trarão prejuízos à apuração da responsabilidade funcional decorrente da paralisação, devendo obrigatoriamente os Creas ou o Confea, conforme o caso, apurar e definir as responsabilidades dos agentes motivadores do arquivamento. 2) Dar ampla divulgação às instâncias competentes do Confea e dos Creas sobre este entendimento; Considerando que o art. 52 da Resolução Confea nº 1.008/2004, determina que a extinção do processo ocorrerá: (...) II – quando o órgão julgador declarar a prescrição do ilícito que originou o processo; Considerando que desde a lavratura do Auto de Infração (04/03/2020) até a manifestação da parte interessada (25/03/2025), o processo manteve-se inerte, por período superior a 3 (três) anos, logo operou a prescrição. Tendo em vista que ocorreu a prescrição intercorrente, nos termos do parágrafo primeiro do art. 1º da Lei nº 9.873, de 23 de novembro de 1999, a CEA **DECIDIU** pela extinção do processo referente ao Auto de Infração nº I2020/037901-6 e o seu arquivamento, sem prejuízo da apuração da responsabilidade funcional decorrente da paralisação. Coordenou a votação o(a) Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho Marques. Votaram favoravelmente os senhores(as) conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno Cezar Alvaro Pontim, Antonio Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio Alves De Carvalho, Jose Antonio Maior Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo Elias De Oliveira e Leandro Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os senhores(as) conselheiros(as): Felipe Das Neves Monteiro. **5.5.2) Revel. 5.5.2.1) alínea "D" do art. 73 da Lei nº 5.194, de 1966. – Arquivamento. 5.5.2.1.1) Processo n. I2023/108021-7 Interessado: José Araujo De Souza. A Câmara Especializada de Agronomia do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o processo nº I2023/108021-7, que trata de processo de AUTO DE INFRAÇÃO n. I2023/108021-7 lavrado em desfavor de José Araujo de Souza por infração a alínea "A" do art. 6º da Lei nº 5.194, de 1966, com penalidade prevista na alínea "D" do art. 73 da Lei nº 5.194, de 1966, por estar executando PROJETO DE CUSTEIO PECUÁRIO, para a Fazenda Parlamento mat. 24409 tendo originado Cédula Rural Pignoratícia, o que nos autos configurou o exercício ilegal da profissão. O Departamento de Fiscalização encaminhou os autos à CEA/ Departamento de Assessoria Técnica, com a seguinte manifestação: “ O Auto de Infração foi lavrado pelo Agente de Fiscalização em 1 de novembro de 2023. O Departamento de Fiscalização –DFI encaminhou os autos ao Departamento de Assessoria Técnica (DAT) que apresentou as seguintes considerações: Considerando que, em consulta ao cartório verificou-se que consta na Cédula Rural Cédula Rural Pignoratícia, objeto da autuação, a Data de Emissão: 07/07/2022 e Data de Validade: 01/06/2023; Considerando o inciso III do art. 52 da Resolução 1008/2004, Art. 52. A extinção do processo ocorrerá: III – quando o órgão julgador concluir por exaurida a finalidade do processo ou o objeto da decisão se tornar impossível, inútil ou prejudicado por fato superveniente; Considerando que nos autos em cartório de Registro de Imóveis não foi possível identificar e obter o projeto que originou a Cédula Rural Pignoratícia e tão pouco a informação de seu autor; Considerando que o Auto de Infração I2023/108021-7 foi lavrado em data**



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA ESTADO DE MATO
GROSSO DO SUL

posterior ao término da validade da Cédula Rural Pignoratícia o que, no nosso entendimento, configura a perda do objeto da autuação, sendo portanto um fato superveniente, pois não teríamos como exigir na data da aplicação da penalidade, que um profissional seja responsável técnico por um projeto do qual não participou, tornando também impossível o objeto da decisão, encaminhamos o presente a essa câmara especializada, sugerindo o cancelamento do Auto de Infração e, conseqüentemente, a extinção e arquivamento do processo.” Após análise dos autos constatamos: A Resolução 1008, de 2005 estabelece: Art. 52. A extinção do processo ocorrerá: I – quando a câmara especializada concluir pela ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo; II – quando o órgão julgador declarar a prescrição do ilícito que originou o processo; III – quando o órgão julgador concluir por exaurida a finalidade do processo ou o objeto da decisão se tornar impossível, inútil ou prejudicado por fato superveniente; ou IV – quando o órgão julgador proferir decisão definitiva, caracterizando trânsito em julgado. (...) Art. 64. Nos casos omissos aplicar-se-ão, supletivamente ao presente regulamento, a legislação profissional vigente, as normas do Direito Administrativo, do Processo Civil Brasileiro e os princípios gerais do Direito.” A Lei 9784, de 2009, dispõe: Art. 52. O órgão competente poderá declarar extinto o processo quando exaurida sua finalidade ou o objeto da decisão se tornar impossível, inútil ou prejudicado por fato superveniente. Diante do exposto e, considerando que quando da atuação a cédula rural já havia perdido a validade; Considerando que, conforme regimento interno do CREA-MS: Art. 63. Compete à câmara especializada: (...) IV - julgar as infrações às Leis nos 5.194, de 1966, e 6.496, de 1977, no âmbito de sua competência profissional específica; (...) VI - aplicar as penalidades previstas em lei; Considerando que conforme dito pelo DFI que ‘ Auto de Infração I2023/108021-7 foi lavrado em data posterior ao término da validade da Cédula Rural Pignoratícia o que, no nosso entendimento, configura a perda do objeto da autuação, sendo portanto um fato superveniente, pois não teríamos como exigir na data da aplicação da penalidade, que um profissional seja responsável técnico por um projeto do qual não participou, tornando também impossível o objeto da decisão, encaminhamos o presente a essa câmara especializada, sugerindo o cancelamento do Auto de Infração e, conseqüentemente, a extinção e arquivamento do processo.”; Considerando que, no nosso entendimento, procede o entendimento do DFI, pois para a formalização da cédula rural não foi identificado, pela fiscalização, a materialização do projeto e que alguns agentes bancários não exigem a apresentação de projetos para a obtenção dos recursos financeiros, tornando-se impossível comprovar o exercício ilegal da profissão. A CEA **DECIDIU** por: **1** - pelo cancelamento do Auto de Infração I2023/108021-7 e, conseqüentemente, a extinção e arquivamento do processo, nos termos da Resolução 1008, de 2005; **2** - que seja efetuada ação de fiscalização com o encaminhamento de ofício, pelo Departamento de Fiscalização-DFI aos agentes bancários do Estado do Mato Grosso do Sul, informando que, quando da proposta de financiamento rural para obtenção de Cédula Rural Pignoratícia, seja exigida a apresentação de ART pelo autor do respectivo projeto conforme o Manual de Crédito Rural – MCR (última atualização MCR nº 727, de 2 de maio de 2024);3)que a presente decisão seja aplicada nos casos de natureza semelhante. Coordenou a



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA ESTADO DE MATO
GROSSO DO SUL

6990 votação o(a) Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho Marques. Votaram favoravelmente os
6991 senhores(as) conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno Cezar Alvaro Pontim, Antonio
6992 Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio Alves De Carvalho, Jose
6993 Antonio Maior Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo Elias De Oliveira e
6994 Leandro Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os senhores(as) conselheiros(as): Felipe
6995 Das Neves Monteiro. **5.5.2.2) alínea "D" do art. 73 da Lei nº 5.194, de 1966. - Grau máximo.**
6996 **5.5.2.2.1)** Processo n. I2025/003975-8 Interessado: Rodrigo da Cunha Honório. A Câmara
6997 Especializada de Agronomia do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Mato
6998 Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o processo nº I2025/003975-8, que trata de processo de
6999 Auto de Infração (AI) nº I2025/003975-8, lavrado em 5 de fevereiro de 2025, em desfavor da pessoa
7000 física Rodrigo da Cunha Honório, por infração à alínea "A" do art. 6º da Lei nº 5.194, de 1966, ao
7001 desenvolver a atividade de projeto técnico de custeio pecuário para a Fazenda Clarão da Serra,
7002 conforme cédula rural 480.514, sem a participação de responsável técnico legalmente habilitado;
7003 Considerando que a alínea "A" do art. 6º da Lei nº 5.194, de 1966, estabelece que exerce ilegalmente a
7004 profissão de engenheiro ou engenheiro agrônomo a pessoa física ou jurídica que realizar atos ou
7005 prestar serviços, públicos ou privados, reservados aos profissionais de que trata esta Lei e que não
7006 possua registro nos Conselhos Regionais; Considerando que a pessoa física autuada foi notificada em
7007 31 de março de 2025, conforme Edital de Intimação anexo aos autos, publicado em Diário Oficial
7008 Eletrônico, e não apresentou defesa à câmara especializada; Considerando que, de acordo com o art.
7009 20 da Resolução nº 1.008/2004, do Confea, a câmara especializada competente julgará à revelia o
7010 autuado que não apresentar defesa, garantindo-lhe o direito de ampla defesa nas fases subsequentes;
7011 Considerando que não há no processo documentos que comprovem a contratação de profissional para
7012 responder tecnicamente pelos serviços, a CEA **DECIDIU** pela procedência do Auto de Infração nº
7013 I2025/003975-8, cuja infração está capitulada na alínea "A" do art. 6º da Lei nº 5.194, de 1966, com a
7014 manutenção da multa prevista na alínea "D" do art. 73 da Lei nº 5.194, de 1966, em grau máximo, sem
7015 prejuízo da sua regularização da falta, a ser corrigida pelo Crea-MS na forma da lei.". Coordenou a
7016 votação o(a) Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho Marques. Votaram favoravelmente os
7017 senhores(as) conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno Cezar Alvaro Pontim, Antonio
7018 Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio Alves De Carvalho, Jose
7019 Antonio Maior Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo Elias De Oliveira e
7020 Leandro Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os senhores(as) conselheiros(as): Felipe
7021 Das Neves Monteiro. **5.5.2.2.2)** Processo n. I2025/007721-8 Interessado: DIEGO CORREA MIRANDA.
7022 A Câmara Especializada de Agronomia do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado
7023 de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o processo nº I2025/007721-8, que trata-se de
7024 presente processo, de auto de infração lavrado nº I2025/007721-8, lavrado em 27 de fevereiro de 2025,
7025 em desfavor de DIEGO CORREA MIRANDA, por ter atuado em AQUISIÇÃO BOVINOCULTURA, SITO
7026 FAZENDA SANTA ISABEL Zona rural Bandeirantes MS, sem contar com a participação de profissional



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA ESTADO DE MATO
GROSSO DO SUL

devidamente habilitado, caracterizando assim, infração ao artigo 6º “a” da Lei nº 5194/66: “Art. 6º Exerce ilegalmente a profissão de engenheiro, arquiteto ou engenheiro-agrônomo: a) a pessoa física ou jurídica que realizar atos ou prestar serviços público ou privado reservados aos profissionais de que trata esta lei e que não possua registro nos Conselhos Regionais;.” Devidamente notificado em 10 de março de 2025, conforme publicação em Diário Oficial anexo aos autos, e em obediência ao disposto no artigo 53 da Resolução nº 1008/2004 do Confea: “Art. 53. As notificações e o auto de infração devem ser entregues pessoalmente ou enviados por via postal com Aviso de Recebimento - AR ou por outro meio legal admitido que assegure a certeza da ciência do autuado.”, o autuado não interpôs recurso, configurando revelia, nos termos do artigo 20 da mesma Resolução: “Art. 20. A câmara especializada competente julgará à revelia o autuado que não apresentar defesa, garantindo-lhe o direito de ampla defesa nas fases subsequentes.” A CEA **DECIDIU** pela manutenção do auto de infração nº I2025/007721-8, por infração ao artigo 6º “d” da Lei nº 5194/66, bem como aplicação da penalidade prevista na alínea “A” do art. 73 da Lei nº 5.194, de 1966, em grau máximo, em face da revelia. Coordenou a votação o(a) Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho Marques. Votaram favoravelmente os senhores(as) conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno Cezar Alvaro Pontim, Antonio Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio Alves De Carvalho, Jose Antonio Maior Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo Elias De Oliveira e Leandro Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os senhores(as) conselheiros(as): Felipe Das Neves Monteiro. **5.5.2.2.3) Processo n. I2025/017769-7 Interessado: ELAINE DE CACIA DIAS FERREIRA.** A Câmara Especializada de Agronomia do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o processo nº I2025/017769-7, que trata-se de o processo de Auto de Infração (AI) nº I2025/017769-7, lavrado em 24 de abril de 2025, em desfavor da pessoa física Elaine De Cacia Dias Ferreira, por infração à alínea “A” do art. 6º da Lei nº 5.194, de 1966, ao desenvolver a atividade de projeto de bovinocultura para o P.A. Vicente de Paula Lt 12, conforme cédula rural C44220605-0, sem a participação de responsável técnico legalmente habilitado; Considerando que a alínea “A” do art. 6º da Lei nº 5.194, de 1966, estabelece que exerce ilegalmente a profissão de engenheiro ou engenheiro agrônomo a pessoa física ou jurídica que realizar atos ou prestar serviços, públicos ou privados, reservados aos profissionais de que trata esta Lei e que não possua registro nos Conselhos Regionais; Considerando que a pessoa física autuada foi notificada em 20 de maio de 2025, conforme Edital de Intimação anexo aos autos, publicado em Diário Oficial Eletrônico, e não apresentou defesa à câmara especializada; Considerando que, de acordo com o art. 20 da Resolução nº 1.008/2004, do Confea, a câmara especializada competente julgará à revelia o autuado que não apresentar defesa, garantindo-lhe o direito de ampla defesa nas fases subsequentes; Considerando que não há no processo documentos que comprovem a contratação de profissional para responder tecnicamente pelos serviços, a CEA **DECIDIU** pela procedência do Auto de Infração nº I2025/017769-7, cuja infração está capitulada na alínea “A” do art. 6º da Lei nº 5.194, de 1966, com a manutenção da multa prevista na alínea “D” do art. 73 da Lei nº



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA ESTADO DE MATO
GROSSO DO SUL

5.194, de 1966, em grau máximo, sem prejuízo da sua regularização da falta, a ser corrigida pelo Crea-MS na forma da lei. Coordenou a votação o(a) Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho Marques. Votaram favoravelmente os senhores(as) conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno Cezar Alvaro Pontim, Antonio Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio Alves De Carvalho, Jose Antonio Maior Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo Elias De Oliveira e Leandro Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os senhores(as) conselheiros(as): Felipe Das Neves Monteiro. **5.5.2.2.4)** Processo n. I2025/017757-3 Interessado: Leticia Geremias. A Câmara Especializada de Agronomia do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o processo nº I2025/017757-3, que trata-se de processo de Auto de Infração (AI) nº I2025/017757-3, lavrado em 24 de abril de 2025, em desfavor da pessoa física Leticia Geremias, por infração à alínea "A" do art. 6º da Lei nº 5.194, de 1966, ao desenvolver a atividade de projeto/assistência técnica para custeio investimento para o Assentamento Indaia II Lt 463, conforme cédula rural 2254995/4528/2024, sem a participação de responsável técnico legalmente habilitado; Considerando que a alínea "A" do art. 6º da Lei nº 5.194, de 1966, estabelece que exerce ilegalmente a profissão de engenheiro ou engenheiro agrônomo a pessoa física ou jurídica que realizar atos ou prestar serviços, públicos ou privados, reservados aos profissionais de que trata esta Lei e que não possua registro nos Conselhos Regionais; Considerando que a pessoa física autuada foi notificada em 20 de maio de 2025, conforme Edital de Intimação anexo aos autos, publicado em Diário Oficial Eletrônico, e não apresentou defesa à câmara especializada; Considerando que, de acordo com o art. 20 da Resolução nº 1.008/2004, do Confea, a câmara especializada competente julgará à revelia o autuado que não apresentar defesa, garantindo-lhe o direito de ampla defesa nas fases subsequentes; Considerando que não há no processo documentos que comprovem a contratação de profissional para responder tecnicamente pelos serviços, a CEA **DECIDIU** pela procedência do Auto de Infração nº I2025/017757-3, cuja infração está capitulada na alínea "A" do art. 6º da Lei nº 5.194, de 1966, com a manutenção da multa prevista na alínea "D" do art. 73 da Lei nº 5.194, de 1966, em grau máximo, sem prejuízo da sua regularização da falta, a ser corrigida pelo Crea-MS na forma da lei. Coordenou a votação o(a) Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho Marques. Votaram favoravelmente os senhores(as) conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno Cezar Alvaro Pontim, Antonio Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio Alves De Carvalho, Jose Antonio Maior Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo Elias De Oliveira e Leandro Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os senhores(as) conselheiros(as): Felipe Das Neves Monteiro. **5.5.2.2.5)** Processo n. I2025/002126-3 Interessado: Lívia de Carvalho. A Câmara Especializada de Agronomia do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o processo nº I2025/002126-3, que trata-se de processo de Auto de Infração (AI) nº I2025/002126-3, lavrado em 21 de janeiro de 2025, em desfavor da pessoa física Lívia de Carvalho, por infração à alínea "A" do art. 6º da Lei nº 5.194, de 1966, ao desenvolver a atividade de projeto técnico de custeio



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA ESTADO DE MATO
GROSSO DO SUL

pecuário para Fazenda Bem Me Quer, conforme cédula rural 474211, sem a participação de responsável técnico legalmente habilitado; Considerando que a alínea "A" do art. 6º da Lei nº 5.194, de 1966, estabelece que exerce ilegalmente a profissão de engenheiro ou engenheiro agrônomo a pessoa física ou jurídica que realizar atos ou prestar serviços, públicos ou privados, reservados aos profissionais de que trata esta Lei e que não possua registro nos Conselhos Regionais; Considerando que a pessoa física autuada foi notificada em 20 de maio de 2025, conforme Edital de Intimação anexo aos autos, publicado em Diário Oficial Eletrônico, e não apresentou defesa à câmara especializada; Considerando que, de acordo com o art. 20 da Resolução nº 1.008/2004, do Confea, a câmara especializada competente julgará à revelia o autuado que não apresentar defesa, garantindo-lhe o direito de ampla defesa nas fases subsequentes; Considerando que não há no processo documentos que comprovem a contratação de profissional para responder tecnicamente pelos serviços, a CEA **DECIDIU** pela procedência do Auto de Infração nº I2025/002126-3, cuja infração está capitulada na alínea "A" do art. 6º da Lei nº 5.194, de 1966, com a manutenção da multa prevista na alínea "D" do art. 73 da Lei nº 5.194, de 1966, em grau máximo, sem prejuízo da sua regularização da falta, a ser corrigida pelo Crea-MS na forma da lei. Coordenou a votação o(a) Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho Marques. Votaram favoravelmente os senhores(as) conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno Cezar Alvaro Pontim, Antonio Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio Alves De Carvalho, Jose Antonio Maior Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo Elias De Oliveira e Leandro Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os senhores(as) conselheiros(as): Felipe Das Neves Monteiro. **5.5.2.2.6)** Processo n. I2024/000393-9 Interessado: Heitor Sanchez Melhado. A Câmara Especializada de Agronomia do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o processo nº I2024/000393-9, que trata-se de processo de Auto de Infração (AI) nº I2024/000393-9, lavrado em 4 de janeiro de 2024, em desfavor da pessoa física Heitor Sanchez Melhado, por infração à alínea "A" do art. 6º da Lei nº 5.194, de 1966, ao desenvolver a atividade de projeto de custeio pecuário para a Fazenda Botucatu, conforme cédula rural 40/17352-6, sem a participação de responsável técnico legalmente habilitado; Considerando que a alínea "A" do art. 6º da Lei nº 5.194, de 1966, estabelece que exerce ilegalmente a profissão de engenheiro ou engenheiro agrônomo a pessoa física ou jurídica que realizar atos ou prestar serviços, públicos ou privados, reservados aos profissionais de que trata esta Lei e que não possua registro nos Conselhos Regionais; Considerando que a pessoa física autuada foi notificada em 20 de maio de 2025, conforme Edital de Intimação anexo aos autos, publicado em Diário Oficial Eletrônico, e não apresentou defesa à câmara especializada; Considerando que, de acordo com o art. 20 da Resolução nº 1.008/2004, do Confea, a câmara especializada competente julgará à revelia o autuado que não apresentar defesa, garantindo-lhe o direito de ampla defesa nas fases subsequentes; Considerando que não há no processo documentos que comprovem a contratação de profissional para responder tecnicamente pelos serviços, a CEA **DECIDIU** pela procedência do Auto de Infração nº I2024/000393-9, cuja infração está



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA ESTADO DE MATO
GROSSO DO SUL

capitulada na alínea "A" do art. 6º da Lei nº 5.194, de 1966, com a manutenção da multa prevista na alínea "D" do art. 73 da Lei nº 5.194, de 1966, em grau máximo, sem prejuízo da sua regularização da falta, a ser corrigida pelo Crea-MS na forma da lei. Coordenou a votação o(a) Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho Marques. Votaram favoravelmente os senhores(as) conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno Cezar Alvaro Pontim, Antonio Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio Alves De Carvalho, Jose Antonio Maior Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo Elias De Oliveira e Leandro Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os senhores(as) conselheiros(as): Felipe Das Neves Monteiro. **5.5.2.2.7)** Processo n. I2025/017786-7 Interessado: Romualdo Spindula. A Câmara Especializada de Agronomia do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o processo nº I2025/017786-7, que trata-se de processo de Auto de Infração (AI) nº I2025/017786-7, lavrado em 24 de abril de 2025, em desfavor da pessoa física Romualdo Spindula, por infração à alínea "A" do art. 6º da Lei nº 5.194, de 1966, ao desenvolver a atividade de projeto/assistência técnica em bovinocultura para a Fazenda Lageado, conforme cédula rural 020818766, sem a participação de responsável técnico legalmente habilitado; Considerando que a alínea "A" do art. 6º da Lei nº 5.194, de 1966, estabelece que exerce ilegalmente a profissão de engenheiro ou engenheiro agrônomo a pessoa física ou jurídica que realizar atos ou prestar serviços, públicos ou privados, reservados aos profissionais de que trata esta Lei e que não possua registro nos Conselhos Regionais; Considerando que a pessoa física autuada foi notificada em 16/05/2025, conforme Aviso de Recebimento – AR anexo aos autos, e não apresentou defesa à câmara especializada; Considerando que, de acordo com o art. 20 da Resolução nº 1.008/2004, do Confea, a câmara especializada competente julgará à revelia o autuado que não apresentar defesa, garantindo-lhe o direito de ampla defesa nas fases subsequentes; Considerando que não há no processo documentos que comprovem a contratação de profissional para responder tecnicamente pelos serviços, a CEA **DECIDIU** pela procedência do Auto de Infração nº I2025/017786-7, cuja infração está capitulada na alínea "A" do art. 6º da Lei nº 5.194, de 1966, com a manutenção da multa prevista na alínea "D" do art. 73 da Lei nº 5.194, de 1966, em grau máximo, sem prejuízo da sua regularização da falta, a ser corrigida pelo Crea-MS na forma da lei. Coordenou a votação o(a) Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho Marques. Votaram favoravelmente os senhores(as) conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno Cezar Alvaro Pontim, Antonio Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio Alves De Carvalho, Jose Antonio Maior Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo Elias De Oliveira e Leandro Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os senhores(as) conselheiros(as): Felipe Das Neves Monteiro. **5.5.2.2.8)** Processo n. I2025/017785-9 Interessado: Romualdo Spindula. A Câmara Especializada de Agronomia do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o processo nº I2025/017785-9, que trata-se de processo de Auto de Infração (AI) nº I2025/017785-9, lavrado em 24 de abril de 2025, em desfavor da pessoa física Romualdo Spindula, por infração à alínea "A" do art. 6º da Lei nº 5.194, de 1966, ao



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA ESTADO DE MATO
GROSSO DO SUL

desenvolver a atividade de projeto/assistência técnica em bovinocultura para a Fazenda Lageado, conforme cédula rural 020818731, sem a participação de responsável técnico legalmente habilitado; Considerando que a alínea "A" do art. 6º da Lei nº 5.194, de 1966, estabelece que exerce ilegalmente a profissão de engenheiro ou engenheiro agrônomo a pessoa física ou jurídica que realizar atos ou prestar serviços, públicos ou privados, reservados aos profissionais de que trata esta Lei e que não possua registro nos Conselhos Regionais; Considerando que a pessoa física autuada foi notificada em 16/05/2025, conforme Aviso de Recebimento – AR anexo aos autos, e não apresentou defesa à câmara especializada; Considerando que, de acordo com o art. 20 da Resolução nº 1.008/2004, do Confea, a câmara especializada competente julgará à revelia o autuado que não apresentar defesa, garantindo-lhe o direito de ampla defesa nas fases subsequentes; Considerando que não há no processo documentos que comprovem a contratação de profissional para responder tecnicamente pelos serviços, a CEA **DECIDIU** pela procedência do Auto de Infração nº I2025/017785-9, cuja infração está capitulada na alínea "A" do art. 6º da Lei nº 5.194, de 1966, com a manutenção da multa prevista na alínea "D" do art. 73 da Lei nº 5.194, de 1966, em grau máximo, sem prejuízo da sua regularização da falta, a ser corrigida pelo Crea-MS na forma da lei. Coordenou a votação o(a) Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho Marques. Votaram favoravelmente os senhores(as) conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno Cezar Alvaro Pontim, Antonio Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio Alves De Carvalho, Jose Antonio Maior Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo Elias De Oliveira e Leandro Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os senhores(as) conselheiros(as): Felipe Das Neves Monteiro. **5.5.2.2.9)** Processo n. I2025/028446-9 Interessado: SIDICLEI ROSSATO. A Câmara Especializada de Agronomia do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o processo nº I2025/028446-9, que trata-se de processo de Auto de Infração (AI) nº I2025/028446-9, lavrado em 5 de junho de 2025, em desfavor da pessoa física SIDICLEI ROSSATO, por infração à alínea "A" do art. 6º da Lei nº 5.194, de 1966, ao desenvolver a atividade de projeto técnico de bovinocultura para o Sítio Rossato, conforme cédula rural C42430881-5, sem a participação de responsável técnico legalmente habilitado; Considerando que a alínea "A" do art. 6º da Lei nº 5.194, de 1966, estabelece que exerce ilegalmente a profissão de engenheiro ou engenheiro agrônomo a pessoa física ou jurídica que realizar atos ou prestar serviços, públicos ou privados, reservados aos profissionais de que trata esta Lei e que não possua registro nos Conselhos Regionais; Considerando que a pessoa física autuada foi notificada em 18/06/2025, conforme Aviso de Recebimento – AR anexo aos autos, e não apresentou defesa à câmara especializada; Considerando que, de acordo com o art. 20 da Resolução nº 1.008/2004, do Confea, a câmara especializada competente julgará à revelia o autuado que não apresentar defesa, garantindo-lhe o direito de ampla defesa nas fases subsequentes; Considerando que não há no processo documentos que comprovem a contratação de profissional para responder tecnicamente pelos serviços, a CEA **DECIDIU** pela procedência do Auto de Infração nº I2025/028446-9, cuja infração está capitulada na alínea "A" do art. 6º da Lei nº 5.194, de 1966, com a



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA ESTADO DE MATO
GROSSO DO SUL

manutenção da multa prevista na alínea "D" do art. 73 da Lei nº 5.194, de 1966, em grau máximo, sem prejuízo da sua regularização da falta, a ser corrigida pelo Crea-MS na forma da lei. Coordenou a votação o(a) Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho Marques. Votaram favoravelmente os senhores(as) conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno Cezar Alvaro Pontim, Antonio Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio Alves De Carvalho, Jose Antonio Maior Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo Elias De Oliveira e Leandro Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os senhores(as) conselheiros(as): Felipe Das Neves Monteiro. **5.5.2.2.10)** Processo n. I2025/028447-7 Interessado: JOÃO CARLITO JOSÉ SEVERO. A Câmara Especializada de Agronomia do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o processo nº I2025/028447-7, que trata-se de processo de Auto de Infração (AI) nº I2025/028447-7, lavrado em 5 de junho de 2025, em desfavor da pessoa física João Carlito José Severo, por infração à alínea "A" do art. 6º da Lei nº 5.194, de 1966, ao desenvolver a atividade de projeto/assistência técnica em bovinocultura para o PA Indaiá Lt 191, conforme cédula rural 468600, sem a participação de responsável técnico legalmente habilitado; Considerando que a alínea "A" do art. 6º da Lei nº 5.194, de 1966, estabelece que exerce ilegalmente a profissão de engenheiro ou engenheiro agrônomo a pessoa física ou jurídica que realizar atos ou prestar serviços, públicos ou privados, reservados aos profissionais de que trata esta Lei e que não possua registro nos Conselhos Regionais; Considerando que a pessoa física autuada foi notificada em 12/06/2025, conforme Aviso de Recebimento – AR anexo aos autos, e não apresentou defesa à câmara especializada; Considerando que, de acordo com o art. 20 da Resolução nº 1.008/2004, do Confea, a câmara especializada competente julgará à revelia o autuado que não apresentar defesa, garantindo-lhe o direito de ampla defesa nas fases subsequentes; Considerando que não há no processo documentos que comprovem a contratação de profissional para responder tecnicamente pelos serviços, a CEA **DECIDIU** pela procedência do Auto de Infração nº I2025/028447-7, cuja infração está capitulada na alínea "A" do art. 6º da Lei nº 5.194, de 1966, com a manutenção da multa prevista na alínea "D" do art. 73 da Lei nº 5.194, de 1966, em grau máximo, sem prejuízo da sua regularização da falta, a ser corrigida pelo Crea-MS na forma da lei. Coordenou a votação o(a) Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho Marques. Votaram favoravelmente os senhores(as) conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno Cezar Alvaro Pontim, Antonio Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio Alves De Carvalho, Jose Antonio Maior Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo Elias De Oliveira e Leandro Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os senhores(as) conselheiros(as): Felipe Das Neves Monteiro. **5.5.2.2.11)** Processo n. I2025/017788-3 Interessado: ARLEI FRANCISCO RODRIGUES. A Câmara Especializada de Agronomia do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o processo nº I2025/017788-3, que trata-se de processo de Auto de Infração (AI) nº I2025/017788-3, lavrado em 24 de abril de 2025, em desfavor da pessoa física ARLEI FRANCISCO RODRIGUES, por infração à alínea "A" do art. 6º da Lei nº 5.194, de 1966, ao



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA ESTADO DE MATO
GROSSO DO SUL

desenvolver a atividade de projeto/assistência técnica de custeio pecuário para a Fazenda Lageadinho, conforme cédula rural C40334572-0, sem a participação de responsável técnico legalmente habilitado; Considerando que a alínea "A" do art. 6º da Lei nº 5.194, de 1966, estabelece que exerce ilegalmente a profissão de engenheiro ou engenheiro agrônomo a pessoa física ou jurídica que realizar atos ou prestar serviços, públicos ou privados, reservados aos profissionais de que trata esta Lei e que não possua registro nos Conselhos Regionais; Considerando que a autuada foi notificada em 21 de julho de 2025, conforme Edital de Intimação anexo aos autos, publicado em Diário Oficial Eletrônico, e não apresentou defesa à câmara especializada; Considerando que, de acordo com o art. 20 da Resolução nº 1.008/2004, do Confea, a câmara especializada competente julgará à revelia o autuado que não apresentar defesa, garantindo-lhe o direito de ampla defesa nas fases subsequentes; Considerando que não há no processo documentos que comprovem a contratação de profissional para responder tecnicamente pelos serviços, a CEA **DECIDIU** pela procedência do Auto de Infração nº I2025/017788-3, cuja infração está capitulada na alínea "A" do art. 6º da Lei nº 5.194, de 1966, com a manutenção da multa prevista na alínea "D" do art. 73 da Lei nº 5.194, de 1966, em grau máximo, sem prejuízo da sua regularização da falta, a ser corrigida pelo Crea-MS na forma da lei.". Coordenou a votação o(a) Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho Marques. Votaram favoravelmente os senhores(as) conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno Cezar Alvaro Pontim, Antonio Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio Alves De Carvalho, Jose Antonio Maior Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo Elias De Oliveira e Leandro Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os senhores(as) conselheiros(as): Felipe Das Neves Monteiro. **5.5.2.2.12)** Processo n. I2025/017787-5 Interessado: Marcelo Osmar de Oliveira. A Câmara Especializada de Agronomia do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o processo nº I2025/017787-5, que trata-se de processo de Auto de Infração (AI) nº I2025/017787-5, lavrado em 24 de abril de 2025, em desfavor da pessoa física Marcelo Osmar de Oliveira, por infração à alínea "A" do art. 6º da Lei nº 5.194, de 1966, ao desenvolver a atividade de projeto/assistência técnica de bovinocultura para a Fazenda Beira Rio, conforme cédula rural 256534581402, sem a participação de responsável técnico legalmente habilitado; Considerando que a alínea "A" do art. 6º da Lei nº 5.194, de 1966, estabelece que exerce ilegalmente a profissão de engenheiro ou engenheiro agrônomo a pessoa física ou jurídica que realizar atos ou prestar serviços, públicos ou privados, reservados aos profissionais de que trata esta Lei e que não possua registro nos Conselhos Regionais; Considerando que a autuada foi notificada em 21 de julho de 2025, conforme Edital de Intimação anexo aos autos, publicado em Diário Oficial Eletrônico, e não apresentou defesa à câmara especializada; Considerando que, de acordo com o art. 20 da Resolução nº 1.008/2004, do Confea, a câmara especializada competente julgará à revelia o autuado que não apresentar defesa, garantindo-lhe o direito de ampla defesa nas fases subsequentes; Considerando que não há no processo documentos que comprovem a contratação de profissional para responder tecnicamente pelos serviços, a CEA **DECIDIU** pela procedência do Auto de Infração nº



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA ESTADO DE MATO
GROSSO DO SUL

7286 I2025/017787-5, cuja infração está capitulada na alínea "A" do art. 6º da Lei nº 5.194, de 1966, com a
7287 manutenção da multa prevista na alínea "D" do art. 73 da Lei nº 5.194, de 1966, em grau máximo, sem
7288 prejuízo da sua regularização da falta, a ser corrigida pelo Crea-MS na forma da lei. Coordenou a
7289 votação o(a) Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho Marques. Votaram favoravelmente os
7290 senhores(as) conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno Cezar Alvaro Pontim, Antonio
7291 Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio Alves De Carvalho, Jose
7292 Antonio Maior Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo Elias De Oliveira e
7293 Leandro Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os senhores(as) conselheiros(as): Felipe
7294 Das Neves Monteiro. **5.5.2.2.13)** Processo n. I2025/017755-7 Interessado: BELMIRA GRACIANO
7295 CAMPOS. A Câmara Especializada de Agronomia do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia
7296 do Estado de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o processo nº I2025/017755-7, que trata-
7297 se de processo de Auto de Infração (AI) nº I2025/017755-7, lavrado em 24 de abril de 2025, em
7298 desfavor da pessoa física BELMIRA GRACIANO CAMPOS, por infração à alínea "A" do art. 6º da Lei
7299 nº 5.194, de 1966, ao desenvolver a atividade de projeto/assistência técnica em bovinocultura para o
7300 PA Luz Branca II lote 60, conforme cédula rural C42430425-9, sem a participação de responsável
7301 técnico legalmente habilitado; Considerando que a alínea "A" do art. 6º da Lei nº 5.194, de 1966,
7302 estabelece que exerce ilegalmente a profissão de engenheiro ou engenheiro agrônomo a pessoa física
7303 ou jurídica que realizar atos ou prestar serviços, públicos ou privados, reservados aos profissionais de
7304 que trata esta Lei e que não possua registro nos Conselhos Regionais; Considerando que a autuada foi
7305 notificada em 21 de julho de 2025, conforme Edital de Intimação anexo aos autos, publicado em Diário
7306 Oficial Eletrônico, e não apresentou defesa à câmara especializada; Considerando que, de acordo com
7307 o art. 20 da Resolução nº 1.008/2004, do Confea, a câmara especializada competente julgará à revelia
7308 o autuado que não apresentar defesa, garantindo-lhe o direito de ampla defesa nas fases
7309 subsequentes; Considerando que não há no processo documentos que comprovem a contratação de
7310 profissional para responder tecnicamente pelos serviços, a CEA **DECIDIU** pela procedência do Auto de
7311 Infração nº I2025/017755-7, cuja infração está capitulada na alínea "A" do art. 6º da Lei nº 5.194, de
7312 1966, com a manutenção da multa prevista na alínea "D" do art. 73 da Lei nº 5.194, de 1966, em grau
7313 máximo, sem prejuízo da sua regularização da falta, a ser corrigida pelo Crea-MS na forma da lei.
7314 Coordenou a votação o(a) Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho Marques. Votaram favoravelmente
7315 os senhores(as) conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno Cezar Alvaro Pontim,
7316 Antonio Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio Alves De Carvalho,
7317 Jose Antonio Maior Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo Elias De
7318 Oliveira e Leandro Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os senhores(as)
7319 conselheiros(as): Felipe Das Neves Monteiro. **5.5.2.2.14)** Processo n. I2025/038499-4 Interessado:
7320 Leandro Antônio da Silva. A Câmara Especializada de Agronomia do Conselho Regional de
7321 Engenharia e Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o processo nº
7322 I2025/038499-4, que trata-se de processo de Auto de Infração nº I2025/038499-4, lavrado em 31 de



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA ESTADO DE MATO
GROSSO DO SUL

7323 julho de 2025, em desfavor de Leandro Antônio da Silva, por infração ao art. 6º “a” da Lei nº 5.194, de
7324 1966, ao atuar em projeto e assistência técnica para custeio pecuário, sem constar com a participação
7325 de profissional habilitado. Considerando que o autuado foi notificado em 06/08/2025, conforme Aviso
7326 de Recebimento – AR anexo aos autos, e não apresentou defesa; Considerando o disposto no artigo
7327 20 da Resolução nº 1008/2004 do Confea, que versa: “Art. 20. A câmara especializada competente
7328 julgará à revelia o autuado que não apresentar defesa, garantindo-lhe o direito de ampla defesa nas
7329 fases subseqüentes.” A CEA **DECIDIU** pela manutenção do auto de infração nº I2025/038499-4, por
7330 infração ao art. 6º “a” da Lei nº 5.194, de 1966, bem como pela aplicação da penalidade prevista na
7331 alínea “D” do art. 73 da Lei nº 5.194, de 1966, em grau máximo, em face da revelia. Coordenou a
7332 votação o(a) Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho Marques. Votaram favoravelmente os
7333 senhores(as) conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno Cezar Alvaro Pontim, Antonio
7334 Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio Alves De Carvalho, Jose
7335 Antonio Maior Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo Elias De Oliveira e
7336 Leandro Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os senhores(as) conselheiros(as): Felipe
7337 Das Neves Monteiro. **5.5.2.2.15)** Processo n. I2025/029908-3 Interessado: Admar Braga Diniz. A
7338 Câmara Especializada de Agronomia do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de
7339 Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o processo nº I2025/029908-3, a trata-se de processo
7340 de Auto de Infração (AI) nº I2025/029908-3, lavrado em 12 de junho de 2025, em desfavor da pessoa
7341 física Admar Braga Diniz, por infração à alínea “A” do art. 6º da Lei nº 5.194, de 1966, ao desenvolver a
7342 atividade de assistência técnica em cultivo de soja, safra 2024/2025, na Fazenda Luma - Partes V, sem
7343 a participação de responsável técnico legalmente habilitado; Considerando que a alínea “A” do art. 6º
7344 da Lei nº 5.194, de 1966, estabelece que exerce ilegalmente a profissão de engenheiro ou engenheiro
7345 agrônomo a pessoa física ou jurídica que realizar atos ou prestar serviços, públicos ou privados,
7346 reservados aos profissionais de que trata esta Lei e que não possua registro nos Conselhos Regionais;
7347 Considerando que o inciso II do art. 1º da Decisão Normativa nº 74, de 27 de agosto de 2004,
7348 esclarece que pessoas físicas leigas executando atividades privativas de profissionais fiscalizados pelo
7349 Sistema Confea/Crea estarão infringindo a alínea “a” do art. 6º da Lei nº 5.194, de 1966; Considerando
7350 que a pessoa física autuada foi notificada em 27 de agosto de 2025, conforme Edital de Intimação
7351 anexo aos autos, publicado em Diário Oficial Eletrônico, e não apresentou defesa à câmara
7352 especializada; Considerando que, de acordo com o art. 20 da Resolução nº 1.008/2004, do Confea, a
7353 câmara especializada competente julgará à revelia o autuado que não apresentar defesa, garantindo-
7354 lhe o direito de ampla defesa nas fases subseqüentes; Considerando que não há no processo
7355 documentos que comprovem a contratação de profissional para responder tecnicamente pelos
7356 serviços, a CEA **DECIDIU** pela procedência do Auto de Infração nº I2025/029908-3, cuja infração está
7357 capitulada na alínea “A” do art. 6º da Lei nº 5.194, de 1966, com a manutenção da multa prevista na
7358 alínea “D” do art. 73 da Lei nº 5.194, de 1966, em grau máximo, sem prejuízo da sua regularização da
7359 falta, a ser corrigida pelo Crea-MS na forma da lei. Coordenou a votação o(a) Coordenadora Eng. Agr.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA ESTADO DE MATO
GROSSO DO SUL

7360 Daniele Coelho Marques. Votaram favoravelmente os senhores(as) conselheiros(as): Jackeline Matos
7361 Do Nascimento, Bruno Cezar Alvaro Pontim, Antonio Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon
7362 Macedo Braga, Laércio Alves De Carvalho, Jose Antonio Maior Bono, Fernando Vinicius Bressan,
7363 Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo Elias De Oliveira e Leandro Fabricio Martins Alessio. Não participou
7364 da votação os senhores(as) conselheiros(as): Felipe Das Neves Monteiro. **5.5.2.2.16)** Processo n.
7365 I2025/029909-1 Interessado: Admar Braga Diniz. A Câmara Especializada de Agronomia do Conselho
7366 Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o
7367 processo nº I2025/029909-1, que trata-se de processo de Auto de Infração (AI) nº I2025/029909-1,
7368 lavrado em 12 de junho de 2025, em desfavor da pessoa física Admar Braga Diniz, por infração à
7369 alínea "A" do art. 6º da Lei nº 5.194, de 1966, ao desenvolver a atividade de assistência técnica em
7370 cultivo de soja, safra 2024/2025, na Fazenda Luma - Partes I e III, sem a participação de responsável
7371 técnico legalmente habilitado; Considerando que a alínea "A" do art. 6º da Lei nº 5.194, de 1966,
7372 estabelece que exerce ilegalmente a profissão de engenheiro ou engenheiro agrônomo a pessoa física
7373 ou jurídica que realizar atos ou prestar serviços, públicos ou privados, reservados aos profissionais de
7374 que trata esta Lei e que não possua registro nos Conselhos Regionais; Considerando que o inciso II do
7375 art. 1º da Decisão Normativa nº 74, de 27 de agosto de 2004, esclarece que pessoas físicas leigas
7376 executando atividades privativas de profissionais fiscalizados pelo Sistema Confea/Crea estarão
7377 infringindo a alínea "a" do art. 6º da Lei nº 5.194, de 1966; Considerando que a pessoa física autuada
7378 foi notificada em 27 de agosto de 2025, conforme Edital de Intimação anexo aos autos, publicado em
7379 Diário Oficial Eletrônico, e não apresentou defesa à câmara especializada; Considerando que, de
7380 acordo com o art. 20 da Resolução nº 1.008/2004, do Confea, a câmara especializada competente
7381 julgará à revelia o autuado que não apresentar defesa, garantindo-lhe o direito de ampla defesa nas
7382 fases subsequentes; Considerando que não há no processo documentos que comprovem a
7383 contratação de profissional para responder tecnicamente pelos serviços, a CEA **DECIDIU** pela
7384 procedência do Auto de Infração nº I2025/029909-1, cuja infração está capitulada na alínea "A" do art.
7385 6º da Lei nº 5.194, de 1966, com a manutenção da multa prevista na alínea "D" do art. 73 da Lei nº
7386 5.194, de 1966, em grau máximo, sem prejuízo da sua regularização da falta, a ser corrigida pelo Crea-
7387 MS na forma da lei. Coordenou a votação o(a) Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho Marques.
7388 Votaram favoravelmente os senhores(as) conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno
7389 Cezar Alvaro Pontim, Antonio Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio
7390 Alves De Carvalho, Jose Antonio Maior Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo,
7391 Rodrigo Elias De Oliveira e Leandro Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os
7392 senhores(as) conselheiros(as): Felipe Das Neves Monteiro. **5.5.2.2.17)** Processo n. I2025/029944-0
7393 Interessado: JOSÉ ANTÔNIO REBELATO. A Câmara Especializada de Agronomia do Conselho
7394 Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o
7395 processo nº I2025/029944-0, que trata-se de processo de Auto de Infração (AI) nº I2025/029944-0,
7396 lavrado em 12 de junho de 2025, em desfavor da pessoa física JOSÉ ANTÔNIO REBELATO, por



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA ESTADO DE MATO
GROSSO DO SUL

infração à alínea "A" do art. 6º da Lei nº 5.194, de 1966, ao desenvolver a atividade de assistência técnica em cultivo de soja, safra 2024/2025, para a Estancia Harmonia, sem a participação de responsável técnico legalmente habilitado; Considerando que a alínea "A" do art. 6º da Lei nº 5.194, de 1966, estabelece que exerce ilegalmente a profissão de engenheiro ou engenheiro agrônomo a pessoa física ou jurídica que realizar atos ou prestar serviços, públicos ou privados, reservados aos profissionais de que trata esta Lei e que não possua registro nos Conselhos Regionais; Considerando que o inciso II do art. 1º da Decisão Normativa nº 74, de 27 de agosto de 2004, esclarece que pessoas físicas leigas executando atividades privativas de profissionais fiscalizados pelo Sistema Confea/Crea estarão infringindo a alínea "a" do art. 6º da Lei nº 5.194, de 1966; Considerando que o autuado foi notificado em 27 de agosto de 2025, conforme Edital de Intimação anexo aos autos, publicado em Diário Oficial Eletrônico, e não apresentou defesa à câmara especializada; Considerando que, de acordo com o art. 20 da Resolução nº 1.008/2004, do Confea, a câmara especializada competente julgará à revelia o autuado que não apresentar defesa, garantindo-lhe o direito de ampla defesa nas fases subsequentes; Considerando que não há no processo documentos que comprovem a contratação de profissional para responder tecnicamente pelos serviços, a CEA **DECIDIU** pela procedência do Auto de Infração nº I2025/029944-0, cuja infração está capitulada na alínea "A" do art. 6º da Lei nº 5.194, de 1966, com a manutenção da multa prevista na alínea "D" do art. 73 da Lei nº 5.194, de 1966, em grau máximo, sem prejuízo da sua regularização da falta, a ser corrigida pelo Crea-MS na forma da lei. Coordenou a votação o(a) Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho Marques. Votaram favoravelmente os senhores(as) conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno Cezar Alvaro Pontim, Antonio Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio Alves De Carvalho, Jose Antonio Maior Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo Elias De Oliveira e Leandro Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os senhores(as) conselheiros(as): Felipe Das Neves Monteiro. **5.5.2.2.18)** Processo n. I2025/029946-6 Interessado: JOSÉ ANTÔNIO REBELATO. A Câmara Especializada de Agronomia do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o processo nº I2025/029946-6, que trata-se de processo de Auto de Infração (AI) nº I2025/029946-6, lavrado em 12 de junho de 2025, em desfavor da pessoa física JOSÉ ANTÔNIO REBELATO, por infração à alínea "A" do art. 6º da Lei nº 5.194, de 1966, ao desenvolver a atividade de assistência técnica em cultivo de soja, safra 2024/2025, para a Fazenda Coqueiro I, sem a participação de responsável técnico legalmente habilitado; Considerando que a alínea "A" do art. 6º da Lei nº 5.194, de 1966, estabelece que exerce ilegalmente a profissão de engenheiro ou engenheiro agrônomo a pessoa física ou jurídica que realizar atos ou prestar serviços, públicos ou privados, reservados aos profissionais de que trata esta Lei e que não possua registro nos Conselhos Regionais; Considerando que o inciso II do art. 1º da Decisão Normativa nº 74, de 27 de agosto de 2004, esclarece que pessoas físicas leigas executando atividades privativas de profissionais fiscalizados pelo Sistema Confea/Crea estarão infringindo a alínea "a" do art. 6º da Lei nº 5.194, de 1966; Considerando que o autuado foi



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA ESTADO DE MATO
GROSSO DO SUL

notificado em 27 de agosto de 2025, conforme Edital de Intimação anexo aos autos, publicado em Diário Oficial Eletrônico, e não apresentou defesa à câmara especializada; Considerando que, de acordo com o art. 20 da Resolução nº 1.008/2004, do Confea, a câmara especializada competente julgará à revelia o autuado que não apresentar defesa, garantindo-lhe o direito de ampla defesa nas fases subsequentes; Considerando que não há no processo documentos que comprovem a contratação de profissional para responder tecnicamente pelos serviços, a CEA **DECIDIU** pela procedência do Auto de Infração nº I2025/029946-6, cuja infração está capitulada na alínea "A" do art. 6º da Lei nº 5.194, de 1966, com a manutenção da multa prevista na alínea "D" do art. 73 da Lei nº 5.194, de 1966, em grau máximo, sem prejuízo da sua regularização da falta, a ser corrigida pelo Crea-MS na forma da lei. Coordenou a votação o(a) Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho Marques. Votaram favoravelmente os senhores(as) conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno Cezar Alvaro Pontim, Antonio Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio Alves De Carvalho, Jose Antonio Maior Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo Elias De Oliveira e Leandro Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os senhores(as) conselheiros(as): Felipe Das Neves Monteiro. **5.5.2.2.19)** Processo n. I2025/030928-3 Interessado: LUCAS KESSLER VOLKMANN. A Câmara Especializada de Agronomia do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o processo nº I2025/030928-3, que trata-se de processo de Auto de Infração (AI) nº I2025/030928-3, lavrado em 18 de junho de 2025, em desfavor da pessoa física LUCAS KESSLER VOLKMANN, por infração à alínea "A" do art. 6º da Lei nº 5.194, de 1966, ao desenvolver a atividade de assistência técnica em cultivo de soja, safra 2024/2025, na Fazenda Cachoeira do Lontra II, sem a participação de responsável técnico legalmente habilitado; Considerando que a alínea "A" do art. 6º da Lei nº 5.194, de 1966, estabelece que exerce ilegalmente a profissão de engenheiro ou engenheiro agrônomo a pessoa física ou jurídica que realizar atos ou prestar serviços, públicos ou privados, reservados aos profissionais de que trata esta Lei e que não possua registro nos Conselhos Regionais; Considerando que o inciso II do art. 1º da Decisão Normativa nº 74, de 27 de agosto de 2004, esclarece que pessoas físicas leigas executando atividades privativas de profissionais fiscalizados pelo Sistema Confea/Crea estarão infringindo a alínea "a" do art. 6º da Lei nº 5.194, de 1966; Considerando que a pessoa física autuada foi notificada em 27 de agosto de 2025, conforme Edital de Intimação anexo aos autos, publicado em Diário Oficial Eletrônico, e não apresentou defesa à câmara especializada; Considerando que, de acordo com o art. 20 da Resolução nº 1.008/2004, do Confea, a câmara especializada competente julgará à revelia o autuado que não apresentar defesa, garantindo-lhe o direito de ampla defesa nas fases subsequentes; Considerando que não há no processo documentos que comprovem a contratação de profissional para responder tecnicamente pelos serviços, a CEA **DECIDIU** pela procedência do Auto de Infração nº I2025/030928-3, cuja infração está capitulada na alínea "A" do art. 6º da Lei nº 5.194, de 1966, com a manutenção da multa prevista na alínea "D" do art. 73 da Lei nº 5.194, de 1966, em grau máximo, sem prejuízo da sua regularização da falta, a ser corrigida pelo Crea-



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA ESTADO DE MATO
GROSSO DO SUL

7471 MS na forma da lei. Coordenou a votação o(a) Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho Marques.
7472 Votaram favoravelmente os senhores(as) conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno
7473 Cezar Alvaro Pontim, Antonio Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio
7474 Alves De Carvalho, Jose Antonio Maior Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo,
7475 Rodrigo Elias De Oliveira e Leandro Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os
7476 senhores(as) conselheiros(as): Felipe Das Neves Monteiro. **5.5.2.2.20)** Processo n. I2025/032549-1
7477 Interessado: Thiago Freitas Barbosa Silva. A Câmara Especializada de Agronomia do Conselho
7478 Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o
7479 processo nº I2025/032549-1, que trata-se de processo de Auto de Infração (AI) nº I2025/032549-1,
7480 lavrado em 30 de junho de 2025, em desfavor da pessoa física Thiago Freitas Barbosa Silva, por
7481 infração à alínea "A" do art. 6º da Lei nº 5.194, de 1966, ao desenvolver a atividade de assistência
7482 técnica em cultivo de soja, safra 2024/2025, para a Fazenda Paloma - Paloma II e Santa Fé, sem a
7483 participação de responsável técnico legalmente habilitado; Considerando que a alínea "A" do art. 6º da
7484 Lei nº 5.194, de 1966, estabelece que exerce ilegalmente a profissão de engenheiro ou engenheiro
7485 agrônomo a pessoa física ou jurídica que realizar atos ou prestar serviços, públicos ou privados,
7486 reservados aos profissionais de que trata esta Lei e que não possua registro nos Conselhos Regionais;
7487 Considerando que o inciso II do art. 1º da Decisão Normativa nº 74, de 27 de agosto de 2004,
7488 esclarece que pessoas físicas leigas executando atividades privativas de profissionais fiscalizados pelo
7489 Sistema Confea/Crea estarão infringindo a alínea "a" do art. 6º da Lei nº 5.194, de 1966; Considerando
7490 que o autuado foi notificado em 27 de agosto de 2025, conforme Edital de Intimação anexo aos autos,
7491 publicado em Diário Oficial Eletrônico, e não apresentou defesa à câmara especializada; Considerando
7492 que, de acordo com o art. 20 da Resolução nº 1.008/2004, do Confea, a câmara especializada
7493 competente julgará à revelia o autuado que não apresentar defesa, garantindo-lhe o direito de ampla
7494 defesa nas fases subsequentes; Considerando que não há no processo documentos que comprovem a
7495 contratação de profissional para responder tecnicamente pelos serviços, a CEA **DECIDIU** pela
7496 procedência do Auto de Infração nº I2025/032549-1, cuja infração está capitulada na alínea "A" do art.
7497 6º da Lei nº 5.194, de 1966, com a manutenção da multa prevista na alínea "D" do art. 73 da Lei nº
7498 5.194, de 1966, em grau máximo, sem prejuízo da sua regularização da falta, a ser corrigida pelo Crea-
7499 MS na forma da lei. Coordenou a votação o(a) Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho Marques.
7500 Votaram favoravelmente os senhores(as) conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno
7501 Cezar Alvaro Pontim, Antonio Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio
7502 Alves De Carvalho, Jose Antonio Maior Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo,
7503 Rodrigo Elias De Oliveira e Leandro Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os
7504 senhores(as) conselheiros(as): Felipe Das Neves Monteiro. **5.5.2.2.21)** Processo n. I2025/037282-1
7505 Interessado: ALLISON COLOMBO. A Câmara Especializada de Agronomia do Conselho Regional de
7506 Engenharia e Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o processo nº
7507 I2025/037282-1, que trata-se de presente processo de auto de infração lavrado em 24 de julho de



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA ESTADO DE MATO
GROSSO DO SUL

7508 2025, sob o nº I2025/037282-1, em desfavor de ALLISON COLOMBO, considerando ter atuado em
7509 cultivo de soja 2024/2025, em Nova Andradina/MS, sem contar com a participação de profissional
7510 devidamente habilitado, caracterizando assim, infração ao artigo 6º “a” da Lei nº 5194/66, que versa:
7511 “Art. 6º Exerce ilegalmente a profissão de engenheiro, arquiteto ou engenheiro-agrônomo: a) a pessoa
7512 física ou jurídica que realizar atos ou prestar serviços público ou privado reservados aos profissionais
7513 de que trata esta lei e que não possua registro nos Conselhos Regionais;” Devidamente notificada em
7514 27 de agosto de 2025, o autuado não interpôs recurso, qualificando revelia, nos termos do artigo 20 da
7515 Resolução nº 1008/2003 do Confea que versa: “Art. 20. A câmara especializada competente julgará à
7516 revelia o autuado que não apresentar defesa, garantindo-lhe o direito de ampla defesa nas fases
7517 subsequentes.” A CEA **DECIDIU** pela procedência do auto de infração nº I2025/037282-1, por infração
7518 ao artigo 6º “a” da Lei nº 5194/66, bem como pela aplicação da penalidade prevista na alínea “D” do
7519 art. 73 da Lei nº 5.194, de 1966, em grau máximo, em face da revelia. Coordenou a votação o(a)
7520 Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho Marques. Votaram favoravelmente os senhores(as)
7521 conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno Cezar Alvaro Pontim, Antonio Luiz Viegas
7522 Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio Alves De Carvalho, Jose Antonio Maior
7523 Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo Elias De Oliveira e Leandro
7524 Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os senhores(as) conselheiros(as): Felipe Das
7525 Neves Monteiro. **5.5.2.2.22) Processo n. I2025/042726-0 Interessado: Manoel Simões Junior.** A
7526 Câmara Especializada de Agronomia do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de
7527 Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o processo nº I2025/042726-0, que trata-se de
7528 presente processo de auto de infração lavrado em 11 de agosto de 2025, sob o nº I2025/042726-0, em
7529 desfavor de Manoel Simões Junior, considerando ter atuado em projeto e assistência técnica para
7530 bovinocultura, em Eldorado – MS, sem contar com a participação de profissional habilitado,
7531 caracterizando assim, infração ao artigo 6º “a” da Lei nº 5194/66, que versa: “Art. 6º Exerce ilegalmente
7532 a profissão de engenheiro, arquiteto ou engenheiro-agrônomo: a) a pessoa física ou jurídica que
7533 realizar atos ou prestar serviços público ou privado reservados aos profissionais de que trata esta lei e
7534 que não possua registro nos Conselhos Regionais;” Devidamente notificado em 28 de agosto de 2025,
7535 o autuado não interpôs recurso, qualificando revelia, nos termos do artigo 20 da Resolução nº
7536 1008/2003 do Confea que versa: “Art. 20. A câmara especializada competente julgará à revelia o
7537 autuado que não apresentar defesa, garantindo-lhe o direito de ampla defesa nas fases subsequentes.”
7538 A CEA **DECIDIU** pela procedência do auto de infração nº I2025/042726-0, por infração ao artigo 6º “a”
7539 da Lei nº 5194/66, bem como pela aplicação da penalidade prevista na alínea “D” do art. 73 da Lei nº
7540 5.194, de 1966, em grau máximo, em face da revelia. Coordenou a votação o(a) Coordenadora Eng.
7541 Agr. Daniele Coelho Marques. Votaram favoravelmente os senhores(as) conselheiros(as): Jackeline
7542 Matos Do Nascimento, Bruno Cezar Alvaro Pontim, Antonio Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson Cortez,
7543 Maycon Macedo Braga, Laércio Alves De Carvalho, Jose Antonio Maior Bono, Fernando Vinicius
7544 Bressan, Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo Elias De Oliveira e Leandro Fabricio Martins Alessio. Não



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA ESTADO DE MATO
GROSSO DO SUL

participou da votação os senhores(as) conselheiros(as): Felipe Das Neves Monteiro. **5.5.2.2.23)** Processo n. I2025/042727-8 Interessado: Manoel Simões Junior. A Câmara Especializada de Agronomia do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o processo nº I2025/042727-8, que trata-se de presente processo de auto de infração lavrado em 11 de agosto de 2025, sob o n I2025/042727-8, em desfavor de Manoel Simões Junior, considerando ter atuado em custeio de lavoura de mandioca, em Eldorado – MS, sem contar com a participação de profissional habilitado, caracterizando assim, infração ao artigo 6º “a” da Lei nº 5194/66, que versa: “Art. 6º Exerce ilegalmente a profissão de engenheiro, arquiteto ou engenheiro-agrônomo: a) a pessoa física ou jurídica que realizar atos ou prestar serviços público ou privado reservados aos profissionais de que trata esta lei e que não possua registro nos Conselhos Regionais;” Devidamente notificada em 28 de agosto de 2025, o autuado não interpôs recurso, qualificando revelia, nos termos do artigo 20 da Resolução nº 1008/2003 do Confea que versa: “Art. 20. A câmara especializada competente julgará à revelia o autuado que não apresentar defesa, garantindo-lhe o direito de ampla defesa nas fases subseqüentes.” A CEA **DECIDIU** pela procedência do auto de infração nº I2025/042727-8, por infração ao artigo 6º “a” da Lei nº 5194/66, bem como pela aplicação da penalidade prevista na alínea “D” do art. 73 da Lei nº 5.194, de 1966, em grau máximo, em face da revelia. Coordenou a votação o(a) Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho Marques. Votaram favoravelmente os senhores(as) conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno Cezar Alvaro Pontim, Antonio Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio Alves De Carvalho, Jose Antonio Maior Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo Elias De Oliveira e Leandro Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os senhores(as) conselheiros(as): Felipe Das Neves Monteiro. **5.5.2.2.24)** Processo n. I2025/042750-2 Interessado: NEUSA APARECIDA DE SA. A Câmara Especializada de Agronomia do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o processo nº I2025/042750-2, que trata-se de processo de Auto de Infração (AI) nº I2025/042750-2, lavrado em 11 de agosto de 2025, em desfavor da pessoa física NEUSA APARECIDA DE SA, por infração à alínea “A” do art. 6º da Lei nº 5.194, de 1966, ao desenvolver a atividade de projeto técnico de custeio pecuário no PA Sul Bonito LT 386, conforme cédula rural C42431070-4, sem a participação de responsável técnico legalmente habilitado; Considerando que a alínea “A” do art. 6º da Lei nº 5.194, de 1966, estabelece que exerce ilegalmente a profissão de engenheiro ou engenheiro agrônomo a pessoa física ou jurídica que realizar atos ou prestar serviços, públicos ou privados, reservados aos profissionais de que trata esta Lei e que não possua registro nos Conselhos Regionais; Considerando que o inciso II do art. 1º da Decisão Normativa nº 74, de 27 de agosto de 2004, esclarece que pessoas físicas leigas executando atividades privativas de profissionais fiscalizados pelo Sistema Confea/Crea estarão infringindo a alínea “a” do art. 6º da Lei nº 5.194, de 1966; Considerando que a pessoa física autuada foi notificada em 19/08/2025, conforme Aviso de Recebimento – AR anexo aos autos, e não apresentou defesa à câmara especializada; Considerando que, de acordo com o art. 20 da Resolução



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA ESTADO DE MATO
GROSSO DO SUL

nº 1.008/2004, do Confea, a câmara especializada competente julgará à revelia o autuado que não apresentar defesa, garantindo-lhe o direito de ampla defesa nas fases subsequentes; Considerando que não há no processo documentos que comprovem a contratação de profissional para responder tecnicamente pelos serviços, a CEA **DECIDIU** pela procedência do Auto de Infração nº I2025/042750-2, cuja infração está capitulada na alínea "A" do art. 6º da Lei nº 5.194, de 1966, com a manutenção da multa prevista na alínea "D" do art. 73 da Lei nº 5.194, de 1966, em grau máximo, sem prejuízo da sua regularização da falta, a ser corrigida pelo Crea-MS na forma da lei. Coordenou a votação o(a) Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho Marques. Votaram favoravelmente os senhores(as) conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno Cezar Alvaro Pontim, Antonio Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio Alves De Carvalho, Jose Antonio Maior Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo Elias De Oliveira e Leandro Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os senhores(as) conselheiros(as): Felipe Das Neves Monteiro. **5.5.2.3) alínea "A" do art. 73 da Lei nº 5.194, de 1966. - Grau máximo. 5.5.2.3.1)** Processo n. I2025/027897-3 Interessado: PAULO MARIA PEREIRA. A Câmara Especializada de Agronomia do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o processo nº I2025/027897-3, que trata de processo de Auto de Infração nº I2025/027897-3, lavrado em 2 de junho de 2025, em desfavor do Engenheiro Agrônomo Paulo Maria Pereira, por infração ao art. 1º da Lei nº 6.496, de 1977, ao desenvolver a atividade de assistência técnica em cultivo de soja 2024/2025 para a Fazenda Marco III, de propriedade de Iara Vendramini, sem registrar ART; Considerando que, de acordo com o art. 1º da Lei nº 6.496, de 1977, todo contrato, escrito ou verbal, para a execução de obras ou prestação de quaisquer serviços profissionais referentes à Engenharia e à Agronomia fica sujeito à "Anotação de Responsabilidade Técnica" (ART); Considerando que o autuado foi notificado em 11/06/2025, conforme Aviso de Recebimento – AR anexo aos autos, e não apresentou defesa à câmara especializada; Considerando que, de acordo como art. 20 da Resolução nº 1.008/2004, do Confea, a câmara especializada competente julgará à revelia o autuado que não apresentar defesa, garantindo-lhe o direito de ampla defesa nas fases subsequentes; Considerando que o autuado executou serviço na área da agronomia sem registrar ART, a CEA **DECIDIU** pela procedência do Auto de Infração nº I2025/027897-3, cuja infração está capitulada no art. 1º da Lei nº 6.496, de 1977, com a manutenção da multa prevista na alínea "A" do art. 73 da Lei nº 5.194, de 1966, em grau máximo, sem prejuízo da regularização da falta, a ser corrigida pelo Crea-MS na forma da lei. Coordenou a votação o(a) Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho Marques. Votaram favoravelmente os senhores(as) conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno Cezar Alvaro Pontim, Antonio Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio Alves De Carvalho, Jose Antonio Maior Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo Elias De Oliveira e Leandro Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os senhores(as) conselheiros(as): Felipe Das Neves Monteiro. **5.5.2.3.2)** Processo n. I2025/027893-0 Interessado: PAULO MARIA PEREIRA. A Câmara Especializada de Agronomia do



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA ESTADO DE MATO
GROSSO DO SUL

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o processo nº I2025/027893-0, que trata-se de processo de Auto de Infração nº I2025/027893-0, lavrado em 2 de junho de 2025, em desfavor do Engenheiro Agrônomo Paulo Maria Pereira, por infração ao art. 1º da Lei nº 6.496, de 1977, ao desenvolver a atividade de assistência técnica em cultivo de soja 2024/2025 para o Loteamento Lagoa Das Garças II-A, de propriedade de Allan Ferrari Da Silva, sem registrar ART; Considerando que, de acordo com o art. 1º da Lei nº 6.496, de 1977, todo contrato, escrito ou verbal, para a execução de obras ou prestação de quaisquer serviços profissionais referentes à Engenharia e à Agronomia fica sujeito à "Anotação de Responsabilidade Técnica" (ART); Considerando que o autuado foi notificado em 11/06/2025, conforme Aviso de Recebimento – AR anexo aos autos, e não apresentou defesa à câmara especializada; Considerando que, de acordo como art. 20 da Resolução nº 1.008/2004, do Confea, a câmara especializada competente julgará à revelia o autuado que não apresentar defesa, garantindo-lhe o direito de ampla defesa nas fases subsequentes; Considerando que o autuado executou serviço na área da agronomia sem registrar ART, a CEA **DECIDIU** pela procedência do Auto de Infração nº I2025/027893-0, cuja infração está capitulada no art. 1º da Lei nº 6.496, de 1977, com a manutenção da multa prevista na alínea "A" do art. 73 da Lei nº 5.194, de 1966, em grau máximo, sem prejuízo da regularização da falta, a ser corrigida pelo Crea-MS na forma da lei. Coordenou a votação o(a) Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho Marques. Votaram favoravelmente os senhores(as) conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno Cezar Alvaro Pontim, Antonio Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio Alves De Carvalho, Jose Antonio Maior Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo Elias De Oliveira e Leandro Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os senhores(as) conselheiros(as): Felipe Das Neves Monteiro. **5.5.2.3.3)** Processo n. I2025/027891-4 Interessado: PAULO MARIA PEREIRA. A Câmara Especializada de Agronomia do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o processo nº I2025/027891-4, que trata-se de processo de Auto de Infração nº I2025/027891-4, lavrado em 2 de junho de 2025, em desfavor do Engenheiro Agrônomo Paulo Maria Pereira, por infração ao art. 1º da Lei nº 6.496, de 1977, ao desenvolver a atividade de assistência técnica em cultivo de soja 2024/2025 para o Sítio Pecuária São Francisco, de propriedade de Romário Mariotti, sem registrar ART; Considerando que, de acordo com o art. 1º da Lei nº 6.496, de 1977, todo contrato, escrito ou verbal, para a execução de obras ou prestação de quaisquer serviços profissionais referentes à Engenharia e à Agronomia fica sujeito à "Anotação de Responsabilidade Técnica" (ART); Considerando que o autuado foi notificado em 11/06/2025, conforme Aviso de Recebimento – AR anexo aos autos, e não apresentou defesa à câmara especializada; Considerando que, de acordo como art. 20 da Resolução nº 1.008/2004, do Confea, a câmara especializada competente julgará à revelia o autuado que não apresentar defesa, garantindo-lhe o direito de ampla defesa nas fases subsequentes; Considerando que o autuado executou serviço na área da agronomia sem registrar ART, a CEA **DECIDIU** pela procedência do Auto de Infração nº I2025/027891-4, cuja infração está



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA ESTADO DE MATO
GROSSO DO SUL

capitulada no art. 1º da Lei nº 6.496, de 1977, com a manutenção da multa prevista na alínea "A" do art. 73 da Lei nº 5.194, de 1966, em grau máximo, sem prejuízo da regularização da falta, a ser corrigida pelo Crea-MS na forma da lei. Coordenou a votação o(a) Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho Marques. Votaram favoravelmente os senhores(as) conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno Cezar Alvaro Pontim, Antonio Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio Alves De Carvalho, Jose Antonio Maior Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo Elias De Oliveira e Leandro Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os senhores(as) conselheiros(as): Felipe Das Neves Monteiro. **5.5.2.3.4)** Processo n. I2025/027890-6 Interessado: PAULO MARIA PEREIRA. A Câmara Especializada de Agronomia do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o processo nº I2025/027890-6, que trata-se de processo de Auto de Infração nº I2025/027890-6, lavrado em 2 de junho de 2025, em desfavor do Engenheiro Agrônomo Paulo Maria Pereira, por infração ao art. 1º da Lei nº 6.496, de 1977, ao desenvolver a atividade de assistência técnica em cultivo de soja 2024/2025 para o Sítio Santa Catarina, de propriedade de Irio Beterli, sem registrar ART; Considerando que, de acordo com o art. 1º da Lei nº 6.496, de 1977, todo contrato, escrito ou verbal, para a execução de obras ou prestação de quaisquer serviços profissionais referentes à Engenharia e à Agronomia fica sujeito à "Anotação de Responsabilidade Técnica" (ART); Considerando que o autuado foi notificado em 11/06/2025, conforme Aviso de Recebimento – AR anexo aos autos, e não apresentou defesa à câmara especializada; Considerando que, de acordo como art. 20 da Resolução nº 1.008/2004, do Confea, a câmara especializada competente julgará à revelia o autuado que não apresentar defesa, garantindo-lhe o direito de ampla defesa nas fases subsequentes; Considerando que o autuado executou serviço na área da agronomia sem registrar ART, a CEA **DECIDIU** pela procedência do Auto de Infração nº I2025/027890-6, cuja infração está capitulada no art. 1º da Lei nº 6.496, de 1977, com a manutenção da multa prevista na alínea "A" do art. 73 da Lei nº 5.194, de 1966, em grau máximo, sem prejuízo da regularização da falta, a ser corrigida pelo Crea-MS na forma da lei. Coordenou a votação o(a) Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho Marques. Votaram favoravelmente os senhores(as) conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno Cezar Alvaro Pontim, Antonio Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio Alves De Carvalho, Jose Antonio Maior Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo Elias De Oliveira e Leandro Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os senhores(as) conselheiros(as): Felipe Das Neves Monteiro. **5.5.2.3.5)** Processo n. I2025/027889-2 Interessado: PAULO MARIA PEREIRA. A Câmara Especializada de Agronomia do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o processo nº I2025/027889-2, que trata-se de processo de Auto de Infração nº I2025/027889-2, lavrado em 2 de junho de 2025, em desfavor do Engenheiro Agrônomo Paulo Maria Pereira, por infração ao art. 1º da Lei nº 6.496, de 1977, ao desenvolver a atividade de assistência técnica em cultivo de soja 2024/2025 para o Loteamento Lote nº 134, da Gleba Nº 03 - "Pirajui", de propriedade de Mardoqueu Rosa Pereira,



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA ESTADO DE MATO
GROSSO DO SUL

sem registrar ART; Considerando que, de acordo com o art. 1º da Lei nº 6.496, de 1977, todo contrato, escrito ou verbal, para a execução de obras ou prestação de quaisquer serviços profissionais referentes à Engenharia e à Agronomia fica sujeito à "Anotação de Responsabilidade Técnica" (ART); Considerando que o autuado foi notificado em 11/06/2025, conforme Aviso de Recebimento – AR anexo aos autos, e não apresentou defesa à câmara especializada; Considerando que, de acordo como art. 20 da Resolução nº 1.008/2004, do Confea, a câmara especializada competente julgará à revelia o autuado que não apresentar defesa, garantindo-lhe o direito de ampla defesa nas fases subsequentes; Considerando que o autuado executou serviço na área da agronomia sem registrar ART, a CEA **DECIDIU** pela procedência do Auto de Infração nº I2025/027889-2, cuja infração está capitulada no art. 1º da Lei nº 6.496, de 1977, com a manutenção da multa prevista na alínea "A" do art. 73 da Lei nº 5.194, de 1966, em grau máximo, sem prejuízo da regularização da falta, a ser corrigida pelo Crea-MS na forma da lei. Coordenou a votação o(a) Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho Marques. Votaram favoravelmente os senhores(as) conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno Cezar Alvaro Pontim, Antonio Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio Alves De Carvalho, Jose Antonio Maior Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo Elias De Oliveira e Leandro Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os senhores(as) conselheiros(as): Felipe Das Neves Monteiro. **5.5.2.3.6)** Processo n. I2025/027888-4 Interessado: PAULO MARIA PEREIRA. A Câmara Especializada de Agronomia do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o processo nº I2025/027888-4, que trata-se de processo de Auto de Infração nº I2025/027888-4, lavrado em 2 de junho de 2025, em desfavor do Engenheiro Agrônomo Paulo Maria Pereira, por infração ao art. 1º da Lei nº 6.496, de 1977, ao desenvolver a atividade de assistência técnica em cultivo de soja 2024/2025 para o Loteamento Lote Nº 82 da Gleba Nº 03 Pirajui, de propriedade de Roani Ferreira De Souza, sem registrar ART; Considerando que, de acordo com o art. 1º da Lei nº 6.496, de 1977, todo contrato, escrito ou verbal, para a execução de obras ou prestação de quaisquer serviços profissionais referentes à Engenharia e à Agronomia fica sujeito à "Anotação de Responsabilidade Técnica" (ART); Considerando que o autuado foi notificado em 11/06/2025, conforme Aviso de Recebimento – AR anexo aos autos, e não apresentou defesa à câmara especializada; Considerando que, de acordo como art. 20 da Resolução nº 1.008/2004, do Confea, a câmara especializada competente julgará à revelia o autuado que não apresentar defesa, garantindo-lhe o direito de ampla defesa nas fases subsequentes; Considerando que o autuado executou serviço na área da agronomia sem registrar ART, a CEA **DECIDIU** pela procedência do Auto de Infração nº I2025/027888-4, cuja infração está capitulada no art. 1º da Lei nº 6.496, de 1977, com a manutenção da multa prevista na alínea "A" do art. 73 da Lei nº 5.194, de 1966, em grau máximo, sem prejuízo da regularização da falta, a ser corrigida pelo Crea-MS na forma da lei. Coordenou a votação o(a) Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho Marques. Votaram favoravelmente os senhores(as) conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno Cezar Alvaro Pontim, Antonio Luiz Viegas



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA ESTADO DE MATO
GROSSO DO SUL

7730 Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio Alves De Carvalho, Jose Antonio Maior
7731 Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo Elias De Oliveira e Leandro
7732 Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os senhores(as) conselheiros(as): Felipe Das
7733 Neves Monteiro. **5.5.2.3.7)** Processo n. I2025/027887-6 Interessado: PAULO MARIA PEREIRA. A
7734 Câmara Especializada de Agronomia do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de
7735 Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o processo nº I2025/027887-6, que trata-se de
7736 processo de Auto de Infração nº I2025/027887-6, lavrado em 2 de junho de 2025, em desfavor do
7737 Engenheiro Agrônomo Paulo Maria Pereira, por infração ao art. 1º da Lei nº 6.496, de 1977, ao
7738 desenvolver a atividade de assistência técnica em cultivo de soja 2024/2025 para o Loteamento Lote
7739 27-A e 25 da Gleba 01. P.I.C. de Sete Quedas, de propriedade de Allan Johnn Simon, sem registrar
7740 ART; Considerando que, de acordo com o art. 1º da Lei nº 6.496, de 1977, todo contrato, escrito ou
7741 verbal, para a execução de obras ou prestação de quaisquer serviços profissionais referentes à
7742 Engenharia e à Agronomia fica sujeito à "Anotação de Responsabilidade Técnica" (ART); Considerando
7743 que o autuado foi notificado em 11/06/2025, conforme Aviso de Recebimento – AR anexo aos autos, e
7744 não apresentou defesa à câmara especializada; Considerando que, de acordo como art. 20 da
7745 Resolução nº 1.008/2004, do Confea, a câmara especializada competente julgará à revelia o autuado
7746 que não apresentar defesa, garantindo-lhe o direito de ampla defesa nas fases subsequentes;
7747 Considerando que o autuado executou serviço na área da agronomia sem registrar ART, a CEA
7748 **DECIDIU** pela procedência do Auto de Infração nº I2025/027887-6, cuja infração está capitulada no art.
7749 1º da Lei nº 6.496, de 1977, com a manutenção da multa prevista na alínea "A" do art. 73 da Lei nº
7750 5.194, de 1966, em grau máximo, sem prejuízo da regularização da falta, a ser corrigida pelo Crea-MS
7751 na forma da lei. Coordenou a votação o(a) Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho Marques. Votaram
7752 favoravelmente os senhores(as) conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno Cezar Alvaro
7753 Pontim, Antonio Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio Alves De
7754 Carvalho, Jose Antonio Maior Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo
7755 Elias De Oliveira e Leandro Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os senhores(as)
7756 conselheiros(as): Felipe Das Neves Monteiro. **5.5.2.3.8)** Processo n. I2025/027886-8 Interessado:
7757 PAULO MARIA PEREIRA. A Câmara Especializada de Agronomia do Conselho Regional de
7758 Engenharia e Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o processo nº
7759 I2025/027886-8, que trata-se de processo de Auto de Infração nº I2025/027886-8, lavrado em 2 de
7760 junho de 2025, em desfavor do Engenheiro Agrônomo Paulo Maria Pereira, por infração ao art. 1º da
7761 Lei nº 6.496, de 1977, ao desenvolver a atividade de assistência técnica em cultivo de soja 2024/2025
7762 para o Loteamento 20 Gleba 03 Pirajui, Lote 20, de propriedade de Valdir Frederico Waldow, sem
7763 registrar ART; Considerando que, de acordo com o art. 1º da Lei nº 6.496, de 1977, todo contrato,
7764 escrito ou verbal, para a execução de obras ou prestação de quaisquer serviços profissionais
7765 referentes à Engenharia e à Agronomia fica sujeito à "Anotação de Responsabilidade Técnica" (ART);
7766 Considerando que o autuado foi notificado em 11/06/2025, conforme Aviso de Recebimento – AR



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA ESTADO DE MATO
GROSSO DO SUL

anexo aos autos, e não apresentou defesa à câmara especializada; Considerando que, de acordo como art. 20 da Resolução nº 1.008/2004, do Confea, a câmara especializada competente julgará à revelia o autuado que não apresentar defesa, garantindo-lhe o direito de ampla defesa nas fases subsequentes; Considerando que o autuado executou serviço na área da agronomia sem registrar ART, a CEA **DECIDIU** pela procedência do Auto de Infração nº I2025/027886-8, cuja infração está capitulada no art. 1º da Lei nº 6.496, de 1977, com a manutenção da multa prevista na alínea "A" do art. 73 da Lei nº 5.194, de 1966, em grau máximo, sem prejuízo da regularização da falta, a ser corrigida pelo Crea-MS na forma da lei. Coordenou a votação o(a) Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho Marques. Votaram favoravelmente os senhores(as) conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno Cezar Alvaro Pontim, Antonio Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio Alves De Carvalho, Jose Antonio Maior Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo Elias De Oliveira e Leandro Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os senhores(as) conselheiros(as): Felipe Das Neves Monteiro. **5.5.2.3.9)** Processo n. I2025/027885-0 Interessado: PAULO MARIA PEREIRA. A Câmara Especializada de Agronomia do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o processo nº I2025/027885-0, que trata-se de processo de Auto de Infração nº I2025/027885-0, lavrado em 2 de junho de 2025, em desfavor do Engenheiro Agrônomo Paulo Maria Pereira, por infração ao art. 1º da Lei nº 6.496, de 1977, ao desenvolver a atividade de assistência técnica em cultivo de soja 2024/2025 para a Fazenda São Francisco, de propriedade de Mardoqueu Rosa Pereira, sem registrar ART; Considerando que, de acordo com o art. 1º da Lei nº 6.496, de 1977, todo contrato, escrito ou verbal, para a execução de obras ou prestação de quaisquer serviços profissionais referentes à Engenharia e à Agronomia fica sujeito à "Anotação de Responsabilidade Técnica" (ART); Considerando que o autuado foi notificado em 11/06/2025, conforme Aviso de Recebimento – AR anexo aos autos, e não apresentou defesa à câmara especializada; Considerando que, de acordo como art. 20 da Resolução nº 1.008/2004, do Confea, a câmara especializada competente julgará à revelia o autuado que não apresentar defesa, garantindo-lhe o direito de ampla defesa nas fases subsequentes; Considerando que o autuado executou serviço na área da agronomia sem registrar ART, a CEA **DECIDIU** pela procedência do Auto de Infração nº I2025/027885-0, cuja infração está capitulada no art. 1º da Lei nº 6.496, de 1977, com a manutenção da multa prevista na alínea "A" do art. 73 da Lei nº 5.194, de 1966, em grau máximo, sem prejuízo da regularização da falta, a ser corrigida pelo Crea-MS na forma da lei. Coordenou a votação o(a) Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho Marques. Votaram favoravelmente os senhores(as) conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno Cezar Alvaro Pontim, Antonio Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio Alves De Carvalho, Jose Antonio Maior Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo Elias De Oliveira e Leandro Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os senhores(as) conselheiros(as): Felipe Das Neves Monteiro. **5.5.2.3.10)** Processo n. I2025/027884-1 Interessado: PAULO MARIA PEREIRA. A Câmara Especializada de Agronomia do



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA ESTADO DE MATO
GROSSO DO SUL

7804 Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após
7805 apreciar o processo nº I2025/027884-1, que trata-se de processo de Auto de Infração nº I2025/027884-
7806 1, lavrado em 2 de junho de 2025, em desfavor do Engenheiro Agrônomo Paulo Maria Pereira, por
7807 infração ao art. 1º da Lei nº 6.496, de 1977, ao desenvolver a atividade de assistência técnica em
7808 cultivo de soja 2024/2025 para a Fazenda Pecuária Santa Luzia, de propriedade de Jose Da Costa
7809 Souza, sem registrar ART; Considerando que, de acordo com o art. 1º da Lei nº 6.496, de 1977, todo
7810 contrato, escrito ou verbal, para a execução de obras ou prestação de quaisquer serviços profissionais
7811 referentes à Engenharia e à Agronomia fica sujeito à "Anotação de Responsabilidade Técnica" (ART);
7812 Considerando que o autuado foi notificado em 11/06/2025, conforme Aviso de Recebimento – AR
7813 anexo aos autos, e não apresentou defesa à câmara especializada; Considerando que, de acordo
7814 como art. 20 da Resolução nº 1.008/2004, do Confea, a câmara especializada competente julgará à
7815 revelia o autuado que não apresentar defesa, garantindo-lhe o direito de ampla defesa nas fases
7816 subsequentes; Considerando que o autuado executou serviço na área da agronomia sem registrar
7817 ART, a CEA **DECIDIU** pela procedência do Auto de Infração nº I2025/027884-1, cuja infração está
7818 capitulada no art. 1º da Lei nº 6.496, de 1977, com a manutenção da multa prevista na alínea "A" do
7819 art. 73 da Lei nº 5.194, de 1966, em grau máximo, sem prejuízo da regularização da falta, a ser
7820 corrigida pelo Crea-MS na forma da lei. Coordenou a votação o(a) Coordenadora Eng. Agr. Daniele
7821 Coelho Marques. Votaram favoravelmente os senhores(as) conselheiros(as): Jackeline Matos Do
7822 Nascimento, Bruno Cezar Alvaro Pontim, Antonio Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon
7823 Macedo Braga, Laércio Alves De Carvalho, Jose Antonio Maior Bono, Fernando Vinicius Bressan,
7824 Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo Elias De Oliveira e Leandro Fabricio Martins Alessio. Não participou
7825 da votação os senhores(as) conselheiros(as): Felipe Das Neves Monteiro. **5.5.2.3.11**) Processo n.
7826 I2025/027883-3 Interessado: PAULO MARIA PEREIRA. A Câmara Especializada de Agronomia do
7827 Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após
7828 apreciar o processo nº I2025/027883-3, que trata-se de processo de Auto de Infração nº I2025/027883-
7829 3, lavrado em 2 de junho de 2025, em desfavor do Engenheiro Agrônomo Paulo Maria Pereira, por
7830 infração ao art. 1º da Lei nº 6.496, de 1977, ao desenvolver a atividade de assistência técnica em
7831 cultivo de soja 2024/2025 para a Fazenda Parreira (Parcela 2), de propriedade de Gelson Pereira da
7832 Silva, sem registrar ART; Considerando que, de acordo com o art. 1º da Lei nº 6.496, de 1977, todo
7833 contrato, escrito ou verbal, para a execução de obras ou prestação de quaisquer serviços profissionais
7834 referentes à Engenharia e à Agronomia fica sujeito à "Anotação de Responsabilidade Técnica" (ART);
7835 Considerando que o autuado foi notificado em 11/06/2025, conforme Aviso de Recebimento – AR
7836 anexo aos autos, e não apresentou defesa à câmara especializada; Considerando que, de acordo
7837 como art. 20 da Resolução nº 1.008/2004, do Confea, a câmara especializada competente julgará à
7838 revelia o autuado que não apresentar defesa, garantindo-lhe o direito de ampla defesa nas fases
7839 subsequentes; Considerando que o autuado executou serviço na área da agronomia sem registrar
7840 ART, a CEA **DECIDIU** pela procedência do Auto de Infração nº I2025/027883-3, cuja infração está



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA ESTADO DE MATO
GROSSO DO SUL

capitulada no art. 1º da Lei nº 6.496, de 1977, com a manutenção da multa prevista na alínea "A" do art. 73 da Lei nº 5.194, de 1966, em grau máximo, sem prejuízo da regularização da falta, a ser corrigida pelo Crea-MS na forma da lei. Coordenou a votação o(a) Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho Marques. Votaram favoravelmente os senhores(as) conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno Cezar Alvaro Pontim, Antonio Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio Alves De Carvalho, Jose Antonio Maior Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo Elias De Oliveira e Leandro Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os senhores(as) conselheiros(as): Felipe Das Neves Monteiro. **5.5.2.3.12)** Processo n. I2025/027882-5 Interessado: PAULO MARIA PEREIRA. A Câmara Especializada de Agronomia do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o processo nº I2025/027882-5, que trata-se de processo de Auto de Infração nº I2025/027882-5, lavrado em 2 de junho de 2025, em desfavor do Engenheiro Agrônomo Paulo Maria Pereira, por infração ao art. 1º da Lei nº 6.496, de 1977, ao desenvolver a atividade de assistência técnica em cultivo de soja 2024/2025 para a Fazenda Estrela da Guia e Iporã - Gleba C, de propriedade de Sidney Gamboa De Almeida, sem registrar ART; Considerando que, de acordo com o art. 1º da Lei nº 6.496, de 1977, todo contrato, escrito ou verbal, para a execução de obras ou prestação de quaisquer serviços profissionais referentes à Engenharia e à Agronomia fica sujeito à "Anotação de Responsabilidade Técnica" (ART); Considerando que o autuado foi notificado em 11/06/2025, conforme Aviso de Recebimento – AR anexo aos autos, e não apresentou defesa à câmara especializada; Considerando que, de acordo como art. 20 da Resolução nº 1.008/2004, do Confea, a câmara especializada competente julgará à revelia o autuado que não apresentar defesa, garantindo-lhe o direito de ampla defesa nas fases subsequentes; Considerando que o autuado executou serviço na área da agronomia sem registrar ART, a CEA **DECIDIU** pela procedência do Auto de Infração nº I2025/027882-5, cuja infração está capitulada no art. 1º da Lei nº 6.496, de 1977, com a manutenção da multa prevista na alínea "A" do art. 73 da Lei nº 5.194, de 1966, em grau máximo, sem prejuízo da regularização da falta, a ser corrigida pelo Crea-MS na forma da lei. Coordenou a votação o(a) Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho Marques. Votaram favoravelmente os senhores(as) conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno Cezar Alvaro Pontim, Antonio Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio Alves De Carvalho, Jose Antonio Maior Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo Elias De Oliveira e Leandro Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os senhores(as) conselheiros(as): Felipe Das Neves Monteiro. **5.5.2.3.13)** Processo n. I2025/027881-7 Interessado: PAULO MARIA PEREIRA. A Câmara Especializada de Agronomia do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o processo nº I2025/027881-7, que trata-se de processo de Auto de Infração nº I2025/027881-7, lavrado em 2 de junho de 2025, em desfavor do Engenheiro Agrônomo Paulo Maria Pereira, por infração ao art. 1º da Lei nº 6.496, de 1977, ao desenvolver a atividade de assistência técnica em cultivo de soja 2024/2025 para a Fazenda Pouso



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA ESTADO DE MATO
GROSSO DO SUL

das Garças e Lagoa das Garças I, de propriedade de Allan Ferrari Da Silva, sem registrar ART; Considerando que, de acordo com o art. 1º da Lei nº 6.496, de 1977, todo contrato, escrito ou verbal, para a execução de obras ou prestação de quaisquer serviços profissionais referentes à Engenharia e à Agronomia fica sujeito à "Anotação de Responsabilidade Técnica" (ART); Considerando que o autuado foi notificado em 11/06/2025, conforme Aviso de Recebimento – AR anexo aos autos, e não apresentou defesa à câmara especializada; Considerando que, de acordo como art. 20 da Resolução nº 1.008/2004, do Confea, a câmara especializada competente julgará à revelia o autuado que não apresentar defesa, garantindo-lhe o direito de ampla defesa nas fases subsequentes; Considerando que o autuado executou serviço na área da agronomia sem registrar ART, a CEA **DECIDIU** pela procedência do Auto de Infração nº I2025/027881-7, cuja infração está capitulada no art. 1º da Lei nº 6.496, de 1977, com a manutenção da multa prevista na alínea "A" do art. 73 da Lei nº 5.194, de 1966, em grau máximo, sem prejuízo da regularização da falta, a ser corrigida pelo Crea-MS na forma da lei. Coordenou a votação o(a) Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho Marques. Votaram favoravelmente os senhores(as) conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno Cezar Alvaro Pontim, Antonio Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio Alves De Carvalho, Jose Antonio Maior Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo Elias De Oliveira e Leandro Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os senhores(as) conselheiros(as): Felipe Das Neves Monteiro. **5.5.2.3.14)** Processo n. I2025/027880-9 Interessado: PAULO MARIA PEREIRA. A Câmara Especializada de Agronomia do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o processo nº I2025/027880-9, que trata-se de processo de Auto de Infração nº I2025/027880-9, lavrado em 2 de junho de 2025, em desfavor do Engenheiro Agrônomo Paulo Maria Pereira, por infração ao art. 1º da Lei nº 6.496, de 1977, ao desenvolver a atividade de assistência técnica em cultivo de soja 2024/2025 para a Estância Vó Menininha, de propriedade de Mardoqueu Rosa Pereira, sem registrar ART; Considerando que, de acordo com o art. 1º da Lei nº 6.496, de 1977, todo contrato, escrito ou verbal, para a execução de obras ou prestação de quaisquer serviços profissionais referentes à Engenharia e à Agronomia fica sujeito à "Anotação de Responsabilidade Técnica" (ART); Considerando que o autuado foi notificado em 11/06/2025, conforme Aviso de Recebimento – AR anexo aos autos, e não apresentou defesa à câmara especializada; Considerando que, de acordo como art. 20 da Resolução nº 1.008/2004, do Confea, a câmara especializada competente julgará à revelia o autuado que não apresentar defesa, garantindo-lhe o direito de ampla defesa nas fases subsequentes; Considerando que o autuado executou serviço na área da agronomia sem registrar ART, a CEA **DECIDIU** pela procedência do Auto de Infração nº I2025/027880-9, cuja infração está capitulada no art. 1º da Lei nº 6.496, de 1977, com a manutenção da multa prevista na alínea "A" do art. 73 da Lei nº 5.194, de 1966, em grau máximo, sem prejuízo da regularização da falta, a ser corrigida pelo Crea-MS na forma da lei. Coordenou a votação o(a) Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho Marques. Votaram favoravelmente os senhores(as) conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno Cezar Alvaro Pontim,



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA ESTADO DE MATO
GROSSO DO SUL

7915 Antonio Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio Alves De Carvalho,
7916 Jose Antonio Maior Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo Elias De
7917 Oliveira e Leandro Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os senhores(as)
7918 conselheiros(as): Felipe Das Neves Monteiro. **5.5.2.3.15)** Processo n. I2025/027879-5 Interessado:
7919 PAULO MARIA PEREIRA. A Câmara Especializada de Agronomia do Conselho Regional de
7920 Engenharia e Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o processo nº
7921 I2025/027879-5, que trata-se de processo de Auto de Infração nº I2025/027879-5, lavrado em 2 de
7922 junho de 2025, em desfavor do Engenheiro Agrônomo Paulo Maria Pereira, por infração ao art. 1º da
7923 Lei nº 6.496, de 1977, ao desenvolver a atividade de assistência técnica em cultivo de soja 2024/2025
7924 para o Sítio Lago Azul, de propriedade de Antônio Fernandes De Souza, sem registrar ART;
7925 Considerando que, de acordo com o art. 1º da Lei nº 6.496, de 1977, todo contrato, escrito ou verbal,
7926 para a execução de obras ou prestação de quaisquer serviços profissionais referentes à Engenharia e
7927 à Agronomia fica sujeito à "Anotação de Responsabilidade Técnica" (ART); Considerando que o
7928 autuado foi notificado em 11/06/2025, conforme Aviso de Recebimento – AR anexo aos autos, e não
7929 apresentou defesa à câmara especializada; Considerando que, de acordo como art. 20 da Resolução
7930 nº 1.008/2004, do Confea, a câmara especializada competente julgará à revelia o autuado que não
7931 apresentar defesa, garantindo-lhe o direito de ampla defesa nas fases subsequentes; Considerando
7932 que o autuado executou serviço na área da agronomia sem registrar ART, a CEA **DECIDIU** pela
7933 procedência do Auto de Infração nº I2025/027879-5, cuja infração está capitulada no art. 1º da Lei nº
7934 6.496, de 1977, com a manutenção da multa prevista na alínea "A" do art. 73 da Lei nº 5.194, de 1966,
7935 em grau máximo, sem prejuízo da regularização da falta, a ser corrigida pelo Crea-MS na forma da lei.
7936 Coordenou a votação o(a) Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho Marques. Votaram favoravelmente
7937 os senhores(as) conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno Cezar Alvaro Pontim,
7938 Antonio Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio Alves De Carvalho,
7939 Jose Antonio Maior Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo Elias De
7940 Oliveira e Leandro Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os senhores(as)
7941 conselheiros(as): Felipe Das Neves Monteiro. **5.5.2.3.16)** Processo n. I2025/027878-7 Interessado:
7942 PAULO MARIA PEREIRA. A Câmara Especializada de Agronomia do Conselho Regional de
7943 Engenharia e Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o processo nº
7944 I2025/027878-7, que trata-se de processo de Auto de Infração nº I2025/027878-7, lavrado em 2 de
7945 junho de 2025, em desfavor do Engenheiro Agrônomo Paulo Maria Pereira, por infração ao art. 1º da
7946 Lei nº 6.496, de 1977, ao desenvolver a atividade de assistência técnica em cultivo de soja 2024/2025
7947 para o Sítio Alto Alegre, de propriedade de Juarez Pinheiro De Almeida, sem registrar ART;
7948 Considerando que, de acordo com o art. 1º da Lei nº 6.496, de 1977, todo contrato, escrito ou verbal,
7949 para a execução de obras ou prestação de quaisquer serviços profissionais referentes à Engenharia e
7950 à Agronomia fica sujeito à "Anotação de Responsabilidade Técnica" (ART); Considerando que o
7951 autuado foi notificado em 11/06/2025, conforme Aviso de Recebimento – AR anexo aos autos, e não



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA ESTADO DE MATO
GROSSO DO SUL

apresentou defesa à câmara especializada; Considerando que, de acordo como art. 20 da Resolução nº 1.008/2004, do Confea, a câmara especializada competente julgará à revelia o autuado que não apresentar defesa, garantindo-lhe o direito de ampla defesa nas fases subsequentes; Considerando que o autuado executou serviço na área da agronomia sem registrar ART, a CEA **DECIDIU** pela procedência do Auto de Infração nº I2025/027878-7, cuja infração está capitulada no art. 1º da Lei nº 6.496, de 1977, com a manutenção da multa prevista na alínea "A" do art. 73 da Lei nº 5.194, de 1966, em grau máximo, sem prejuízo da regularização da falta, a ser corrigida pelo Crea-MS na forma da lei. Coordenou a votação o(a) Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho Marques. Votaram favoravelmente os senhores(as) conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno Cezar Alvaro Pontim, Antonio Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio Alves De Carvalho, Jose Antonio Maior Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo Elias De Oliveira e Leandro Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os senhores(as) conselheiros(as): Felipe Das Neves Monteiro. **5.5.2.3.17**) Processo n. I2025/027877-9 Interessado: PAULO MARIA PEREIRA. A Câmara Especializada de Agronomia do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o processo nº I2025/027877-9, que trata-se de processo de Auto de Infração nº I2025/027877-9, lavrado em 2 de junho de 2025, em desfavor do Engenheiro Agrônomo Paulo Maria Pereira, por infração ao art. 1º da Lei nº 6.496, de 1977, ao desenvolver a atividade de assistência técnica em cultivo de soja 2024/2025 para o Projeto de Assentamento Federal PA - São Jose do Jatobá - Lote 42, de propriedade de Fabiane Wagner Batista, sem registrar ART; Considerando que, de acordo com o art. 1º da Lei nº 6.496, de 1977, todo contrato, escrito ou verbal, para a execução de obras ou prestação de quaisquer serviços profissionais referentes à Engenharia e à Agronomia fica sujeito à "Anotação de Responsabilidade Técnica" (ART); Considerando que o autuado foi notificado em 11/06/2025, conforme Aviso de Recebimento – AR anexo aos autos, e não apresentou defesa à câmara especializada; Considerando que, de acordo como art. 20 da Resolução nº 1.008/2004, do Confea, a câmara especializada competente julgará à revelia o autuado que não apresentar defesa, garantindo-lhe o direito de ampla defesa nas fases subsequentes; Considerando que o autuado executou serviço na área da agronomia sem registrar ART, a CEA **DECIDIU** pela procedência do Auto de Infração nº I2025/027877-9, cuja infração está capitulada no art. 1º da Lei nº 6.496, de 1977, com a manutenção da multa prevista na alínea "A" do art. 73 da Lei nº 5.194, de 1966, em grau máximo, sem prejuízo da regularização da falta, a ser corrigida pelo Crea-MS na forma da lei. Coordenou a votação o(a) Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho Marques. Votaram favoravelmente os senhores(as) conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno Cezar Alvaro Pontim, Antonio Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio Alves De Carvalho, Jose Antonio Maior Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo Elias De Oliveira e Leandro Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os senhores(as) conselheiros(as): Felipe Das Neves Monteiro. **5.5.2.3.18**) Processo n. I2025/027876-0 Interessado: PAULO MARIA PEREIRA. A



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA ESTADO DE MATO
GROSSO DO SUL

7989 Câmara Especializada de Agronomia do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de
7990 Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o processo nº I2025/027876-0, que trata-se de
7991 processo de Auto de Infração nº I2025/027876-0, lavrado em 2 de junho de 2025, em desfavor do
7992 Engenheiro Agrônomo Paulo Maria Pereira, por infração ao art. 1º da Lei nº 6.496, de 1977, ao
7993 desenvolver a atividade de assistência técnica em cultivo de soja 2024/2025 para o P.A. São Jose do
7994 Jatoba - Lot 64, de propriedade de Maria Cleuza De Souza Viana, sem registrar ART; Considerando
7995 que, de acordo com o art. 1º da Lei nº 6.496, de 1977, todo contrato, escrito ou verbal, para a execução
7996 de obras ou prestação de quaisquer serviços profissionais referentes à Engenharia e à Agronomia fica
7997 sujeito à "Anotação de Responsabilidade Técnica" (ART); Considerando que o autuado foi notificado
7998 em 11/06/2025, conforme Aviso de Recebimento – AR anexo aos autos, e não apresentou defesa à
7999 câmara especializada; Considerando que, de acordo como art. 20 da Resolução nº 1.008/2004, do
8000 Confea, a câmara especializada competente julgará à revelia o autuado que não apresentar defesa,
8001 garantindo-lhe o direito de ampla defesa nas fases subsequentes; Considerando que o autuado
8002 executou serviço na área da agronomia sem registrar ART, a CEA **DECIDIU** pela procedência do Auto
8003 de Infração nº I2025/027876-0, cuja infração está capitulada no art. 1º da Lei nº 6.496, de 1977, com a
8004 manutenção da multa prevista na alínea "A" do art. 73 da Lei nº 5.194, de 1966, em grau máximo, sem
8005 prejuízo da regularização da falta, a ser corrigida pelo Crea-MS na forma da lei. Coordenou a votação
8006 o(a) Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho Marques. Votaram favoravelmente os senhores(as)
8007 conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno Cezar Alvaro Pontim, Antonio Luiz Viegas
8008 Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio Alves De Carvalho, Jose Antonio Maior
8009 Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo Elias De Oliveira e Leandro
8010 Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os senhores(as) conselheiros(as): Felipe Das
8011 Neves Monteiro. **5.5.2.3.19)** Processo n. I2025/038267-3 Interessado: SERRANA AVIAÇÃO
8012 AGRÍCOLA LTDA - EPP. A Câmara Especializada de Agronomia do Conselho Regional de Engenharia
8013 e Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o processo nº
8014 I2025/038267-3, que trata-se de presente processo, de auto de infração lavrado em 30 de julho de
8015 2025 sob o nº I2025/038267-3, em desfavor de SERRANA AVIAÇÃO AGRÍCOLA LTDA – EPP,
8016 considerando ter atuado em PULVERIZAÇÃO AÉREA E COMBATE A INCÊNDIOS, sem registrar ART,
8017 caracterizando assim, infração ao artigo 1º da Lei nº 6496/77 que versa: “Art 1º - Todo contrato, escrito
8018 ou verbal, para a execução de obras ou prestação de quaisquer serviços profissionais referentes à
8019 Engenharia, à Arquitetura e à Agronomia fica sujeito à "Anotação de Responsabilidade Técnica"
8020 (ART).” Devidamente notificada em 11/08/2025, a empresa autuada não interpôs recurso,
8021 caracterizando revelia, nos termos do artigo 20 da Resolução nº 1008/2004 do Confea: “Art. 20. A
8022 câmara especializada competente julgará à revelia o autuado que não apresentar defesa, garantindo-
8023 lhe o direito de ampla defesa nas fases subseqüentes.” A CEA **DECIDIU** pela manutenção do auto de
8024 infração nº I2025/038267-3, por infração ao art. 1º da Lei nº 6.496, de 1977, bem como pela aplicação
8025 da penalidade prevista na alínea "A" do art. 73 da Lei nº 5.194, de 1966, em grau máximo. Coordenou



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA ESTADO DE MATO
GROSSO DO SUL

8026 a votação o(a) Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho Marques. Votaram favoravelmente os
8027 senhores(as) conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno Cezar Alvaro Pontim, Antonio
8028 Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio Alves De Carvalho, Jose
8029 Antonio Maior Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo Elias De Oliveira e
8030 Leandro Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os senhores(as) conselheiros(as): Felipe
8031 Das Neves Monteiro. **5.5.2.3.20)** Processo n. I2025/039430-2 Interessado: GISLAINE FOLADOR
8032 NUNES. A Câmara Especializada de Agronomia do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do
8033 Estado de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o processo nº I2025/039430-2, que trata-se
8034 de presente processo, de auto de infração lavrado em 1 de agosto de 2025, sob o nº I2025/039430-2,
8035 em desfavor de GISLAINE FOLADOR NUNES, considerando ter atuado em ASSISTÊNCIA TÉCNICA
8036 para CULTIVO DE SOJA 2024/2025, SITO A CHÁCARA RECANTO DO SOL Zona Rural Mundo Novo
8037 MS, sem registrar ART, caracterizando assim, infração ao artigo 1º da Lei nº 6496/77, que versa: “Art 1º
8038 - Todo contrato, escrito ou verbal, para a execução de obras ou prestação de quaisquer serviços
8039 profissionais referentes à Engenharia, à Arquitetura e à Agronomia fica sujeito à “Anotação de
8040 Responsabilidade Técnica” (ART).” Devidamente notificada em 18 de agosto de 2025, a autuada não
8041 interpôs recurso, qualificando revelia nos termos do artigo 20 da Resolução nº 1008/2004 do Confea:
8042 “Art. 20. A câmara especializada competente julgará à revelia o autuado que não apresentar defesa,
8043 garantindo-lhe o direito de ampla defesa nas fases subseqüentes.” A CEA **DECIDIU** pela manutenção
8044 do auto de infração nº I2025/039430-2, por infração ao 1º da Lei nº 6496/77, bem como pela aplicação
8045 da penalidade prevista na alínea "A" do art. 73 da Lei nº 5.194, de 1966, em grau máximo, em face da
8046 revelia. Coordenou a votação o(a) Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho Marques. Votaram
8047 favoravelmente os senhores(as) conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno Cezar Alvaro
8048 Pontim, Antonio Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio Alves De
8049 Carvalho, Jose Antonio Maior Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo
8050 Elias De Oliveira e Leandro Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os senhores(as)
8051 conselheiros(as): Felipe Das Neves Monteiro. **5.5.2.3.21)** Processo n. I2025/039431-0 Interessado:
8052 GUILHERME HENRIQUE DE MATOS MICHELETTO. A Câmara Especializada de Agronomia do
8053 Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após
8054 apreciar o processo nº I2025/039431-0, que trata-se de presente processo, de auto de infração lavrado
8055 em 1 de agosto de 2025, sob o nº I2025/039431-0, em desfavor de GUILHERME HENRIQUE DE
8056 MATOS MICHELETTO, considerando ter atuado em ASSISTÊNCIA TÉCNICA para CULTIVO DE
8057 SOJA 2024/2025, SITO A ESTÂNCIA SOL NASCENTE - REMANESCENTE Zona Rural Rochedo MS,
8058 sem registrar ART, caracterizando assim, infração ao artigo 1º da Lei nº 6496/77, que versa: “Art 1º -
8059 Todo contrato, escrito ou verbal, para a execução de obras ou prestação de quaisquer serviços
8060 profissionais referentes à Engenharia, à Arquitetura e à Agronomia fica sujeito à “Anotação de
8061 Responsabilidade Técnica” (ART).” Devidamente notificado em 27 de agosto de 2025, o autuado não
8062 interpôs recurso, qualificando revelia nos termos do artigo 20 da Resolução nº 1008/2004 do Confea:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA ESTADO DE MATO
GROSSO DO SUL

“Art. 20. A câmara especializada competente julgará à revelia o autuado que não apresentar defesa, garantindo-lhe o direito de ampla defesa nas fases subseqüentes.” A CEA **DECIDIU** pela manutenção do auto de infração nº I2025/039431-0, por infração ao 1º da Lei nº 6496/77, bem como pela aplicação da penalidade prevista na alínea "A" do art. 73 da Lei nº 5.194, de 1966, em grau máximo, em face da revelia. Coordenou a votação o(a) Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho Marques. Votaram favoravelmente os senhores(as) conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno Cezar Alvaro Pontim, Antonio Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio Alves De Carvalho, Jose Antonio Maior Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo Elias De Oliveira e Leandro Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os senhores(as) conselheiros(as): Felipe Das Neves Monteiro. **5.5.2.3.22)** Processo n. I2025/039433-7 Interessado: GISLAINE FOLADOR NUNES. A Câmara Especializada de Agronomia do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o processo nº I2025/039433-7, que trata-se de presente processo, de auto de infração lavrado em 1 de agosto de 2025, sob o nº I2025/039433-7, em desfavor de GISLAINE FOLADOR NUNES, considerando ter atuado em ASSISTÊNCIA TÉCNICA para CULTIVO DE SOJA 2024/2025, SITO A LOTEAMENTO 10-A Zona Rural Mundo Novo MS, sem registrar ART, caracterizando assim, infração ao artigo 1º da Lei nº 6496/77, que versa: “Art 1º - Todo contrato, escrito ou verbal, para a execução de obras ou prestação de quaisquer serviços profissionais referentes à Engenharia, à Arquitetura e à Agronomia fica sujeito à “Anotação de Responsabilidade Técnica” (ART).” Devidamente notificada em 18 de agosto de 2025, a autuada não interpôs recurso, qualificando revelia nos termos do artigo 20 da Resolução nº 1008/2004 do Confea: “Art. 20. A câmara especializada competente julgará à revelia o autuado que não apresentar defesa, garantindo-lhe o direito de ampla defesa nas fases subseqüentes.” A CEA **DECIDIU** pela manutenção do auto de infração nº I2025/039433-7, por infração ao 1º da Lei nº 6496/77, bem como pela aplicação da penalidade prevista na alínea "A" do art. 73 da Lei nº 5.194, de 1966, em grau máximo, em face da revelia. Coordenou a votação o(a) Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho Marques. Votaram favoravelmente os senhores(as) conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno Cezar Alvaro Pontim, Antonio Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio Alves De Carvalho, Jose Antonio Maior Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo Elias De Oliveira e Leandro Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os senhores(as) conselheiros(as): Felipe Das Neves Monteiro. **5.5.2.3.23)** Processo n. I2025/039442-6 Interessado: GILIARDE ROCHA DE MATOS. A Câmara Especializada de Agronomia do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o processo nº I2025/039442-6, que trata-se de processo de Auto de Infração nº I2025/039442-6, lavrado em 1 de agosto de 2025, em desfavor do Engenheiro Agrônomo GILIARDE ROCHA DE MATOS, por infração ao art. 1º da Lei nº 6.496, de 1977, ao desenvolver a atividade de assistência técnica em cultivo de soja, safra 2024/2025, para a Fazenda Ishikawa, de propriedade de Yuji Ishikawa, sem registrar ART; Considerando que, de acordo com o art. 1º da Lei nº 6.496, de 1977, todo contrato,



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA ESTADO DE MATO
GROSSO DO SUL

8100 escrito ou verbal, para a execução de obras ou prestação de quaisquer serviços profissionais
8101 referentes à Engenharia e à Agronomia fica sujeito à "Anotação de Responsabilidade Técnica" (ART);
8102 Considerando que o autuado foi notificado em 08/08/2025, conforme Aviso de Recebimento – AR
8103 anexo aos autos, e não apresentou defesa à câmara especializada; Considerando que, de acordo
8104 como art. 20 da Resolução nº 1.008/2004, do Confea, a câmara especializada competente julgará à
8105 revelia o autuado que não apresentar defesa, garantindo-lhe o direito de ampla defesa nas fases
8106 subsequentes; Considerando que o autuado executou serviço na área da agronomia sem registrar
8107 ART, a CEA **DECIDIU** pela procedência do Auto de Infração nº I2025/039442-6, cuja infração está
8108 capitulada no art. 1º da Lei nº 6.496, de 1977, com a manutenção da multa prevista na alínea "A" do
8109 art. 73 da Lei nº 5.194, de 1966, em grau máximo, sem prejuízo da regularização da falta, a ser
8110 corrigida pelo Crea-MS na forma da lei. Coordenou a votação o(a) Coordenadora Eng. Agr. Daniele
8111 Coelho Marques. Votaram favoravelmente os senhores(as) conselheiros(as): Jackeline Matos Do
8112 Nascimento, Bruno Cezar Alvaro Pontim, Antonio Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon
8113 Macedo Braga, Laércio Alves De Carvalho, Jose Antonio Maior Bono, Fernando Vinicius Bressan,
8114 Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo Elias De Oliveira e Leandro Fabricio Martins Alessio. Não participou
8115 da votação os senhores(as) conselheiros(as): Felipe Das Neves Monteiro. **5.5.2.3.24)** Processo n.
8116 I2025/044363-0 Interessado: JEFERSON SANTOS DE OLIVEIRA. A Câmara Especializada de
8117 Agronomia do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul –
8118 Crea - MS, após apreciar o processo nº I2025/044363-0, que trata-se de presente processo, de auto de
8119 infração lavrado em 14 de agosto de 2025, sob o nº I2025/044363-0, em desfavor de JEFERSON
8120 SANTOS DE OLIVEIRA, considerando ter atuado em ASSISTÊNCIA TÉCNICA para CULTIVO DE
8121 SOJA 2024/2025, SITO A ASSENTAMEN PA SUL BONITO, 75 RURAL 79.965-000 - Itaquiraí/MS, sem
8122 registrar ART, caracterizando assim, infração ao artigo 1º da Lei nº 6496/77, que versa: “Art 1º - Todo
8123 contrato, escrito ou verbal, para a execução de obras ou prestação de quaisquer serviços profissionais
8124 referentes à Engenharia, à Arquitetura e à Agronomia fica sujeito à "Anotação de Responsabilidade
8125 Técnica" (ART).” Devidamente notificado em 26 de agosto de 2025, o autuado não interpôs recurso,
8126 qualificando revelia nos termos do artigo 20 da Resolução nº 1008/2004 do Confea: “Art. 20. A câmara
8127 especializada competente julgará à revelia o autuado que não apresentar defesa, garantindo-lhe o
8128 direito de ampla defesa nas fases subsequentes.” A CEA **DECIDIU** pela manutenção do auto de
8129 infração nº I2025/044363-0, por infração ao 1º da Lei nº 6496/77, bem como pela aplicação da
8130 penalidade prevista na alínea "A" do art. 73 da Lei nº 5.194, de 1966, em grau máximo, em face da
8131 revelia. Coordenou a votação o(a) Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho Marques. Votaram
8132 favoravelmente os senhores(as) conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno Cezar Alvaro
8133 Pontim, Antonio Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio Alves De
8134 Carvalho, Jose Antonio Maior Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo
8135 Elias De Oliveira e Leandro Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os senhores(as)
8136 conselheiros(as): Felipe Das Neves Monteiro. **5.5.2.3.25)** Processo n. I2025/044366-4 Interessado:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA ESTADO DE MATO
GROSSO DO SUL

8137 JEFERSON SANTOS DE OLIVEIRA. A Câmara Especializada de Agronomia do Conselho Regional de
8138 Engenharia e Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o processo nº
8139 I2025/044366-4, que trata-se de presente processo, de auto de infração lavrado em 14 de agosto de
8140 2025, sob o nº I2025/044366-4, em desfavor de JEFERSON SANTOS DE OLIVEIRA, considerando ter
8141 atuado em ASSISTÊNCIA TÉCNICA para CULTIVO DE SOJA 2024/2025, SITO A LOTEAMENTO P A
8142 SUL BONITO LOTE Nº 04, SN rural 79.965-000 - Itaquiraí/MS, sem registrar ART, caracterizando
8143 assim, infração ao artigo 1º da Lei nº 6496/77, que versa: “Art 1º - Todo contrato, escrito ou verbal, para
8144 a execução de obras ou prestação de quaisquer serviços profissionais referentes à Engenharia, à
8145 Arquitetura e à Agronomia fica sujeito à "Anotação de Responsabilidade Técnica" (ART).” Devidamente
8146 notificado em 26 de agosto de 2025, o autuado não interpôs recurso, qualificando revelia nos termos do
8147 artigo 20 da Resolução nº 1008/2004 do Confea: “Art. 20. A câmara especializada competente julgará à
8148 revelia o autuado que não apresentar defesa, garantindo-lhe o direito de ampla defesa nas fases
8149 subsequentes.” A CEA **DECIDIU** pela manutenção do auto de infração nº I2025/044366-4, por infração
8150 ao 1º da Lei nº 6496/77, bem como pela aplicação da penalidade prevista na alínea "A" do art. 73 da
8151 Lei nº 5.194, de 1966, em grau máximo, em face da revelia. Coordenou a votação o(a) Coordenadora
8152 Eng. Agr. Daniele Coelho Marques. Votaram favoravelmente os senhores(as) conselheiros(as):
8153 Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno Cezar Alvaro Pontim, Antonio Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson
8154 Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio Alves De Carvalho, Jose Antonio Maior Bono, Fernando
8155 Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo Elias De Oliveira e Leandro Fabricio Martins
8156 Alessio. Não participou da votação os senhores(as) conselheiros(as): Felipe Das Neves Monteiro.
8157 **5.5.2.3.26)** Processo n. I2025/044446-6 Interessado: João Vitor Rodrigues dos Santos. A Câmara
8158 Especializada de Agronomia do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Mato
8159 Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o processo nº I2025/044446-6, que trata-se de processo de
8160 Auto de Infração nº I2025/044446-6, lavrado em 14 de agosto de 2025, em desfavor do Engenheiro
8161 Agrônomo João Vitor Rodrigues dos Santos, por infração ao art. 1º da Lei nº 6.496, de 1977, ao
8162 desenvolver a atividade de assistência técnica em cultivo de soja, safra 2024/2025, para a Fazenda
8163 Santa Izabel de propriedade de Gizelly Santos, sem registrar ART; Considerando que, de acordo com o
8164 art. 1º da Lei nº 6.496, de 1977, todo contrato, escrito ou verbal, para a execução de obras ou
8165 prestação de quaisquer serviços profissionais referentes à Engenharia e à Agronomia fica sujeito à
8166 "Anotação de Responsabilidade Técnica" (ART); Considerando que o autuado foi notificado em
8167 02/09/2025, conforme Aviso de Recebimento – AR anexo aos autos, e não apresentou defesa à
8168 câmara especializada; Considerando que, de acordo como art. 20 da Resolução nº 1.008/2004, do
8169 Confea, a câmara especializada competente julgará à revelia o autuado que não apresentar defesa,
8170 garantindo-lhe o direito de ampla defesa nas fases subsequentes; Considerando que o autuado
8171 executou serviço na área da agronomia sem registrar ART, a CEA **DECIDIU** pela procedência do Auto
8172 de Infração nº I2025/044446-6, cuja infração está capitulada no art. 1º da Lei nº 6.496, de 1977, com a
8173 manutenção da multa prevista na alínea "A" do art. 73 da Lei nº 5.194, de 1966, em grau máximo,



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA ESTADO DE MATO
GROSSO DO SUL

8174 sem prejuízo da regularização da falta, a ser corrigida pelo Crea-MS na forma da lei. Coordenou a
8175 votação o(a) Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho Marques. Votaram favoravelmente os
8176 senhores(as) conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno Cezar Alvaro Pontim, Antonio
8177 Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio Alves De Carvalho, Jose
8178 Antonio Maior Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo Elias De Oliveira e
8179 Leandro Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os senhores(as) conselheiros(as): Felipe
8180 Das Neves Monteiro. **5.5.2.3.27)** Processo n. I2025/044445-8 Interessado: João Vitor Rodrigues dos
8181 Santos. A Câmara Especializada de Agronomia do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do
8182 Estado de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o processo nº I2025/044445-8, que trata-se
8183 de processo de Auto de Infração nº I2025/044445-8, lavrado em 14 de agosto de 2025, em desfavor do
8184 Engenheiro Agrônomo João Vitor Rodrigues dos Santos, por infração ao art. 1º da Lei nº 6.496, de
8185 1977, ao desenvolver a atividade de assistência técnica em cultivo de soja, safra 2024/2025, para a
8186 Fazenda Santo Antônio, de propriedade de Gizelly Santos, sem registrar ART; Considerando que, de
8187 acordo com o art. 1º da Lei nº 6.496, de 1977, todo contrato, escrito ou verbal, para a execução de
8188 obras ou prestação de quaisquer serviços profissionais referentes à Engenharia e à Agronomia fica
8189 sujeito à "Anotação de Responsabilidade Técnica" (ART); Considerando que o autuado foi notificado
8190 em 02/09/2025, conforme Aviso de Recebimento – AR anexo aos autos, e não apresentou defesa à
8191 câmara especializada; Considerando que, de acordo como art. 20 da Resolução nº 1.008/2004, do
8192 Confea, a câmara especializada competente julgará à revelia o autuado que não apresentar defesa,
8193 garantindo-lhe o direito de ampla defesa nas fases subsequentes; Considerando que o autuado
8194 executou serviço na área da agronomia sem registrar ART, a CEA **DECIDIU** pela procedência do Auto
8195 de Infração nº I2025/044445-8, cuja infração está capitulada no art. 1º da Lei nº 6.496, de 1977, com a
8196 manutenção da multa prevista na alínea "A" do art. 73 da Lei nº 5.194, de 1966, em grau máximo,
8197 sem prejuízo da regularização da falta, a ser corrigida pelo Crea-MS na forma da lei. Coordenou a
8198 votação o(a) Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho Marques. Votaram favoravelmente os
8199 senhores(as) conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno Cezar Alvaro Pontim, Antonio
8200 Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio Alves De Carvalho, Jose
8201 Antonio Maior Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo Elias De Oliveira e
8202 Leandro Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os senhores(as) conselheiros(as): Felipe
8203 Das Neves Monteiro. **5.5.2.3.28)** Processo n. I2025/042891-6 Interessado: ANDRE DE MEDEIROS
8204 BULLE. A Câmara Especializada de Agronomia do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do
8205 Estado de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o processo nº I2025/042891-6, que trata-se
8206 de processo de Auto de Infração (AI) de n. I2025/042891-6, lavrado em 12 de agosto de 2025, em
8207 desfavor do Engenheiro Agrônomo Andre de Medeiros Bulle, por infração ao art. 1º da Lei n.
8208 6.496/1977, ausência de ART, e penalidade prevista na alínea "a" do art. 73 da lei 5.194/66, referente a
8209 assistência técnica cultivo de soja 2024/2025 de propriedade de Antonio de Medeiros Bulle, sito
8210 Fazenda Três Irmãos, Zona Rural, município de Eldorado - MS; Considerando que a pessoa física



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA ESTADO DE MATO
GROSSO DO SUL

autuada foi notificada em 7 de outubro de 2025, conforme Edital de Intimação anexo aos autos, publicado em Diário Oficial Eletrônico, e não apresentou defesa à câmara especializada; Considerando que não houve manifestação formal, por parte do profissional autuado e ainda que conforme o art. 20 da Resolução 1.008/2004 do Confea, "A câmara especializada competente julgará à revelia o autuado que não apresentar defesa, garantindo-lhe o direito de ampla defesa nas fases subsequentes". Considerando que o autuado executou serviço na área da agronomia sem registrar ART, a CEA **DECIDIU** pela procedência do Auto de Infração nº I2025/042891-6, cuja infração está capitulada no art. 1º da Lei nº 6.496, de 1977, com a manutenção da multa prevista na alínea "A" do art. 73 da Lei nº 5.194, de 1966, em grau máximo, sem prejuízo da regularização da falta, a ser corrigida pelo Crea-MS na forma da lei. Coordenou a votação o(a) Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho Marques. Votaram favoravelmente os senhores(as) conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno Cezar Alvaro Pontim, Antonio Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio Alves De Carvalho, Jose Antonio Maior Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo Elias De Oliveira e Leandro Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os senhores(as) conselheiros(as): Felipe Das Neves Monteiro. **5.5.2.4) alínea "C" do art. 73 da Lei nº 5.194, de 1966. - Grau máximo. 5.5.2.4.1)** Processo n. I2025/034349-0 Interessado: AGRICOLA SIMOES PRESTACAO DE SERVICOS LTDA. A Câmara Especializada de Agronomia do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o processo nº I2025/034349-0, que trata de processo de Auto de Infração (AI) nº I2025/034349-0, lavrado em 9 de julho de 2025, em desfavor da pessoa jurídica AGRICOLA SIMOES PRESTACAO DE SERVICOS LTDA, por infração ao art. 59 da Lei nº 5.194, de 1966, ao desenvolver a atividade de execução de pulverização terrestre para ADECOAGO IVINHEMA, sem possuir registro no Crea-MS; Considerando que, de acordo com o art. 59 da Lei nº 5.194, de 1966, as firmas, sociedades, associações, companhias, cooperativas e empresas em geral, que se organizem para executar obras ou serviços relacionados na forma estabelecida nesta Lei, só poderão iniciar suas atividades depois de promoverem o competente registro nos Conselhos Regionais, bem como o dos profissionais do seu quadro técnico; Considerando que a autuada foi notificada em 29/07/2025, conforme Aviso de Recebimento – AR anexado aos autos, e não apresentou defesa à câmara especializada; Considerando que, de acordo como art. 20 da Resolução nº 1.008/2004, do Confea, a câmara especializada competente julgará à revelia o autuado que não apresentar defesa, garantindo-lhe o direito de ampla defesa nas fases subsequentes; Considerando que, conforme Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral da empresa autuada, anexado na ficha de visita, a mesma possui as seguintes atividades econômicas: 01.61-0-01 - Serviço de pulverização e controle de pragas agrícolas; 01.61-0-03 - Serviço de preparação de terreno, cultivo e colheita; 01.61-0-99 - Atividades de apoio à agricultura não especificadas anteriormente; 01.63-6-00 - Atividades de pós-colheita; Considerando que, da análise das atividades econômicas, constata-se que a mesma possui atividades na área da agronomia, que são atividades fiscalizadas pelo Sistema Confea/Crea; Considerando que, conforme inciso III do art. 1º da Decisão Normativa nº 74, de 27 de



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA ESTADO DE MATO
GROSSO DO SUL

agosto de 2004, pessoas jurídicas com objetivo social relacionado às atividades privativas de profissionais fiscalizados pelo Sistema Confea/Crea, sem registro no Crea, estarão infringindo o art. 59, com multa prevista na alínea “c” do art. 73 da Lei nº 5.194, de 1966; Considerando que, conforme o art. 3º da Resolução nº 1.121/2019, do Confea, o registro é obrigatório para a pessoa jurídica que possua atividade básica ou que execute efetivamente serviços para terceiros envolvendo o exercício de profissões fiscalizadas pelo Sistema Confea/Crea; Considerando que não consta dos autos a regularização da falta pela empresa autuada, o que motiva a aplicação da multa em seu grau máximo, tal como dispõe o inciso V do art. 43 da Resolução nº 1.008, de 2004; Considerando que a autuada executou serviço na área da engenharia sem possuir registro no Crea-MS, a CEA **DECIDIU** pela procedência do Auto de Infração nº I2025/034349-0, cuja infração está capitulada no art. 59 da Lei nº 5.194, de 1966, com a manutenção da multa prevista na alínea “C” do art. 73 da Lei nº 5.194, de 1966, em grau máximo, sem prejuízo da regularização da falta, a ser corrigida pelo Crea-MS na forma da lei. Coordenou a votação o(a) Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho Marques. Votaram favoravelmente os senhores(as) conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno Cezar Alvaro Pontim, Antonio Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio Alves De Carvalho, Jose Antonio Maior Bono, Fernando Vinicius Bressan, Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo Elias De Oliveira e Leandro Fabricio Martins Alessio. Não participou da votação os senhores(as) conselheiros(as): Felipe Das Neves Monteiro. **5.5.2.4.2)** Processo n. I2025/042357-4 Interessado: AGRO REGINI LTDA. A Câmara Especializada de Agronomia do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul – Crea - MS, após apreciar o processo nº I2025/042357-4, que trata-se de presente processo de auto de infração lavrado em 11 de agosto de 2025, sob o nº I2025/042357-4, em desfavor de AGRO REGINI LTDA., considerando ter atuado em CULTIVO DE CANA DE AÇÚCAR - APLICAÇÃO DE CORRETIVOS E FERTILIZANTES, em Nova Andradina/MS, sem possuir registro, caracterizando assim, infração ao artigo 59 da Lei nº 5194/66, que versa: “Art. 59. As firmas, sociedades, associações, companhias, cooperativas e empresas em geral, que se organizem para executar obras ou serviços relacionados na forma estabelecida nesta lei, só poderão iniciar suas atividades depois de promoverem o competente registro nos Conselhos Regionais, bem como o dos profissionais do seu quadro técnico.” Devidamente notificada em 20 de agosto de 2025, a empresa autuada não interpôs recurso, qualificando revelia, nos termos do artigo 20 da Resolução nº 1008/2003 do Confea que versa: “Art. 20. A câmara especializada competente julgará à revelia o autuado que não apresentar defesa, garantindo-lhe o direito de ampla defesa nas fases subseqüentes.” A CEA **DECIDIU** pela procedência do auto de infração nº I2025/042357-4, por infração ao artigo 59 da Lei nº 5194/66, bem como pela aplicação da penalidade prevista na alínea “C” do art. 73 da Lei nº 5.194, de 1966, em grau máximo, em face da revelia. Coordenou a votação o(a) Coordenadora Eng. Agr. Daniele Coelho Marques. Votaram favoravelmente os senhores(as) conselheiros(as): Jackeline Matos Do Nascimento, Bruno Cezar Alvaro Pontim, Antonio Luiz Viegas Neto, Jorge Wilson Cortez, Maycon Macedo Braga, Laércio Alves De Carvalho, Jose Antonio Maior Bono, Fernando Vinicius



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

8285 Bressan, Gileno Brito De Azevedo, Rodrigo Elias De Oliveira e Leandro Fabricio Martins Alessio. Não
8286 participou da votação os senhores(as) conselheiros(as): Felipe Das Neves Monteiro. **6) Extra Pauta.**
8287 Não houve. Nada mais havendo a tratar, a Senhora Coordenadora encerrou os trabalhos às 16h16min
8288 (dezesseis horas e dezesseis minutos). E para constar, eu Rodrigo Elias de Oliveira, Coordenador-
8289 Adjunto da Câmara, fiz digitar a presente Súmula que após lida e aprovada e será assinada por mim e
8290 demais membros presentes à reunião, de conformidade com o art. 72, do Regimento do CREA-MS.
8291 *****

Nome	Observação
Conselheiro Regional Eng. Agr. ANTONIO LUIZ VIEGAS NETO Conselheiro Suplente Eng. Agr. BRUNO LEVINO DE OLIVEIRA	
Conselheiro Regional Eng. Agr. BRUNO CEZAR ALVARO PONTIN Conselheira Suplente Eng. Agr. MARCOS ANTÔNIO DA SILVA FERREIRA	
Conselheira Regional Eng. Agr. DANIELE COELHO MARQUES Conselheiro Suplente Eng. Agr. DIEGO BIELESKI	Coordenadora
Conselheira Regional Eng. Agr. ELIANE CARLOS DE OLIVEIRA Conselheiro Suplente Eng. Agr. LEANDRO FABRICIO MARTINS ALESSIO	
Conselheira Regional Eng. Agr. FERNANDO VINICIUS BRESSAN Conselheiro Suplente Eng. Agr. ANTONIO JOSÉ MEIRELES FLORES	
Conselheira Regional Eng. Agr. JACKELINE MATOS DO NASCIMENTO Conselheira Suplente Eng. Agr. ALINE BAPTISTA BORELLI	
Conselheiro Regional Eng. Agr. JORGE WILSON CORTEZ Conselheira Suplente Eng. Agr. PAULA PINHEIRO PADOVESE PEIXOTO	
Conselheiro Regional Eng. Agr. JOSÉ ANTONIO MAIOR BONO Conselheira Suplente Eng. Agr. DENISE RENATA PEDRINHO	
Conselheira Regional Eng. Agr. LAÉRCIO ALVES DE CARVALHO Conselheiro Suplente Eng. Agr. NORTON HAYD REGO	
Conselheiro Regional Eng. Agr. LEANDRO SKOWRONSKI Conselheiro Suplente Eng. Agr. JAYME FERRARI NETO	(Renunciou Dec.PL/MS n. 160/25 - Crea-MS)
Conselheiro Regional Eng. Agr. MAYCON MACEDO BRAGA Conselheiro Suplente Eng. Agr. DANILO FURTADO DOS SANTOS	
Conselheira Regional Eng. Ftal. MARIANA AMARAL DO AMARAL Conselheiro Suplente Eng. Ftal. FELIPE DAS NEVES MONTEIRO	(Renunciou Dec.PL/MS n. 463/25 - Crea-MS)
Conselheiro Regional Eng. Agr. ORILDES AMARAL MARTINS JÚNIOR Conselheiro Suplente Eng. Agr. ARMANDO ARAÚJO NETO	
Conselheiro Regional Eng. Agr. PAULO EDUARDO TEODORO Conselheiro Suplente Eng. Agr. GILENO BRITO DE AZEVEDO	
Conselheiro Regional Eng. Agr. RODRIGO ELIAS DE OLIVEIRA	Coordenador-Adjunto



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA ESTADO DE MATO
GROSSO DO SUL

Conselheiro Suplente (Não houve indicação por parte da Instituição de ensino)	
Conselheiro Regional Eng. Agr. ADILSON JAIR KAISER	(Renunciou Dec.PL/MS n. 3039/24 - Crea-MS)
Conselheiro Suplente Eng. Agr. LUCAS ANDRADE DE OLIVEIRA	(Renunciou Dec.PL/MS n. 119/25 - Crea-MS)